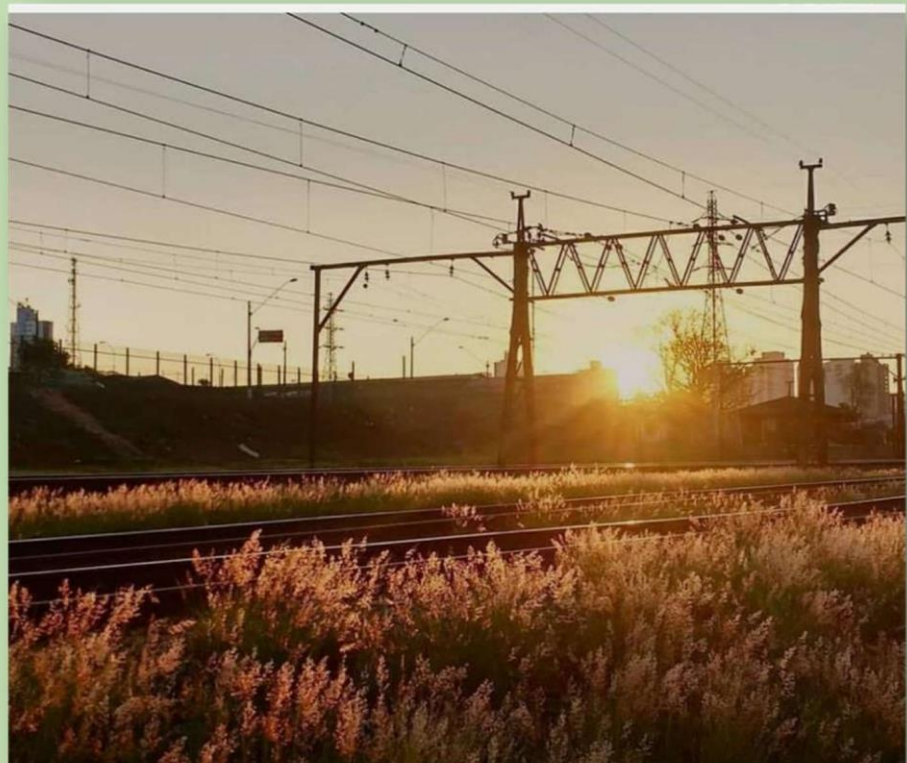


2024

Referência para organização
do trabalho administrativo –
pedagógico das Unidades
Escolares

VOLUME 01



Prefeitura de
VÁRZEA PAULISTA

UNIDADE GESTORA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



Sumário

1.	Apresentação	5
2.	Estrutura Organizacional da UGME	6
2.1.	Quadros das funções de confiança	7
2.2.	Diretores de Ensino (Por setor).....	18
2.3.	Coordenação Pedagógica da Educação Infantil	19
3.	Objetivos e Princípios Educacionais da Rede Municipalde Ensino de Várzea Paulista	20
3.1.	Princípios da Rede de Ensino	20
3.2.	Os objetivos	21
3.3.	Calendário Escolar 2024.....	23
3.4.1.	Perfil de atuação – Professores da Rede de Ensino Municipal	23
4.	Aspectos Administrativos- Pedagógicos das UnidadesEscolares - orientações para os Horários de Trabalho Pedagógico Coletivo– HTPC	34
4.1.	Regimento Escolar	36
4.2.	Horários de Funcionamento UE´s – informes	42
4.3.	O Projeto Político Pedagógico - PPP	47
4.3.1.	Como Reelaborar O Projeto Político Pedagógico?	48
4.3.2.	O Projeto Político Pedagógico e o Currículo	49
4.4.	Acompanhamento da Frequência Escolar (Educação Infantil eEnsino Fundamental).....	51
5.	BNCC X Currículo Municipal	57
6.	Fundamentação do Trabalho Pedagógico.....	63
6.1.	Educação Integral (BNCC/Currículo)	64
6.2.	Interdisciplinaridade (BNCC/Currículo)	66
6.3.	Socioemocional (BNCC/Currículo).....	69
6.3.1.	Orientações/sugestões para o desenvolvimento dascompetências socioemocionais.....	72
7.	Currículo Contínuo – Recomposição das Aprendizagens	88
7.1.	Na Educação Infantil	89
7.2.	No Ensino Fundamental	90
8.	Organização dos Recursos Didáticos.....	92
9.	Organização do trabalho docente	108
9.1.	Referência de Componentes Curriculares	110
9.1.1.	Educação Infantil	110
9.1.2.	Ensino Fundamental.....	111
9.2.	Quando o Planejamento Escolar é elaborado?.....	119
9.3.	Plano de Ensino – Plano Anual.....	124
9.4.	Plano de Aula	126
9.5.	Rotina.....	129

10.	Transições e Adaptações	131
10.1.	Casa para creche (0-3 anos).....	132
10.4.	Ensino fundamental (Ciclo 1 para Ciclo 2).....	134
11.	Avaliação e Acompanhamento da Aprendizagem	135
11.1.	Observação, reflexão e registro.....	137
11.2.	Acompanhamento da aprendizagem na Educação Infantil	139
11.3.	O Portfólio de Aprendizagem na Rede de Ensino.....	142
11.3.1.	O que deve conter no Portfólio na Rede de Ensino.....	144
11.3.2.	O portfólio na Educação Infantil	145
11.3.3.	O portfólio no Ensino Fundamental	154
11.3.4.	Como organizar os Relatórios para compor o Portfólio na Rede.....	161
11.4.	Avaliações internas e externas – Análises.....	164
11.4.1.	Educação Infantil	164
12.	SINAPE – Síntese do Acompanhamento Pedagógico	178
12.1.	<i>Aspectos principais a serem abordados na reunião de Sinape.</i>	180
12.2.	Elaboração de relatórios para a Sinape (Educação Infantil, Ensino.....	180
12.2.1.	Relatórios de turmas – Professor Específico.....	182
12.3.	Elaboração da Síntese da Sinape pela Equipe Gestora da UnidadeEscolar.....	182
12.4.	Orientações para finalização do Ano Letivo.....	183
13.	O Replanejamento escolar	189
13.1.	Síntese do Replanejamento - Gestor	189
14.	Princípios Da Educação De Jovens E Adultos.....	191
14.1.	Fundamentos Legais	191
14.2.	Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens eAdultos.....	193
15.	<i>Modalidade de Ensino Presencial: Educação de Jovens eAdultos (EJA)</i>	194
15.1.	Horário - EJA II 2024	197
15.2.	Horário - EJA I 2024	198
15.3.	Modelo de Documentos:.....	198
15.3.1.	Modelo do Roteiro para Acompanhamento da Aprendizagem	198
15.3.2.	Modelo de Rotina Pedagógica.....	199
15.3.1.	Modelo Quadro de Habilidades – Recuperação Contínua	199
15.3.4.	Modelo Quadro de Habilidades – Recuperação Contínua	201
15.3.5.	Modelo de Plano de ação Recuperação Contínua	202
	202	
	202	
15.4.	Readequação Curricular EJA I e II	203
16.	Modalidade De Ensino Semi Presencial: Educação deJovens e Adultos (EJA)	204
17.	A EJA Semi Presencial -2024	205
17.1.	A matriz curricular da EJA (semi presencial).....	206
18.	Atendimento Educacional Especializado (AEE).....	207
19.	Centro de Orientação Educacional (C.O.E.)	208

20.	Reunião de Rede	212
21.	Atividades Complementares e Programas	213
21.1.	Programas	214
21.2.	O Plano Municipal Da Primeira Infância	215
21.2.1.	Programa Primeiríssima Infância.....	216
21.3.	Programa de reforço, recuperação e consolidação da aprendizagem.....	222
21.4.	Programa de Leitura	226
21.5.	Programa Nacional Do Livro Didático - PNLD 2023.....	226
21.6.	Programa Jogos Escolares/2024	227
21.6.1.	Justificativa - Participação Da Unidade Gestora Municipal DeEducação.....	228
21.7.	Projeto de Enfrentamento da Violência Infantil	230
21.8.	Programa Inovação Educação Conectada (PIEC).....	234
21.8.1.	Nível de adoção de tecnologias na rede de ensino	237
22.	Percurso Formativo	239
22.1.	Nace – Escola do Futuro – Universidade de São Paulo	239
22.2.	<i>Aprender a Estudar Textos</i>	241
22.3.	Associação da Saúde Emocional da Criança.....	241
22.4.	Formação de Educação Inclusiva – APAE (Educação Infantil).....	242
23.	Projetos Especiais	243
23.1.	Projeto Paladarzinho Verde – Ervas e Sabores na Escola	243
23.2.	Projeto: Água, Um Bem De Todos!	249
23.3.	Projeto Óleo.....	250
23.4.	Projeto Arte na Escola:	250
23.5.	Concurso: Natal Sustentável em Várzea Paulista	251
23.6.	Programa Corpo de Bombeiro na Escola	251
24.	Ações Permanentes	252
24.1.	Semana Mundial do Brincar (maio / 2023): “A NATUREZA NOBRINCAR”	252
24.2.	Semana Do Bebê.....	255
24.3.	Ato Cívico – 7 de Setembro / Hino Nacional Brasileiro	256

1. Apresentação

Planejamento é importante, mas é o comprometimento dos executores que torna útil a tarefa de planejar. (Angelika Diamonds)

Visando apoiar a organização das Unidades Escolares e dar coesão ao trabalho pedagógico e administrativo na REDE, a Unidade Gestora Municipal de Educação apresenta este documento como **REFERÊNCIA PARA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ADMINISTRATIVO E PEDAGÓGICO NO ANO DE 2023.**

Este documento não se constitui num engessamento das ações realizadas nos Centros Municipais de Educação Básica, mas, acima de tudo, busca motivar condutas pautadas na **pesquisa, registro e reflexão**, considerando que cada orientação aqui elencada, tem a intenção de **promover o debate, o diálogo, o aprofundamento e a adequação das circunstâncias** em que a Educação está inserida, e dessa forma, organizar e promover um trabalho pautado em uma Rede de Aprendizagem.

Os direcionamentos e ações da Unidade Gestora Municipal de Educação, constantes neste documento, visam garantir que os **princípios educacionais e os objetivos de nosso sistema de ensino** fortaleçam a gestão escolar para a melhoria da **qualidade social da Educação**. A gestão pedagógica / administrativa são fundamentais no envolvimento de todos que se relacionam com a escola, **no sentido amplo de comunidade escolar**, favorecendo a cidadania, ampliando o sentido da escola **como espaço de garantia de direitos, de desenvolvimento de valores** e compreensão também dos **deveres**.

Destacamos que as formas de organização dos Centros Municipais de Educação Básica devem considerar a velocidade com que a tecnologia e a ciência se desenvolvem e solicitam da escola, e do processo de ensino-aprendizagem, repensar suas possibilidades de atuação, **inovar por meio de práticas diferenciadas, o desenvolvimento da cultura digital e no diálogo estabelecido entre as diferentes linguagens do conhecimento**.

Esperamos que, no retorno às aulas, as relações entre os atores envolvidos com este novo contexto de aprendizagem sejam privilegiadas por ações de cada Unidade Escolar, e que estas se fortaleçam, valorizando **a solidariedade, o respeito, o acolhimento, mediante às questões redimensionadas pela pandemia, pelo desafio de implementação da BNCC, da necessidade de repensar formas de avaliar e planejar frente ao contexto de recomposição de aprendizagens, corroborando o espaço escolar como democrático, participativo e dialógico**.

Bom retorno a todos!!!

Magali Oliveira Augusto de Souza
Gestora Municipal de Educação

2. Estrutura Organizacional da UGME

Magali Oliveira Augusto de Souza
Gestora Municipal de Educação

Geraldo Aparecido Spolli
Gestor Executivo de Administração Geral

Margarete Regina Leme
Diretora Administrativa

Glauce Rocco Parazzi
Diretora Pedagógica

Coordenadoria Técnica (UGME):

Carla Cristina dos Santos Rodrigues
Elen Fernandes de Matos Fonseca Fabiano Mantovani
Fabiola Heg de Oliveira Arteiro
Filipe Pires Bianchin
Jaqueline Rodrigues da Rosa
Regiane Joventino da Silva
Rute de Paula Ramos
Viviane Rocha Costa Cardim

Diretores de Ensino:

Tânia Cristina de Godoy Gonçalves
Gislene Cristiliane Santos Marilene Mendes Porphirio

Diretora de Projetos Especiais e EJA:

Vani de Paula Martins

Prof.^a Coordenadora Pedagógica da EJA – Educação de Jovens e Adultos:

Meri Elen Guizé da Silva



2.1. Quadros das funções de confiança

UNIDADE GESTORA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - UGME	NOME	FUNÇÃO
Unidade Gestora Municipal de Educação Avenida Fernão Dias Paes Leme, 618	GISLENE CRISTILIANE SANTOS	Diretor de Ensino Fone: 4596-9024
	MARILENE MENDES PORPHIRIO	
	TÂNIA CRISTINA DE GODOY GONÇALVES	Diretor de Ensino Fone: 4596-9005
	CARLA CRISTINA DOS SANTOS RODRIGUES	Coordenadoria Técnica Fone: 4596-9004
	ELEN FERNANDES DE MATOS FONSECA	Coordenadoria Técnica Fone: 4596-9004
	FABIANO MANTOVANI	Coordenadoria Técnica. Fone: 4596-9014
	FABIOLA HEG DE OLIVEIRA ARTEIRO	Coordenadoria Técnica Fone: 4596-9004
	FILIFE PIRES BIANCHIN	Coordenadoria Técnica. Fone: 4596-9014
	JAQUELINE RODRIGUES DA ROSA	Coordenadoria Técnica Fone: 4596-9002
	REGIANE JOVENTINO DA SILVA	Coordenadoria Técnica Fone: 4596-9002
	RUTE DE PAULA RAMOS	Coordenadoria Técnica Fone: 4596-9002
VIVIANE ROCHA COSTA CARDIM	Coordenadoria Técnica Fone: 4596-9014	



C.E.M.E.B.	DIRETOR	VICE-DIRETOR	COORDENADOR
ÁGUIDA AP. SAVIETTO JORGE 4596-4442 Cód 291.468 cemebaguidasaviettojorge@gmail.com R: São José do Rio Pardo, 1791 – Jd. América III CEP 13.222.184	Simone Alves	*****	*****
ANÍSIO TEIXEIRA 4595-8357 Cód 428.292 cemeb- anisio.teixeira@varzeapaulista.sp.gov.br emefanisio@gmail.com R: Itapevi, 236 – Jd. América II CEP 13.221.450	Fabiano Marcel Falasco	Damaris Cristina Bertini Rossi	Sueli Aparecida dos Santos Sant'ana
ARMINDO F. DE OLIVEIRA 4595-2000 Cód 056.030 cemeb-	Malquias Marchesim Dos Santos	*****	Fernanda Ferreira Mendes de Lima



<p><u>armindo.oliveira@varzeapaulista.sp.gov.br</u> cemebarmindo2020@gmail.com Av: Pacaembu, 971 – Jd. Paulista CEP 13.222.000</p>			
<p>BEATRIZ DE OL. CAMPOS, PROFª. 4595-3666 Cód 212.830 <u>cemeb-beatriz.campos@gmail.sp.gov.br</u> <u>emeipbeatrizocampos@gmail.com</u> R: São Paulo, 279 – Vila Santa Terezinha CEP 13.220.160</p>	<p>Ana Paula Costa de Morais</p>	<p>*****</p>	<p>Eliamara de Fátima CaetanoNagy</p>
<p>CARLOS DE ALMEIDA, PROF. 4595-1257 Cód 277.162 <u>cemeb-</u> <u>carlos.almeida@varzeapaulista.sp.gov.br</u>R: João Francisco Leal, 142 – Promeca CEP 13.223.091</p>	<p>Paulo Sérgio Nunes da Silva</p>	<p>Kátia Lourenzetto</p>	



<p>CECÍLIA B. DE C. MEIRELES 4595-7121 Cód 455.970 cemebcecilia@gmail.com cemebceciliameireles@hotmail.com R: Iguatemi, 5434 – Jd. América III CEP 13.222.261</p>	<p>Aline Camargo Rove</p>	<p>*****</p>	<p>Marina Francisca Melo Barban</p>
<p>DELMINDA L. DE M. E SILVA VITAL 4596-6643 Cód 243.486 cemeb- delminda.vital@varzeapaulista.sp.gov.br R: Meritori Marteletti, 250 – Jd. Maria de Fátima CEP 13.220.490</p>	<p>Taís Nacarato Cain</p>	<p>*****</p>	<p>Eliamara de Fátima Caetano Nagy</p>
<p>DIRCE PEDROSO DE SOUZA 4595-2788 Cód 270.854 cemeb- dirce.souza@varzeapaulista.sp.gov.br cemebdircepedroso@gmail.com R: Victório Spinucci, 127 – Jd. Promeca CEP 13.223.200</p>	<p>Eliane Noveli Felix dos Santos</p>	<p>*****</p>	



<p>EDITE SCHNEIDER, PROF.^a 4606-2935 Cód 274.773 escolaedite@yahoo.com.br R: Embu, 355 – Jd. Mirante CEP 13.224.610</p>	<p>Sergio Ricardo de Almeida</p>	<p>Antônia Regina da Silva</p>	<p>Flávia Renata Gomes Portera</p>
<p>ERICH BECKER 4595-1878 Cód 243.462 cemeb- erich.becker@varzeapaulista.sp.gov.br gestao.erich.becker@gmail.com R: dos Canários, 160 – Cidade Nova II CEP 13.221.573</p>	<p>Éveli Morelli Faustino</p>	<p>Eduardo Teixeira da Silva</p>	<p>Joseline Aparecida Macedo</p>
<p>FLORESTAN FERNANDES 4595-4110 Cód 133.656 emeiflorestanfernandes@gmail.com R: Deolinda Carezatto Sutti, 210 – Cidade Novall CEP 13.221.572</p> <p>ANEXO FLORESTAN R: Curió, 458 – Jd. América I Fone: 4596-3203 CEP 13.221.581</p>	<p>Silvia Regina Dezidério Silva</p>	<p>*****</p>	<p>Priscila Maira de Campos Coimbra</p>



<p>JOÃO APRILLANTI, PREF. 4606-1525 Cód 299.170 emefaprilanti@yahoo.com.br R: Valentina de Castro, 397 – Vila Santa Terezinha CEP 13.220.055</p>	<p>Patricie Veraldi</p>	<p>Nilza Pereira de Lima Galli</p>	<p>Karina de Fátima Pacheco da Silva</p>
<p>JOÃO BAPTISTA NALINI 4596-6000 Cód 277.174 emefjbnalini@yahoo.com.br R: XV de Novembro, s/n – Jd. Buriti CEP 13.225.800</p>	<p>Vivian Roveri Capovila</p>	<p>Magda Navarrete Z. de Souza</p>	<p>*****</p>
<p>JOSÉ PEDRO MUSSELI 4595-6006 Cód 271.652 creche.josemusseli@hotmail.com R: Alberto De Oliveira, 20 – Jd. Cruz Alta CEP 13.224.420</p>	<p>Karlla Cibebe De Oliveira</p>	<p>*****</p>	<p>*****</p>
<p>JOSÉ RAIMUNDO DA SILVA 4596- 0151 R. Faizao, 100 - Cidade Nova II, CEP 13221-583 cemebjoseraiumndo@gmail.com</p>	<p>Emilene Ribeiro Pessoto</p>	<p>*****</p>	<p>*****</p>



<p>JOVINO COSME UBALDO 4596-6626 Cód 096.325 cemeb- jovino.ubaldo@varzeapaulista.sp.gov.br R: Manoel Cardoso Grillo, s/n – Jd. Diana CEP 13.224.160</p>	<p>Daniele Cristina Balan Donnamaria</p>	<p>*****</p>	<p>Ana Claudia Rodrigues Nogueira Lopes</p>
<p>JUVELITA P. DA SILVA, PROF.^a 4596-1801 Cód 299.406 cemeb- juvelita.silva@varzeapaulista.sp.gov.br R: Montes Claros, 50 – Vila Real CEP 13.222.169</p>	<p>Ana Claudia dos Santos Dias Torres</p>	<p>Carlos Alexandre Dionízio</p>	<p>Graziela Cristina Somini Pupo</p>
<p>JUVENAL CANDIDO DA SILVA 4595-1222 Cód 279.833 cemebjjuvenal@gmail.com R: 21 de Abril, 145 – Jd. Buriti CEP 13.225.761</p>	<p>Silvia Helena Nogueira</p>	<p>*****</p>	<p>Cristine de Cássia Fernandes Faria Raveli</p>
<p>LUIZ FIORESI 4596-6672 Cód 092.381 emeiluzfioresi@bol.com.br R: Rio de Janeiro, 221 – Vila Popular CEP 13.225.124</p>	<p>Janaina Alves Antonio</p>	<p>*****</p>	



<p>MANOEL CAETANO DE ALMEIDA 4606-4798 Cód 243.474 cemeb.manoelcaetano@gmail.com R: Vitória Régia, 121 – Residencial Alexandria CEP 13.223.470</p>	<p>Renata Cristina de Campos Tobias</p>	<p>Flávia Rezende de Oliveira Meireles</p>	<p>Janaína de Cassia Ruella</p>
<p>MARIA AP. APRILLANTI, PROF.^a 4596-6677 Cód 056.029 cemebmariaaparecidaaprollanti@gmail.com R: Itororó, 221 – Vila Iguaçu CEP 13.225.610</p>	<p>Renata Ferreira da Silva Cunha</p>	<p>*****</p>	
<p>OSWALDO C. PIRES, PROF. 4596-4441 Cód 277.186 cemeboswaldocp@gmail.com R: Turiassú, 09 – Vila Tupi CEP 13.225.070</p>	<p>Maria Leonardo Pereira da Silva Godoy</p>	<p>Carlos Alberto de Mello Oliveira</p>	
<p>PALMYRA A. D'ALMEIDA RINALDI 4606-5280 Cód 274.781 palmyra.rinaldi@gmail.com R: Itaipú, 150 – Parque Guarani CEP 13.225.500</p>	<p>Pedro Paulo Póvoa Pastri</p>	<p>Priscila Emanuela Oliveira DiBenedetti</p>	<p>Lenice Nunes Fantini</p>



<p>PAULO FREIRE 4595-3338 Cód 440.176 cemeb- paulo.freire@varzeapaulista.sp.gov.br R: Dinamarca, 13 – Jd. Santa Lúcia CEP 13.223.290</p>	<p>Adriana Aparecida Ferro</p>	<p>*****</p>	
<p>ANTONIO BUENO, PROINF. 4595-4338 Cód 479.421 cemeb- antonio.bueno@varzeapaulista.sp.gov.br <u>cemebproinfanciaab@gmail.com</u> Av. Pacaembu, 570 – Jd. Paulista CEP 13.222.000</p>	<p>Valéria Eliza de Almeida Esposito Lourenço</p>	<p>*****</p>	<p>Ana Claudia Barbosa Nunes Mineiro</p>
<p>ARNALDO NETTO, PROINF. 4595-8408 Cód 5.192 cemeb- arnaldo.netto@varzeapaulista.sp.gov.br cemebarnaldonetto@gmail.com Rua Gianfrancesco Guarneri, 936 Jd. das Palmeiras CEP 13.224.700</p>	<p>Aleksandra Kulynych Sudano</p>	<p>*****</p>	<p>Maria Lucia Galiano Nogueira</p>



<p>ROSA NANNI FIORESI 4596-6615 Cód 271.640 crechegarani@yahoo.com.br R: Itaoca, 40 – Parque Guarani CEP 13.225.501</p>	<p>Rosangela de Fátima FrancisconiGutierrez</p>	<p>*****</p>	
<p>SÃO MIGUEL ARCANJO 4606-4810 Cód 200.682 escolasma@bol.com.br R: Birigui, 325 – Jd. América IV CEP 13.222.341</p>	<p>Denise Aparecida Souza</p>	<p>José Antônio da Silva Moraes</p>	<p>Simone Aparecida da Silva</p>
<p>VINÍCIUS DE MORAES 4595-3000 Cód 81.899 viniciusdemoraescemeb@gmail.com R: Carioba, 277 – Jd. Alessandra CEP 13.224.520</p>	<p>Flávia Roberta Corrêa deCarvalho</p>	<p>*****</p>	<p>Ana Claudia Rodrigues Nogueira Lopes</p>
<p>WILFRIDO WIENEKE, PADRE 4595-1444 Cód 395.959 cemebpadrewilfridowieneke@hotmail.com Av. Arujá, 66 – Residencial Aymoré</p>	<p>Elaine Rueda Gonzaga Lopes</p>	<p>Débora Brun Martinelli</p>	<p>Luzia Costa Souza</p>



CEP 13.225.363			
ZILDA ARNS, Dr.^a 4596-6634 Cód 234.229 <u>cemeb-</u> <u>zilda.arns@varzeapaulista.sp.gov.br</u> R: Itapeva, 220 – Jd. América IV CEP 13.222.380	Marisilda Pinheiro Andrello	*****	Gabriela Carola



2.2. Diretores de Ensino (Por setor)

SETOR	CEMEB
<p>SETOR1</p> <p>Diretora de Ensino: Gislene Cristiliane Santos</p>	<p>CEMEB's: Águida Aparecida Savietto Jorge / Anísio Teixeira / Antonio Bueno/ Armindo Francisco de Oliveira / Cecília Benevides de Carvalho Meireles / Erich Becker / Florestan Fernandes / Juvelita Pereira da Silva, Professora / São Miguel Arcanjo / Zilda Arns, Dr^a / José Raimundo da Silva, Professor</p>
<p>SETOR 2</p> <p>Diretora de Ensino: Tânia Cristina de Godoy Gonçalves</p>	<p>CEMEB's: Beatriz de Oliveira Campos / Carlos de Almeida, Professor / Delminda Leda de Medeiros e Silva Vital, Professora / Dirce Pedroso de Souza Edite Schneider, Professora / Jovino Cosme Ubaldo/ Prefeito João Aprillanti / Manoel Caetano de Almeida / Paulo Freire / Vinícius de Moraes</p>
<p>SETOR 3</p> <p>Diretora de Ensino: Marilene Mendes Porphirio</p>	<p>CEMEB's: Pro Infância Arnaldo Neto/ Professor João Baptista Nalini / Juvenal Cândido da Silva / Luiz Fioresi / Maria Aparecida Aprillanti / Professor Oswaldo Camargo Pires, / Professora Palmyra Aurora D'Almeida Rinaldi, Professora / Rosa Nanni Fioresi / Wilfrido Wieneke, Padre / Vereador José Pedro Musseli</p>

2.3. Coordenação Pedagógica da Educação Infantil

ESCOLAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL	COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA
CEMEB JUVENAL CÂNDIDO	Cristine de Cássia Fernandes Faria Raveli
CEMEB MARIA APARECIDA APRILLANTI CEMEB LUIZ FIORESI	*****
CEMEB PROINFÂNCIA ANTONIO BUENO	Ana Claudia Barbosa Nunes Mineiro
CEMEB JOVINO CSME UBALDO CEMEB VINÍCIUS DE MORAES	Ana Claudia Rodrigues Nogueira Lopes
CEMEB BEATRIZ DE OLIVEIRA CAMPOS CEMEB DELMINDA LEDA VITAL	Eliamara de Fátima Caetano Nagy
CEMEB ARMINDO FRANCISCO DE OLIVEIRA	Fernanda Ferreira Mendes de Lima
CEMEB ZILDA ARNS	Gabriela Carola
CEMEB MANUEL CAETANO DE ALMEIDA	Janaína de Cássia Ruella
CEMEB PADRE WILFRIDO WIENEKE	Luzia Costa Souza
CEMEB ARNALDO NETTO	Maria Lúcia Galiano Nogueira
CEMEB ROSA NANNI FIORESI CEMEB VEREADOR JOSÉ PEDRO MUSSELI	*****
CEMEB PAULO FREIRE CEMEB DIRCE PEDROSO	*****
CEMEB FLORESTAN FERNANDES	Priscila Maira de Campos Coimbra
CEMEB CECÍLIA MEIRELES	Marina Francisca Melo Barban
CEMEB ÁGUIDA SAVIETO JORGE CEMEB JOSÉ RAIMUNDO DA SILVA	*****

3. Objetivos e Princípios Educacionais da Rede Municipal de Ensino de Várzea Paulista

3.1. Princípios da Rede de Ensino

Para definir os objetivos e todas as ações da Rede de Ensino, seguem os princípios que fundamentam toda organização Pedagógica e Administrativa:

***Garantia do acesso e permanência:** este princípio em relação ao acesso já é garantido no âmbito da legislação e de políticas públicas, estendido à faixa etária de quatro e cinco anos. O desafio está na garantia da permanência e na concretização dos direitos em relação ao processo de ensino aprendizagem e qualidade social da educação.

Neste princípio destacamos uma escola na perspectiva inclusiva que garanta o acesso e a permanência de todos. Que os encaminhamentos da Unidade Gestora Municipal de Educação e o Projeto das unidades escolares promovam e proponham ações para um trabalho inclusivo fundamentado em uma concepção de identidade e diferenças, em que as relações entre ambas não se estabeleçam em torno de oposições (normal/especial, branco/negro, masculino/feminino, pobre/rico, entre outros). Que não se faça uma escolha em detrimento de outras, mas que o ambiente escolar resguarde e efetive o direito de todos; acesso, permanência e aprendizagem.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais, garantindo:

- Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior;
- Atendimento educacional especializado;
- Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino;
- Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais;
- Profissionais da educação para a inclusão escolar;
- Participação da família e da comunidade;
- Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação;
- Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 1994. BRASIL

***Gestão democrática:** A gestão democrática e participativa no âmbito escolar deve ter como finalidade o desenvolvimento integrado de todos os envolvidos no processo educacional.

Para Libâneo (2002, p. 87), a participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática, possibilitando o envolvimento de todos os integrantes da escola no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. A participação proporciona melhor conhecimento dos objetivos e das metas da escola, de sua estrutura organizacional e de sua dinâmica, de suas relações com a comunidade e propicia um clima de trabalho favorável a maior aproximação entre professores, alunos e pais.

No âmbito educacional, a gestão democrática tem sido defendida como dinâmica a ser efetivada nas unidades escolares, visando a garantir processos coletivos de participação e decisão. Nesta perspectiva as decisões devem ocorrer considerando o coletivo que envolve toda organização da escola. A construção e elaboração do Projeto Político Pedagógico é um movimento democrático que deve evocar a participação de todos os segmentos da unidade; pais, alunos; profissionais da educação; comunidade local e outros que forem importantes para o desenvolvimento da escola na promoção do aprendizado dos estudantes.

***Qualidade social da educação:** este princípio requer entendimento, pois envolve diferentes aspectos que são fundamentais para uma educação pública de qualidade. A proposta qualidade social da educação abrange fatores internos e externos à escola. Maria Abadia Silva (2009, p. 224) agrupa tais fatores em quatro categorias:

- a) Fatores socioeconômicos, como condições de moradia; situação de trabalho ou de desemprego dos responsáveis pelo estudante; renda familiar; trabalho de crianças e de adolescentes; distância dos locais de moradia e de estudo.
- b) Fatores socioculturais, como escolaridade da família; tempo dedicado pela família à formação cultural dos filhos; hábitos de leitura em casa; viagens, recursos tecnológicos em casa; espaços sociais frequentados pela família; formas de lazer e de aproveitamento do tempo livre; expectativas dos familiares em relação aos estudos e ao futuro das crianças e dos jovens.
- c) Financiamento público adequado, com recursos previstos e executados; decisões coletivas referentes aos recursos da escola; conduta ética no uso dos recursos e transparência financeira e administrativa.
- d) Compromisso dos gestores centrais com a boa formação dos docentes e funcionários da educação, propiciando o seu ingresso por concurso público, a sua formação continuada e a valorização da carreira; ambiente e condições propícias ao bom trabalho pedagógico; conhecimento e domínio de processos de avaliação que reorientem as ações.

Compreender estes fatores é determinante para o encaminhamento das ações tanto enquanto sistema, quanto ações ocorridas e priorizadas no contexto escolar.

Salientamos que a Unidade Gestora Municipal de Educação – UGME tem organizado seu plano de trabalho considerando os princípios supracitados. Temos a consciência do muito que temos a realizar e destacamos que estamos direcionando nossas ações para concretização do propósito exposto neste documento.

3.2. Os objetivos

“Presente, passado e futuro? Tolice. Não existem. A vida é uma ponte interminável. Vai-se construindo e destruindo. O que vai ficando para trás com o passado é a morte. O que está vivo vai adiante.” Darcy Ribeiro

Como parte integrante das ações pedagógicas pautadas na melhoria da qualidade do atendimento educacional, apresentamos os objetivos e princípios educacionais previstos em nosso plano de trabalho. Dentre as principais atribuições da Unidade Gestora Municipal de Educação – UGME destacamos: atualizar, normatizar e propor diretrizes para a Educação; avaliar e definir procedimentos para o desenvolvimento do trabalho pedagógico, implementar e gerenciar as ações educacionais na rede municipal; articular o desenvolvimento do Quadro do Magistério, Educadores e do Grupo Gestor com a organização e oferta de Formação e Aperfeiçoamento; acompanhar, analisar e avaliar os resultados do ensino seja por avaliações externas ou internas e propor as ações necessárias para direcionamento e melhoria das situações apresentadas.

São nossos objetivos:

***Proporcionar aos alunos do Município de Várzea Paulista uma educação de qualidade, que agregue conhecimentos, habilidades e formação de valores.**

Este objetivo envolve melhorar a qualidade da educação. Ao estabelecê-lo, pensamos em uma ação educativa que tenha como referência a orientação teórico-metodológica que defina a organização do trabalho pedagógico, considerando a realidade sociocultural dos alunos, o contexto da escola e suas necessidades. O trabalho pedagógico a que nos referimos é um trabalho qualificado e direcionado para o processo do desenvolvimento e da aprendizagem de crianças da Educação Básica. Consideramos o Desenvolvimento e Aprendizagem como um processo articulado e que envolve o sujeito, a sua história, sua interação com o outro e suas possibilidades em relação aos aspectos cognitivo, afetivo e social.

***Garantir formação aos profissionais de Educação tendo como referência as necessidades da Rede Municipal.**

Este objetivo, atrelado ao primeiro, contempla a necessidade de formação continuada e que esta ocorra no contexto escolar, abordando as possíveis lacunas no desenvolvimento das aprendizagens e do uso de recursos que apoiem uma ação qualificada. Propiciar momentos para que o professor possa ir além da seleção de conteúdo, de forma que as ações tenham sentido na formação escolarizada dos sujeitos e para o coletivo da escola, respeitadas sua cultura e o direito ao acesso ao conhecimento científico produzido historicamente pela humanidade. Outro aspecto importante da formação é a necessidade do profissional estar atualizado em relação às teorias e conceitos curriculares, metodologias e tendências pedagógicas que propiciem pensar sobre a prática pedagógica, as questões do cotidiano escolar e critérios de avaliação, fundamento para análise de avaliações externas e internas e outras situações que estão atreladas ao trabalho pedagógico escolar e qualidade social da educação.

***Formar uma equipe de Suporte Pedagógico comprometida com os princípios norteadores da educação no município, os objetivos e ações propostas.**

Este objetivo implica na necessidade de definir o papel da equipe gestora, da gestão democrática e suas implicações no cotidiano escolar. Ao propormos este objetivo concebemos a necessidade de esclarecer a responsabilidade do grupo gestor da unidade, a organização do trabalho desenvolvido na escola, na consecução dos princípios da política

educacional do sistema municipal de ensino e desenvolvimento pleno dos objetivos educacionais. Este objetivo concebe também a organização pedagógica e administrativa que abrange a articulação de todos os envolvidos no processo educacional. Neste contexto, a formação continuada para todos os gestores que desempenham função de Suporte Pedagógico na Unidade Gestora Municipal de Educação e nas unidades escolares se apresenta como fundamental para o desenvolvimento do trabalho.

3.3. Calendário Escolar 2024

O calendário escolar se constitui em ferramenta fundamental dentro do processo educacional e elemento propulsor das ações programadas no Projeto Político Pedagógico.

Sendo elaborado pela UGME através de Portaria, de maneira a estabelecer normas, critérios, diretrizes gerais e procedimentos que assegurem a legalidade, a legitimidade e a transparência.

3.3.1. Organização do calendário na Unidade Escolar

Os Centros Municipais de Educação Básica deverão organizar, elaborar e adequar o Calendário Escolar 2024.

O Calendário Escolar é um instrumento único de natureza administrativa com caráter orgânico, dinâmico e diretivo da Unidade Escolar. O Colegiado Escolar elabora, delibera e aprova o calendário escolar, junto com a equipe gestora, docentes e servidores, subsidiados por Portaria, aprovada pelo Conselho Municipal de Educação.

3.2. Orientações para atribuição

A Unidade Gestora Municipal de Educação encaminhou ao final do ano letivo de 2022 a Circular 0188/2022 com orientações aos gestores de situações a serem contempladas seguindo as Portarias 01/2022 e 02/2022. Estando estas amparadas pelo Estatuto do Servidor Público de Várzea Paulista no que tange:

Art. 301, § 2º O exercício das classes ou aulas atribuídas de acordo com o caput fica condicionado à avaliação da direção da unidade educacional e da unidade competente da secretaria nos casos em que o docente se encontre em exercício da docência em unidade educacional diversa, a fim de garantir a continuidade do processo ensino aprendizagem dos alunos.

3.4.1. Perfil de atuação – Professores da Rede de Ensino Municipal

A atuação dos professores em nossa Rede Municipal deve seguir os critérios descritos no Informe 05/2023, como descrito a seguir:

A- Professor da Educação Infantil

Ao atribuir aulas/classes para ação docente na Educação Infantil o professor deverá garantir os Direitos de Aprendizagem e organizar seu planejamento a partir do disposto no Documento de Referência para Organização do Trabalho Administrativo – Pedagógico das Unidades Escolares (Vol.1) e Organizador Curricular para a Educação Infantil (Vol.2) de

Várzea Paulista:

- Garantir situações de brincadeiras significativas aos alunos considerando às necessidades apropriadas às diferentes faixas etárias;
- Propor atividades que permitam que a criança amplie seus conhecimentos a respeito do mundo da natureza e da cultura;
- Organizar situações diversificadas, possibilitando que as crianças façam suas escolhas diante dos grupos para sua interação;
- Criar condições favoráveis à construção do autoconceito e da identidade pela criança em um ambiente que expresse e valorize a diversidade estética e cultural brasileira;
- Intervir e assegurar espaços amplos diariamente para que possam se movimentar;
- Preparar o ambiente/espço para leitura e/ou contação de história, sendo este um momento mágico para a criança, quem propicia a ampliação do vocabulário e o letramento;
- Comparecer/participar das reuniões pedagógicas, formações, encontros pedagógicos sendo estes contemplados no âmbito escolar e/ou fora sendo direcionados pela UGME;
- Observar o aluno no brincar, na interação com o outro, o seu comportamento entre outros;
- Registrar as ações propostas e o desenvolvimento dos estudantes;
- Planejar e elaborar a rotina considerando os recursos didáticos/metodológicos que serão desenvolvidos em prol a aprendizagem dos alunos. Sendo está uma prática diária;
- Integrar os campos de experiências/componentes curriculares considerando um desenvolvimento pleno e integral dos(as) alunos(as), apresentando uma concepção de Educação não fragmentada;
- Interagir com as crianças e possibilitar a participação, a expressão e o conhecimento de si mesmos;
- Formar vínculo com as crianças;
- Participar de Programas, Projetos desenvolvidos pela UGME e Unidade Escolar desenvolvendo as práticas solicitadas na aplicação em sala de aula com alunos e entrega de documentos quando solicitado;

- Apresentar/ofertar e desenvolver junto aos alunos os diferentes recursos didáticos (livros: paradidáticos, material didático, entre outros) encaminhados pela UGME ou em parceria com outros entes federados;
- Organizar proposta de trabalho que contemple grandes e pequenos grupos de alunos;
- Cuidar e manter a sala de aula organizada, promovendo um ambiente adequado para a faixa etária;
- Realizar e manter atualizado o portfólio, os registros e o acompanhamento de avaliações de cada aluno;
- Emitir relatório sobre o desenvolvimento escolar do aluno;
- Participar das Formações, Palestras e reuniões aderidas/conveniadas entre a UGME, Governo Federal e Estadual e demais parcerias que se fizerem presentes no decorrer do ano letivo;
- Desenvolver as ações norteadoras apresentadas no Programa de Leitura visando os conceitos, perspectivas práticas e recursos através de atividades educativas dos projetos da Unidade Escolar, alinhados as orientações do Programa;
- Realizar apresentando diferentes gêneros e portadores, otimizando um espaço leitor em sala de aula, ampliando para demais recursos como audiovisuais, literários, tecnológicos, entre outros;
- Fazer uso dos recursos tecnológicos ofertados às Unidades Escolares como TV Smart, Tablets, lousa digital entre outros de maneira a contemplar aulas diferenciadas que atendam a todos, em prol a uma aprendizagem significativa (conforme Vol. 1 - Referência para Organização do Trabalho Administrativo e Pedagógico das Unidades Escolares, pág. 69). Não sendo facultativo o uso destes recursos.
- Acessar e manter atualizado o sistema GRP.

B- Professor Do Ensino Fundamental

Professor Alfabetizador – CICLO 1

Ao atribuir aulas/classes para ação docente no Ensino Fundamental professor deverá garantir os Direitos de Aprendizagem e organizar seu planejamento a partir do disposto no Documento Referência para Organização do Trabalho Administrativo – Pedagógico das Unidades Escolares (Vol.1) e Organizador Curricular de Várzea Paulista para o Ensino Fundamental (Vol.3 – do Ano 1 ao 5) e Vol. 4 das Áreas Específicas:

- Cumprir as conformidades apresentadas pelo Plano Municipal de

Educação - Lei nº 2.225, de 13 de outubro de 2.014, do Art. 3º Alfabetizar até os 08 anos de idade todos os educandos matriculados nos Anos iniciais, conforme segue:

Meta 2

- a) Manter e ampliar programas e ações de correção de fluxo do Ensino Fundamental, do estudante que não se apropriou dos conhecimentos, por meio do acompanhamento individualizado, adotando práticas como aulas de apoio no turno complementar, estudos de recuperação.

Meta 5

- a) Garantir o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;
- b) Instituir instrumentos de avaliação, periódicos e específicos, de modo a aferir a alfabetização ao final do terceiro ano do Ensino Fundamental, bem como estimular os sistemas de ensino e as escolas a implementar medidas pedagógicas para alfabetizar todos os estudantes de forma a garantir a continuidade do processo de aprendizagem entre os ciclos;
- c) Ampliar progressivamente os níveis de aprendizagem em leitura, escrita e matemática de todos os estudantes, até o 3º ano do Ensino Fundamental das escolas do município, através da organização de um ambiente educacional favorável com espaços educativos e currículo que contemplem as singularidades do processo de alfabetização apropriadas a cada faixa etária.

- Atuar diante da RESOLUÇÃO UGME Nº 02 DE 09 DE SETEMBRO DE 2021, conforme segue:

Art. 1º- instituir o Programa de reforço, recuperação e consolidação da aprendizagem que consiste na oferta de atividades e ações complementares ao trabalho desenvolvido pelo professor nas situações de aprendizagem ocorridas de forma presencial e não presencial aos estudantes da rede pública municipal, para que tenham oportunidades de retomar seu engajamento com os estudos, reforçar e recuperar aprendizagens essenciais.

§ 1º: o público alvo dessa ação serão os alunos regularmente matriculados no Ensino Fundamental;

§ 2º: os alunos que integrarão a ação serão definidos pelo grupo gestor da unidade escolar em conjunto com os professores considerando as dificuldades de aprendizagem;

§ 3º: O período de participação dessa ação será definido em conjunto com as unidades escolares de forma a atender e contemplar todos os discentes público alvo da ação;

Art.2.

§ 1º Os professores deverão realizar planejamento para o desenvolvimento dos momentos de Recuperação, Reforço e Consolidação da Aprendizagem prevendo a utilização de jogos diversos como recurso didático para o desenvolvimento de atividades que envolvam leitura, escrita e raciocínio lógico;

§ 2º As atividades devem ser elaboradas buscando favorecer situações de aprendizagem que visem sanar as dificuldades apresentadas pelos alunos e atribua significados para o seu entendimento e compreensão; e

§ 3º A Unidade Escolar deverá utilizar o resultado das avaliações organizadas

pela UGME e pela própria escola aplicadas com os alunos como norteador para as ações propostas no Programa; • Utilizar os recursos tecnológicos das Unidades Escolares como TV Smart, Tablets, lousa digital, entre outros de maneira a contemplar aulas diferenciadas que atendam a todos, em prol a uma aprendizagem significativa (conforme Vol. 1 - Referência para Organização do Trabalho Administrativo e Pedagógico das Unidades Escolares, pág. 69). Não sendo facultativo o uso destes recursos.

- As aprendizagens dos estudantes devem ser significativas de maneira que possam se desenvolver pessoalmente e ter uma imagem positiva de si mesmos, alcançando avanços e sucessos;
- Compreender que todos são capazes de aprender e que todos tem uma história, uma experiência e um conhecimento. Desenvolvendo assim, um trabalho de alfabetização adequado às necessidades de aprendizagem dos alunos;
- Ser uma referência para os alunos: como leitor, como usuário da escrita e como parceiro durante as atividades;
- Utilizar recursos/estratégias e conhecimento disponível sobre os processos de aprendizagem dos quais depende a alfabetização, para elaborar/planejar situações que envolvam a leitura e escrita;
- Acompanhar/observar o processo de realização das atividades dos alunos, propondo os agrupamentos e interações nas situações de parceria, através de intervenções pedagógicas adequadas;
- Planejar/elaborar situações de alfabetização desafiadoras, considerando o nível de conhecimento dos alunos;
- Desenvolver ações pedagógicas que envolvam agrupamentos, considerando seus conhecimentos;
- Realizar registros de observações/intervenções sobre o desempenho dos alunos demonstrando os avanços a serem considerados como direcionamentos para a elaboração de situações de aprendizagem que poderão contribuir para a progressão do estudante;
- Responsabilizar-se pelos resultados obtidos em relação às aprendizagens dos alunos;
- Comparecer/participar das reuniões pedagógicas, formações, encontros pedagógicos sendo estes contemplados no âmbito escolar e/ou fora sendo direcionados pela UGME;
- Participar de Programas, Projetos desenvolvidos pela UGME e Unidade Escolar desenvolvendo as práticas solicitadas na aplicação em sala de aula

com alunos e entrega de documentos quando solicitado;

- Participar das Formações, Palestras e reuniões aderidas/conveniadas entre a UGME, Governo Federal e Estadual e demais parcerias que se fizerem presentes no decorrer do ano letivo;
- Cuidar e manter a sala de aula organizada, promovendo um ambiente alfabetizador e adequado para a faixa etária;
- Apresentar/ofertar e desenvolver junto aos alunos os diferentes recursos didáticos (livros: paradidáticos e didáticos, material didático, entre outros) encaminhados pela UGME ou em parceria com outros entes federados.
- Desenvolver as ações norteadoras apresentadas no Programa de Leitura visando os conceitos, perspectivas práticas e recursos através de atividades educativas dos projetos da Unidade Escolar, alinhados as orientações do Programa.
- Estimular a leitura individual, compartilhada e realizada pelo professor, apresentando diferentes gêneros e portadores, otimizando um espaço leitor em sala de aula, ampliando para demais recursos como audiovisuais, literários, tecnológicos, entre outros.
- Selecionar diferentes gêneros textuais, sendo estes apropriados para o desenvolvimento e avanço da turma.
- Desenvolver práticas de alfabetização contextualizadas, através do fazer lúdico que possibilitem construções mentais e culturais das crianças diante dos múltiplos aspectos de sua realidade – inclusive da língua escrita como objeto cultural e social (Pacto);
- Elaboração/análise de situações didáticas de alfabetização, a partir do conhecimento sobre os processos de aprendizagem;
- Análise da produção de escrita dos alunos, identificando o que ela revela sobre o seu conhecimento linguístico sobre a escrita;
- Produção/uso de instrumentos de avaliação da aprendizagem do aluno no que se refere à alfabetização;
- Desenvolver um trabalho interdisciplinar e/ou multidisciplinar (conforme orientado no Referência para Organização do Trabalho Administrativo – Pedagógico das Unidades Escolares (Vol.1) diante das situações vivenciadas e experienciadas pelos alunos;
- Desenvolver em parceria com os professores das demais Áreas de

Conhecimento um trabalho interdisciplinar, que contemplem as diferentes linguagens;

- Identificar as habilidades que o aluno precisará desenvolver de forma a alcançar a(s) Competência(s) propostas;
- Realizar o acompanhamento da progressão das habilidades de forma a alinhar as ações pedagógicas no sentido de colaborar com a aprendizagem dos alunos;
- Fazer uso de recursos como materiais concretos que permitam a compreensão e o entendimento dos alunos diante das situações e processos apresentados;
- Propor a experimentação/exploração nas diferentes Áreas de Conhecimento, permitindo a pesquisa, a percepção e a reflexão diante dos processos (Ex. Ciências da Natureza – Orientações complementares);
- Propor construção e elaboração de jogos junto aos alunos, que permitam a exploração dos materiais como um recurso de aprendizagem, através da interdisciplinaridade entre as demais Áreas de conhecimento, envolvendo também as Áreas Específicas;
- Propor atividades além do âmbito da sala de aula que possibilite a ampliação de recursos e aprendizagem e vivências através de um ambiente enriquecedor de aprendizagem;
- Identificação dos avanços e possíveis variáveis que possam interferir na aprendizagem;
- Planejamento de situações didáticas de alfabetização considerando o que se sabe sobre os processos de aprendizagem e sobre o conhecimento dos alunos;
- Formação de agrupamentos produtivos para a aprendizagem de todos os alunos, gerando de maneira adequada através dos níveis de conhecimento em relação ao sistema de escrita, proporcionando a interação e a troca entre os estudantes.
- Seleção/uso de diferentes recursos/materiais apropriados para o desenvolvimento do trabalho pedagógico;
- Realizar registros de observações/intervenções sobre o desempenho dos alunos demonstrando os avanços a serem considerados como direcionamentos para a elaboração de situações de aprendizagem que poderão contribuir para a progressão do estudante;

- Aplicar, acompanhar, direcionar e organizar Plano de Ação considerando os resultados das avaliações internas (UGME) e externas (Governo Federal e Estadual), visando sanar as possíveis dificuldades apresentadas pelos alunos;
- Desenvolver o Plano de Ação supracitado conforme solicitação/orientação da Equipe Gestora da UGME e Unidade Escolar;
- Considerar o uso de instrumentos (avaliação interna e externa) e formas de registros como crítico reflexivo da prática docente, possibilitando coerência para as aprendizagens, aliando-as aos princípios educacionais de desenvolvimento pleno, a partir do percurso realizado (a) pelo estudante entre o que se almeja e o que se concretiza, conforme apresentado pelo PIAP - Planode Intervenção e Ação Pedagógica;
- Cuidar e manter a sala de aula organizada, promovendo um ambiente alfabetizador e adequado para a faixa etária;
- Apresentar/ofertar e desenvolver junto aos alunos os diferentes recursos didáticos (livros: paradidáticos e didáticos, material didático, entre outros) encaminhados pela UGME ou em parceria com outros entes federados;
- Realizar e manter atualizado o portfólio, os registros e o acompanhamento de avaliações de cada aluno;
- Emitir relatório sobre o desenvolvimento escolar do aluno;
- Acessar e manter atualizado o sistema GRP.

Vale ressaltar que o Processo de Alfabetização (...) não se cumpre na esfera exclusiva da linguagem escrita, mas sim de forma contextualizada, ampla e plural, envolvendo todo o mundo físico e biopsicossocial das crianças.

INTRODUZIR uma nova capacidade/habilidade, levando os alunos a se familiarizarem com conteúdo e conhecimentos. Esta introdução não significa somente um primeiro contato com o conceito apresentado, mas também a primeira experiência escolar planejada por ele, para sua turma poder trabalhar sistematicamente com tal capacidade.

APROFUNDAR na aplicação de um conhecimento que já foi ensinado. SIGNIFICA ORGANIZAR E PLANEJAR DIVERSAS ATIVIDADES QUE ENFOQUEM O CONTEÚDO TRABALHADO E JÁ GARANTIDO NA SALA DE AULA. Este aprofundamento deve ser utilizado como recurso desistematização do trabalho desenvolvido na rotina escolar e favorecer a aprendizagem dos alunos.

CONSOLIDAR, significa sedimentar, tornar claro e evidente os avanços que ocorreram na progressão da aprendizagem e no desenvolvimento dos alunos. Estes conhecimentos devem ser os principais objetos de reflexão.

Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

Professor - CICLO 2

Ao atribuir aulas/classes para ação docente no Ensino Fundamental professor deverá garantir os Direitos de Aprendizagem e organizar seu planejamento a partir do disposto no Documento Referência para Organização do Trabalho Administrativo – Pedagógico das Unidades Escolares (Vol.1) e Organizador Curricular de Várzea Paulista para o Ensino Fundamental (Vol.3 – do Ano 1 ao 5) e Vol.4 das Áreas Específicas:

- Cumprir as conformidades apresentadas pelo Plano Municipal de Educação - Lei nº 2.225, de 13 de outubro de 2014, do Art. 3º, conforme segue:

-

Meta 2

b) Manter e ampliar programas e ações de correção de fluxo do Ensino Fundamental, do estudante que não se apropriou dos conhecimentos, por meio do acompanhamento individualizado, adotando práticas como aulas de apoio no turno complementar, estudos de recuperação.

Meta 5

- d) Garantir o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;
- e) Instituir instrumentos de avaliação, periódicos e específicos, de modo a aferir a alfabetização ao final do terceiro ano do Ensino Fundamental, bem como estimular os sistemas de ensino e as escolas a implementar medidas pedagógicas para alfabetizar todos os estudantes de forma a garantir a continuidade do processo de aprendizagem entre os ciclos;

- Atuar diante da RESOLUÇÃO UGME Nº 02 DE 09 DE SETEMBRO DE 2021, conforme segue:

Art. 1º- instituir o Programa de reforço, recuperação e consolidação da aprendizagem que consiste na oferta de atividades e ações complementares ao trabalho desenvolvido pelo professor nas situações de aprendizagem ocorridas de forma presencial e não presencial aos estudantes da rede pública municipal, para que tenham oportunidades de retomar seu engajamento com os estudos, reforçar e recuperar aprendizagens essenciais.

§ 1º: o público alvo dessa ação serão os alunos regularmente matriculados no Ensino Fundamental;

§ 2º: os alunos que integrarão a ação serão definidos pelo grupo gestor da unidade escolar em conjunto com os professores considerando as dificuldades de aprendizagem;

§ 3º: O período de participação dessa ação será definido em conjunto com as unidades escolares de forma a atender e contemplar todos os discentes público alvo da ação;

Art. 2.

§ 1º Os professores deverão realizar planejamento para o desenvolvimento dos momentos de Recuperação, Reforço e Consolidação da Aprendizagem

prevendo a utilização de jogos diversos como recurso didático para o desenvolvimento de atividades que envolvam leitura, escrita e raciocínio lógico;

§ 2º As atividades devem ser elaboradas buscando favorecer situações de aprendizagem que visem sanar as dificuldades apresentadas pelos alunos e atribua significados para o seu entendimento e compreensão; e

§ 3º A Unidade Escolar deverá utilizar o resultado das avaliações organizadas pela UGME e pela própria escola aplicadas com os alunos como norteador para as ações propostas no Programa.

- As aprendizagens dos estudantes devem ser significativas de maneira que possam desenvolver pessoalmente e ter uma imagem positiva de si mesmos, alcançando avanços e sucessos;
- Planejar/elaborar situações de alfabetização desafiadoras, considerando o nível de conhecimento dos alunos;
- Ser uma referência para os alunos: como leitor, como usuário da escrita e como parceiro durante as atividades;
- Utilizar recursos/estratégias e conhecimento disponível sobre os processos de aprendizagem para a sistematização/avanço dos conhecimentos adquiridos no processo de aprendizagem dos Anos anteriores e o qual está atuando;
- Acompanhar/observar o processo de realização das atividades dos alunos, propondo os agrupamentos e interações nas situações de parceria, através de intervenções pedagógicas adequadas;
- Formar agrupamentos produtivos de alunos, considerando seus conhecimentos;
- Selecionar diferentes gêneros textuais, sendo estes estudados/analizados e apropriados para o desenvolvimento e avanço da turma;
- Desenvolver atividades que permitam o uso de materiais ao aluno dando base para seu entendimento e compreensão no seu processo de aprendizagem (concreto para abstrato);
- Realizar registros de observações/intervenções sobre o desempenho dos alunos demonstrando os avanços a serem considerados como direcionamentos para a elaboração de situações de aprendizagem que poderão contribuir para a progressão do estudante;
- Responsabilizar-se pelos resultados obtidos em relação às aprendizagens dos alunos.
- Participar de Programas, Projetos desenvolvidos pela UGME e Unidade Escolar

desenvolvendo as práticas solicitadas na aplicação em sala de aula com alunos e entrega de documentos quando solicitado.

- Cuidar e manter a sala de aula organizada, promovendo um ambiente alfabetizador e adequado para a faixa etária;
- Apresentar/ofertar e desenvolver junto aos alunos os diferentes recursos didáticos (livros: paradidáticos e didáticos, material didático, entre outros) encaminhados pela UGME ou em parceria com outros entes federados;
- Desenvolver um trabalho interdisciplinar e/ou multidisciplinar (conforme orientado no Referência para Organização do Trabalho Administrativo – Pedagógico das Unidades Escolares (Vol.1) diante das situações vivenciadas e experienciadas pelos alunos;
- Desenvolver em parceria com os professores das demais Áreas de Conhecimento um trabalho interdisciplinar, que contemplem as diferentes linguagens;
- Identificar as habilidades que o aluno precisará desenvolver de forma a alcançara(s) Competência(s) propostas;
- Realizar o acompanhamento da progressão das habilidades de forma a alinhar as ações pedagógicas no sentido de colaborar com a aprendizagem dos alunos;
- Fazer uso de recursos como materiais concretos que permitam a compreensão e o entendimento dos alunos diante das situações e processos apresentados;
- Propor a experientiação/exploração nas diferentes Áreas de Conhecimento, permitindo a pesquisa, a percepção e a reflexão diante dos processos (Ex. Ciências da Natureza – Orientações complementares);
- Participar das Formações, Palestras e reuniões aderidas/conveniadas entre a UGME, Governo Federal e Estadual e demais parcerias que se fizerem presentes no decorrer do ano letivo;
- Desenvolver as ações norteadoras apresentadas no Programa de Leitura visando os conceitos, perspectivas práticas e recursos através de atividades educativas dos projetos da Unidade Escolar, alinhados as orientações do Programa;
- Realizar apresentando diferentes gêneros e portadores, otimizando um espaço leitor em sala de aula, ampliando para demais recursos como audiovisuais, literários, tecnológicos, entre outros;
- Utilizar os recursos tecnológicos das Unidades Escolares como TV Smart, Tablets, lousa digital, entre outros de maneira a contemplar aulas diferenciadas que atendam a todos, em prol a uma aprendizagem significativa (conforme Vol. 1 - Referência para

Organização do Trabalho Administrativo e Pedagógico das Unidades Escolares, pág. 69). Não sendo facultativo o uso destes recursos.

- Propor construção e elaboração de jogos junto aos alunos, que permitam a exploração dos materiais como um recurso de aprendizagem, através da interdisciplinaridade entre as demais Áreas de conhecimento, envolvendo também as Áreas Específicas;
- Aplicar, acompanhar, direcionar Plano de Ação considerando os resultados das avaliações internas (UGME) e externas (Governo Federal e Estadual), visando sanar as possíveis dificuldades apresentadas pelos alunos;
- Desenvolver Plano de Ação supracitado conforme solicitação/orientação da Equipe Gestora da UGME e Unidade Escolar;
- Considerar o uso de instrumentos (avaliação interna e externa) e formas de registros como crítico reflexivo da prática docente, possibilitando coerência para as aprendizagens, aliando-as aos princípios educacionais de desenvolvimento pleno, a partir do percurso realizado (a) pelo estudante entre o que se almeja e o que se concretiza, conforme apresentado pelo PIAP - Plano de intervenção e Ação Pedagógica;
- Propor atividades além do âmbito da sala de aula que possibilite a ampliação de recursos e aprendizagem e vivências através de um ambiente enriquecedor de aprendizagem;
- Realizar e manter atualizado o portfólio, os registros e o acompanhamento de avaliações de cada aluno;
- Emitir relatório sobre o desenvolvimento escolar do aluno;
- Acessar e manter atualizado o sistema GRP.

Segue Termo de Ciência a ser preenchido pelo profissional no ato da atribuição ficando ciente de sua atribuição e atuação no ano letivo de 2024.

4. Aspectos Administrativos- Pedagógicos das Unidades Escolares - orientações para os Horários de Trabalho Pedagógico Coletivo– HTPC

O HTPC deve ser realizado dentro do ambiente escolar, levando em conta as necessidades de cada comunidade. No dia a dia, seu papel é permitir o desenvolvimento de atividades como formação continuada, correção de provas, reflexão coletiva sobre o trabalho docente, reuniões com pais e planejamento de aulas. Para que esse tempo de formação em serviço seja útil, é fundamental planejá-lo corretamente para que cada uma

das tarefas ocupe um espaço adequado na rotina dos educadores. As questões administrativas e referentes à gestão, por exemplo, têm de ficar num papel secundário. Para os professores, o que realmente importa é poder se dedicar ao aperfeiçoamento da prática, um trabalho que exige a participação permanente (e estratégica) dos coordenadores pedagógicos. É deles a responsabilidade de organizar os momentos de formação, assim como acompanhar de perto o que é realizado individualmente e orientar o diálogo sobre a prática docente, promovendo a troca de experiências dentro da escola. A princípio, pode parecer muita coisa a fazer - e, é preciso reconhecer, fácil de se perder em meio a papos de corredor e reuniões dominadas por mensagens motivacionais e apresentações de computador cheias de imagens fofinhas. É exatamente por isso que não podemos mais fugir do foco principal, que é seguir a lei e aproveitar de forma eficaz o tempo por ela legitimado: criar um tempo para melhorar a qualidade do trabalho docente. Toda e qualquer ação em outro sentido deve ser encarada como uma afirmação clara de que a Educação no Brasil continua em segundo plano.

O **Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC)**, ou qualquer outra denominação que receba nos diferentes sistemas de ensino, se constitui em um espaço no qual toda a equipe de professores pode debater e organizar o processo educativo naquela unidade escolar, discutir e estudar temas relevantes para o seu trabalho e, muito importante, deve ser dedicado também à formação continuada dos professores no próprio local de trabalho.

Por atividade de interação com os educandos, em nosso Estatuto, Lei 182, artigo 86, parágrafo 1º, inciso 1º, entenda-se H.T.P.A. (Horário de Trabalho Pedagógico em Sala de Aula).

O **H.T.P.I. – Horário de Trabalho Pedagógico Individual** extraclasse compreende: atendimento de dúvidas de alunos, aulas de reforço, reuniões de integração e esclarecimento com os pais, atividades educacionais e culturais com os alunos, construção do projeto político da unidade escolar, pesquisa e seleção de material pedagógico, preparação dos trabalhos, correção e avaliação dos trabalhos dos alunos e aperfeiçoamento profissional do professor.

O **Horário de Trabalho Pedagógico em Local de Livre Escolha pelo docente (H.T.P.L)** é essencial para que o trabalho do professor tenha a qualidade necessária e produza resultados benéficos para a aprendizagem dos alunos. Trata-se daquele trabalho que o professor realiza fora da escola, geralmente em sua própria residência, incluindo leituras e atualização; pesquisas sobre temas de sua disciplina e temas transversais; elaboração e correção de provas e trabalhos e outras tarefas pedagógicas.

Quando falamos em Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC) estamos nos remetendo ao momento que privilegia e favorece o diálogo sobre a prática docente. Desta forma, se faz necessário o planejamento das ações, o direcionamento dos estudos que as demandas trazidas pelos professores sinalizam, considerando a heterogeneidade do grupo docente e suas necessidades diversas. É imprescindível o registro dos estudos, dos diálogos, das produções dos professores – que fornecerão materiais à avaliação da trajetória de estudos do coletivo docente.

4.1. Regimento Escolar

O regimento escolar e o Projeto Político Pedagógico (PPP) são documentos fundamentais para as escolas, pois contam com as normas e os objetivos de cada instituição. No entanto, eles têm funções e objetivos diferentes, mas que são complementares.

Diferentemente do regimento, que tem caráter normativo, o PPP tem função pedagógica. Por sua vez, o Regimento escolar deve estar articulado com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição de ensino, esses documentos devem estar em consonância e se relacionar mutuamente.

Com a promulgação da LDBEN n.º 9.394/1996, foi concedida autonomia para as instituições de ensino construírem seus Regimentos Escolares de acordo com a própria organização disciplinar, administrativa e pedagógica.

Trata-se de um documento obrigatório em todas as escolas brasileiras.

O Regimento Escolar é um conjunto de regras que definem a organização administrativa, didática, pedagógica, disciplinar da instituição, estabelecendo normas que deverão ser seguidas para na sua elaboração, como, por exemplo, os direitos e deveres de todos que convivem no ambiente. Define os objetivos da escola, os níveis de ensino que oferece e como ela opera. Dividindo as responsabilidades e atribuições de cada pessoa, evitando assim, que o gestor concentre todas as ordens, todo o trabalho em suas mãos, determinando o que cada um deve fazer e como deve fazer.

Ele é a “lei da escola”, pois regula o funcionamento da instituição de ensino. Isso porque é por meio dele que toda a legislação educacional que é aplicada no país, estado e município, chega até o âmbito escolar, onde os preceitos são institucionalizados no Regimento Escolar.

Cabe, portanto, as unidades escolares formular o seu próprio regimento ou alterar aquele que for feito de maneira unificada para que atenda às suas características individuais, com vistas a estruturar, definir e normatizar as ações do coletivo escolar. Destacamos que o Regimento também por ser um documento amplo compreende valores e os limites que a unidade objetiva alcançar como instituição.

O momento de releitura e possível revisão do Regimento Escolar deve propiciar o aperfeiçoamento da qualidade da educação, estabelecendo a responsabilidade de cada um dos segmentos que compõem a instituição escolar como forma de garantir o cumprimento de direitos e deveres da comunidade escolar.

Neste contexto, ele coordena o funcionamento da escola, regulamentando ações entre os representantes do processo educativo, engloba todas as relações administrativas e sociais que envolvam esse ambiente.

Outro objetivo do Regimento é o cumprimento das ações educativas estabelecidas no Projeto Político-Pedagógico da escola.

Com base na Gestão Democrática - que define a participação de todos na gestão da instituição de ensino - o processo de (re)construção do Regimento Escolar deve ocorrer coletivamente pelos segmentos da comunidade escolar, no exercício do trabalho colaborativo e da responsabilidade de toda a comunidade escolar - todos os profissionais que atuam na instituição de ensino, pais e estudantes da Educação Básica.

Além disso, esse documento deve ser discutido e aprovado pelo Conselho Escolar, encaminhado para validação à UGME e devidamente divulgado (deve ser do conhecimento e estar disponível para a consulta de todos os envolvidos no contexto escolar).

O que deve constar no Regimento Escolar?

Não existe um padrão legal para o regimento escolar, porém algumas informações são fundamentais e precisam aparecer. São elas:

- Identificação da unidade, com todos os seus dados e endereço;
- Para escolas privadas, informações sobre a sua instituição mantenedora;
- Para escolas públicas, informações sobre o órgão mantenedor;
- Níveis e modalidades de ensino que são atendidos e em quais turnos operam;
- Objetivos de forma completa;

- Detalhamento das estruturas administrativa e pedagógica, o que inclui todos os cargos e as atribuições;
- Normas que devem reger as relações pedagógicas e sociais no ambiente escolar e da instituição com a comunidade;
- Informações pedagógicas e sobre o currículo, que atendam a legislação para a educação no Brasil;
- Detalhes sobre o funcionamento burocrático, como a escrituração dos documentos.

Quanto à estrutura na redação do Regimento Escolar, assim como a regulamentação para as normas e leis no Brasil, as regras advêm da Lei Complementar n.º 95/1988.

Essa lei determina que os componentes regimentais devem ser dispostos em Artigos (com a abreviatura Art.), os quais podem ser desdobrados em Parágrafos (com o símbolo §), Incisos (dispostos em numerais romanos) ou Alíneas (dispostos em letras minúsculas). Segue abaixo quadro explicativo.

Além disso, o Regimento Escolar deve obedecer uma ordem lógica e coerente, ordenada por assuntos, do geral para o particular, ele é estruturado em unidades de articulação por meio de Títulos, Capítulos e Seções que se subdividem em artigos; parágrafos; incisos; alíneas; itens e subitens.

O regimento deve ser construído dentro das seguintes normas:

TÍTULOS
Denominação de um assunto abrangente que engloba Capítulos e Seções.
CAPÍTULOS
Formados conforme a complexidade e variedade de assuntos que possam abranger. Podem ser subdivididos em Seções. São grafados com todas as letras maiúsculas e identificados por algarismos romanos
SEÇÕES
Conjuntos de Artigos que dispõem sobre uma mesma unidade de conteúdo. São grafadas com letras minúsculas e identificadas por algarismos romanos.



ARTIGO

(Art.)

Unidade básica para a apresentação, divisão ou agrupamento de cada assunto do Regimento Escolar. Ele descreve uma norma geral e refere-se a um só assunto, princípio ou regra é redigido em uma única frase, e não possui expressões explicativas, siglas ou abreviaturas.

Sua numeração é contínua até o final do documento.

Os artigos são indicados pela expressão "Art.", com inicial maiúscula seguida de ponto e de numeração ordinal até o nono sem pontuação, e de numeração cardinal, a partir do décimo, seguido de ponto final. A frase é iniciada com letra maiúscula e finalizada com ponto final.

Nos casos em que o artigo se desdobrar em parágrafos, a frase é finalizada com ponto final. Se o artigo se desdobrar em incisos, a frase é finalizada com dois pontos. Os artigos podem se desdobrar em parágrafo ou em incisos, porém o texto de um artigo não se desdobra em um único inciso.

O caput dos artigos não é desdobrado em incisos se já tiver sido complementado por parágrafos, assim como as alíneas complementam o sentido oracional apenas de incisos, e os itens complementam apenas as alíneas.

PARÁGRAFO (§)

Deve conter os elementos ou preceitos necessários para perfeito entendimento do Artigo e apresentar conteúdo intimamente vinculado ao do Artigo do qual depende. Ele também

pode conter as restrições, exceções e definições do assunto contido no Artigo ou complementar suas disposições.

Nos casos em que o parágrafo se desdobrar em incisos, a frase é finalizada com dois pontos. O parágrafo é unidade dependente do caput do artigo, dessa forma, não subsiste sem ele. Cada conjunto de parágrafo tem numeração própria dentro do artigo a que pertença.

Os parágrafos podem se desdobrar em incisos. O texto de um parágrafo não se desdobra em um único inciso. Após o parágrafo, o caput do artigo não poderá ser desmembrado em incisos.

Nos casos em que o parágrafo se desdobrar em incisos, a frase é finalizada com dois pontos.

O parágrafo é unidade dependente do caput do artigo, dessa forma, não subsiste sem ele. Cada conjunto de parágrafo tem numeração própria dentro do artigo a que pertença.

Os parágrafos são organizados em números ordinais, até o nono, e cardinais, após o décimo.

Quando houver somente um parágrafo, o mesmo deverá ser identificado como "Parágrafo único", por extenso, tendo apenas a inicial do vocábulo "Parágrafo" em maiúscula, seguida de ponto-final.

A numeração reinicia em cada artigo.



INCISOS (I,II,III, ...)

São utilizados como elementos discriminativos do Artigo, se o assunto neles tratado não puder ser condensado no próprio Artigo ou não se mostrar adequado a construir um parágrafo. Geralmente são utilizados na especificação de atribuições, competências, finalidades, objetivos etc.

Os incisos são representados por algarismos romanos, seguido de hífen, com espaço antes e depois.

A frase é iniciada com letra minúscula, exceto quando a norma culta exigir emprego de letra maiúscula

Nos casos em que houver mais de um inciso, a frase é seguida de ponto e vírgula, exceto a última que é finalizada com ponto final. No penúltimo inciso, depois do ponto e vírgula, utiliza-se o conectivo "e".

Os incisos podem se desdobrar em alíneas. O texto de um inciso não se desdobra em uma única alínea, para cada inciso

inicia-se nova série de alíneas.

ALINEAS (a, b, c,...)

São os desdobramentos dos Incisos e dos Parágrafos, que complementam a ideia anterior: expressas por frases e não por orações de sentido completo; indicadas por letras minúsculas: a, b, ...;

O texto inicia sempre com letras minúsculas, exceto quando a norma culta exigir. Nos casos em que houver mais de uma alínea, a frase é seguida por ponto e vírgula, utiliza-se o conectivo "e".

As alíneas podem se desdobrar em itens. O texto de uma alínea não se desdobra em um único item. Não se utiliza alíneas no lugar de incisos e, para cada alínea inicia-se nova série de itens.

ITENS

Os itens são representados por números cardinais, seguidos de ponto final. A frase é iniciada com letra minúscula, exceto quando a norma culta exigir a letra maiúscula.

SUBITENS

Os subitens são subdivisões do item, sendo representados por números cardinais, seguido de ponto final. A frase é iniciada com letra minúscula, exceto quando a norma culta exigir o emprego de letra maiúscula. Nos casos em que houver mais de um subitem a frase é seguida por ponto e vírgula, exceto a última que é finalizada com ponto final.

No penúltimo subitem, depois do ponto e vírgula, utiliza-se o conectivo "e".

Componentes do Regimento Escolar:

Quanto aos componentes do Regimento Escolar, segundo a Fundamentação Legal para a Elaboração do Regimento Escolar, este documento deverá conter um Preâmbulo, no qual figure:

- A identificação da instituição de ensino, com a indicação dos atos que autorizam seu funcionamento;
- A localização e o histórico da instituição de ensino;
- Os fins e objetivos (em consonância com o disposto no PPP).
- Os elementos constitutivos da organização escolar, a saber (todos em consonância com o disposto no PPP):
 - Gestão;
 - Organização pedagógica;
 - Organização administrativa;
 - Organização didática.
 - A descrição dos direitos e deveres dos membros da comunidade escolar.
 - O elenco das disposições gerais e das disposições transitórias, quando houver.

IMPORTANTE: Adendos Regimentais

O Regimento Escolar, quando criado e aprovado pelo Conselho Escolar e pela UGME é um documento para perdurar.

No entanto, sempre que houver grandes modificações na legislação, deve ser reescrito. Caso haja pequenas modificações, pode-se submeter à discussão e aprovação de Adendos Regimentais, os quais modificam apenas alguns artigos deste documento.

Há dois tipos de Adendos:

- a) **Adendo Regimental de Acréscimo**. Ex.: Adendo Regimental de Acréscimo
- Implantação do curso... (curso novo na instituição).
- b) **Adendo Regimental de Alteração**. Ex.: Adendo de Alteração do Sistema de Avaliação da escola.

Em suma, o Regimento Escolar constitui-se como um apoio na gestão cotidiana da

instituição, tanto nos aspectos pedagógicos quanto nos administrativos. Isso porque nele são definidas claramente as atribuições, os direitos e os deveres dos estudantes, dos professores, dos agentes educacionais e da própria equipe gestora.

Como podemos perceber, trata-se de um documento bastante complexo, nesse sentido, enfatizamos que os gestores são fundamentais para organizar, coordenar a revisão, a implementação e a divulgação do Regimento em sua unidade, uma vez que possuem relevante importância na articulação do trabalho pedagógico e administrativo entre todos os segmentos que constituem a instituição de ensino. É fundamental que todos os professores e demais profissionais leiam o regimento escolar na íntegra, antes de iniciar as suas atividades na instituição.

Não obstante, se cada integrante da comunidade escolar conhecer e aplicar o que nele está regulamentado em suas ações no dia a dia, assumindo suas responsabilidades no processo educacional, a possibilidade da unidade escolar promover a lícitude e obter sucesso no processo de ensino e aprendizagem é ainda maior.

Referências:

ALVES, Paulo Afonso da Cunha; LOCCO, Leila de Almeida de. Legislação Educacional. Curitiba: IESDE Brasil SA., 2009.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. LDB - Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996.

ZABOT, Nircélio. O regimento escolar como instrumento de organização administrativa e pedagógica da comunidade escolar. Revista Brasileira de Administração da Educação, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 63-66, jul./dez. 1986.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível. Campinas. Papyrus, 1996.

4.2. Horários de Funcionamento UE's – informes

a- **Creches:**

Período da Manhã: das 7h às 12h

Período da Tarde: das 12h30 às 17h30

Integral: das 7h às 17h ou 7h30 às 17h30

b- Pré – Escola e Ensino Fundamental:

Período da Manhã: das 7h às 12h

Período da Tarde: das 12h30 às 17h30

Transporte Escolar: Particular: O condutor terá a tolerância de 15 minutos (válidos para horário de entrada e saída).

Empresa terceirizada / frota municipal: o transporte escolar realizado por empresa terceirizada ou frota própria deve respeitar e priorizar o horário de entrada e saída considerando também a tolerância de 15 minutos, podendo se estender ao máximo de 20 minutos. Caso o atraso ocorra com frequência solicitamos ao gestor elaborar relatório com o registro das informações e encaminhar para a Unidade Gestora Municipal de Educação aos cuidados dos diretores de ensino.

Observação: no decorrer do ano temos intercorrências que necessitam da atuação do gestor com seu grupo para o devido direcionamento, por exemplo: calamidades públicas, climáticas, acidentes entre outros. Estas situações devem ser gerenciadas no âmbito das unidades escolares considerando a segurança de todos.

c- Horário de Adaptação 2024 :

CRECHES:

Berçários I e II, Maternais I e II: (Períodos Parcial e Integral)

- *08 e 09 de fevereiro de 2024 → Integração Família X Escola, conforme organização da Unidade Escolar;*
- *15 e 16 de fevereiro de 2024 → Manhã: 7h às 9h30 / Tarde: 12h30 às 15h;*
- *19 e 20 de fevereiro de 2024 → Manhã: 7h às 10h30 / Tarde: 12h30 às 16h;*
- *A partir de 21/02/2024 horário normal.*

PRÉ-ESCOLA:

Etapas I e II

- 08 e 09 de fevereiro de 2024 → *Integração Família X Escola, conforme organização da Unidade Escolar;*
- 15 e 16 de fevereiro de 2024 → *Manhã: 7h às 9h30 / Tarde: 12h30 às 15h;*
- 19 e 20 de fevereiro de 2024 → *Manhã: 7h às 10h30 / Tarde: 12h30 às 16h;*
- *A partir de 21/02/2024 horário normal.*

ENSINO FUNDAMENTAL:

APENAS ANOS 1

- 08 e 09 de fevereiro de 2024 → *Integração Família X Escola, conforme organização da Unidade Escolar;*
- 15, 16 e 19 de fevereiro de 2024 → *Manhã: 7h às 10h30 / Tarde: 12h30 às 16h;*
- *A partir de 20/02/2024 horário normal.*

PARA TODAS AS UNIDADES ESCOLARES:

Medicação: os servidores / funcionários da Unidade não ministrarão medicação mesmo com receita médica. Os pais ou responsáveis devem ir até a creche para medicar a criança. É necessário que os pais ou responsáveis saibam a importância de organizarem os horários de medicação de forma a não coincidir com o horário de permanência na creche. Quando não for possível, a opção é indicar alguém (por escrito na agenda da criança) que compareça até a Unidade no horário correto para administrar o remédio. Pode ser parente (tia, avó ou outro), ou pessoa de confiança do responsável.

Febre: os infectologistas estabelecem os seguintes limites para caracterizar a febre:

- **Febrícula:** De 37,3°C a 37,8°C;
- **Febre:** Acima de 37,8°C;
- **Febre alta:** Considera-se, em geral, a partir de 39°C.

Quando a temperatura da criança estiver entre 37,3°C a 37,8°C , os responsáveis deverão ser comunicados e comparecerem até a Unidade para as devidas providências. Caso o responsável não se apresente na Unidade e a temperatura continuar se elevando, o gestor da escola deverá acionar o **SAMU**.

Relacionamos abaixo **os procedimentos a serem realizados até que a família busque a criança na escola:**

- Banho morno em crianças de creche;
- Compressa fria na testa, nuca, axilas e virilhas;
- Retirar excesso de roupas da criança;
- Oferecer líquidos, de preferência água;
- Arejar salas e ambientes, ventilar o espaço;
- Deixar a criança em repouso;
- Oferecer alimentos leves e em temperatura ambiente.

A febre não é uma doença, é uma reação do organismo contra alguma irregularidade. Nas infecções, ajuda o sistema de defesa a livrar-se do agente agressor. A temperatura corpórea considerada ideal varia entre 36° C e 36,7° C. Geralmente, ela é mais baixa pela manhã e mais alta no fim da tarde ou à noite. Alterações de até 1 (um) grau podem ser absolutamente aceitáveis em condições normais.

Fonte: <https://drauziovarella.uol.com.br/doencas-e-sintomas/febre/> (acessado em fev/2023)

Doenças: em caso de diarreia, vômito, os responsáveis devem ser notificados imediatamente.

Doenças infectocontagiosas: no caso de apresentar conjuntivite, catapora, sarampo, rubéola e outros, a criança deverá ficar afastada do convívio com as outras crianças, retornando mediante a apresentação do atestado médico de liberação de retorno às atividades escolares. Este procedimento visa a prevenção e a proteção de todos contra os possíveis contágios. Salientamos que a criança doente necessita de cuidados específicos e um ambiente favorável à sua recuperação.

Mordidas e abocanhadas: A mordida não é uma agressão, nem fruto de descuido dos profissionais nas escolas. Essas ocorrências são naturais na Educação Infantil, mas não podemos esquecer que as crianças estão descobrindo e explorando o mundo por meio da boca, e que isso vai desaparecendo quando a linguagem vai sendo desenvolvida. Desta

forma, podemos criar estratégias para que essa situação não se repita.

O primeiro passo é identificar em quais situações acontecem, pois pode ter muitos significados, como demonstração de carinho, aprendizado em casa com os pais, interesse pelos colegas, disputa por brinquedos, irritabilidade e um meio de chamar atenção. Incluir o tema na rotina escolar, desenvolver atividades em momentos de leituras e brincadeiras.

Olhar atento:

- Pense sobre a rotina, espaço, tempo, quantidade e a variedade de brinquedos e objetos, atente-se aos detalhes;
- Acalmar a vítima, confortar a criança;
- Conversar com quem mordeu, fazer com que perceba a consequência da ação;
- Conversar com a turma, palavras como, dói, não pode, machuca, (sem gritar), use imagens que ilustram as situações de forma positiva;

Mapeie as situações, faça uma análise detalhada:

- Como se deu a mordida?
- Estavam brincando?
- Havia mais crianças juntas?
- Estavam ansiosos animados por algum brinquedo ou objeto?
- Estavam irritados? O problema se repete?
- Redobre a atenção;
- Não rotule a criança que mordeu, deixe-a interagir normalmente com o grupo;
- Educador/professor/professor auxiliar/cuidador, devem sentar-se próxima a criança que está mordendo;
- Não coloque de castigo/descanso, mantenha-se perto;
- Antecipe os eventos, ofereça brinquedos ou atividades;
- Partilhe leituras e músicas com a criança;
- Conversar com as famílias dos que mordem, coloca-las a par do que acontece;
- Orientá-los sobre o trabalho desenvolvido e trocar ideias para evitar novos episódios;
- Chamar as famílias dos que foram mordidos também, passar a situação

com naturalidade, mas sempre enfatizando os cuidados e atenção;

- Evite surpresas as famílias, sempre ligue, comunique o fato e tranquilize-adizendo que a criança está bem;

Sugestões e dicas para melhor intervir nessas situações:

<https://www.youtube.com/watch?v=ZcOacuhwrqY>

<https://www.youtube.com/watch?v=hQCUCesKPYc&t=1s>

<https://www.youtube.com/watch?v=DiUD3aLgKkE&t=6s>

<https://tempodecreche.com.br/relacao/historia-mordida-nao-napoleao/>

4.3. O Projeto Político Pedagógico - PPP

O PPP sendo um documento particular e de autonomia de cada escola que orienta as ações da unidade ao longo de todo o ano, precisa contemplar as demandas atuais, a cultura e realidade da escola e de sua comunidade. E, por sua vez, refletir as orientações dos currículos propostos pela rede municipal repensando coletivamente os planos da escola a fim de garantir os direitos de aprendizagem de todos os alunos.

Considerando que cada escola acena de forma diferente no sistema de ensino e essa diversidade requer um olhar personalizado para esta comunidade, cabe a escola fazer um diagnóstico interno.

É necessário identificar em qual contexto a instituição está inserida perante a sociedade e o papel dela como ambiente de ensino. Além de quais serão as ações a serem tomadas para galgar resultados melhores, frente aos atuais desafios.

O processo de revisão do PPP, como um todo, deve ser compreendido numa perspectiva dinâmica, mediada pela constante reflexão de todos os sujeitos envolvidos e precisa estar vinculado às demais ações pedagógicas da escola, incluindo a autoavaliação institucional, tendo como finalidade promover melhores resultados no processo de ensino e aprendizagem e nas relações escolares.

A avaliação e atualização do PPP pautado no diálogo constante entre a teoria e a prática, é em si um processo formativo para os profissionais da educação e toda a comunidade, devendo ser atrelado às pautas das reuniões pedagógicas e em outros momentos de estudo na escola ao longo do ano. Por estes e outros motivos, é hora de mobilizar esforços fazer uma revisão geral e reescrever o PPP, para que este documento seja um registro histórico desta fase.

ATENÇÃO: Erros comuns na elaboração e execução do PPP!!!

Erros comuns na elaboração e execução do PPP?



<https://escolaweb.com.br/gestao-escolar/projeto-politico-pedagogico-a-importancia-de-tracar-rumos-para-sua-escola/acesso> em 14/02/21

4.3.1. Como Reelaborar O Projeto Político Pedagógico?

Para que o Projeto Político-Pedagógico tenha a eficiência desejada para o desenvolvimento da escola, é preciso saber de que forma ele deve ser ressignificado. Ou seja, quais as melhores práticas que devem ser adotadas neste momento. Veja abaixo:

Como elaborar o PPP?



<https://escolaweb.com.br/gestao-escolar/projeto-politico-pedagogico-a-importancia-de-tracar-rumos-para-sua-escola/acesso>

Basicamente, o Projeto Político Pedagógico reúne sete itens, que podem ser divididos em capítulos da seguinte forma. Acompanhe:



<https://escolaweb.com.br/gestao-escolar/projeto-politico-pedagogico-a-importancia-de-tracar-rumos-para-sua-escola/aceso>

Reforçamos que todas as Unidades Escolares devem registrar informações sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Conforme dispõe a Resolução Nº 1/2015 UGME art. 24º, o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola de ensino regular deve institucionalizar a oferta do A.E.E, conforme orientado anteriormente. Adequando o plano de ação dos docentes as necessidades do público alvo atendido.

As Unidades de Creche devem organizar e registrar as informações e propostas referentes ao Programa Primeiríssima Infância.

Todos os demais Projetos/Programas desenvolvidos nas unidades e no município/UGME que contemplam a participação das U.E.´s também deverão constar no PPP, sendo incluídos como apêndices.

4.3.2. O Projeto Político Pedagógico e o Currículo

O processo mais intensivo e profundo da revisão do PPP em 2024 deverá ser o Plano de Ação com foco na implementação para os currículos (BNCC) e a reflexão sobre como trabalhá-los, dentro e fora da sala de aula, por parte de toda a comunidade escolar.

É de conhecimento que a Base Nacional Comum Curricular introduz diferentes competências que os alunos da educação básica precisam apresentar. Nesta perspectiva, é fundamental colocar a BNCC no centro do planejamento pedagógico, garantindo as

aprendizagens essenciais aos estudantes.

A revisão do PPP se pauta, principalmente, em considerar quais são as principais competências e habilidades que os alunos precisam desenvolver em cada etapa, cabendo a unidade escolar o desenvolvimento dos respectivos planos de ensino, de acordo com as estratégias definidas em seus próprios projetos político- pedagógicos, estando estas, em consonância com as diretrizes da BNCC.

Haja vista que as habilidades emocionais, tecnologia e autonomia do aluno são algumas das mais apontadas.

Vale lembrar que diante das determinações da BNCC, válidas para todas as escolas sobre o que ensinar, há um espaço para tomadas de decisões em cada localidade, considerando a pluralidade cultural existente.

A equipe gestora da unidade é o principal ponto de apoio para os professores tirarem suas dúvidas, garantindo espaços de formação coletivos que promovam a compreensão pelos professores dos princípios e marcos conceituais da BNCC, além de coordenarem a reelaboração do PPP.

Almejamos que cada unidade escolar desenvolva um PPP que aprimore sua qualidade e eficiência, promovendo uma educação voltada para a formação humanística que invista no desenvolvimento das competências cognitivas e socioemocionais.

As relações como os próprios espaços escolares, foram afetados e estão sendo reinventados com a contribuição de todos os profissionais comprometidos com educação.

“O momento é do ‘Re’: reinventar, repensar, refazer, ressignificar, reconstruir, remodelar e reescrever.

Referências:

BRASIL. Lei nº 9.394, de 23 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola: teoria e prática. 5ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

https://portal.varzeapaulista.sp.gov.br/wpcontent/gove5/include/concursos_publicos/pdfs/ps_159_997.pdf

4.4. Acompanhamento da Frequência Escolar (Educação Infantil e Ensino Fundamental)

O controle da frequência dos estudantes é obrigatório e regulado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96.

Garantir o acesso e permanência dos estudantes é diretriz dos Planos Nacional e Municipal de Educação e muito nos preocupa a evasão escolar, pois incide diretamente na responsabilidade da escola e dos pais na garantia do acesso e permanência do estudante. Neste contexto, faz-se necessário e urgente o enfrentamento desta situação. Destacamos a importância de organizarmos ações e procedimentos a serem cumpridos pelas Unidades Escolares, com a finalidade de zerarmos a evasão escolar.

É preciso seguir rigorosamente o calendário escolar quanto ao registro dos dias letivos e ausência dos estudantes. O fato de haver justificativa de faltas pelo pai/responsável por qualquer que seja o motivo, não isenta o professor de lançar falta para o aluno no sistema GRP/Diário online.

Apresentaremos a seguir alterações ocorridas na LDB no ano corrente e que estabelecem novas orientações para o controle de acompanhamento da frequência dos alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, bem como, procedimentos em relação às ausências em avaliações e outros.

A seguir pontuamos orientações e procedimentos a serem realizados em casos de infrequência e evasão escolar:

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

TÍTULO III Do Direito à Educação e do Dever de Educar

*Art. 7º-A Ao aluno regularmente matriculado em instituição de ensino pública ou privada, de qualquer nível, é assegurado, no exercício da liberdade de consciência e de crença, o direito de, mediante prévio e motivado requerimento, ausentar-se de prova ou de aula marcada para dia em que, segundo os preceitos de sua religião, seja vedado o exercício de tais atividades, devendo-se-lhe atribuir, a critério da instituição e sem custos para o aluno, uma das seguintes prestações alternativas, nos termos do inciso VIII do **caput** do art. 5º da Constituição Federal:* [\(Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019\)](#)
[\(Vigência\)](#)

I - prova ou aula de reposição, conforme o caso, a ser realizada em data alternativa, no turno de estudo do aluno ou em outro horário agendado com sua anuência expressa; [\(Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019\)](#) [\(Vigência\)](#)

II - trabalho escrito ou outra modalidade de atividade de pesquisa, com tema, objetivo e data de entrega definidos pela instituição de ensino. [\(Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019\)](#) [\(Vigência\)](#)

§ 1º A prestação alternativa deverá observar os parâmetros curriculares e o plano de aula do dia da ausência do aluno. [\(Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019\)](#) [\(Vigência\)](#)

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

- I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;
- II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
- III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;
- IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
- V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;
- VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
- ~~VII - informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica.~~
- VII - informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola; [\(Redação dada pela Lei nº 12.013, de 2009\)](#)
- ~~VIII - notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei. [\(Incluído pela Lei nº 10.287, de 2001\)](#)~~
- VIII - notificar ao Conselho Tutelar do Município a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de 30% (trinta por cento) do percentual permitido em lei; [\(Redação dada pela Lei nº 13.803, de 2019\)](#)

§ 2º O cumprimento das formas de prestação alternativa de que trata este artigo substituirá a obrigação original para todos os efeitos, inclusive regularização do registro de frequência. [\(Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019\)](#) [\(Vigência\)](#)

§ 3º As instituições de ensino implementarão progressivamente, no prazo de 2 (dois) anos, as providências e adaptações necessárias à adequação de seu funcionamento às medidas previstas neste artigo. [\(Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019\)](#) [\(Vigência\)](#) [\(Vide parágrafo único do art. 2\)](#)

§ 4º O disposto neste artigo não se aplica ao ensino militar a que se refere o art. 83 desta Lei. [\(Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019\)](#) [\(Vigência\)](#)

CAPÍTULO II

DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

VI - o controle de frequência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação;

Seção II

Da Educação Infantil

Art. 31. A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: [\(Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013\)](#)

IV - controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas; [\(Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013\)](#)

PROGRAMA ACESSO E PERMANÊNCIA

Nosso programa está comprometido em garantir que cada criança tenha acesso igualitário à educação e a oportunidade de alcançar seu potencial máximo.

EQUIPE UGME 2023

A Unidade Gestora Municipal de Educação desenvolveu o Programa “Acesso e Permanência que constitui estratégias previstas no Plano Municipal de Educação nas metas que versam sobre Educação Infantil e Ensino Fundamental.

O principal objetivo do Programa é assegurar que todas as crianças tenham a oportunidade de ingressar na escola, frequentá-la regularmente e completar sua educação de forma bem-sucedida. Visa, também, superar as barreiras que podem impedir o acesso à educação e garantir que os alunos permaneçam engajados na aprendizagem ao longo do tempo.

Atuação do Assistente Social na Educação:

São muitas as possibilidades de atuação do Assistente Social, na Educação seu principal objetivo é intervir nas questões sociais que permeiam o ambiente escolar e atrapalham a escola a cumprir seu papel pedagógico, interferindo no direito da criança e adolescente à educação de qualidade.

A intervenção terá foco no ingresso, regresso, permanência e sucesso escolar. É importante destacar que por trás das ausências podem existir diversos problemas de ordem social, econômica ou de saúde, sendo de competência do Assistente Social intervir nestas situações, visando a defesa e garantia de direitos das crianças e adolescentes.

Acompanhamento das ausências:

Organizamos tabelas com a finalidade de favorecer o acompanhamento das ausências, bem como os direcionamentos cabíveis para os professores e grupo gestor. Destacamos que, mediante as alterações da LDB, reorganizamos o número de ausências para as devidas providências em relação aos anos anteriores.

Na Educação Infantil:

FREQUENCIA MÍNIMA ANUAL EXIGIDA POR LEI (em dias)	QUANTIDADE DE FALTAS ANUAL PERMITIDAS POR LEI (em dias)	QUANTIDADE E DE FALTAS PARA O ACIONAMENTO TODO SERVIÇO SOCIAL (em dias)
200 dias x 60%	200 dias x 40%	80 dias x 30% (30% calculadas sobre os 40% permitidas por lei)
120	80	24

No Ensino Fundamental:

Conforme o artigo 24 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação o controle de frequência fica a cargo da escola, exigida a frequência mínima de setenta e cinco por cento (75%) do total de horas letivas para aprovação (VII).

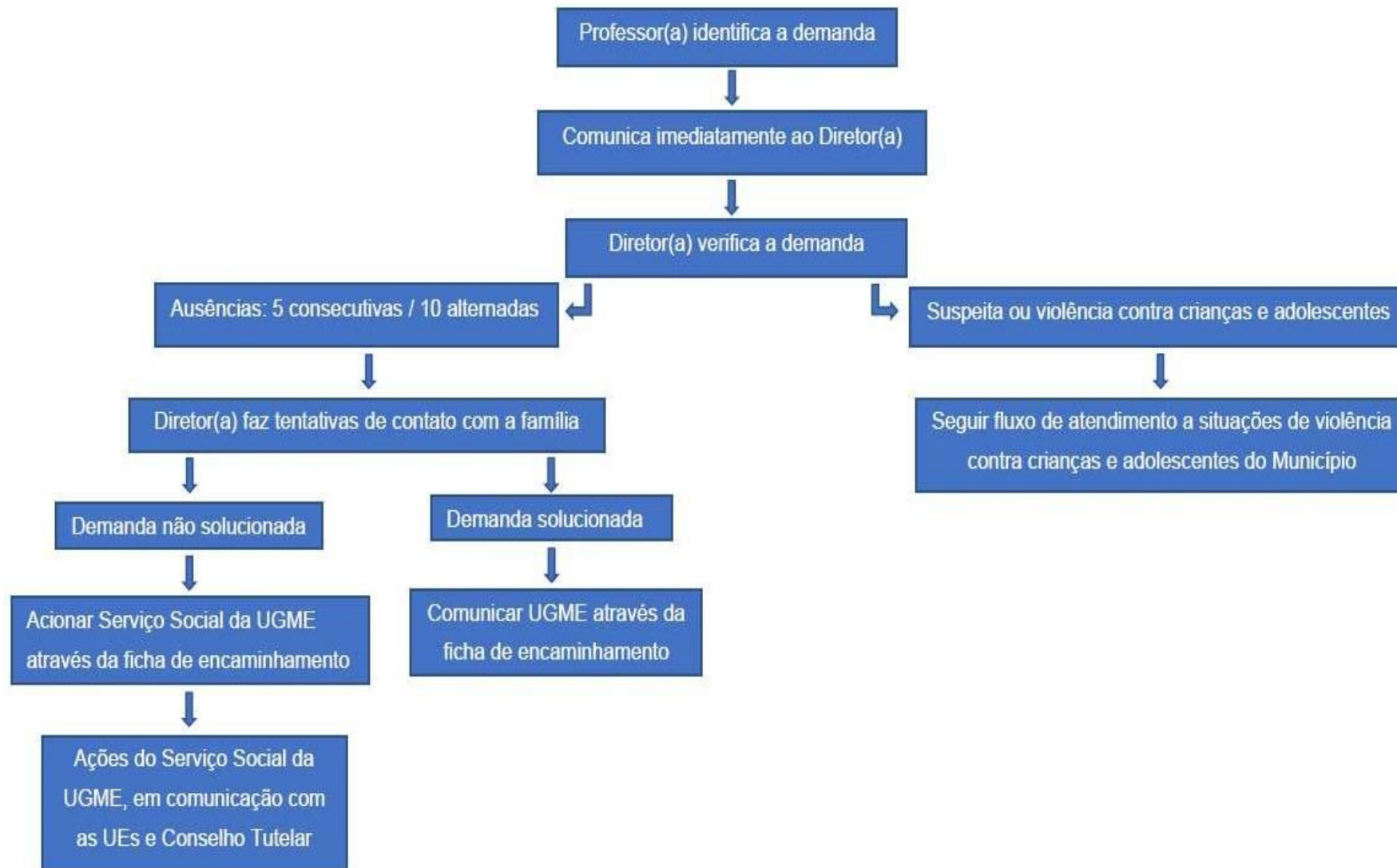
FREQUENCIA MÍNIMA ANUAL EXIGIDA POR LEI (em dias)	QUANTIDADE DE FALTAS ANUAL PERMITIDAS POR LEI (em dias)	QUANTIDADE DE FALTAS PARA O ACIONAMENTO DO SERVIÇO SOCIAL (em dias)
200 dias x 75%	200 dias x 25%	50 dias x 30% (30% calculadas sobre os 25% permitidas por lei)
150	50	15

É importante ressaltar que:

- ✓ **TODAS** as ações referentes ao exposto deverão ser pautadas através de registros.
- ✓ São **OBRIGATÓRIAS** as ações junto aos pais/responsáveis antes do encaminhamento ao Serviço Social da UGME.



FLUXOGRAMA DE ENCAMINHAMENTOS PARA O SERVIÇO SOCIAL DA UNIDADE GESTORA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:





Ficha de encaminhamento para o Serviço Social da UGME:

A ficha é um documento do Word editável e para preenchê-la é necessário baixar o arquivo (não usar o Documentos Google) cuja as orientações para preenchimento foram encaminhadas na Circular nº 021/2023.

Em anexo (Anexo 1) segue uma ilustração do arquivo “Ficha de Encaminhamento para o Serviço da UGME – Programa Permanência”. (as orientações para acesso e preenchimento, consultar a circular).

Mesmo que a situação tenha sido resolvida pela Unidade Escolar, é preciso realizar o envio da ficha através do e-mail luciene.sales@varzeapaulista.sp.gov.br .

Após o encaminhamento para o Serviço Social da UGME, sempre que houver atualizações sobre o caso, o(a) Diretor(a) será informado.

5. BNCC X Currículo Municipal

Como já é de conhecimento a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo que define o conjunto progressivo de APRENDIZAGENS ESSENCIAIS que todos os alunos devem desenvolver ao longo da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio).

Fruto de um amplo processo previsto na Constituição Federal (1988), Lei de Diretrizes e Bases (1996) e no Plano Nacional de Educação (2014), mobilizado por debate e negociação com diferentes atores do campo educacional e com a sociedade brasileira.

Desde 2015, foram produzidas três versões do documento, que contaram com a participação de diversos especialistas, liderado pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e mais de 12 milhões de contribuições da sociedade civil, especialmente de educadores, em consultas públicas.

Com a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 20 de dezembro de 2017, o Brasil inicia uma nova era na educação brasileira e se alinha aos melhores e mais qualificados sistemas educacionais do mundo. Possibilitando as redes de ensino e instituições escolares públicas e particulares seguirem uma única referência nacional obrigatória para Educação Básica, enquanto os currículos traçam o caminho até lá.

Trata-se, portanto, da implantação de uma política educacional articulada e integrada, que traça o percurso a ser percorrido em cada etapa da Educação Básica. Para



isso, o MEC será parceiro permanente dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, trabalhando em conjunto para garantir que as mudanças cheguem às salas de aula. Tendo as instituições escolares, as redes de ensino e os professores como os grandes protagonistas dessa transformação.

Assim, para cada uma das redes de ensino e das instituições escolares, este será um documento valioso tanto para adequar ou construir seus currículos como para reafirmar o compromisso de todos com a redução das desigualdades educacionais no Brasil e a promoção da equidade e da qualidade das aprendizagens dos estudantes brasileiros.

A BNCC expressa o compromisso do Estado Brasileiro com a promoção de uma EDUCAÇÃO INTEGRAL voltada ao acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno de todos os estudantes, com respeito às diferenças e enfrentamento à discriminação e ao preconceito.

A BNCC define ao longo da Educação Básica o desenvolvimento de dez COMPETÊNCIAS GERAIS, assegurando a todos os estudantes, as APRENDIZAGENS ESSENCIAIS, expressas em direitos de aprendizagem e desenvolvimento. Sendo estas:

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e



produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.



Compreender a definição de competência presente na BNCC possibilita a orientação do trabalho pedagógico promovendo uma educação integral, relacionando as aprendizagens e o mundo social e cultural onde estamos inseridos.

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do Trabalho. Ao definir essas competências, a BNCC reconhece que a “educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza” (BRASIL, 2013), mostrando-se também alinhada à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) (BRASIL, 2018, p.8).

É primordial evidenciar que as competências gerais da BNCC se estendem entre as etapas da Educação Básica, possibilitando a conexão na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores, de acordo com o que está descrito na LDB.

5.2. Os Conceitos presentes na BNCC

Fundamentada na dimensão dos princípios éticos, políticos e estéticos direcionados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, a BNCC, que orienta os currículos no país direcionando ações do contexto educacional para “a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva”, apresenta alguns conceitos que fundamentam as práticas educativas.

Estes conceitos devem perpassar o contexto escolar em toda a sua organização e ações didáticas para que o propósito de um desenvolvimento humano integral seja alcançado. Assim, os diálogos pedagógicos na rede encontram fundamentos na organização deste documento ao considerar uma prática educacional mediada pelos conceitos de:

Educação Integral: [...] Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. Significa, ainda, assumir uma **visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto** –considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades (BNCC, p. 12).



Competências Gerais: Ao longo da Educação Básica – na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio –, os alunos devem desenvolver as dez **competências gerais** que pretendem assegurar, como resultado do seu processo de aprendizagem e desenvolvimento, uma formação humana integral que visa à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva (BNCC, p.23).

Competências Específicas: Cada área de conhecimento estabelece **competências específicas de áreas**¹, cujo desenvolvimento deve ser promovido ao longo dos nove anos. Essas competências explicitam como as dez competências gerais se expressam nessas áreas (BNCC, p.26).

Habilidades: Para garantir o desenvolvimento das competências específicas, cada componente curricular apresenta um conjunto de **habilidades**. As habilidades **expressam as aprendizagens essenciais** que devem ser asseguradas aos alunos nos diferentes contextos escolares (BNCC, p.26 – 27).

Objetos de Conhecimento: As habilidades estão relacionadas a diferentes **objetos de conhecimento** – aqui entendidos como **conteúdos, conceitos e processos** –, que, por sua vez, são organizados em unidades temáticas (BNCC, p. 26).

Objetivos de Aprendizagem: Considerando que, na **Educação Infantil**, as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças têm como eixos estruturantes as interações e a brincadeira, assegurando-lhes os direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se, a organização curricular da Educação Infantil na BNCC está estruturada em cinco **campos de experiências**, no âmbito dos quais são definidos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento (BNCC, p.36).

Estes conhecimentos que subsidiam os processos de ensino – aprendizagem serão abordados na atividade docente no item [7. Fundamentação do Trabalho Pedagógico](#) deste documento normativo.

5.3. Homologação do Currículo - Parecer do CME

Segue a relação dos documentos que fundamentam a Homologação do Currículo da

¹ As Competências Específicas de cada Componente Curricular (Competência Específica de área) e seu alinhamento as Competências Gerais, podem ser encontradas nos demais Volumes,



Rede de Ensino:

- **Ata da Reunião Extraordinária de 07/12/2020** (Esclarecimentos sobre a BNCC e sobre a necessidade de alinhamento da Proposta Curricular da Rede de Ensino).
- **Ata da Reunião Extraordinária de 10/12/2020** (Diálogos sobre as especificidades do Ensino Fundamental e Educação Infantil, incluindo as especificidades das Disciplinas específicas em cada segmento).

Organizados por Etapas de Ensino/Áreas de Conhecimento, que integram a organização e Referência Curricular da Rede de Ensino.

- **Parecer Nº12/2021 – CME, de 08 de dezembro de 2021** (Apresentação do Referencial Curricular para Análise e Aprovação).
- **Ata da Reunião Extraordinária de 17 de agosto de 2021** (dentre outras deliberações foi realizada a Aprovação do Referencial Curricular do Município).

O conteúdo na íntegra dos documentos citados, podem ser acessados no link:

<https://drive.google.com/drive/folders/1aTvfx3sJtSjQceu07f5drmetVqV8H1v?usp=share>

5.4. Sobre o Anexo do Organizador

Para apoiar o Planejamento do Ensino nas Unidades Escolares pelo professor, foi elaborado pela UGME os ANEXOS DO ORGANIZADOR CURRÍCULAR, para todos os componentes curriculares em todas as etapas do Ensino (da Educação Infantil ao Ensino Fundamental), um esquema simplificado das Habilidades (Ensino Fundamental) e Objetivos de Aprendizagem (Educação Infantil) arranjadas por bimestre, a serem desenvolvidas conforme diretrizes do Organizador Curricular/2024 de cada Componente Curriculares (desenvolvidos pelos professores Polivalentes e Professores Específicos) para a Educação Básica (Educação Infantil e Ensino Fundamental), em conformidade com as orientações da Base Nacional Comum Curricular.

O acesso a este esquema não dispensa a necessidade de consulta ao Organizador Curricular/2024, que é a base estrutural para todas as ações pedagógicas e encaminhamentos didáticos, composto por textos com diretrizes conceituais e práticas, com indicação de recursos e materiais que apoiam o fazer docente.



Nos esquemas que seguem, a organização das aprendizagens relacionadas ao campo de conhecimento (por Eixos ou Unidades temáticas – de acordo com o componente curricular) organizam e esclarecem como deverão ser encaminhados os parâmetros e ações didáticas para a aprendizagem de cada tema de pesquisa e estudo pelos estudantes, sendo que os detalhes e orientações mais específicas encontram-se no ORGANIZADOR CURRICULAR DE CADA COMPONENTE CURRICULAR (VIDE SEUS QUADROS DE ORIENTAÇÃO).

É importante desenvolver os objetos de ensino atendendo a aprendizagem dos respectivos conceitos/processos. Cabe considerar desde já a centralidade dos da organização de cada campo de conhecimento (por Eixos ou Unidades temáticas – de acordo com o componente curricular) a serem desenvolvidos, em que o conteúdo escolhido pelo professor se configura como um meio para se chegar ao objetivo de aprendizagem proposto (dentro do contextos das habilidades e direitos de aprendizagem) e que será acompanhado e avaliado durante o processo de ensino e de aprendizagem conforme orienta o currículo, fundamentado na BNCC.

6. Fundamentação do Trabalho Pedagógico

O Trabalho Pedagógico de nossa Rede de Ensino se baseia em uma Educação Integral numa visão sóciointeracionista, que ressalta a importância da interação do sujeito com o meio em que vive, contruindo seu conhecimento e desenvolvendo habilidades por meio da interação com outras pessoas e com o seu meio, em um processo histórico, cultural e social.

Neste contexto, o trabalho pedagógico deve ser apoiado em práticas que incentivem o trabalho coletivo, as experiências prévias dos alunos e a construção de sua autonomia. Sendo assim, nossos profissionais de Educação terão um papel contínuo de mediador de aprendizagem, oferecendo aos estudantes a oportunidade de trocar experiências, compartilhar vivências e a cultura, sendo motivados a participar ativamente da construção do próprio conhecimento.

Acreditamos que assim, contribuímos para a formação de seres humanos íntegros, solidários, críticos e conscientes, cidadãos verdadeiramente protagonistas da própria vida.

6.1. Educação Integral (BNCC/Currículo)

As sociedades vivem um cenário mundial de constante mudança em todas as dimensões humanas, trazendo novas demandas para seus cidadãos e cidadãs, que necessitam ser atendidas de modo que possam se reconhecer neste contexto histórico.

O Currículo, fundamentado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), visa a Educação Integral, ou seja, busca contemplar todas as dimensões do desenvolvimento humano.



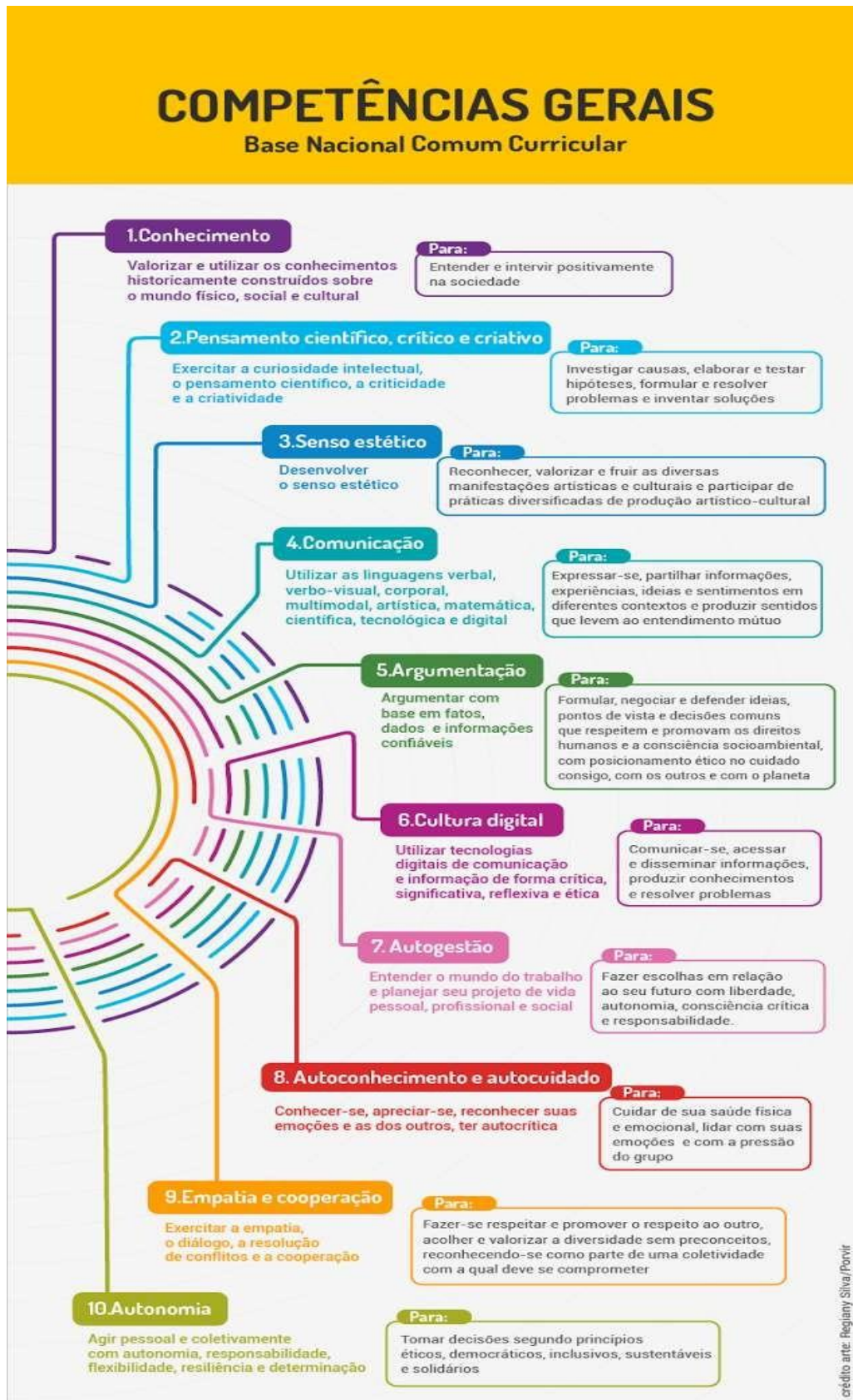
<http://www.fundacaosmbrasil.org/cms/wp-content/uploads/2018/06/FSM-Ap-PilarLacerda-UndimeAmapa-Junho2018.pdf>

Sendo elas:

- **SOCIAL:** Capacidade de agir como cidadãos conscientes e agentes de transformação em questões de interesse coletivo.
- **CULTURAL:** Capacidade de construir identidade, pertencimento e sensibilidade para transitar por um mundo culturalmente diverso.
- **EMOCIONAL:** Capacidade de lidar bem com emoções, sentimentos e relacionamentos.
- **INTELLECTUAL:** Capacidade de valorizar, acessar, produzir e utilizar o conhecimento.
- **FÍSICA:** Capacidade de desenvolver e cuidar da saúde, do corpo e do bem-estar.

Apontando para a formação de sujeitos comunicativos, criativos, participativos, colaborativos, produtivos, responsáveis, autônomos, preparados para participar e intervir no mundo. A busca pelo desenvolvimento dos estudantes em todas as dimensões do desenvolvimento humano só será possível através das dez competências gerais.

No infográfico a seguir podemos retomar as competências descritas para a Educação Básica e acompanhar cada uma delas de forma mais detalhada:



<https://infograficosnaeducacao.blogspot.com/2017/05/infografico-com-as-competencias-gerais.html>

De acordo com a BNCC, todas estas qualidades do sujeito em uma sociedade contemporânea, nos remetem à necessidade de uma revisão do processo educativo, pois estabelecem um olhar inovador e inclusivo as questões centrais deste processo: “o que aprender, para que aprender, como ensinar, como promover redes de aprendizagem colaborativa e como avaliar o aprendizado”. Assim, rever este processo educativo perpassa pela revisão do Currículo e todas as vertentes que o compõe: a quem ele se destina, seu significado para que ensina e para quem aprende, como especifica os direitos e desenvolvimento da aprendizagem, como se organiza, quais conceitos sobre a educação ele aborda.

Quando o Currículo adquire forma e significado dentro de um processo dialógico, possibilita a transformação da escola como espaço privilegiado para formação e transformação, pois ao (re)organizar e ampliar vivências e novas experiências, respeitando o contexto onde a aprendizagem ocorre. Sua abordagem do processo de ensino passa a fazer sentido para a vida dos estudantes, promovendo uma educação “voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades”. Segundo a BNCC, a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças, explicitando o seu compromisso com uma educação integral. Considerando a Educação Integral como princípio:

[...] o Currículo passa a trazer orientações que vão muito além de um conjunto de conteúdos, habilidades e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. Abre-se espaço para que sejam discutidos, ampliados e aprofundados conjuntos de orientações para integração curricular, bem como meios para melhorar as relações humanas e permitir o desenvolvimento do projeto de vida individual e coletivo, entre outros aspectos capazes de promover uma sociedade melhor e mais inclusiva, além de atender às especificidades de cada estudante.” Portanto, a partir do que foi apresentado, o Currículo deve ser observado e refletido, por todos os envolvidos no processo educacional, pois as suas orientações incidem sobre os “afazeres técnicos de docentes, estudantes, equipe gestora e funcionários, nas relações humanas no interior da escola e no seu entorno”. Estas orientações devem ser consideradas na (re) organização do currículo e propostas, cabendo aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, buscar adequá-las às diferentes modalidades de ensino.

6.2. Interdisciplinaridade (BNCC/Currículo)

A interdisciplinaridade é um assunto que vem sendo muito dialogado, até mesmo em virtude das constantes transformações que impactam novas demandas para a sociedade.



Principalmente, quando nos deparamos com documentos oficiais da educação, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

MAS... O QUE É INTERDISCIPLINARIDADE?

É um modo de organizar e produzir conhecimentos integrando as diferentes possibilidades de estudos, com a finalidade de superar a visão fragmentada do conhecimento em direção à uma Educação Integral, estabelecendo assim relações entre as diferentes áreas de conhecimento.

Nos dias atuais os alunos estão conectados as diversas linguagens simultaneamente, que abordam assuntos de formas diferentes das que habitualmente utilizamos em sala de aula. O que impacta diretamente na prática do professor, pois o acesso e expansão dos recursos tecnológicos, informações e conhecimento ultrapassam barreiras físicas, culturais e sociais.

O Trabalho Pedagógico em uma perspectiva interdisciplinar, desenvolve o despertar da curiosidade, o olhar atento, a empatia, onde o docente se depara com a necessidade de orientar e envolver os alunos a se responsabilizar pelo seu próprio aprendizado, ou seja, será necessário um novo olhar diante do conhecimento, contextualizando-o e estabelecendo uma aprendizagem integral.

A proposta de uma prática interdisciplinar pelo professor, colocando o aluno no centro do processo educativo possibilita: otimização de tempo no desenvolvimento do currículo, evita sobreposição de objetos de conhecimento, promove um olhar menos fragmentado da realidade, favorece a integração entre os atores do processo educativo e solidariedade pedagógica.

Na Educação Infantil esta ação já está prevista na própria organização do currículo, considerando os Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento.

Dentro desse contexto, a interdisciplinaridade vem de encontro a BNCC, Currículo Paulista e com a Organização do Trabalho Pedagógico e Administrativo das Unidades Escolares - 2023. É importante que a Unidade Escolar crie espaços que dialoguem com um trabalho coletivo de interação, compreensão e troca de experiências entre os profissionais da educação.

Mas para compreender a importância da interdisciplinaridade, promovendo-a, será necessário Ações Formativas, em momento de HTPC, que ampliem o olhar da Equipe Pedagógica e possibilitem o compartilhamento de práticas.

Os professores da Educação Infantil e Ensino Fundamental 1 (Polivalentes), tem a oportunidade de promover de forma ampla propostas interdisciplinares em seus planos de

aula, planejando dentro dos Objetivos de Aprendizagem/Áreas de conhecimentos que atuam.

Além disso a parceria entre os professores polivalentes e específicos pode ser mediada pelos gestores das Unidades Escolares, abrindo espaço para a socialização de temáticas que podem ser interligadas.

A abordagem interdisciplinar só acontece quando as habilidades ou objetos de conhecimentos se relacionam para uma ampla compreensão de um tema estudado. "A relação entre elas é a base de tudo". Não basta que o Professor Polivalente e Professores Específicos falem sobre o mesmo assunto para se trabalhar de forma interdisciplinar, isto é multidisciplinaridade.

O caminho mais seguro para fazer a relação entre as Áreas de Conhecimento é se basear em situações reais e contextualizadas, que estejam em conformidade com o PPP (Projeto Político e Pedagógico) da

Unidade Escolar e relacionadas aos Programas da Rede de Ensino.

A abordagem interdisciplinar permite que as habilidades e Objetos de Conhecimento que forem trabalhados de forma convencional, seguindo o livro didático, por exemplo, sejam abordados e aplicados na prática, dando sentido ao aluno, fazendo perceber sua natureza e utilidade.



www.infoescola.com/wp-content/uploads/2010/03/interdisciplinaridade.jpg

Nesse contexto o professor deverá promover práticas coletivas e solidárias no planejamento de seus planos de aula. Pois aprender com os colegas é uma das grandes vantagens dessa prática, que estimula a pesquisa, a curiosidade e a vontade de ir aos detalhes para entender que o mundo não está separado em caixinhas, ou seja, em Áreas de Conhecimento.

Outra possibilidade é o uso das Metodologias Ativas que são ferramentas para o exercício da interdisciplinaridade. Podendo ser incluídas e trabalhadas em sala de aula, em Projetos Escolares utilizando estratégias, como: **Sala de aula invertida, Pesquisas de campo, Gamificação, Cultura Maker, Aprendizado por Situações Problema, Aprendizado baseada em Projetos, Seminários e Socializações, Rotação por Estações etc.** Tendo todos como objetivo central fazer com o que o aluno não apenas receba o conhecimento entregue pelo professor, mas sim participe ativamente do processo.



Elas são estratégias de ensino que têm por objetivo incentivar os estudantes a aprenderem de forma autônoma e participativa, por meio de problemas e situações reais, realizando tarefas que os estimulem a pensar além, a terem iniciativa, a debaterem, tornando-se responsáveis pela construção de conhecimento (https://professor.escoladigital.pr.gov.br/metodologias_ativas#:~:text=As%20metodologias%20ativas%20s%C3%A3o%20estrat%C3%A9gias,se%20respons%C3%A1veis%20pela%20constru%C3%A7%C3%A3o%20de).

Mas, para que tudo isto dê certo, o planejamento é fundamental. Os momentos de Planejamento, HTPC'S e Replanejamento Escolares serão fundamentais para a reflexão e elaboração destas Ações interdisciplinares, elaborado por toda a Equipe Escolar.

6.3. Socioemocional (BNCC/Currículo)

“Perceber o que as pessoas sentem sem que elas o digam constitui a essência da empatia”.
(Daniel Goleman)

Existem diferentes estudos e práticas internacionais e nacionais voltadas ao trabalho com Competências Socioemocionais (por exemplo: OCDE, Casel, Wida, Center for Curriculum Redesign, MEC). Além do estudo e disseminação do conhecimento, diferentes avaliações de grande escala contemplam as Competências Socioemocionais, como o PISA (Programme for International Student Assessment) e o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). Considerando o campo investigativo na área escolar, é notória a necessidade de desenvolver intencionalmente as **competências socioemocionais**, nas práticas escolares, de forma que os estudantes aprendam a se relacionar consigo mesmos, bem como com seus pares e demais pessoas de seu entorno, identificando, reconhecendo e dialogando com suas **emoções**.

Os profissionais, alunos e comunidade viveram os reflexos do impacto da pandemia em suas vidas, nas áreas pessoal, profissional e social. Desta forma, a Unidade Gestora Municipal de Educação durante todo período pandêmico e pós pandêmico, tem se preocupado com o **acolhimento**, buscando ações que visassem **a escuta** de todos os envolvidos no processo educacional, mediadas pelos grupos de WhatsApp, abordagens de sensibilização e cuidados, atenção, através de mensagens de apoio, formações para Gestores, professores e alunos, buscando minimizar as angústias de todos.

A Unidade Gestora Municipal de Educação vem aprimorando o olhar cuidadoso para a Educação / Saúde Emocional, de forma a garantir momentos dedicados à escuta e ao diálogo, criando espaços que viabilizem condições ao desenvolvimento da empatia, o cuidado de si e do outro, abrangendo o contexto da Gestão Escolar e nos Centros

Municipais de Educação Básica. Entre as ações podemos destacar as formações em parceria com a ASEC (Associação pela Saúde Emocional de Crianças) e os Encontros de Saúde Emocional que serão mencionados posteriormente no item 23.3. Formações ASEC deste documento normativo.

A Escola como Espaço de Escuta

É imprescindível que a escola seja um ambiente acolhedor. Para isso, é importante um olhar focado para o perfil de cada grupo, considerando a interface da Educação/Saúde emocional. Um ponto fundamental é a escuta atenta à realidade de cada professor/aluno para acolher as diferentes vivências, emoções.

Devemos compreender a **escuta** como um processo permanente, promovendo condições para que esta ocorra de forma qualificada, instaurando espaços que permitam dialogar, podendo ser por meio de fóruns, conselhos, assembleias, ou ainda ocorrer de maneira mais informal, como em uma roda de conversa.

As rodas de conversa são consideradas uma excelente estratégia. Além da escuta, o desenvolvimento das competências socioemocionais deve ser permeado por propostas que estimulem os estudantes a se sentirem seguros para expor seus sentimentos. É importante garantir que todos tenham a oportunidade da fala e da escuta, ou ainda tenham a oportunidade de expressarem-se de outras maneiras (desenhos, pinturas, músicas, dança, uso da tecnologia, entre outros).



<https://www.televiva.com.br/blog/divertido-merite-e-emoes/>

Compreender e identificar as emoções das crianças é fundamental para uma mediação assertiva por parte do professor, dando uma maior oportunidade para que se desenvolvam plenamente; são ainda, indicadores de como realizar as abordagens e direcionamentos para a elaboração de propostas significativas para elas, em diferentes aspectos.

O Desenvolvimento das Competências Socioemocionais

É importante considerar que a FORMAÇÃO INTEGRAL de uma criança se dá além dos aspectos cognitivos e intelectuais; os processos pedagógicos devem articular as dimensões física, afetiva, social e cultural.



O desenvolvimento e a aprendizagem estão profundamente ligados aos aspectos socioemocionais - que passam a ser integrados aos aspectos cognitivos. Desta forma, ressaltamos que as competências socioemocionais devem ser consideradas em um trabalho efetivo e permanente, e que as mesmas, muitas vezes, perpassam as habilidades explicitadas no Organizador Curricular.

...competências socioemocionais são a manifestação de conhecimentos, habilidades e atitudes que envolvem as dimensões social, emocional e intelectual”, e enfatiza, baseada em sua experiência acadêmica e profissional, que “essas competências devem ser selecionadas a partir de uma análise ética, de uma reflexão moral, para então poderem responder a demandas do cotidiano.

<https://novaescola.org.br/conteudo/20409/especial-competencias-socioemocionais-coordenacao-pedagogica-por-que-investir-em-formacao-continuada-em-competencias-socioemocionais>

Segundo CASEL (<https://casel.org/fundamentals-of-sel/>), a educação socioemocional refere-se ao processo de entendimento e manejo das emoções, com empatia e pela tomada de decisão responsável. Para que isso ocorra, é fundamental a promoção da educação socioemocional nas mais diferentes situações, **dentro e fora da escola**, pelo desenvolvimento das cinco competências apresentadas a seguir:

- **Autoconsciência:** Envolve o conhecimento de cada pessoa, bem como de suas forças e limitações, sempre mantendo uma atitude otimista e voltada para o crescimento.
- **Autogestão:** Relaciona-se ao gerenciamento eficiente do estresse, ao controle de impulsos e à definição de metas.
- **Consciência Social:** Necessita do exercício da empatia, do colocar-se “no lugar dos outros”, respeitando a diversidade.
- **Habilidades de relacionamento:** Relacionam-se com as habilidades de ouvir com empatia, falar clara e objetivamente, cooperar com os demais, resistir à pressão social inadequada (ao bullying, por exemplo), solucionar conflitos de modo construtivo e respeitoso, bem como, auxiliar o outro quando for o caso.
- **Tomada de decisão responsável:** Preconiza as escolhas pessoais e as interações sociais de acordo com as normas, os cuidados com a segurança e os padrões éticos de uma sociedade.

Essas competências previstas na BNCC, no **Currículo Paulista** e no Organizador Curricular do Município devem compor as ações e propostas pedagógicas envolvendo a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e a Educação de Jovens e Adultos, nas diferentes linguagens.



Bullying

De maneira a contemplar a Lei nº 13.185/2016 e ao Plano Municipal de Educação de Várzea Paulista, Lei nº 2.522 de 27 de outubro de 2021 a Unidade Gestora Municipal de Educação vem dialogando referente a formações/orientações/esclarecimento aos profissionais da área educacional sobre o *Bullying*.

Essa ação visa oportunizar espaços para socializações e conscientizações sobre essa tratativa no âmbito escolar, abrangendo ações para prevenção, conhecimento e combate, favorecendo o vínculo e o respeito, possibilitando sucesso no combate ao *bullying* na escola, a promoção de relações saudáveis e a valorização de experiências de exercício da empatia e da cooperação, culminando em práticas que ampliem a disseminação da **cultura de paz**.

6.3.1. Orientações/sugestões para o desenvolvimento das competências socioemocionais

A. Educação Infantil

O desenvolvimento socioemocional inicia-se na Primeira Infância, de maneira a ajudar as crianças a identificarem as próprias emoções e expressarem seus sentimentos como o reconhecimento de emoções básicas, como alegria, tristeza, medo, raiva e nojo. Desta forma, é necessário que sejam apresentadas propostas que permitam à criança expressar-se, desenvolver a sua própria identidade, adquirindo autoconfiança e autoestima. O professor poderá propor atividades em grupo para estimular a cooperação, considerar a perspectiva do outro (empatia), a curiosidade e a criatividade.

É na interação com os pares e com adultos que as crianças vão constituindo um modo próprio de agir, sentir e pensar e vão descobrindo que existem outros modos de vida, pessoas diferentes, com outros pontos de vista. Conforme vivem **suas primeiras experiências sociais (na família, na instituição escolar, na coletividade)**, constroem percepções e questionamentos sobre si e sobre os outros, diferenciando-se e, simultaneamente, identificando-se como seres individuais e sociais. Ao mesmo tempo que participam de relações sociais e de cuidados pessoais, as crianças constroem sua **autonomia e senso de autocuidado, de reciprocidade e de interdependência com o meio**. Por sua vez, na Educação Infantil, é preciso criar oportunidades para que as crianças entrem em contato com outros grupos sociais e culturais, outros modos de vida, diferentes



atitudes, técnicas e rituais de cuidados pessoais e do grupo, costumes, celebrações e narrativas. Nessas experiências, elas podem ampliar o modo de perceber a si mesmas e ao outro, **valorizar sua identidade, respeitar os outros e reconhecer as diferenças que nos constituem como seres humanos.**

Creche

a) **Bebês - Estimulação Socioemocional**

Para os bebês essa estimulação é voltada para ajudar a adaptar-se ao entorno, baseado no que o pequeno sente e pelo ambiente em que vive. O desenvolvimento socioemocional da criança começa nos primeiros dias de vida e vai depender da sua relação com o exterior e com as outras pessoas. Exige uma estimulação adequada, pois quando nasce começa a experimentar uma série de mudanças biológicas; assim, precisará reconhecer as quais deve se adaptar. É importantíssimo que **os pais e as famílias ajudem nesse processo de adaptação.** Cada nova situação exige do bebê uma resposta biológica e emocional, permitindo se relacionar com o ambiente e com as pessoas que o rodeiam: isso é desenvolvimento socioemocional.

Nos primeiros meses de vida, à medida em que é atendido em suas necessidades básicas, o bebê aprende a reconhecer as pessoas e a se localizar no ambiente, de início por meio da percepção das sensações de aconchego por aqueles com quem interage e que o ajudam na satisfação de suas necessidades. Essa percepção vai se aprimorando com a experiência e se estendendo a outros indivíduos, aspectos **(movimentos, sons e cheiros) e ambientes.** Em todo o processo, ele aprende sobre si conforme se apropria de pistas que o diferenciam dos demais e os compreende como seres com características e intenções diversas das suas.

Algumas possibilidades significativas:

- Estimular movimentos e posições;
- Exercícios de equilíbrio em posições pouco exercitadas, inclinada vertical e de barriga para baixo;
- Adaptação ao seu entorno com apoio das famílias;
- Momentos de amamentação para conversar com o bebê;
- Fazer carinho e estabelecer contato olho a olho;
- Manter hábitos de alimentação, higiene e sono;



- Permitir que o bebê possa copiar seus movimentos;
- Fazer movimentos com o rosto, sempre de frente para a criança, e esperar que ela nos limites;
- Dizer tchau com a mão ou balançar a cabeça afirmativamente;
- Atividades como vestir, pentear ou alimentar, podem ser reproduzidas quando estiverem mais velhas, para exercitar o que aprendeu;
- Explicar o que podem sentir, dor, frio e choro.

Crianças bem pequenas

Nesse período, as crianças locomovem-se com mais habilidade, apreciam **brincar de faz de conta** e já **dominam mais a comunicação oral ou a língua de sinais, no caso das que apresentam deficiência auditiva**. As situações que vivenciam lhes permitem aprender a perceber como agem em diversas situações, a expressar suas intenções, pensamentos e sentimentos de modo mais claro e a ser aprendizes com autoconfiança — pessoas **capazes de comunicar as próprias opiniões**, muitas vezes “sendo do contra” — , além de se interessar por símbolos que expressam identidades coletivas, tais como ser brasileiro, ser torcedor de determinado time de futebol, ser uma princesa como a Branca de Neve etc... e outros.

Algumas possibilidades significativas:

- O bebê pode ajudar para se vestir ou comer, levantando os pés, ou colocando as mãos;
- Colaborar com tarefas ou atividades que estamos realizando, aproximando a criança do ambiente em que vive;
- Reconhecer pessoas com quem tem contato, dizendo os nomes de quem são e qual a relação com o bebê;
- Pedir que a criança diga quem é a pessoa de quem falamos, apontar;
- Explicar tudo que pudermos, sensações e os nomes das coisas, pouco a pouco ela vai internalizar os significados.
- Pedir que a criança escolha brinquedos, alimentos, músicas e explique o porquê dentro de suas possibilidades.



Pré-Escola

Cada vez mais as crianças de 4 e 5 anos aprendem a brincar e **desenvolver projetos em grupo, a cuidar de si e dos outros, a organizar seus pensamentos, a ter iniciativa e buscar soluções para problemas e conflitos, a conhecer suas necessidades, preferências e curiosidades, procurando respostas a suas perguntas sobre o mundo.** Nesse processo, são auxiliadas por significações e procedimentos para conhecer o mundo e a si mesmas concebidos na cultura, à qual elas têm oportunidade de acesso e apropriação, reconhecendo as opiniões de outras pessoas e construindo sua identidade como participantes de grupos sociais variados (religiosos, étnico-raciais etc...)

Uma das estratégias pontuais é a **roda de leitura**. Os livros proporcionam um contato com as mais diversas **emoções humanas**, o que permite à criança identificar e expressar o que está sentindo. Mas para isso também é importante a escolha do livro.

“Os livros falam da condição humana no mundo e os personagens vivem uma realidade de aspectos muito parecidos com os que vivemos. Assim, uma criança pode aprender, a partir de situações externas e literárias, sobre aquilo que sente...”

<https://box.novaescola.org.br/etapa/1/educacao-infantil/caixa/287/como-trabalhar-competencias-socioemocionais-com-as-criancas/conteudo/20371>

Ler literatura é lidar com a arte, com as imagens, com o seu reconhecimento enquanto leitor independentemente da idade que tiver. É imprescindível apresentar opções de leituras e **permitir o manuseio de livros**. Quanto maior o repertório, mais possibilidades de situações e sentimentos com os quais a criança terá contato.

Conversar sobre a leitura não é buscar apenas o entendimento ou não da história por parte delas, mas que possam trocar entre elas, compreendendo melhor a narrativa, de forma a construírem o próprio aprendizado sobre elas mesmas. Desta forma, é interessante **ofertar leituras que fujam das histórias simplistas, estereotipadas e muito infantilizadas**; é importante que a escolha do livro seja realizada com muito cuidado e atenção, buscando a mensagem/situação que serão favoráveis ao trabalho com as competências socioemocionais.

De forma a contemplar a qualidade e os recursos para esses direcionamentos, a Unidade Gestora Municipal de Educação entregou a cada Unidade Escolar **acervos de livros de Literatura Infanto-Juvenil**, que abrangem a todas as faixas etárias (**04 meses a 10 anos**).



A Roda de Leitura: Aspectos Essenciais

- **Entonação de voz:** é primordial para que os pequenos se atentem aos personagens da história. Para isso, é importante conhecer bem a leitura que fará, para que consiga contemplar as falas, narração com tranquilidade, tornando-a interessante às crianças.
- **Recursos atrativos e Interação:** O professor poderá fazer uso de fantoches e até mesmo vestimentas para realizar a leitura de um livro. São recursos que chamam a atenção das crianças e possibilitam uma interação maior, podendo ser criadas situações às quais elas poderão opinar e dar sugestões.
- **Demonstração das Emoções:** O professor poderá realizar a leitura/contação da história por sequências e diante de cada situação apresentada pela personagem pedir para que os alunos demonstrem as emoções tanto da personagem como deles diante daquele momento. Para isso, poderão ser elaboradas carinhas com as diferentes emoções e diante de cada situação pedir para que elas expressem alegria, medo, nojo, tristeza, entre outros.
- **Momento do Diálogo e da Escuta:** Esse é um momento muito importante de ouvir e respeitar as colocações das crianças, aproveitando o momento para observar as posturas de cada uma e as interações entre elas, diante das situações apresentadas, de maneira que todas possam ser ouvidas.

É importante que os questionamentos a serem feitos aos alunos não sejam óbvios, ou seja, que tenha uma única resposta. Oferte perguntas que eles tenham que dar seu ponto de vista diante da situação, que possam demonstrar/expressar suas emoções, refletir antes de responder.

Outras maneiras de privilegiar o trabalho com as Competências Socioemocionais na Educação Infantil:

- Ensinar a identificar os sentimentos através da música;
- Estimular comportamentos éticos no dia-a-dia;
- Ensinar a dividir brinquedos e materiais;
- Ajudar a criança a compreender o tempo certo para cada coisa;



- Proporcionar experiências artísticas e lúdicas;
- Estimular a convivência com outras crianças da Unidade Escolar, de faixas etárias diferentes;
- Parceria com as famílias, nos processos de escuta e diálogo, na elaboração dos projetos relacionados ao tema.

***Materiais para Estudo/Pesquisa:**

- **Inteligência Emocional – O começo da vida-** Aprender a identificar e lidar com as próprias emoções é parte fundamental para o desenvolvimento humano. Essa habilidade precisa ser incentivada desde o período da primeira infância. É sobre isso que falam os especialistas Flávio Cunha, James J. Heckman e Lia Diskin neste vídeo.
- **Filip De Fruyt, eduLab21 do Instituto Ayrton Senna** - Nesse vídeo, Filip De Fruyt, professor-doutor da Universidade de Ghent (Bélgica) e membro do comitê científico do EduLab21, fala sobre os efeitos do desenvolvimento das competências socioemocionais de curto e longo prazo, em diferentes esferas da Educação.
- **Programa Semente** O Programa Semente tem um canal no YouTube com diversas lives realizadas durante a pandemia, com o médico psiquiatra Celso Lopes de Souza. Quaisquer dessas lives podem ser aproveitadas como formação para entender o que são essas competências, de onde vêm e qual a importância de trabalhá-las.
-
- **Sugestões de atividades / vídeos / materiais, neste link:**
 - **Galeria de desenhos infantis produzidos na quarentena**
<https://infogram.com/galeria-de-desenhos-1hdw2jozz13e6l0> -saude-do-educador-
 - **Competências socioemocionais como fator de proteção à saúde mental e ao bullying**
<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/caderno-de-praticas/aprofundamentos/195-competencias-socioemocionais-como-fator-de-protecao-a-saude-mental-e-ao-bullying?highlight=WyJwcm9qZXRvliwiZGUiLCJ2aWRhliwicHJ>



B. Ensino Fundamental

https://institutoayrtonsenna.org.br/pt-br/socioemocionais-para-crisis.html?gclid=EA1alQobChMljPev4aD-wIVGGSRCh0F_QoxEAAYAiAAEgKLOfD_BwE

Como já mencionado neste documento, o desenvolvimento das Competências Socioemocionais, contempladas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), foca nas habilidades e competências que ajudam os estudantes a se relacionarem de maneira mais saudável com seus colegas, agindo com empatia, convivendo de maneira positiva com as diferenças e tomadas de decisões conscientes. Promovendo assim, uma aprendizagem mais efetiva e indicando um caminho relevante para a diminuição das desigualdades escolares e sociais.

No entanto, para ser trabalhado de forma alinhada à BNCC, as mesmas não devem ser vistas como mais uma Área de Conhecimento ou Objeto de Conhecimento dos alunos.

Isto quer dizer que **todas as Áreas de Conhecimento devem tratar a dimensão socioemocional presente nas Competências Gerais e Específicas de forma integrada**, na concepção de ensino destas, planejando situações que contemplem em seus Planos de aula a colaboração, criatividade, autoconhecimento, empatia, determinação etc.

Mas para isto, será fundamental que o professor compreenda as Competências Socioemocionais da Base e sua aplicabilidade, para a partir de então, desenvolver Planos de Aula com intencionalidade e assertividade, não ensinando os alunos a serem empáticos, focados, criativos apenas teoricamente, mas sim, promovendo ações e estratégias para que vivenciem estas questões, estimulando-os e intervindo quando necessário (**incorporando tudo às outras habilidades trabalhadas em aula**). Estas ações podem ser integradas a qualquer Área de Conhecimento, basta que o professor determine de que maneira a prática vai acontecer.

É no Planejamento Escolar, que os professores de cada ano, em conjunto, analisarão as habilidades socioemocionais que serão trabalhadas durante o ano, averiguando quais serão inseridas nos Planos de Aula. Desta Forma, serão alinhadas às habilidades previstas para o Ano letivo, integrando depois, o Plano de Aula de cada Professor e as estratégias que serão utilizadas.

Algumas estratégias que facilitam o desenvolvimento com autonomia, curiosidade, criatividade, tolerância à frustração e cooperação, são as que envolvem as Metodologias Ativas como:

- **Incentivo a autoavaliação** para que o aluno perceba o seu desenvolvimento e identifique como ele acontece; por exemplo, leve-o a refletir: O que eu fiz para



ser mais resiliente? Em que situações sou mais ou menos empático?

- **Trabalhe com Metodologias Ativas**, que mobilizam importantes competências socioemocionais e explique o significado delas para os estudantes e para a aprendizagem da disciplina.
- **Relacione os aspectos socioemocionais a cada Área de Conhecimento trabalhada** que não se desenvolve ciência sem colaboração e curiosidade; não se pensa matematicamente sem abertura ao novo e planejamento; e não se constrói o pensamento linguístico, artístico e humanístico sem criatividade, abertura e autoconhecimento.
- **Estimule atividades cooperativas:** O trabalho em grupo é um importante suporte para que os estudantes desenvolvam sua autonomia, ajudem os colegas e aprendam em conjunto.
- **Fomente apresentações orais:** Ter habilidades de comunicação bem desenvolvidas reflete na qualidade dos relacionamentos interpessoais, além de fortalecerem as habilidades.
- **Planejamento de Projetos:** Desenvolver e gerenciar um projeto é uma combinação de vários procedimentos que são estabelecidos desde a fase de concepção até a conclusão. Com o planejamento de projetos, os alunos aprendem a importância de traçar objetivos e metas para cada etapa da proposta, ter responsabilidades, organizar recursos, prever riscos e administrar o tempo.

Importante ressaltar que os planejamentos destas estratégias devem estar de acordo com os diferentes interesses e singularidade dos estudantes, de modo a torná-los contextualizados e desafiadores para todos.

***Materiais para Estudo/Pesquisa:**

- <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/34487> (acessado nov/2022)
- <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/caderno-de-praticas/aprofundamentos/195-competencias-socioemocionais-como-fator-de-protecao-a-saude-mental-e-ao-bullying?highlight=WyJwcm9qZXRvliwiZGUiLCJ2aWRhliwicHJ> (acessado nov/2022)
- <https://institutoayrtonsenna.org.br/pt-br/conteudos/estante-do-educador/socioemocionais-na-quarentena-cinco-atividades-para-fundamental-I.html> (acessado nov/2022)

6.4. Ensino por competência e habilidade

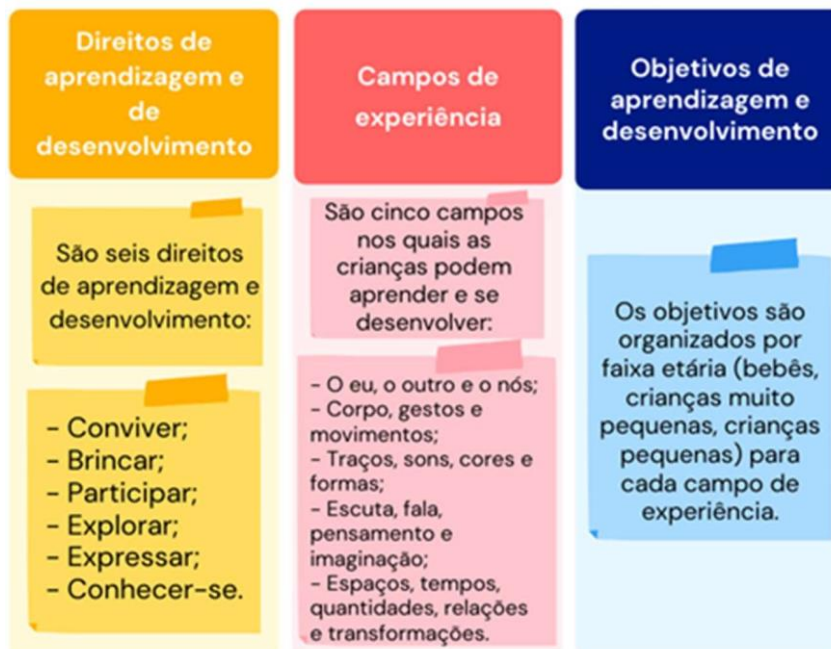
Em conformidade com os fundamentos pedagógicos apresentados sobre a relação entre Currículo e Educação integral, a BNCC está estruturada de modo a apontar as competências que os alunos necessitam desenvolver ao longo de toda a Educação Básica e em cada etapa da escolaridade, como expressão dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento de todos os estudantes.

Para que o processo de (re)organização e adequação ocorram, faz-se necessário a compreensão e entendimento comum sobre competência.

Competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (BNCC, 2018).

Na Estrutura da BNCC, que fundamenta o Currículo, apresenta-se a organização geral para as três etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), com o detalhamento referente às etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

- Educação Infantil



- Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Finais)



<https://www.pedagogiacriativa.com.br/2020/08/BNCC.html>

Acesso em 07/11/2022

A organização de cada etapa da Educação Básica é estruturada considerando as especificidades de cada uma das etapas e as determinações legais existentes.

As **dez Competências Gerais**, já mencionadas neste volume, devem assegurar ao longo da Educação Básica, como resultado do seu processo de aprendizagem e desenvolvimento, uma formação humana integral que visa à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Além de possibilitar a articulação com as competências específicas das áreas de Linguagens (Língua Portuguesa, Arte, Educação Física e Língua Inglesa), Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas, ou seja, estando alinhadas as Dez Competências Gerais.

As competências específicas de área se referem as competências que os estudantes devem desenvolver em determinada área de conhecimento, cujo desenvolvimento deve ser promovido ao longo dos nove anos do Ensino Fundamental. Além disso elas se alinham as competências específicas por componente (Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, ...).

Portanto, cada um dos componentes possui competências específicas de componentes, que estão alinhados às Competências de área e às Competências Gerais, a ser desenvolvidas pelos alunos ao longo da etapa corrente de sua escolarização.



Educação Básica

Competências Gerais da Base Nacional Comum Curricular



Ou



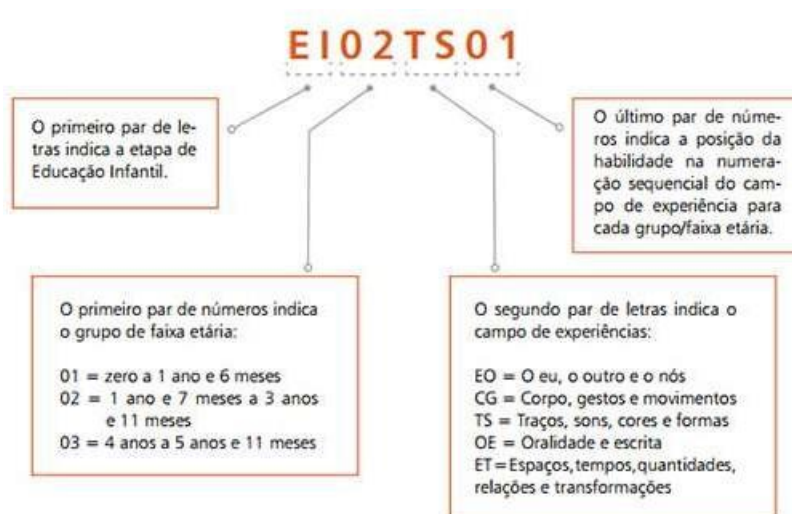
Para garantir o desenvolvimento das competências, cada componente curricular apresenta um conjunto de habilidades, que expressam as aprendizagens essenciais que devem ser asseguradas aos alunos nos diferentes contextos escolares.

Essas habilidades estão relacionadas a diferentes objetos de conhecimento – aqui entendidos como: conteúdos, conceitos e processos, que, por sua vez, estão organizados em unidades temáticas. Seguem exemplos:

- **Educação Infantil**

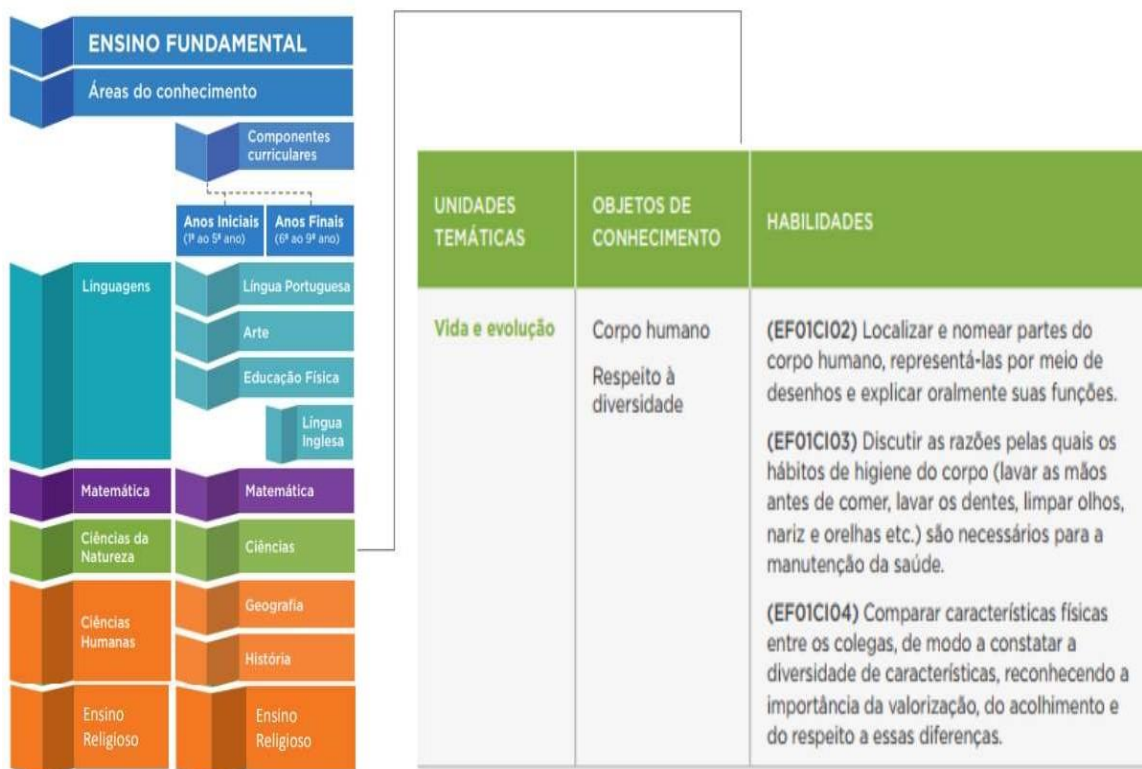


Cada OBJETIVO DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO tem uma identificação alfanumérica composta por:



<https://www.construinoticias.com.br/guia-pratico-da-bncc/> Acessado em 07/11/2022

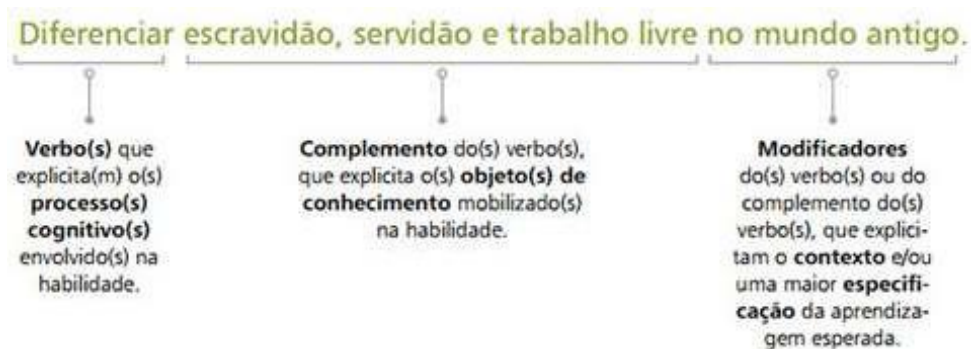
• **Ensino Fundamental**



No exemplo apresentado, cada objetivo de aprendizagem e desenvolvimento (Habilidade) é identificado por um código alfanumérico cuja composição é explicada a seguir:



As habilidades são descritas de acordo com uma determinada estrutura, conforme ilustrado no exemplo a seguir, de História (EF06HI14).



<https://www.construirnoticias.com.br/guia-pratico-da-bncc/>

Acessado em 07/11/2022

6.4.1. Progressão

Progressão das Habilidades: é compreendida pela relação entre o PROGRESSO COGNITIVO e o OBJETO DE CONHECIMENTO ao se mobilizar ações no percurso das aprendizagens dos (as) estudantes de forma didática, respeitando as especificidades da faixa etária e etapa, para se assegurar e promover as aprendizagens e construir as competências. Para tanto o Organizador Curricular de Várzea Paulista, propõem a progressão das habilidades nos diversos períodos e etapas da Educação Básica, buscando uma complexidade à medida que o (a) estudante percorre sua trajetória escolar.

6.4.2. Mapas de foco

Com a homologação da BNCC em 2018, surgem as preocupações com o Processo de Implementação, visto o distanciamento entre as APRENDIZAGENS ESPERADAS e as APRENDIZAGENS EFETIVAS. Considerando este contexto e o desafio frente as aprendizagens, os Mapas de Foco foram formulados em 2020, com a finalidade de apoiar no processo de implementação da Base Nacional Comum Curricular e adequação do currículo.

Elaborado pelo Instituto Reúna e Itaú Social, tendo o apoio do Ministério da Educação este documento possibilita reorganizar a Progressão das Habilidades, orientando o processo a ser percorrido **numa Proposta Curricular Bianaual**. Possibilitando priorizar

aprendizagens, considerando sua relação com as Unidades Temáticas, Objetivos de Aprendizagens e as demais habilidades previstas no currículo.

Orientando e organizando os Planos de Aula em cada ano, por critério de relevância, garantindo a **PROGRESSÃO VERTICAL E HORIZONTAL** na priorização curricular, assegurando o desenvolvimento integral do aluno, considerando as prioridades e não o corte das habilidades.

Para o ano letivo de 2023, daremos continuidade as orientações sobre o uso dos Mapas de Foco considerando a necessidade de continuar voltando o olhar para o percurso de aprendizagem, **analisando as experiências, conhecimentos, habilidades e competências** que não foram trabalhados ou que necessitem ser reforçados, dentro dos **contextos de transição** vividos pelo(a) aluno(a).

O desenvolvimento do currículo, organizado no Plano de Ensino Anual é fundamentado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), qualificando e formalizando o trabalho docente nas unidades escolares, procurando promover a equidade, enquanto ação para promover **correções das desigualdades educacionais**, pautadas **nos direitos de aprendizagem e não mais em expectativas de aprendizagem**.

Para contribuir com esse processo, continuaremos utilizando os Mapas de Foco, retomando a análise e classificação das habilidades em três grupos:

- **Aprendizagens Focais (AF):** Habilidades consideradas relevantes para a vida de hoje; imprescindíveis para o avanço do desenvolvimento das habilidades em cada área de conhecimento; Interdisciplinares e integradoras (relaciona-se com as habilidades de outras disciplinas).
- **Aprendizagens Complementares (AC):** Habilidades que complementam ou podem ser desenvolvidas junto às aprendizagens essenciais, atendendo o aluno ou grupo de alunos que consolidaram as Aprendizagens Focais.
- **Expectativas de Fluência (EF):** Presentes apenas nos Mapas de Foco de Português e Matemática, compreendem os conhecimentos que precisam ser desenvolvidos com fluência pelo aluno para facilitar a compreensão das Habilidades Focais (AF) - Progressão Vertical e Horizontal.

As habilidades classificadas como Expectativas de Fluência aparecem de três formas:

- Sinalizadas como Expectativas de Fluências (EF), por exemplo, (EF01MA05) Comparar números naturais de até duas ordens em situações cotidianas, com e sem suporte da reta numérica ou (EF15LP14) Construir o sentido de histórias em quadrinhos e tirinhas, relacionando imagens e palavras e interpretando recursos gráficos (tipos de balões, de letras, onomatopeias).
- Sinalizado no Campo de Comentário – Quando parte da habilidade deve ser mobilizada para a habilidade em questão, por exemplo, (EF02MA16) Estimar, medir e comparar comprimentos de lados de salas (incluindo contorno) e de polígonos, utilizando unidades de medida não padronizadas e padronizadas (metro, centímetro e milímetro) e instrumentos adequados.
 - Como Objetivos de Aprendizagens das AF's, por exemplo, (EF6LP20) Produzir cartas, e-mails, posts para redes sociais ou blogues, em situações/ interlocuções mais ou menos formais, refletindo sobre o endereçamento dos textos e as escolhas linguísticas adequadas à interlocução proposta.

Para saber mais acesse: <https://www.institutoreuna.org.br/projeto/Mapas-de-Foco-BNCC> <https://www.somoseducacao.com.br/educacao-integral/>

O Trabalho com os Mapas de Foco, como já dito, tem como função central, nortear o trabalho pedagógico, contribuindo para a diminuição e até mesmo o fim do distanciamento entre as Aprendizagens Reais e as Esperadas. Mas, para que os Mapas de Foco possam cumprir seu papel, será necessário continuar adotando algumas ações, sendo estas:

1) Análise e Seleção Criteriosa das Habilidades Focais

Essa análise dará elementos para avaliar o que já foi trabalhado, definindo o que será priorizado (Plano de Ação).

2) Fazer o paralelo entre as Habilidades Focais e o que está estabelecido no currículo

Favorecendo a tomada de decisão sobre qual habilidade priorizar, alinhando o processo de adequação dos Mapas de Foco com o currículo/Planos de Aula.

3) Estabelecer a relação entre Habilidades Focais, Complementares e de Fluência

Essa integração e articulação são necessárias para garantir maior cobertura das habilidades previstas na Base, de modo a organizar ações que favoreçam a recuperação e progressão das aprendizagens pelos alunos.

4) Orientar o Planejamento/Replanejamento

- Na participação ativa da Equipe Pedagógica e professores;
- Na Articulação de métodos ativos de aprendizagem (assegurando o protagonismo do estudante e sua aprendizagem efetiva);
- Na viabilização da interdisciplinaridade (orientação para um trabalho articulado entre os professores, garantindo a interação entre as Áreas de Conhecimento);
- Elaboração de um Plano de Ação com foco na Flexibilização Curricular;
- Na elaboração de recursos que viabilizem o monitoramento do Plano de Ação (previsto e realizado), garantindo uma avaliação continuada e formativa, permitindo correções de rota, na garantia de resultados;

7. Currículo Contínuo – Recomposição das Aprendizagens

No ano de 2020, com a Pandemia Covid-19, os sistemas educacionais de todo o país, elaboraram e aplicaram formas alternativas para garantir a continuidade pedagógica das ações educacionais (ensino e aprendizagem) e o vínculo entre estudantes e professores em suas redes de ensino.

Na rede de Ensino de Várzea Paulista não foi diferente. Neste período a Unidade Gestora Municipal de Educação - UGME, os Gestores e coordenadores das UEs e os professores, organizaram suas ações e criaram estratégias em uma rede de apoio ao processo de escolarização dos alunos em todas as etapas de ensino.

Também existiu a emergência de reduzir/evitar déficits de aprendizagem, para além da situação pandêmica, ou seja, estabelecendo projetos que buscassem diminuir o distanciamento entre as expectativas de aprendizagem previstas no currículo/BNCC, e as defasagens reais dos alunos, nas adequações curriculares.

Neste contexto, Recomposição de aprendizagem se apresenta como um conjunto

de ações que visam combater os impactos e as defasagens resultantes situações extremas como a ocorrida. Seu maior objetivo é abreviar o processo de aprendizagem, considerando os estudantes em seus diferentes níveis, além de validar seus contextos e retomar os conteúdos do ano anterior, buscando estratégias para potencializar os conhecimentos. Assim, “recompôr” é retomar o que já foi ensinado, desta forma, não podemos recuperar aprendizagens que não foram garantidas acesso.

As ações mais importantes e que poderá impulsionar o processo de ensino aprendizagem são:

- Acolhimento;
- Priorização/adequação curricular;
- Planejamento;
- Avaliação diagnóstica e contínua;
- Adaptação das práticas pedagógicas para incluir estratégias diversificadas;
- Formação de professores;
- Acesso a materiais adequados;
- Adaptação do tempo.

7.1. Na Educação Infantil

A recomposição de aprendizagem na educação infantil, contempla o acolhimento das famílias, os saberes infantis e situações de aprendizagens anteriormente aplicadas nas rotinas, além de potencializar o desenvolvimento integral da criança. Isso requer planejamento criterioso, levando em conta a sensibilidade com que as crianças estão chegando e suas percepções de mundo, é muito importante se trabalhar as várias linguagens, a leitura, o brincar e o contato com a natureza, bem como as relações com as manifestações artísticas, inerentes a infância.

Mais importante que planejar atividades, o docente precisa fazer com as crianças participem efetivamente dessa construção, valorizando o que já sabem e aguçando as curiosidades. Pensando no desenvolvimento, é preciso repensar o currículo, desta forma, ouvir, refletir e buscar conhecimentos para prover o atendimento nas escolas. Dar voz as crianças fazem valer sua existência e pertencimento, estreitando as relações entre os alunos e os professores com os espaços, resultando assim, em uma reorganização e tomada de decisões precisas.

Trabalhar as necessidades e habilidades que precisam ser desenvolvidas é o foco e promove o apoio aos alunos na transição e no convívio com os colegas. A observação e a escuta atentas, na educação infantil devem ser centralizadas no processo de avaliação, levando a um planejamento alinhado as necessidades das crianças. Não só ouvir como observar suas expressões e ser sensível aos seus gestos e sensações, não apenas o que falam. Avaliar nesta etapa é sentir que as propostas planejadas fazem sentido as crianças e ainda os levam ao envolvimento de sua aprendizagem.

A avaliação sendo um processo contínuo, o professor deve ter intencionalidade, pensar no que vai observar, avaliar, e como fará, garantindo assim, os objetivos de aprendizagem. Ater-se como agem, reagem e interagem com as atividades, compreender se o que foi proposto teve significado, como uma análise de seu desenvolvimento integral e como se constitui.

<https://novaescola.org.br/conteudo/21221/como-avaliar-as-vivencias-e-as-aprendizagens-das-criancas>

7.2. No Ensino Fundamental

Assim, com a retomada das ações nas Unidades Escolares (2021) acompanhamos, o surgimento de normativas e orientações para a **flexibilização e priorização curricular**, com o objetivo de certificar que os direitos as aprendizagens essenciais aos estudantes fossem contempladas.

Neste sentido, um processo de flexibilização fez se necessário e continuará sendo adotado na organização do Planejamento das Aprendizagens, em duas vertentes: *Priorização Curricular e Flexibilização Curricular*.

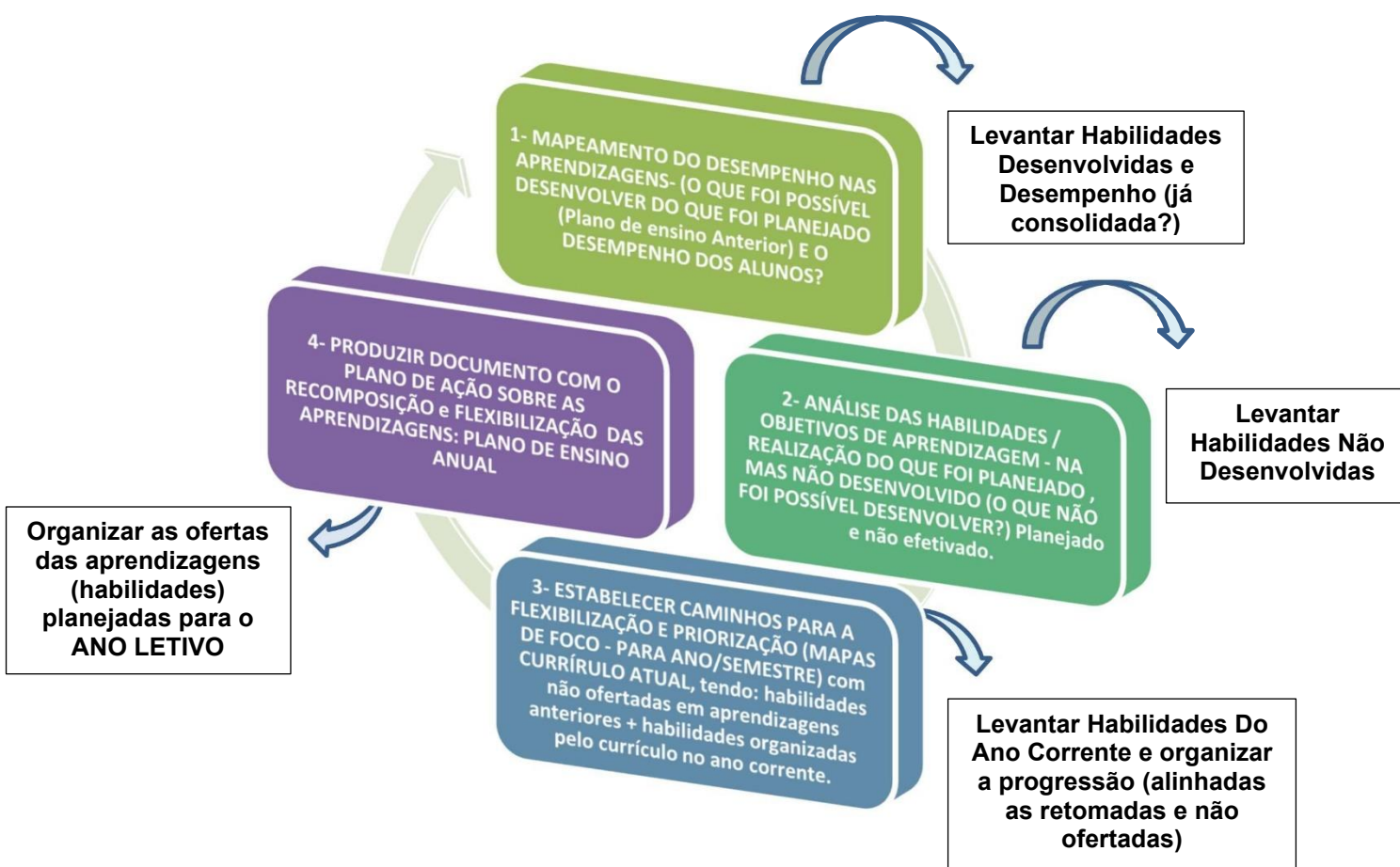
- **Priorização Curricular – Mapas de FOCO²**: Reflexões sobre o processo de priorização curricular, fundamentado na Organização do Referencial Curricular do Município, em todas as áreas de conhecimento, organizado conforme orienta a Base Nacional Comum Curricular (BNCC);
- **Flexibilização Curricular – Recomposição das Aprendizagens³**: Olhar atento ao processo de flexibilização curricular, considerando o planejamento do ano letivo anterior, a partir do continuum curricular, buscando a eliminação de possíveis lacunas nas aprendizagens.

² <https://o.institutoreuna.org.br/projeto/mapas-de-foco-bncc/>

³ Ação amparada pela publicação dos [Pareceres 05/2020](#), [11/2020](#) e [19/2020](#) do CNE, apoiando reflexões e ações sobre a flexibilização nas secretarias de educação brasileiras.

Diante desta demanda, reflexões importantes são necessárias, considerando o acompanhamento, durante todo o ano letivo das aprendizagens e desempenho dos alunos, segundo a Organização das Competências e Habilidades (Objetivos de Aprendizagem) paracada etapa/ano de ensino, fundamentado nos registros pedagógicos de observação e acompanhamento docente e da coordenação pedagógica, em cada Unidade Escolar. Desta forma, segue algumas sugestões para apoiar o desenvolvimento desta ação de Reflexão sobre a Priorização e Flexibilização Curricular, no processo de Planejamento do ano LETIVO.

Elaboração do **PLANO DE ENSINO ANUAL**, segue uma **sistematização básica**:



Esta é uma sistematização que exemplifica o processo de PLANEJAMENTO ANUAL na perspectiva do Currículo Contínuo, com base na FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR E NA RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS, que pode ter outras etapas. Seja qual for a estratégia, esta deve considerar os direitos de aprendizagens e o seu fluxo, na sua continuidade, organizando a progressões em cada etapa/ano e em cada componente curricular, referenciadas no Currículo. Esta ação necessita ser

formalizada em cada componente curricular, em um documento de amplo acesso que organiza as aprendizagens para o ano letivo (em cada componente curricular - etapa/ano) para fundamentar as ações de planejamento de aula na Unidade Escolar.

8. Organização dos Recursos Didáticos

Recursos didáticos são artefatos culturais que compõe parte da memória ou do cotidiano das pessoas em diferentes culturas, neste sentido ao longo da história dos processos educativos, uma diversidade de recursos são inseridos nos processos pedagógicos escolares, o que está relacionado ao desenvolvimento e à inserção das tecnologias nas sociedades. Tais recursos didáticos, carregam as potencialidades ou não, no desenvolvimento de objetos de conhecimento, sejam eles conteúdos, processos ou conceitos no ensino fundamental – Ciclo 1 e Ciclo 2 e, podem apoiar dentro dos eixos estruturantes (Interações e Brincadeiras) na educação infantil – etapa 2, as práticas pedagógicas dos professores no sentido de assegurar os direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças.

Nas diversas formas de ensinar e aprender, diante da intencionalidade docente que orienta a curadoria de recursos, seja sobre jogos e brinquedos, o livro didático ou paradidático, equipamentos de som ou reproduções de imagens, meios analógicos ou digitais, por todos estes recursos passam os objetivos de aprendizagem (na educação infantil e ensino fundamental), de forma que favoreçam a apropriação do conhecimento científico, historicamente e socialmente produzido pela e na sociedade e, organizados no currículo da rede de ensino.

Todas estas tecnologias podem ser vistas de perspectivas educacionais diferentes ou complementares, pois a sua potencialidade está relacionada aos modos de uso e possibilidades que apresenta. Assim, tanto o computador e internet quanto o uso de material reciclável, tem sua potencialidade revelada no planejamento e atuação docente e não no recurso.

Também a de se considerar nos processos educativos, as demandas na e da sociedade da informação, comunicação e produção do Século XXI, quanto a formação dos sujeitos capazes de compreender e atuar neste cenário. Desta forma, é imperativo, no contexto educacional, reflexões sobre as mudanças que ocorrem no mundo com os processos de avanços Tecnológicos Digitais de Informação e Comunicação - TDIC, na

esteira da Globalização e do Capitalismo.

Neste cenário, em espaços de tempo cada vez mais curtos, eventos vem impactando na história cultural, social e econômica da sociedade diante da: forma como as pessoas se relacionam, contratam serviços, transformam suas rotinas de trabalho, acessam recursos de entretenimento, informações e conhecimentos (aquisição e produção).

Diante destas transformações, mudam-se as formas de aprender e de ensinar em todas as etapas de formação dos sujeitos na sociedade, perpassando sua forma de viver e olhar para si e para o mundo, estabelecendo novas formas de se relacionar consigo com os outro e com suas escolhas na sociedade.

A de se projetar, em futuro próximo, que a geração de empregos específicos passa a ser uma demanda de mercado mundial, que impacta no currículo e no uso de recursos didáticos . Assim, nossos alunos terão profissões que hoje desconhecemos e temos que acolher esta demanda de acesso, reflexão e uso das Tecnologias nas Ações Pedagógicas e Sociais, mediadas ou não pelas tecnologias para poder apoiar os modos de pensar com a tecnologia, cada vez mais presente no cotidiano dos estudantes e de suas famílias em todas as etapas de escolaridade impactando em suas vidas.

8.1. Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação – TDICs no ensino

Este contexto de mudanças exige um olhar atento para as questões que envolvem o papel da escola e sua atuação diante dos impactos das TDICs na sociedade e nos processos de ensino e aprendizagem desde a Educação Infantil. Assim sendo, a Unidade Gestora Municipal de Educação (UGME) vem implementando ações com o objetivo de incluir os processos Educativos da Rede de Ensino, neste contexto contemporâneo de modo a proporcionar aos alunos uma Educação de qualidade, garantindo o direito à Educação Básica como instrumento de promoção da cidadania e forma de contribuição no alcance das Metas do PNE– Plano Nacional de Educação Lei nº 13.005/2014 e do PME – Plano Municipal de Educação - Lei nº 2.225, de 13 de outubro de 2.014, visando estabelecer ações educativas que tenham como referência teórico-metodológica uma organização pedagógica na qual, o desenvolvimento e aprendizagem sejam considerados um processo articulado, que envolva o sujeito, a sua história, sua interação com o outro e possibilidades em relação aos aspectos cognitivo, afetivo e social, bem como a realidade sociocultural dos alunos, o contexto da escola e sua diversidade.

Neste sentido, as práticas de ensino vêm se reestruturando no últimos anos, no tocante ao acesso e tratamento da informação, sendo uma das metas da Base Nacional Comum Curricular “compreender e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa e ética” (BNCC, 2018) e com o Complemento da BNCC (2022) no qual a “Computação permite explorar e vivenciar experiências, sempre movidas pela ludicidade por meio da interação com seus pares” (Resolução CEB 01/2022). Assim, se faz necessária a criação de ambientes que proporcionem a construção de conhecimento, através de recursos tecnológicos digitais, possibilitando o desenvolvimento de aprendizagens alinhadas a demandas contemporâneas, como orienta a Base.

Para tanto, a UGME adquiriu, nos últimos anos, TVs Smart, projetores multimídias, lousas digitais e Tablets para serem incluídos como recurso pedagógico no desenvolvimento de ações docentes em sala de aula, apoiando a promoção de aprendizagens na Educação básica (Educação Infantil - Etapa 2 e Ensino Fundamental - Ciclo 1 e Ciclo 2), diante da multifuncionalidade que estes equipamentos podem proporcionar, a partir do incentivo a diferentes formas de aprendizagem, considerando a capacidade destes em traduzir em diferentes formatos os conteúdos do organizador curricular, apoiado pela intencionalidade do professor e por sua mediação pedagógica, nas mais diversas áreas do conhecimento. As Unidades Escolares Municipais também vem recebendo recurso do PDDE– Programa Dinheiro Direto na Escola Interativo, referente ao Programa Inovação Educação Conectada⁴ (PIEC), que visa apoiar a universalização do acesso à internet de alta velocidade, por via terrestre e satelital, e o fomento do uso de tecnologia digital na Educação Básica.

As aquisições, alinhadas ao programa PIEC, a geração de orientações e documentos pedagógicos, bem como as formações continuadas oportunizadas pela UGME, visam apoiar a incorporação das TDICs de forma coerente com as Diretrizes Educacionais do Referencial Curricular da Rede, buscando orientar o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos docentes (pedagógicos e administrativos do recurso), com o apoio dos Gestores e Coordenadores Pedagógicos, na Unidade Escolar, que vai muito além do uso, ou seja, seguem no sentido de enriquecer e qualificar o processo de ensino e de aprendizagem, tendo a tecnologia digital como uma aliada no serviço educacional prestado pelo município.

Cabe lembrar que a tecnologia é um elemento de organização social na contemporaneidade, construído na e pelo movimento histórico humano, não se pode ser ignorado, principalmente diante dos problemas cada vez mais complexos enfrentados pela

⁴ Programa PIEC – mais detalhes no Capítulo.

humanidade. Desta forma, é papel do educador oportunizar uma formação que humaniza, tendo o aluno como um ser humano, no sentido pleno e universal, que se apropria, elabora e participa da produção de significados historicamente desenvolvidos, como as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação.

8.1.1. Inserção TVS na sala de aula⁵

Um dos recursos da tecnologia é a **TELEVISÃO**, que está presente na maioria das residências brasileiras; em nossas Unidades Escolares, foram adquiridos recentemente 1 aparelho televisor para cada sala de aula: a fim de servir estritamente ao fazer pedagógico e à intencionalidade educativa do professor, de forma consciente e oposta ao uso doméstico, em dia determinado / planejado na rotina. Desta forma, a televisão torna-se uma ferramenta transformadora, pois possibilita ao professor modificar as aulas, transformando-as em laboratórios de construção de conhecimentos, troca de experiências, desenvolvimento da criatividade e da imaginação - fontes de motivação e inspiração criadora para os alunos. Quando aliada ao plano de aula do professor, enquanto ferramenta estratégica, a TV passa a ser um instrumento importante e democrático em sala de aula permitindo transitar nas linhas do tempo dos diversos períodos históricos, através da exibição de produções de época, comparações e análise com os dias atuais, análise e reflexão diante do futuro, vinculando notícias, reportagens em tempo real e as grandes descobertas científicas.

Uma outra proposta seria viabilizar a conexão das temáticas apresentadas na televisão ao ensino de sala de aula, (desde que adequadas ao plano de trabalho do professor), aproveitando a rapidez com que se obtém as informações, a diversidade de usos da linguagem, maneiras de comunicar uma mesma notícia, das imagens, pesquisas, programas científicos, entre outros, de forma atrativa e contextualizada.

Os televisores adquiridos possuem a capacidade de se conectar à Internet; também chamados de “televisões inteligentes”, por conta de serem os aparelhos mais modernos do mercado, as SMART TV's são capazes até de possibilitar outras formas de conexão e acessibilidade, como NFC (a NFC - Near Field Communication - é uma tecnologia que permite a troca de informações entre dispositivos sem a necessidade de cabos ou fios (wireless), sendo necessária apenas uma aproximação física.), Bluetooth, HDMI e USB.

⁵ Fonte: UNESCO policy guidelines for mobile learning. 2014. Por Juliana Antunes | jul 22, 2016 | Infra-estrutura, Inovação e Tendências.
<https://www.techtudo.com.br/noticias/2012/01/o-que-e-nfc.ghtml>

Esse tipo de televisor é uma espécie de união entre computador, televisão e aparelhos decodificadores. Listamos a seguir algumas possibilidades de trabalho utilizando as SMARTTV's, por segmento:

EDUCAÇÃO INFANTIL (CRECHES E PRÉ-ESCOLAS)

- **Aproximar** cultura, linguagem, cognição, afetividade, imaginação, lógica, sociabilidade e criatividade (danças, culturas e tradições);
- **Propor** Jogos de imitação, estátua, dança da cadeira, desfile temático, com mediação do professor, utilizando SOM e IMAGEM.
- **Mediar** a leitura de mundo por meio da intervenção do professor;
- **Contextualizar** de aulas planejadas, (vídeos, filmes de época, desenhos antigos), fazendo-se o contraponto com a realidade atual;
- **Propor** o Dia do “Cinema Coletivo” em dias diferenciados (festas, eventos planejados), preferencialmente com exibição de vídeos/gravações em que as próprias crianças “apareçam” em filmagens nas brincadeiras, em diferentes momentos da rotina escolar;
- **Proporcionar** as pesquisas de sons e imagens de animais (descobrir somente pelo som; depois, visualizar qual é...);
- **Pesquisar** sons e imagens de animais (descobrir somente pelo som; depois, visualizar qual é...);
- **Disponibilizar e engajar** a participação em clipes musicais interativos (para movimentar o corpo e cantar: KARAOKÊ/VIDEOKÊ);
- **Produzir** materiais audiovisuais com os alunos, com auxílio de aplicativos: animações / avatares / sobre orientações já trabalhadas em sala, como por exemplo, combate à dengue, cultivo de plantas, momentos da rotina na escola para serem exibidos no dia da reunião de pais, reconto de histórias.
- **Organizar** momentos de relaxamento após uma brincadeira “de velocidade” ou horário de parque, entrelaçando IMAGENS, SONS E ALONGAMENTOS.

ENSINO FUNDAMENTAL (CICLOS I E II)

- **Aproximar** cultura, linguagem, cognição, afetividade, imaginação, lógica, sociabilidade e criatividade (danças, culturas e tradições);
- **Planejar** dias diferenciados, com a participação / roteiro elaborado pelas crianças (festas, eventos, finalização de projetos, etc...), preferencialmente com exibição de vídeos / gravações em que as próprias crianças “apareçam” em filmagens nas brincadeiras, em diferentes momentos da rotina escolar, inclusive no “making off”;
- **Estudar** sobre o ser humano (biologia, saúde reprodutiva, anatomia), favorecendo a “aprendizagem visual” e a PRÁTICA DA PESQUISA;
- **Explorar** documentários que abordem ecologia e consciência ambiental, sob o viés artístico e cultural;
- **Pesquisar** a história da Literatura Local e Mundial;
- **Socializar** canais e programas educativos (links, documentários, curtas e séries, dentro de Sequências e Projetos Didáticos)
- **Produzir** vídeos / animações com o auxílio do TABLET disponibilizado aos alunos, de forma inter / multidisciplinar, para serem reproduzidos (“espelhados”) na SMARTTV.

DISPONIBILIDADE DE CANAIS SKY: lista disponível em: <https://escolaplus.com/canais-por-pais/?pais=brasil>

Pode-se explorar os conteúdos dos canais na perspectiva dos planos de trabalho dos professores.

8.1.2. Inserção dos tablets na sala de aula

Antes de começar a usar o tablet na escola, na prática docente em sala de aula, os gestores e professores, na educação infantil e no ensino fundamental, precisam se atentar a alguns detalhes importantes: apoiar as crianças na construção de uma relação com as TDIC (potencial para aprendizagem), observar as questões de infraestrutura, organização para o uso, bem como o planejamento pedagógico para o uso do recurso.

A princípio é importante abrir o diálogo com estudantes e professores sobre a inserção deste novo instrumento de aprendizagem e suas possibilidades, esclarecendo o que cada uma das partes (professores e estudantes) esperam do seu uso em sala de aula. Assim, todos alinham seus interesses, o que colabora para que os momentos pedagógicos sejam mais produtivos.

Ainda sobre processos produtivos, cabe considerar que mesmo sendo possível disponibilizar os tablets de forma individualizada, as atividades coletivas (cooperação e colaboração) promovem interações entre os estudantes, mobilizam a participação ativa e protagonismos nas interações.

Portanto, o foco no uso dos tablets está na mobilidade e não na individualidade, haja vista que já são apresentadas pesquisas que esclarecem que a individualização e abuso no uso de TDIC, podem gerar transtornos e uma sérias dificuldades pessoais e sociais.

Assim, se faz necessário, a todos os atores (alunos, gestores, professores e pais), desenvolver novas consciências sobre os processos educativos com a participação dos tablets na relação aula/aprendizagem. Ao considerar, também as dificuldades de aprendizagem, das mais diversas ordens, a tecnologia pode ajudar, em alguma medida, para que atividades escolares, sociais e vocacionais, sejam feitas com mais autonomia.

Segundo a UNESCO “o banimento das tecnologias móveis nos sistemas formais de educação não impede os jovens de utilizá-las.” Sabemos que as tecnologias móveis são canais para acessar materiais impróprios (ex. violência e erotização) e motivar comportamentos indesejáveis (ex. bullying) que podem exacerbar as desigualdades, de gênero e outros tipos. Entretanto, as escolas têm boas condições para fornecer orientação sobre os usos adequados e produtivos dos aparelhos móveis e, em muitos casos, é improvável que os estudantes recebam essa orientação em outros lugares.

Desta forma, orienta que as instituições de ensino com apoio dos adultos na comunidade escolar, devem aumentar a conscientização dos estudantes sobre o uso seguro dos aparelhos móveis, evitando os perigos inerentes ao acesso livre à comunicação e às informações, incluindo o uso excessivo (ex. esforço ocular e exposição à radiação eletromagnética) e o vício em internet (ex. riscos emocionais).

Assim, o diálogo com a comunidade escolar pode incluir:

- o ensino da cidadania digital na promoção do uso responsável;
- adoção de diretrizes escolares de uso responsável;
- diálogos sobre o equilíbrio entre interações online/offline, tempo de tela produtivo/improdutivo e saudável/não saudável;

- conhecer os riscos e possibilidades de uso de aparelhos móveis.

As novas tecnologias de informação e comunicação, incluídas nos processos educacionais trazem novos desafios ao fazer docente, mas também aproximam os processos educativos de possibilidades de interação diversificada com o conhecimento, sua manipulação e construção.

Administrando O Uso Dos Tablets Na Sala De Aula

Os estudantes, no contexto atual da rede de ensino, estão familiarizados com determinadas ações “convencionais” na mediação pedagógica, como uso dos livros, cadernos, folhas de atividades, lousa, tv entre outras. Cabe ressaltar que a inovação nas intervenções pedagógicas, não necessariamente advém da mediação tecnológica digital, haja vista que “inovar” se relaciona com mudanças e/ou melhorias de algo já existente, de modo criativo e dinâmico.

Apresentar o tablet na sala de aula para os estudantes é uma abertura para a inovação, mediada por uma Tecnologia Digital de informação e Comunicação- TDIC, permitindo acessar informações e recursos (online ou offline), tornando o processo de aprendizagem e avaliação, por habilidades e competências, mais dinâmico, inovador e eficiente.

No entanto, o tablet não é uma ferramenta inovadora por si só, esta inovação só se concretizará mediante as intervenções e ações didáticas, o que inclui, A INTENCIONALIDADE DA AÇÃO DOCENTE ORIENTADA entre o estudante, o instrumento (tablet e seus aplicativos), o estudante e o conhecimento (objetivos de aprendizagem), do contrário se tem o instrumento com ações arraigadas no fazer tradicional e individualizado.

As possibilidades pedagógicas inovadoras com o Tablet na Educação Infantil (etapa 2) e no Ensino Fundamental (Ciclo 1 e Ciclo 2), que propicia ao professor e estudante novas formas de ensinar e aprender, só irão promover a integração de valores e habilidades e comportamentos quanto a vivência e para os processos de aprendizagem, diante de dinâmicas para a sua integração na sala de aula delineando objetivos e regras claras para o uso do equipamento, que necessitam ser observadas e problematizadas coletivamente entre estudantes, professores, e equipe gestora.

Segue alguns elementos para dar início a este diálogo na e com a comunidade da Unidade Escolar: o fluxo de aula, foco no objeto de aprendizagem, organização e desenvolvimento da ação docente.

Dialogando sobre a dinâmica do uso do tablets em sala de aula

ORGANIZAÇÃO Estabelecer diretrizes no coletivo (professores e estudantes) para:	DESENVOLVIMENTO DA AÇÃO DOCENTE Planejamento de ações e mediação:	FOCO NO OBJETIVO Direcionamentos para manter o foco dos estudantes.	FLUXO DE AULA Algumas dicas para manter o desenvolvimento do Plano de ensino:
EDUCAÇÃO INFANTIL (ETAPA 2) e ENSINO FUNDAMENTAL CICLO 1 E CICLO 2			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Elaboração de regras sobre as formas de armazenamento e manipulação segura do equipamento. (como e onde serão armazenados e registro de eventuais problemas) 2. Definição de como se dará a Manutenção preventiva depois e determinado período de uso (como higienização e limpeza, verificação da bateria) 3. Criação de estratégias de socialização entre os professores (nos períodos Manhã e tarde) de registro sobre as condições dos equipamentos. (Informando eventuais problemas e direcionamentos dado a manutenção do equipamento) 4. Criação de critérios de acompanhamento e gerenciar o uso do tablet pelos alunos - 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estabelecer a curadoria do recurso que irá mediar a aula usando o tablet (software educativo e ou software que será adaptado ao uso educacional). 2. Compreender a dinâmica do software escolhido e socializar seu funcionamento com os alunos, antecipando possíveis dificuldades, esclarecendo-as. 3. Definir em plano de aula as aprendizagens que serão desenvolvidas, bem como as dinâmicas de intervenção/mediação docente. 4. Apresentar aos alunos, antes de iniciar as intervenções e processo de uso, o que se espera deles com a atividade. 5. Estabelecer a avaliação do resultado do processo de intervenção 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Explicar aos alunos a atividade que será desenvolvida (software escolhido, seu funcionamento e o que os alunos deverão realizar), sendo a única estar segurando o tablet. Quando terminar de passar as orientações, os alunos são autorizados a pegar seus materiais e começarem a tarefa, evitando distrações. 2. Explique detalhadamente como os alunos devem realizar as atividades que você propuser. Lembrem-se que se houver uma TV SMART, na sala, esta é um ótimo recurso de espelhamento da tela do tablet do aluno, para socializar a tarefa com todos na sala de aula. 3. Acompanhe as ações dos alunos, utilize-se de intervenções para alcançar as aprendizagens organizadas no plano de aula e até transpô-las diante das perguntas e curiosidades dos alunos. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estabelecer com os alunos estratégias para socialização de suas dificuldades/dúvidas no desenvolvimento da aula com o professor, exemplo: levantar a mão para ter os esclarecimentos ou colocar os alunos em grupos para socializarem suas conquistas e entraves. 2. Sempre tenham um plano B, no uso de equipamentos eletrônicos/digitais. Assim, caso algum equipamento não esteja funcionando, o aluno poderá aguardar sua intervenção coletiva, para depois ter atendido a sua demanda específica, exemplo: colocar alunos em dupla até resolver o problema com o tablet, ou ter dois momentos diversos e antecipar o segundo para um grupo e depois inverter. 3. Antecipar possíveis dúvidas dos alunos, tanto sobre o funcionamento do software escolhido, como sobre as

<p>exemplo, associar o uso do tablet ao aluno, identificando - o por lista de chamada ou por agrupamento/posição do salunos na sala de aula.</p> <p>5. Para um “contrato didático” com os alunos, dialogando sobre responsabilidades e cuidados coletivos para entrega, uso e devolução do tablet, a espaços apropriados para conservação do equipamento.</p>			<p>ações diante do objeto de conhecimento. Esclarecendo-as de forma coletiva quando necessário.</p> <p>4. Determine momentos para utilizar os equipamentos e outros para gerar diálogos sobre o(s) objeto(s) de conhecimento e observar a apropriação dos alunos e o desempenho na proposta (Avaliação das aprendizagens e do processo).</p>
--	--	--	--

c. Curadoria de Recursos Educacionais (Aplicativos e softwares)

De acordo com o Centro de Inovação para a Educação Brasileira - CIEB, a curadoria de recursos educacionais tem um papel fundamental na qualificação dos recursos, pois possibilita valorar, dentro de uma grande quantidade de oferta de recursos, “aqueles que são mais relevantes a partir da consideração de um conjunto de critérios previamente definidos e que normalmente estão relacionados a determinados contextos específicos”, ou seja, a intencionalidade pedagógica, para determinado público, dentro de uma proposta curricular, considerando as possibilidades de intervenção no desenvolvimento de aprendizagens.

Desta forma, a ideia básica do processo de curadoria é conseguir selecionar, avaliar, organizar, administrar e comparar os conteúdos e funcionalidades dos recursos educacionais digitais (aplicativos, softwares e sites) de maneira que eles possam ser utilizados e compartilhados dentro da rede de ensino na Educação Infantil (Etapa 2) e no Ensino Fundamental (Ciclo 1 e Ciclo 2).

Considerando esta demanda emergente, na inserção dos tablets na sala de aula como instrumento de mediação das aprendizagens, a UGME elaborou uma breve curadoria sobre alguns recursos, alinhados ao Currículo de forma interdisciplinar (sempre que possível), que não se esgotam neste processo, mas que direciona futuras ações de curadoria nas Unidades Escolares, a serem socializadas nos diálogos coletivo sobre as práticas (HTPCs), e que podem ampliar esta atividade educativa emergente, fruto da possibilidade de INOVAÇÃO conforme documento de ORIENTAÇÕES TÉCNICAS E PEDAGÓGICAS - USO DOS TABLETS NA REDE DE

ENSINO⁶, com DIRETRIZES que orientam o alinhamento das ações docentes, apoiadas sobre a curadoria de recursos para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, com o Organizador Curricular de cada Etapa de ensino.

Portanto, o documento com DIRETRIZES apresenta as diferentes etapas de ensino, o alinhamento curricular, a interdisciplinaridade e a perspectiva da inclusão, considerando o desenvolvimento efetivo diante das competências e habilidades (Ensino Fundamental), objetivos de aprendizagem (Educação Infantil), considerando o desenvolvimento cognitivo e socioemocionais das crianças.

⁶ Drive de acesso as diretrizes:

https://drive.google.com/drive/folders/1TU7h_6zKNm1PwJ_FgnrgQbHViGBwCPTN?usp=drive_link

A CURADORIA DE RECURSOS nas Orientações do documento (Diretrizes), não dispensa o Plano de Aula, com seus registros de organização sobre as aprendizagens, intencionalidade e metodologias em todas as Etapas em que estarão sendo utilizados.

Ele é uma das bases para análise e direcionamentos pedagógicos, no uso de recursos, para avaliar e analisar suas potencialidades e possibilidades.

8.2. O Livro Didático

O bom livro didático é aquele usado por um bom professor.

Circe Bittencourt⁷

O livro didático traz para os processos educativos a figura do autor, que passa a dialogar com o professor e com o aluno. Nesse diálogo, o livro é portador de escolhas sobre temas a serem estudados no diálogo com os objetos de conhecimento que vão apoiar o desenvolvimento das habilidades em determinada área de conhecimento, sua abordagem e métodos na condução dos processos educativos seguem determinado caminho didático e a organização curricular, que orienta a progressão, passa por determinadas escolhas sobre trilhas e caminhos na construção do saber (apesar de fundamentados na BNCC existe uma relação como mercado que influencia a escolha de temas e definições metodológicas). A de se considerar também traços culturais e sociais sobre a linguagem, sobre a arte em imagens e figuras e outros aspectos semióticos da sociedade que podem ser privilegiados em detrimento de outro, portanto ele não é neutro.

Este olhar amplo sobre alguns aspectos do livro didático não se esgotam nas ações do PNLD/2024⁸, ela é dinâmica e deve ser sistemática, perpassando a intencionalidade da ação docente, na objetivação do conhecimento, em todas as áreas do conhecimento e etapas do ensino.

⁷ Circe Bittencourt Historiadora, é docente da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) Em entrevista a nova escola(2017) <https://novaescola.org.br/conteudo/877/circe-bittencourt-o-bom-livro-didatico-e-aquele-usado-por-um-bom-professor>

⁸ O PNLD – Programa Nacional do Livro e do Material Didático, é uma política pública executada pelo FNDE e pelo Ministério da Educação, destinado a avaliar e disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias de forma sistemática, regular e gratuita para as escolas públicas. <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/informe-pnld>

Este recurso didático, mesmo em tempos multimidiáticos (que conectam som, imagem, texto, animação e vídeo), tem a função de organizar sistematicamente o conhecimento escolar, por esse motivo é que traz vantagens ao reunir informações com propósito educativo, organizando informações em uma estrutura específica para os processos escolares. O que faz dele um recurso valioso com ferramenta educacional, auxiliando o professor na condução das ações pedagógica e também dando suporte aos alunos, na apropriação de conceitos escolarizados.

Segue algumas dicas que não se esgotam na apresentação abaixo e não desconsidera a necessidade da intencionalidade docente relacionado ao seu projeto didático:

- Faça a curadoria dos recursos ofertados pelo livro didático sobre o objeto de conhecimento e os temas utilizados. alinhando os a sua intencionalidade;
- Os alunos podem ler e resumir os conteúdos do tópico em um parágrafo ou elaborar mapas conceituais, ou mapas mentais;
- Elaboração de grupos de estudo (ou em ações individuais) para processos de sala de aula invertida⁹;
- Oportunizar espaços para que os alunos relacionem as imagens com o conteúdo abordado pelo texto (do livro ou outros textos fornecidos pelo professor) e possam dialogar e/ou registrar suas impressões;
- Orientar a anotação de tópicos importantes, expressões ou palavras desconhecidas;
- Fazer uso de atividades complementares sugeridas bem como visitar outros links sugeridos com outros recursos didático;
- Analisar os conteúdos digitais disponíveis;
- Atente-se as sugestões do livro do professor, pois pode apresentar algo novo para enriquecer a aula;
- Dar ênfase mais a possíveis perguntas do que respostas sobre o conteúdo apresentado: explorar as indagações dos alunos para esclarecer e aprofundar os conceitos abordados.

⁹ Aprendizagem Ativa no Ensino Superior: a proposta da sala de aula invertida - José Armando Valente Depto. de Multimeios, Nied e GGTE - Unicamp & Ced – PucSP
http://catalogo.educacaonaculturadigital.mec.gov.br/hypermedia_files/live/nucleo_de_base1/medias/files/classe_invertida.pdf



8.3. Letramento Literário: Incentivo à leitura e a escrita por meio dos Livros Paradidáticos

Ler é prática social essencial em nossa sociedade “porque tudo o que somos, fazemos e compartilhamos passa necessariamente pela escrita.”¹⁰ e para entendermos como as ações de ler e escrever trazem impactos para o fazer em sociedade, das mais diferentes formas maneiras, elencamos a teoria do letramento. O letramento amplia a ação de ler e escrever considerando o conhecimento vinculados a estas ações, na sua potencialidade para a comunicação, para as formas de se relacionar com as pessoas, ler e escrever no e sobre o mundo, dando forma a ele, ou seja, o “letramento designa as práticas sociais da escrita que envolvem a capacidade e os conhecimentos, os processos de interação e as relações de poder relativas ao uso da escrita em contextos e meios determinados (STREET, 2003 apud SOUZA & CASSON).”

Considerando também, a diversidade das práticas sociais de escrita, a literatura aponta para a coerência de nos referirmos ao termo no plural: letramentos ou até multi-letramentos, que procura abranger toda a complexidade dos meios de comunicação de que dispomos no contexto atual (letramento digital, letramento informacional, letramento visual, letramento financeiro, letramento midiático etc).

Assim, podemos pensar o letramento literário para integrar o plural dos letramentos, sendo um dos usos sociais da escrita.

É importante compreender que o letramento literário é bem mais do que uma habilidade pronta e acabada de ler textos literários, pois requer uma atualização permanente do leitor em relação ao universo literário. Também não é apenas um saber que se adquire sobre a literatura ou os textos literários, mas sim uma experiência de dar sentido ao mundo por meio de palavras que falam de palavras, transcendendo os limites de tempo e espaço. Planejamento do Trabalho Docente.

O letramento literário enquanto construção literária dos sentidos se faz indagando ao texto quem e quando diz, o que diz, como diz, para que diz e para quem diz. Respostas que só podem ser obtidas quando se examinam os detalhes do texto, configura-se um contexto e se insere a obra em um diálogo com outros tantos textos. Estes não são ações naturalizadas ela faz parte de um processo de escolarização da literatura, para apoiar a formação de um repertório leitor.

¹⁰ <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40143/1/01d16t08.pdf> Letramento Literário: uma proposta para a sala de aula (SOUZA & CASSON)

A Unidade Gestora Municipal de Educação – UGME considera a leitura como uma aliada para a interação dos alunos com o seu ambiente (social, cultural, familiar, escolar etc) e também para a compreensão do mundo, portanto, os investimentos são para que os se familiarizem com os livros desde o seu primeiro ano de vida nas Unidades Escolares da Rede de Ensino.

Segundo Magda Soares, são várias as instâncias de escolarização da literatura, a começar pela biblioteca que determina rituais de leitura, como se deve ler, o que ler e em quanto tempo ler, na sala de aula a autora orienta o uso de textos no seu suporte ORIGINAL – OLIVRO INFANTIL, respeitando a integralidade da obra, “sem retirar ou saltar partes partes do texto que, por alguma razão, achamos inadequadas para nossos alunos. Afinal, o texto literário carrega em sua elaboração estética as várias possibilidades de atribuição de sentidos. Para a autora, a adequada escolarização da literatura é aquela que conduz a práticas de leitura que ocorrem no contexto social, a atitudes e aos valores que correspondem ao ideal de leitor que se quer formar.

Diante destas orientações, Casson enfatiza que o objetivo maior do letramento literário escolar ou do ensino da literatura na escola é “nos formar como leitores, não como qualquer leitor ou um leitor qualquer, mas um leitor capaz de se inserir em uma comunidade, manipular seus instrumentos culturais e construir com eles um sentido para si e para o mundo em que vive”.

Uma das competências específicas de língua portuguesa na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), para o ensino fundamental, se desenvolve em práticas literárias, que contextualizam um eixo dentro da organização da base nas dimensões da oralidade, a análise linguística/semiótica, na leitura e na escrita:

Envolver-se em práticas de leitura literária que possibilitem o desenvolvimento do senso estético para fruição, valorizando a literatura e outras manifestações artístico-culturais como formas de acesso às dimensões lúdicas, de imaginário e encantamento, reconhecendo o potencial transformador e humanizador da experiência com a literatura.

Esta competência tem como base a oferta de situações de aprendizagens no desenvolvimento de habilidades para:

- Desenvolver no aluno a autonomia no uso de espaços como biblioteca, entendendo e se apropriando da sua dinâmica.
- Ter critérios leitores para selecionar uma leitura alinhando necessidade e motivos para escolha, próprios a autores e temas de seu interesse.

- Desenvolver opiniões sobre suas leituras e compartilhar com os colegas e professores.
- Justificar suas escolhas de forma coerente oralmente ou por registros escritos e/ou pictóricos em diferentes meios e tecnologias.
- Sentir se estimulado a efetivar trocas de livros (ou de repertório) com os colegas e professores e de opiniões, em rodas de conversas sobre o que se lê.
- Intercalar a leitura feita pelo professor com momentos individuais de leitura tanto na escola como em casa.

Estas ofertas exigem propostas pedagógicas alinhadas a intencionalidade, que coloquem o aluno em movimento com os conceitos e processos direcionando aprendizagens, na formação de um leitor. Para tanto, cabe ao professor desenvolver aproximações sobre o que envolve o seu saber pedagógico teórico e prático (didático) sobre o uso de recursos Literários, bem como quais objetos de conhecimento (com seus elos) devem ser articulados para desencadear os processos formativos .

O Programa de Leitura da Rede de Várzea Paulista (cap. 21.4), Projetos Diversos da Rede e demais Projetos locais, definidos na Realidade do Projeto Político Pedagógico- PPP da Unidade Escolar, necessita incluir o repertório de práticas e usos de Obras Literárias, com objetividade e direcionamentos coerentes com a proposta curricular, direcionados a formação de leitores e escritores.

Entendemos que a Literacia/letramento antecede o processo da alfabetização, ou seja, a criança desenvolve certas habilidades que serão determinantes em sua trajetória escolar. As crianças que adquirem desde cedo as habilidades fundamentais apresentam uma desenvoltura maior no processo de aprendizagem. É importantíssimo envolvê-las nas diferentes práticas de linguagem oral e escrita, ouvir histórias lidas e contadas, cantar cantigas, recitar poemas e parlendas, familiarizar-se com materiais impressos como livros, revistas e jornais, além dos diferentes instrumentos sociais de comunicação como celulares, tablets, computadores, Internet, televisão, dramas, filmes, teatro e arte. Tal processo se estende por práticas escolarizadas durante todo o ensino fundamental, tendo o professor a figura do adulto “mais capaz” e que tem por essência da profissão o compromisso com a formação discente de um leitor competente.

9. Organização do trabalho docente

Porque além de ser uma atividade humana, o planejamento de ensino é alvo de diferentes significados e perspectivas que foram se adequando às concepções teóricas e pedagógicas no decorrer das mudanças educacionais. A produção sobre esse assunto teve seu auge na década de 1990 e os autores mais citados são: Libâneo, Turra, Piletti, Lopes, Vasconcellos, entre outros.

Isto revela a necessidade de releituras e outras pesquisas contemporâneas, como também, de trazer o planejamento para o debate educacional, especialmente no tocante às suas contribuições e o lugar que ocupa. Portanto, entendemos ser o caso da implementação da BNCC, que traz impactos para as aprendizagens, na formação do aluno e no ensino, na organização do trabalho pedagógico docente¹¹ Neste sentido cabe a questão: Como o planejamento deve corresponder ao Organizador Curricular (alinhado às exigências da BNCC)? Quais conceitos direcionam a organização dos instrumentos de planejamento e por quê?

Na Perspectiva Filosófica Planejar é escolher “algum caminho” e Abdicar a “outros” o que mostra que esta ação não é privilégio de uma área profissional apenas, mas de várias; é um instrumento de trabalho e de ação, da própria vida e de outras profissões – como professores. (Souza & Santos, 2022)¹²

Para Vasconcelos (2000)¹³, planejar é “antecipar mentalmente uma ação ou um conjunto de ações a serem realizadas, é agir de acordo como o previsto”. Ele afirma ainda que “planejar não é apenas algo que se faz antes de agir, é também agir em função daquilo que se pensa”. Portanto, planejar é uma atividade de reflexão acerca das nossas opções e ações (não é neutro - passa por escolhas coerentes e alinhadas).

Este olhar revela que o Planejamento Escolar, também é um ato intencional, político e técnico para direcionar as atividades do campo educacional, buscando racionalizar os fins e os meios para conseguir os objetivos propostos. É intencional, na medida em que não pode ser efetivado aleatoriamente. Ele implica conhecimentos da realidade, pressupõe

¹¹ <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec/article/view/45583> - O Planejamento de ensino para além dos Elementos Estruturantes de um Plano De Aula.

¹² <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/15/planejamento-escolar-um-guia-da-pratica-docente> - Planejamento escolar: um guia da prática docente





¹³ VASCONCELLOS, Celso dos S: Planejamento Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico Laderos Libertad-1. 7º Ed. São Paulo, 2000

escolhas e estabelecimento de meios para se atingir um determinado fim. É político, visto que está comprometido com as finalidades sociais e políticas da sociedade. É técnico, pois exige a utilização de meios eficientes para se obter os resultados¹⁴.

O planejamento educacional pode ser caracterizado como processo permanente e determinado, que se considera para onde ir e quais possibilidades se tem de chegar lá (quais maneiras, quais recursos), considerando a situação presente e com um olhar para o futuro, que atenda às necessidades da sociedade. Sem Planejamento há grande chance de os objetivos não serem alcançados e fica impossível avaliar o percurso de formação e as aprendizagens.

Nesta perspectiva cabe uma reflexão sobre o quadro que segue:

AÇÕES DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

O QUE NÃO É PLANEJAMENTO ESCOLAR:  	NÃO É... <ul style="list-style-type: none">• Sequência de abordagens com seleção e condução arbitrária e sem nitidez. (Improviso)• Os registros que direcionam ações não encontram fundamento na reflexão e articulação entre documentos norteadores, contexto social e demanda educativa (sem critério e correspondência com a realidade).• Se elaborado sem conhecimento dos documentos, dados e informações que o articula a experiência e prática da/com a comunidade escolar.	O QUE É PLANEJAMENTO  
	É... <ul style="list-style-type: none">• Evitar o imprevisto e receitas prontas; ter clareza sobre a seleção e condução das ações pedagógicas.• Prever o futuro e estabelecer caminhos que possa nortear mais apropriadamente a ação da educação; estabelecendo ações articuladas com reflexões sobre os documentos norteadores, contexto social e demanda educativa do aluno.• Prever o acompanhamento e a avaliação da própria ação; avaliação e ação andam lado a lado numa relação de complementação	

¹⁴ (CASTRO, 2010) <https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2020/08/418-1.pdf>

Em síntese, o Planejamento Escolar Inclui a previsão das atividades em termos de organização e coordenação em face dos objetivos propostos, ele é um meio para programar as ações docentes, possui teoria e prática; ele não é neutro, pois há objetivos a alcançar e uma realidade a ser transformada, o que exige uma tomada de decisões. Planejar é um processo de racionalização (justificativas e fundamentações) articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social (orientada pelo Currículo) é o momento de escolher o rumo que será dado ao trabalho docente.

Vale ressaltar a importância de considerar no Planejamento Escolar, o contexto em que as aprendizagens ocorrem, seja ele mais local social comunitário ou mais amplo (sociedade global). Neste sentido, temos as demandas locais (de origem cultural e comunitária) ou Globais, como o impacto da Pandemia Covid-19 nos processos educativos em todo mundo, que orienta a organização na recomposição das aprendizagens, em duas frentes a serem consideradas e adotadas nas Unidades Escolares: as Reflexões sobre a Flexibilização (Currículo Continuo) e Priorização Curricular (Mapas de foco)¹⁵.

9.1. Referência de Componentes Curriculares

9.1.1. Educação Infantil

Na Educação Infantil, as aprendizagens essenciais compreendem tanto comportamentos, habilidades e conhecimentos quanto vivências que promovem aprendizagem e desenvolvimento nos diversos campos de experiências, sempre tomando as interações e a brincadeira como eixos estruturantes. Essas aprendizagens, portanto, constituem-se como objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. Reconhecendo as especificidades dos diferentes grupos etários que constituem a etapa da Educação Infantil, os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento estão sequencialmente organizados em três grupos por faixa etária, que correspondem, aproximadamente, às possibilidades de aprendizagem e às características do desenvolvimento das crianças:

¹⁵ Conforme orienta o Capítulo 7. Currículo Contínuo – Recomposição das Aprendizagens deste documento.

1. **BEBÊS** (de zero a um ano e seis meses);
2. **CRIANÇAS BEM PEQUENAS** (um ano e sete meses a três anos e onze meses);
3. **CRIANÇAS PEQUENAS** (quatro anos a cinco anos e onze meses). Desta forma, apresenta a seguinte organização:

Unidades de Creche:

*Diurno (Período Parcial) – 25 aulas por etapa.

*Integral – 50 aulas por etapa.

Educação Infantil:

*Etapas I e II – 25 aulas.

Assim, considera ainda que as crianças, nessa etapa da Educação Básica, têm especificidades próprias que precisam ser consideradas no cotidiano das escolas infantis, no momento da organização das situações de aprendizagem, - razão que leva à necessidade de contemplar no Organizador Curricular para a Educação Infantil (Volume 2), para cada OBJETIVO DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO, sem perder de vista as 10 Competências Gerais da Base Nacional Comum Curricular:

- A GESTÃO DO TEMPO, ESPAÇOS E MATERIAIS;
- OS OBJETOS DE CONHECIMENTO;
- AS ESTRATÉGIAS E METODOLOGIAS DE TRABALHO;
- AS ORIENTAÇÕES COMPLEMENTARES.

9.1.2. Ensino Fundamental

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional no Brasil, incluindo as normas para a carga horária das aulas no Ensino Fundamental. Definindo a carga horária mínima anual para o Ensino Fundamental de 800 horas, distribuídas em pelo menos 200 dias letivos.

Além disso, a LDB determina que a jornada escolar diária no Ensino Fundamental deve ser de, no mínimo, quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula.

A seguir, trechos relevantes da LDB:

Art. 24. A Educação Básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I - a carga horária mínima anual será de 800 (oitocentas) horas, distribuídas por um mínimo de 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver;

VI - o controle de frequência fica a cargo da escola, conforme o disposto no respectivo regimento e nas normas do sistema de ensino, exigida a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas para aprovação.

Art. 34. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

Essas diretrizes são estabelecidas para garantir uma base mínima de tempo para o desenvolvimento das atividades escolares e a aprendizagem dos alunos.

Organização dos Componentes:

Os Componentes Curriculares tem como finalidade proporcionar uma estrutura clara para o ensino e a aprendizagem, através de uma organização distinta no Currículo Escolar, de maneira que os professores planejem e direcionem o conteúdo de forma eficaz, garantindo que os alunos desenvolvam as Habilidades e Competências determinadas para cada Ano.

Além disso, os Componentes Curriculares fornecem uma base sólida para a avaliação do processo referente a aprendizagem do aluno, permitindo que os professores identifiquem os avanços e dificuldades do estudante, demonstrando sua proficiência no assunto e estão preparados para avançar para os próximos desafios educacionais.

De forma a contemplar a organização e direcionamento no (re)planejamento/rotina semanal, a UGME considera a abordagem/desenvolvimento dos Componentes Curriculares:

A. Língua Portuguesa

A Área de Conhecimento de Língua Portuguesa, tem como objetivo central, proporcionar aos estudantes experiências que contribuam para a ampliação do letramento, de forma a possibilitar a participação significativa e crítica nas diversas práticas sociais permeadas/constituídas pela oralidade, escrita e por outras linguagens.

As práticas de linguagem sociais, não só envolvem novos gêneros e textos cada vez mais multissemióticos e multimidiáticos (Habilidade de leitura e domínio dos gêneros da mídia), comotambém novas formas de produzir, de configurar, de disponibilizar, de replicar e de interagir. Sendo assim, considerado novos letramentos mediante a cultura digital e sua articulação ao currículo.

Dessa forma, a BNCC, o Organizador Curricular Municipal, contempla a cultura digital, as diferentes linguagens e letramentos. Sendo relevante o espaço escolar conhecer e valorizar as realidades da diversidade linguística e analisar diferentes situações e atitudes humanas implicadas nos usos linguísticos, como o preconceito linguístico.

Práticas de Linguagem:

Para favorecer um maior aprendizado de nossos alunos na Área de Língua Portuguesa, as habilidades e objetivos de aprendizagens estão agrupados por Eixos de integradores, que são correspondentes às Práticas de Linguagem: oralidade, leitura/escuta, produção (escrita e multissemiótica) e análise linguística/semiótica (que envolve conhecimentos linguísticos – sobre o sistema de escrita, o sistema da língua e a norma-padrão –, textuais, discursivos e sobre os modos de organização e os elementos de outras semioses).

Ressaltamos que as habilidades não são desenvolvidas de forma descontextualizada, mas por meio da leitura de textos pertencentes a gêneros que circulam nos diversos campos de atividade humana/social. Destacadas as habilidades de leitura, oralidade e escrita, de forma a abranger as práticas, gêneros e diferentes objetos do conhecimento em questão.

- **Práticas de Linguagem voltadas a Oralidade** - compreende as práticas de linguagem que ocorrem em situação oral com ou sem contato face a face, como aula dialogada, webconferência, mensagem gravada, spot de campanha, jingle, seminário, debate, programa de rádio, entrevista, declamação de poemas (com ou sem efeitos sonoros), peça teatral, apresentação de cantigas e canções, playlist comentada de músicas, dentre outras. Envolve também a oralização de textos em situações socialmente significativas e interações e discussões envolvendo temáticas e outras dimensões linguísticas do trabalho nos diferentes campos de atuação.
- **Prática da Leitura** - Compreende as práticas de linguagem que decorrem da interação ativa do leitor/ouvinte/espectador com os textos escritos, orais e

multissemióticos (textos que envolvem o uso de diferentes linguagens: verbal (oral e escrita), visual (imagens, ícones e desenhos), sonora, corporal e digital, que circulam socialmente.

- ❖ **Diversidade de Textos:** Apresentar e desenvolver atividades através de diferentes gêneros textuais, incluindo narrativos, descritivos, argumentativos, expositivos e instrucionais.
 - ❖ **Interpretação:** De textos, incluindo perguntas sobre informações explícitas e implícitas, inferências, e identificação de ideias principais.
 - ❖ **Vocabulário:** Desenvolver/ampliar o vocabulário dos alunos por meio de atividades de leitura e contextos variados.
 - ❖ **Pensamento Crítico:** Atividades que incentivem o pensamento crítico e a análise crítica de textos, discutindo diferentes pontos de vista e argumentos.
- **Programa de Leitura** - Aprimorar as habilidades que dizem respeito às práticas leitoras e escritoras, a partir de reflexões sobre o seu uso em práticas sociais em diferentes dimensões e inter-relações, em um contexto de diversidade semiótica.
 - ❖ Leitura individual, em grupo para dialogar sobre livros e textos que promovam a troca de ideias e a prática de habilidades interpretativas.
 - **Prática da Produção de Textos** - compreende as práticas de linguagem relacionadas à interação e à autoria (individual ou coletiva) do texto escrito, oral e multissemiótico, com diferentes finalidades e projetos enunciativos.
 - ❖ **Produção de texto e Estruturação:** Desenvolver a elaboração, análise e estruturação de maneira coletiva, professor como escriba, ampliando para os agrupamentos. Abordar diferentes tipos de textos, abordando a introdução, desenvolvimento e conclusão. Abordar:
 - ❖ **o Coesão e Coerência:** Enfatizar a importância da coesão (uso correto de conectivos) e coerência (lógica e fluidez do texto).
 - ❖ **o Revisão:** orientar/auxiliar os alunos a revisarem seus textos para corrigir erros gramaticais e aprimorar a clareza.
 - ❖ **o Gramática e Ortografia.**
 - ❖ **o Análise e Interpretação de Linguagem:** figuras de Linguagem. Recursos Estilísticos: Discuta o uso de recursos estilísticos e seu impacto na interpretação do texto.

- **Práticas de Linguagem voltadas a Análise Linguística/Semiótica** - envolve os procedimentos e estratégias (meta)cognitivas de análise e avaliação consciente, durante os processos de leitura e de produção de textos (orais, escritos e multissemióticos), das materialidades dos textos, responsáveis por seus efeitos de sentido, seja no que se refere às formas de composição dos textos, determinadas pelos gêneros (orais, escritos e multissemióticos) e pela situação de produção, seja no que se refere aos estilos adotados nos textos, com forte impacto nos efeitos de sentido.

Sugestão Organizacional das Práticas de Linguagens					
LÍNGUA PORTUGUESA	2ª feira	3ª feira	4ª feira	5ª feira	6ª feira
Práticas de Oralidade				01 aula	01 aula
Práticas de Leitura	01 aula	01 aula	01 aula	01 aula	01 aula
Práticas da Produção de Texto	01 aula	01 aula	01 aula		
Programa de Leitura	01 aula	01 aula	01 aula		
Ressaltamos que a organização apresentada é uma sugestão e que as Práticas de Linguagem não são dissolúveis, o que muda é o foco/intencionalidade da proposta do professor.					
Lembramos que os direcionamentos/orientações complementares referentes as Linguagens estão no Organizador Curricular Municipal					

B. Matemática

O letramento matemático, é caracterizado pelo desenvolvimento das competências e habilidades de raciocinar, representar, comunicar e argumentar matematicamente, estabelecendo hipóteses e embasamento para formulação e a resolução de Situações Problema em diversos contextos ligado a vida cotidiana. Desta forma, mediante a um contexto, como o abstrair e sua aplicabilidade em uma determinada situação, envolve capacidades essenciais e necessárias que permitam aos alunos refletirem e questionarem sobre algum dado de uma situação ou condição. Nessa perspectiva, é imprescindível que os alunos também formulem hipóteses voltados aos diferentes contextos.

A Área de Conhecimento está dividida em cinco Unidades Temáticas, ligadas intrinsecamente entre si, embasando e orientando a formulação de habilidades a serem desenvolvidas pelos alunos ao longo do Ensino Fundamental, conforme segue:

- **Pensamento Numérico** implica o conhecimento de maneiras de quantificar atributos de objetos e de julgar e interpretar argumentos baseados em quantidades. Neste processo da construção da noção de número e da Base do Sistema de numeração Decimal, os alunos precisam desenvolver, entre outras, as ideias de aproximação, proporcionalidade, equivalência e ordem, noções fundamentais da Matemática. Para isso, será fundamental propor, por meio de Situações Problema significativas, sucessivas ampliações dos campos numéricos, enfatizando registros, usos, significados e operações.
- **Pensamento Algébrico** é a linguagem matemática que recorre a números, letras e sinais (símbolos) para generalizar as diversas operações matemáticas. A Álgebra nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental se baseia no trabalho com a identificação das regularidades e padrões de sequências numéricas e não numéricas, a fim de estabelecer leis matemáticas que expressem a relação de interdependência entre grandezas em diferentes contextos. As ideias matemáticas fundamentais vinculadas a essa unidade são: equivalência, variação, interdependência e proporcionalidade.
- **Geometria** envolve o estudo de um amplo conjunto de conceitos e procedimentos necessários para resolver Situações Problema do mundo físico envolvendo diferentes Áreas do Conhecimento. Sendo assim, desenvolver conhecimentos, habilidades e competência em geometria, está diretamente ligado à necessidade do uso dela no cotidiano, para que assim possamos melhor compreendê-lo, ampliando a percepção espacial, tendo base para a análise dos elementos visuais do mundo.
- **Grandezas e Medidas** que os alunos reconheçam que medir é comparar uma grandeza com uma unidade e expressar o resultado da comparação por meio de um número. As medidas quantificam grandezas do mundo físico e são fundamentais para a compreensão da realidade. Assim, a Unidade Temática Grandezas e Medidas, ao propor o estudo das Medidas e das relações entre elas – ou seja, das relações métricas –, favorece a integração da Matemática a outras áreas de conhecimento, como Ciências (densidade, grandezas e escalas do Sistema Solar, energia elétrica etc.) ou Geografia (coordenadas geográficas, densidade demográfica, escalas de mapas e guias etc.). Essa



unidade temática contribui ainda para a consolidação e ampliação da noção de número, aplicação de noções geométricas e a construção do pensamento algébrico.

- **Probabilidade e Estatística** propõe a abordagem de conceitos, fatos e procedimentos presentes em muitas Situações Problema da vida cotidiana, das ciências e da tecnologia. Assim, todos os cidadãos precisam desenvolver habilidades para coletar, organizar, representar, interpretar e analisar dados em uma variedade de contextos, de maneira a fazer julgamentos bem fundamentados e tomar as decisões adequadas. Isso inclui raciocinar e utilizar conceitos, representações e índices estatísticos para descrever, explicar e prever fenômenos. Merece destaque o uso de tecnologias – como calculadoras, para avaliar e comparar resultados, e planilhas eletrônicas, que ajudam na construção de gráficos e nos cálculos das medidas de tendência central. A consulta a páginas de institutos de pesquisa – como a do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – pode oferecer contextos potencialmente ricos não apenas para aprender conceitos e procedimentos estatísticos, mas também para utilizá-los com o intuito de compreender a realidade.

Sugestão Organizacional das Unidades Temáticas					
MATEMÁTICA	2ª feira	3ª feira	4ª feira	5ª feira	6ª feira
Pensamento Numérico	01 aula	01 aula	01 aula	01 aula	01 aula
Pensamento Algébrico				01 aula	01 aula
Geometria	01 aula	01 aula	01 aula		
Grandezas e Medidas	01 aula	01 aula	01 aula		
Probabilidade e Estatística			01 aula	01 aula	01 aula
Ressaltamos que a organização apresentada é uma sugestão e que as Unidades Temáticas não são dissolúveis, o que muda é o foco/intencionalidade da proposta do professor.					
Lembramos que os direcionamentos/orientações complementares referentes as Unidades Temáticas estão no Organizador Curricular Municipal.					



Ensino Fundamental é uma etapa escolar permeada por uma série de mudanças que requer uma atenção especial frente às atividades a serem elaboradas, uma vez que o aluno matriculado nesta fase de escolarização passa por uma transição no que diz respeito tanto ao aspecto cognitivo quanto ao aspecto físico.

Desta forma, os Componentes Curriculares precisaram ser analisados e organizados de forma a contemplar o melhor atendimento/desenvolvimento dos planos de aulas a serem propostos aos alunos, tendo como objetivo ampliar as diferentes possibilidades de aprendizagem de forma integrada em que o observado e/ou vivido está inserido numa rede de relações e vivências significativas para os alunos.

Nesse movimento, a interdisciplinaridade é possível e necessária, através de práticas pedagógicas que promovam a integração entre as diferentes áreas de conhecimento, rompendo com a fragmentação das linguagens. Apresentamos a organização da Referência dos Componentes Curriculares para o ano de 2024 do Ensino Fundamental:

C. Quadro De Referência Dos Componentes Curriculares Do Ensino Fundamental

Componente Curricular	Quantidade de Aulas Semanais				
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Língua Portuguesa	5	5	5	5	5
Matemática	5	5	5	5	5
Ciências da Natureza	3	3	3	3	3
Geografia	3	3	2	3	3
História	3	3	3	3	3
Polivalente (subtotal)	19	19	18	19	19
Educação Física	2	2	2	2	2
Artes	2	2	2	2	2
Filosofia	1	1	1	0	0
Informática	1	1	1	1	1
Inglês	0	0	1	1	1
Áreas Específicas (subtotal)	06	06	07	06	06
TOTAL	25	25	25	25	25



D. Extracurricular

LÍNGUA ESPANHOLA

- Espanhol será ofertado aos alunos da Rede Municipal de Educação, no contraturno, organizado através de polos, sendo disponibilizados para o ano de 2024 aos Anos 3, podendo ser ampliada para os demais Anos de acordo com o número de vagas.
- Os polos estão organizados de maneira a contemplar o atendimento dos alunos por região;
- As inscrições serão realizadas na própria Unidade Escolar do aluno interessado (através de ficha anexa), sendo enviada diretamente ao Polo da região pertencente.

POLOS DE ATENDIMENTO – AULAS ESPANHOL

ATIVIDADES EXTRACURRICULARES - CONTRATURNO		
POLO REGIÃO NORTE	UNIDADES ESCOLARES ATENDIDAS	PROFESSORA
CEMEB “Erich Becker”	CEMEB Anísio Teixeira CEMEB Erich Becker CEMEB Profª Juvelita Pereira da Silva CEMEB São Miguel	Kathia Keller Mazzamboni
POLO REGIÃO CENTRO OESTE	UNIDADES ESCOLARES ATENDIDAS	PROFESSORA
CEMEB Prefeito João Aprillanti	CEMEB Oswaldo Camargo Pires CEMEB Prefeito João Aprillanti CEMEB Profº Palmyra A.D’Almeida Rinaldi CEMEB João Baptista Nalini CEMEB Padre Wilfrido Wieneke	Maraly Ap. do Nascimento
POLO REGIÃO OESTE	UNIDADES ESCOLARES ATENDIDAS	PROFESSORA
CEMEB Manoe I Caetano Almeida	CEMEB Profº Carlos de Almeida CEMEB Manoel Caetano Almeida CEMEB Edite Schneider	Adriana Rosa da Silva

9.2. Quando o Planejamento Escolar é elaborado?

O processo de elaboração de planejamento da escola começa com a verificação das METAS de aprendizagens que se pretende/deve alcançar, precisa estas considerar fundamentalmente a análise e reflexões sobre a participação e desempenho dos alunos,

como parte da elaboração do Plano de Ação para recuperação de aprendizagens e/ou avanço no processo de formação, considerando os direitos de aprendizagem organizados no Currículo Escolar, que é elaborada com base em habilidades e competências (Conforme organização da Progressão no Organizador Curricular). Este processo é relevante em todos os momentos em que, no trajeto do caminho formativo traçado (pensado e elaborado com intencionalidades), novas ações são necessárias para promover um avanço no processo de aprendizagem e apoiar a superação de possíveis lacunas na aquisição do conhecimento escolarizado.

Com os resultados em mãos, identificadas as principais os avanços e as dificuldades dos alunos (lacunas nas aprendizagens), considerando o contexto e a realidade social dos alunos, chega o momento de organizar o planejamento, traçando objetivos, escolhendo objetos de conhecimento, metodologias, selecionando recursos didáticos e definindo formas de avaliação, para que se possa verificar o nível de aprendizagem dos alunos, as ações que deram e não deram certo e organizar um Plano de Ação.

Autores dão destaque à avaliação e a coloca como categoria estruturante da organização do trabalho pedagógico. É a avaliação que sustenta os rumos das aprendizagens, nas quais toda a estrutura pedagógica deve se estabelecer. Partindo desse pensamento, percebe-se a avaliação como orientadora de toda prática que acompanha o trabalho pedagógico, porque “[...] ela inicia, acompanha e finaliza o trabalho pedagógico”.¹⁶

O planejamento é um ato construído, e essa característica é muito importante; afinal, planejar não é algo estanque, mas uma ação contínua globalizante. É dinâmico (sempre em movimento): Pode passar por revisão e adequação no decorrer do processo de ensino e da aprendizagem. Planejar é um momento de pesquisa e reflexão intimamente ligado à **avaliação**.

A ação de planejar não se caracteriza ou reduz ao simples preenchimento de formulários para controle administrativo; é antes a atividade consciente de previsão das ações docentes, fundamentadas em opções político-pedagógicas para ter um processo de ensino aprendizagem de qualidade. Ela deve considerar:



Este processo deve mobilizar a equipe gestora, professores e demais atores da comunidade escolar, considerando determinadas frentes de trabalho, de acordo com os tempos e momentos em que o Planejamento Coletivo de trabalho se faz necessário, observar:

- A possibilidade de alteração da organização de calendários e rotinas escolares dentro de modalidades de ensino (sejam presenciais ou não), segundo cenários determinados pela pandemia e recomendações da saúde;
- Pensar ações de recuperação e aprofundamento da aprendizagem e acompanhar a frequência do aluno e modo a prevenir do abandono e evasão escolar;
- Considerar as habilidades essenciais (cognitivas e socioemocionais) e o fortalecimento dos mecanismos de diálogo na comunicação entre família e escola sobre as questões educacionais.

Um bom planejamento escolar subsidia os professores a organizar seu trabalho potencializando os resultados, aos gestores e coordenadores permite o acompanhamento e a orientação das ações de forma efetiva e assim, apoiando as ações administrativas e pedagógicas em sua Unidade. Desta forma, o plano de trabalho orienta o alcance das metas e dos objetivos estabelecidos para a jornada pedagógica com os alunos.

Também se faz necessário, que haja uma execução adequada e um controle contínuo dos resultados das ações planejadas, por meio de registros de acompanhamento e socialização dos mesmos, subsidiando possíveis retomadas, reorganização e redirecionamento de ações. Libâneo (2013)¹⁶ nos alerta que, tais registros de intencionalidade e objetivos, não asseguram, por si só, o andamento do processo de ensino, mesmo porque a sua elaboração está em função da direção, organização e coordenação do ensino. “É preciso, pois, que os planos estejam contidos na mente e ligados a prática, de modo que estejam sempre revistos e refeitos”. (p 225)

A atividade de Planejamento sempre é uma atividade desafiadora e também deve ser vista sob a perspectiva de melhor espaço pedagógico coletivo, para que todos os atores envolvidos no processo educacional na Rede de Ensino se alinhem sobre o fazer pedagógico em cada Unidade Escolar, para repensar o papel da escola na sociedade e como esta missão perpassa a atuação pedagógica do professor no desenvolvimento da Proposta Curricular, de modo a garantir os direitos de aprendizagem de todos os alunos, em qualquer etapa/ano, por meio de um Plano de Ensino coerente com as demandas atuais: sociais, políticas e econômicas, frente ao contexto da pandemia.

Na educação, encontramos diversos níveis de planejamento (articulados entre si), optamos em fazer a adoção do esquema que segue:

¹⁶ LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.

NÍVEIS DE PLANEJAMENTO ESCOLAR

Planejamento em um SISTEMA EDUCACIONAL – realizado em nível nacional, estadual ou municipal; (BNCC)

LEI Nº 1.976, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2.008 - Dispõe sobre a reestruturação do Sistema Municipal de Ensino, instituído pela Lei Municipal nº 1.588, de 1º de março de 2000, e dá outras providências.

Planejamento CURRICULAR – consiste em estabelecer os componentes curriculares que irão fazer parte do curso; (Organizador Curricular)

Fundamentado na Base Nacional Comum Curricular, é a base da prática pedagógica, que envolve a organização dos objetos de conhecimentos que serão estudados em cada etapa da formação na educação escolar, traz orientações sobre possibilidades de atividades, as competências e as habilidades a serem desenvolvidas, com o objetivo da formação plena dos estudantes.

Planejamento ESCOLAR – a organização geral das atividades de uma unidade escolar; (PPP)

Documento mais global; expressa orientações gerais que sintetizam, de um lado, as ligações da escola com o sistema escolar mais amplo e, de outro, as ligações do projeto pedagógico da escola com os planos de ensino propriamente ditos. (Projeto Político Pedagógico - PPP)

Plano de ENSINO – a organização das unidades didáticas. (Plano semestral/anual)

É a previsão dos objetivos e tarefas do trabalho docente para o ano ou semestre; é um documento mais elaborado, dividido por unidades sequenciais, no qual aparecem objetivos específicos, conteúdos e desenvolvimento metodológicos. O plano de aula é a previsão do desenvolvimento do conteúdo para uma aula ou conjunto de aulas e tem um caráter específico.

Plano de AULA – o detalhamento do planejamento diário de cada disciplina/aula.

É um detalhamento do plano de ensino. As unidades e subunidades (tópicos) que foram previstas em linhas gerais são agora especificadas e sistematizadas para uma situação didática real. Deve considerar as abordagens do currículo (teorias de aprendizagens e organização das aprendizagens).

9.3. Plano de Ensino – Plano Anual

É um documento que traz uma previsão das Unidades Temáticas/ Eixos e Conceitos, Objetivos de Aprendizagem e Competências estabelecidas para o ano letivo, devendo ser revisto e replanejado semestralmente, seguindo a organização BIMESTRAL conforme ANEXO DO ORGANIZADOR (mais detalhes Capítulo 5 deste referencial – item 5.3 - Anexo do organizador) .A elaboração do Plano de Ensino deve ser um processo de tomada de decisões, que envolvem ações e situações do cotidiano do trabalho pedagógico.

Nele também é contemplado os tipos de avaliações e períodos (seguindo a organização BIMESTRAL) em que irão ocorrer durante todo o percurso da aplicação das aulas previstas. Ao elaborar o Plano de Ensino evitamos o imprevisto e estabelecemos o trajeto a ser percorrido (mesmo que no percurso mudanças sejam necessárias), norteando as tomadas de decisões e acompanhado todo o processo através da avaliação contínua.

Os Planos de Ensino devem ser estruturados coletivamente pelos professores de cada ano e entregue a gestão escolar para a apreciação, socialização, devolutiva e acompanhamento. Visto que será a partir dele que o Professor terá base para compor seu Plano de Aula, adequando o mesmo para a realidade de sua turma bimestralmente.

Ao Planejar a organização do ensino, este deve ser visto como integrador, ou seja, deve sempre que possível, fazer correspondência com um ou mais campos de experiências/componentes curriculares, a fim de considerar um desenvolvimento pleno e integral dos(as) alunos(as), apresentando uma concepção de Educação não fragmentada privilegiando a interdisciplinaridade.

No processo de planejamento, as frentes de trabalho e os profissionais envolvidos devem dialogar com instrumentos de organização essenciais empregados pelas Unidades Escolares, configurando-os como objetos de estudo em Horário de Trabalho Pedagógico, de preferência no coletivo, para análise das intervenções e inferências. São eles:

1. Referencial Pedagógico e Administrativo – (Volume 1);
2. Referencial Curricular das áreas de conhecimento com seus componentes curriculares
3. O ANEXO DO ORGANIZADOR CURRICULAR (ORGANIZAÇÃO BIMESTRAL)



4. Ter disponível o documento curricular de todas as etapas/anos para consultas. (progressões das aprendizagens- competências e habilidades – expectativas de aprendizagem etc.)
5. Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar;
6. Calendário Escolar;
7. Regimento Escolar;
8. Avaliação/Portfólios (Acompanhamento de participação/desempenho dos alunos e Registro);
9. Síntese e análise do acompanhamento de desempenho nas avaliações internas e externas dos alunos na Unidade Escolar.
10. Projetos Escolares e em parceria com a UGME;
11. Diário de Classe (Acompanhamento de frequência e Registro - GRP);
12. Ações Educativas: Educação Infantil – Creches / Programa Primeiríssima Infância - (VOLUME 2);
13. Dados de Atendimento do COE – Centro de Orientação Educacional e do AEE – Atendimento Educacional Especializado na Unidade Escolar.
14. Após Planejamento ANUAL a equipe gestora deverá apresentar uma **Síntese da Reunião de PLANEJAMENTO ANUAL** e encaminhar para o e-mail da coordenação pedagógica (coordenacaovarzeapaulista2013@gmail.com) no **prazo de dez dias da sua realização**. O registro deste momento deverá conter:

A. Uma apresentação

- a. Identificação da CEMEB/No de alunos matriculados;
- b. Data em que ocorreu;
- c. Horário;
- d. Número de Participantes;
- e. Mediadores da Reunião;
- f. Formato em que ocorreu (presencial ou por videoconferência);
- g. Pauta apresentada, materiais solicitados previamente aos professores.

B. Desenvolvimento

Descrever as etapas previstas, bem como, a devolutiva do grupo frente ao proposto, relatando a ANÁLISE do Grupo Gestor no processo de planejamento, CONSIDERANDO:

1. Organizadores curriculares de todas as etapas/anos para consultas/explanação dos conceitos BNCC/Currículo:
 - i. Progressões das aprendizagens / competências e

habilidades – expectativas de aprendizagem;

- ii. Educação integral;
- iii. Mapas de Foco;
- iv. Recomposição das Aprendizagens;
- v. Interdisciplinaridade;
- vi. Desenvolvimento das Competências Socioemocionais;

- 2. Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar (revisão / adequações);
- 3. Calendário Escolar - organização conforme Portaria UGME;
- 4. Regimento Escolar;
- 5. Avaliação/Portfólios (Acompanhamento de participação/ desempenho dos alunos) - se já alunos da Rede de Ensino;
- 6. Análise do acompanhamento de desempenho nas avaliações internas e externas dos alunos na Unidade Escolar - se já alunos da Rede de Ensino;
- 7. Projetos Escolares e em parceria com a UGME;
- 8. Dados de Atendimento do COE – Centro de Orientação Educacional e do AEE – Atendimento Educacional Especializado na Unidade Escolar, e outros serviços de suporte/acompanhamento do aluno.

9.4. Plano de Aula

Fundamentado no Plano de Ensino (organizado bimestralmente – conforme ANEXO DO ORGANIZADOR CURRICULAR) o professor terá base para a organização da sua aula, ou seja, do seu Plano de Aula, elaborando a sistematização das situações didáticas, descrevendo passos a serem desenvolvidos, intenções pedagógicas, ações dos alunos e possíveis intervenções mediadas, fazendo uma projeção para aprendizagens futuras observando o desempenho no presente. Nele, o professor deverá estipular tempo necessário para trabalhar o que foi planejado, quais recursos metodológicos serão utilizados diante de determinados objetivos, tendo clareza de suas possibilidades e limitações e da organização bimestral no desenvolvimento das aprendizagens.

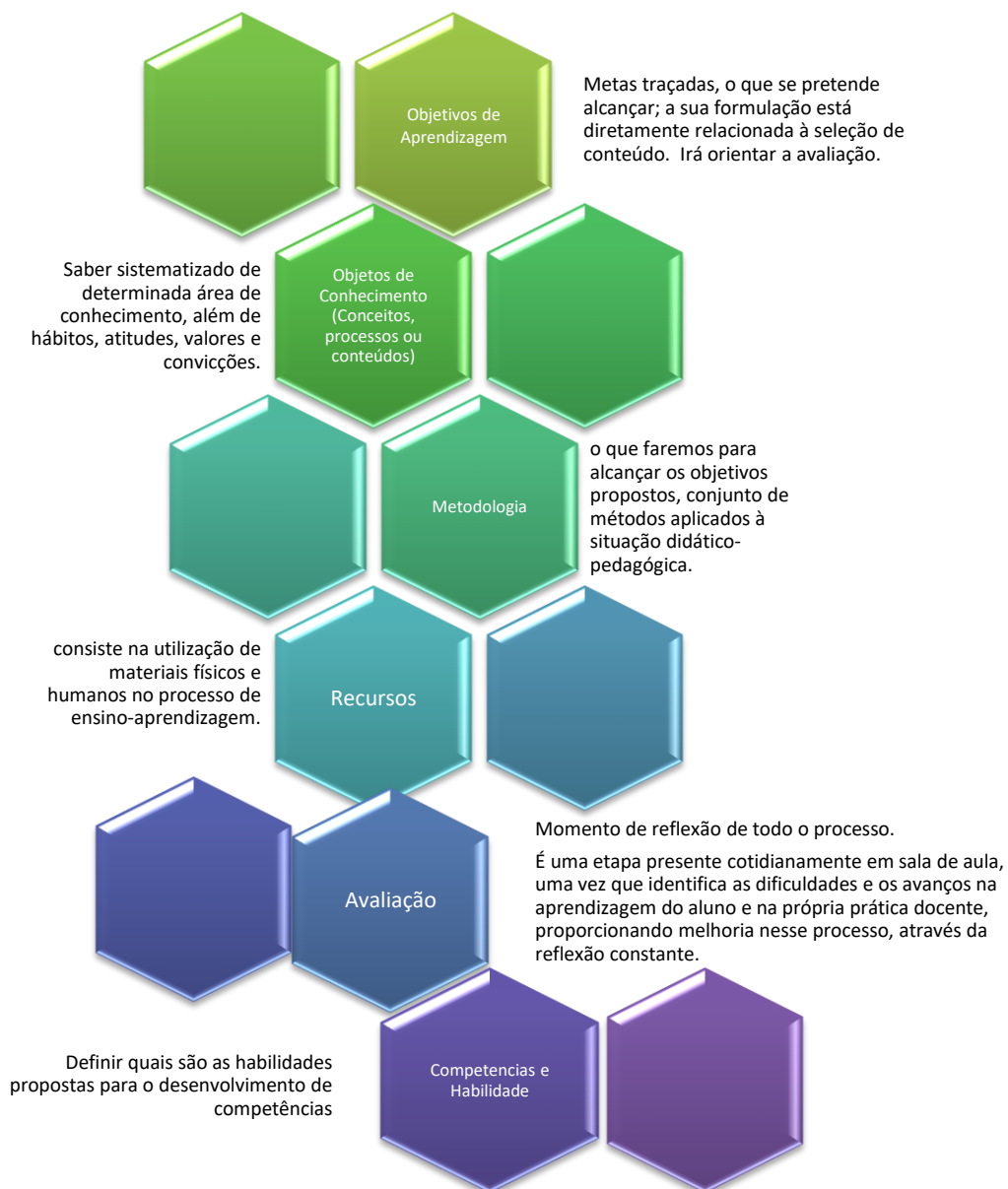
É preciso garantir que o Plano de aula seja sempre um desdobramento do planejamento Anual que já foi alinhado ao Referencial Curricular do Município (Organizador Curricular) e alinhado às necessidades da Unidade Escolar (PPP) no coletivo da escola e/ou equipe.

O Plano de aula deve considerar três pilares, FUNDAMENTANDO NO plano de ensino Anual (dialogado com e no coletivo), estando:



Portanto, deverá nortear as ações do professor para a efetiva abordagem dos assuntos que precisam ser tratados em cada etapa de aprendizagem (respeitados os direitos de aprendizagem em cada etapa (Progressão das Aprendizagens), consolidados em Competências e Habilidades (no Ensino Fundamental) e Objetivos de Aprendizagem (para a Educação Infantil), estimulando a criatividade, a inovação, a flexibilidade e o uso de novas tecnologias.

Neste contexto, o **PLANO DE AULA** deve ser constituído por registros que norteiem as ações pedagógicas do professor em sala de aula e esclareçam aos possíveis leitores (diretores, coordenadores, pais e responsáveis) quais serão as ações para direcionamento das aprendizagens dos alunos:



9.5. Rotina

Rotina é o conjunto de atividades que visam à organização do tempo que o aluno permanece na escola, deve apoiar-se na reprodução diária de momentos ali vividos e nos sinais que remetem às atividades do cotidiano escolar.

A rotina escolar proporciona aos alunos, principalmente nos anos iniciais, o primeiro contato com tarefas ofertadas em um determinado período de tempo, ou seja o contato outros horários sociais: o da escola.

Ao organizar a rotina do aluno o docente deverá considerar não somente o tempo (relógio) previsto para cada tarefa, mas também um equilíbrio entre as atividades escolares e os períodos de pausa para descanso. Respeitando as necessidades biológicas, psicológicas e sociais dos alunos.

Desta maneira haverá um equilíbrio nas ações e o desenvolvimento de habilidades importantes que visam a autonomia e o gerenciamento do tempo, apresentando uma ordem de prioridades e proporcionando aos alunos uma melhor adaptação.

Através de uma rotina bem estruturada, o professor, organiza não somente a sequência de tarefas/atividades diárias, mas também desenvolve de forma pontual seu Plano de Aula. Facilitando o acompanhamento das propostas e possibilitando o registro diário e avaliação contínua. É importante ressaltar que a rotina deve ser compartilhada diariamente com os alunos e qualquer alteração necessária ou readequação deverá ser apresentada ao grupo.

Ter uma rotina pré estabelecida caminha junto a um planejamento antecipado. Essa organização facilita a gestão da escola, pois estabelece um cotidiano estável e bem estruturado, possibilitando o acompanhamento do uso de materiais e espaços coletivos.

Em síntese, dar as crianças uma rotina escolar estruturada é fator relevante para transmitir segurança e aconchego, principalmente aos mais pequenos. Para estes, perceber que depois da roda de conversa, vão brincar no parque, depois voltar e lavar as mãos, almoçar e escovar os dentes, e vão realizar outras atividades no decorrer da tarde, na rotina já socializada, e depois o responsável irá buscá-lo, transmite mais segurança sobre aquele espaço e naquelas relações. Aos maiores, imprime, além da segurança, o senso de responsabilidade e identidade dentro do espaço escolar, legitimando-o como espaço de crescer e conviver, de aprender e se formar. Portanto, a rotina escolar precisa respeitar o tempo e o espaço para cada faixa etária, bem como proporcionar à criança segurança e cuidados. São nestes momentos rotineiros que a criança avança e interage em seus conhecimentos do/no e sobre o mundo e das/nas e sobre as relações pessoais.



Na rotina na Educação Infantil,

“intervenções de alta qualidade na primeira infância têm efeitos duradouros sobre a aprendizagem e a motivação”. (James J. Heckman)

Sendo o trabalho do professor refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar as práticas e interações que vão promover o aprendizado e desenvolvimento das crianças, ao pensarem na organização dos tempos e espaços das creches e pré-escolas é fundamental que:

- Planejem atividades com significado, nas quais as crianças possam experimentar possibilidades e ser protagonistas da ação educativa;
- Aproveitem os momentos de cuidado (banho, troca de fralda, alimentação) para interagir com as crianças e possibilitar a elas participação, a expressão e o conhecimento de si mesmas.

A intencionalidade educativa deve estar presente em todos os momentos da jornada na educação infantil. A definição de intencionalidade na BNCC é: “organização e proposição, pelo educador, de experiências que permitam às crianças conhecer a si e ao outro e de conhecer e compreender as relações com a natureza, com a cultura e com a produção científica, que se traduzem nas práticas de cuidados pessoais (alimentar-se, vestir-se, higienizar-se), nas brincadeiras, nas experimentações com materiais variados, na aproximação com a literatura e no encontro com as pessoas”.

Momentos que compõem a organização do cotidiano escolar:

- Acolhimento e despedida
- Rotinas de cuidados
- Atividades de livre escolha
- Experiências propostas pelos professores
- Momentos de grande grupo
- Momentos de pequeno grupo
- Momentos de área externa
- Momentos de conversa
- Hora da história
- Festividades e encontros com as famílias

Como planejar a rotina de aula?

A partir da organização e desdobramentos dos Projetos e Sequências Didáticas, atividades permanentes, atividades independentes, e demais elementos que constam no Plano de Trabalho Anual, que devem abranger:

- Competências gerais
- Direitos de aprendizagem
- Campos de experiências
- Objetivos de aprendizagem e desenvolvimento
- Metodologias / estratégias
- Avaliação

IMPORTANTE: Sugestões e exemplos para organização da rotina diária / semanal constam no Organizador Curricular para a Ed. Infantil - VOLUME 2.

10. Transições e Adaptações

“Crianças gostam de fazer perguntas sobre tudo. Nem todas as respostas cabem num adulto”. Arnaldo Antunes

As unidades escolares devem construir espaços de diálogos entre as famílias, as equipes da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e EJA, permitindo a construção de um olhar atencioso e de propostas que se configurem em uma política de transição, a serem observadas por todas as instituições envolvidas. Deste modo, será possível garantir a continuidade dos processos de desenvolvimento e aprendizagem, e alinhar objetivos para as diversas fases infantis, de forma que os pontos a serem trabalhados sejam definidos em consonância com as vivências do ano anterior.

Para o presente ano letivo, é necessário voltar o olhar para o percurso de aprendizagem do ano anterior, considerando experiências, objetivos de aprendizagem e habilidades que não foram trabalhados ou que necessitem ser reforçados, dentro dos contextos de transição vividos pelo(a) aluno(a). São três momentos:

- De casa para creche (0-3 anos);
- Da creche para pré-escola (4 anos);
- Da Pré-escola para o Ensino Fundamental (6 anos).

10.1. Casa para creche (0-3 anos)

A criança, pela primeira vez, sai do ambiente familiar e vai para o ambiente institucional. É fundamental que ela se sinta segura para conseguir construir novos vínculos e, então, possa se desenvolver.

A relação entre afeto e cognição está comprovada cientificamente. É interessante que a entrada na creche seja vista como inserção de novas crianças e famílias, num espaço onde já existem algumas regras; não como simples adaptação a uma situação já existente.

É importante que esse processo de inserção seja gradativo. A criança fica algumas horas na instituição nos primeiros dias, acompanhada dos pais ou responsáveis, e esse tempo vai aumentando gradativamente até que ela se sinta segura e possa permanecer na instituição com os professores e funcionários.

10.2. Creche para Pré escola (4 anos)

Se as duas etapas forem na mesma instituição, as ações planejadas devem estar em sintonia: o que se pensou para os bebês e crianças bem pequenas deve ser continuado para as crianças pequenas tendo como parâmetros os objetivos de aprendizagem propostos na BNCC e na Proposta Curricular do município. As especificidades dos diferentes grupos precisam ser consideradas visando contemplar a progressão das habilidades. Se houver mudança de instituição nesta fase, é importante que haja novamente um processo de acolhimento e que a criança e a família conheçam o local e o ambiente que ela frequentará na próxima etapa.

10.3. Pré escola para ensino fundamental (6 anos – Ano 1)

Este é um momento que tende a ser delicado, pois se não houver planejamento, pode trazer uma experiência de ruptura brusca, com mudança de instituição, espaço físico, relações e vínculos.

É importante que os professores do Ensino Fundamental conheçam os objetivos de aprendizagem/habilidades desta faixa etária da Educação Infantil e a forma como as crianças aprendem e se relacionam com o mundo ao seu redor para criar um ambiente acolhedor. Valorizar atividades da rotina da pré-escola, privilegiando situações de interação e brincadeiras, pode ajudar muito. Garantir o direito da criança de brincar, também nesta etapa, é fundamental.

Nesta transição, quase sempre há uma mudança de instituição. E os cuidados de levar a criança para conhecer o espaço que ela vai frequentar, o ambiente e, se possível, os professores, são fatores que fazem toda a diferença. O diálogo entre as duas instituições (Pré-escola e Ensino Fundamental) é fundamental para que não haja empecilhos à continuidade do desenvolvimento infantil; (por conta da pandemia, neste momento, não foi possível acontecer e requer uma atenção especial de todos os profissionais para favorecer a adaptação dos estudantes a essa nova experiência escolar).

A Educação Infantil é uma etapa em que as brincadeiras integram a rotina do professor e o cotidiano escolar. Encontramos atividades organizadas em forma de “cantos”, cantinhos da leitura, dos brinquedos, baú de fantasias, salas com tapetes e almofadas, variando o espaço de acordo com a criatividade do professor e sua proposta. O trabalho em grupos deve ter continuidade no ensino fundamental, pois favorece a socialização de saberes, valoriza a cultura de cada um e os conhecimentos prévios dos pequenos e neste contexto, reconhecendo-os como sujeitos construtores de conhecimento e cultura enquanto interagem com seus pares, e ampliam, paulatinamente, suas capacidades de adaptação à novas experiências, ambientes e relações.



Ações de Alinhamento

- Relação Família e Escola
- Objetivos Educacionais
- Atuação docente

10.4. Ensino fundamental (Ciclo 1 para Ciclo 2)

Nesta transição, quase sempre não há uma mudança de instituição; isso pode trazer a falsa ideia de que não são necessários preparo e planejamento, como nas demais transições vividas pela criança.

As mudanças vivenciadas pelos alunos incidirão, principalmente, na maneira como se dão as relações, a criação / aprofundamento ou ruptura de vínculos, com os pares, com o corpo docente, com os atores do cenário escolar, na ampliação dos saberes, conhecimentos a adquirir, a consolidar e na administração dos tempos, na instituição.

Considerando a influência desses fatores para a aprendizagem, é importante que os professores dos Anos 4 e 5 planejem situações, no coletivo escolar, para criar um ambiente acolhedor, que estimule a autonomia, a autoconfiança e o sentimento de pertencimento à Unidade Escolar, em detrimento da insegurança provocada pelas mudanças desse período.

Algumas ações podem auxiliar muito o trabalho do professor, nesses aspectos:

- Valorizar o trabalho em grupos e/ou em duplas, pois favorece a socialização de saberes, valoriza a cultura de cada um e os conhecimentos prévios das crianças, reconhecendo-os como sujeitos construtores de seu conhecimento e cultura enquanto interagem com os pares, e ampliam, paulatinamente, as capacidades de adaptação à novas experiências, ambientes e relações, de forma mais competente;
- Manter a ludicidade, o trabalho com jogos, fazendo uso de recursos variados como materiais concretos que possibilitem a compreensão e o entendimento das situações e processos apresentados, nas aulas;
- Propor situações de aprendizagem que favoreçam a experientiação / exploração englobando as diferentes Áreas de Conhecimento, permitindo a pesquisa, a reflexão e a descoberta do conhecimento, pelos estudantes; (Ex. Ciências da Natureza – Sugestões de Trabalho nas Orientações Complementares - Vol. 3);
- Investir no trabalho interdisciplinar e/ou multidisciplinar diante das situações experienciadas pelos alunos, propor a construção

/ elaboração de jogos que permitam a exploração de diversos materiais, como recurso de aprendizagem, conectando as várias Áreas de conhecimento, inclusive as Áreas Específicas (parceria com os professores específicos, em momentos de planejamento, elaboração de projetos e sequências didáticas, que contemplem as diferentes linguagens;

- Diagnostico dos alunos: identificar quais habilidades os alunos precisarão desenvolver de forma a alcançar a(s) Competência(s) propostas; é importante analisar os portfólios, registros de cada criança a fim de levantar as lacunas na aprendizagem, e assim, planejar ações para acompanhamento da progressão das habilidades, alinhando propostas pedagógicas que favoreçam o avanço de todos, inclusive dos que apresentam maior nível de defasagem;
- Propor atividades que se realizem além do âmbito da sala de aula, possibilitando a ampliação de vivências, de relações, de utilização de recursos, tornando o ambiente de aprendizagem mais enriquecedor.

11. Avaliação e Acompanhamento da Aprendizagem

Ao se pensar em um currículo por objetivos de desenvolvimento, competências e habilidades, em uma perspectiva contínua e progressiva das aprendizagens, a avaliação deve ser concebida como meio de acompanhar, orientar e reorientar o desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes.

O processo de avaliação, deve considerar o uso de instrumentos e formas de registros diversificadas para se observar, no desenvolvimento da aprendizagem, princípios que contribuam para a Educação Integral dos estudantes.

A avaliação integra o Currículo, assim, como também, constitui um espaço crítico-reflexivo da prática docente, possibilitando coerência para as aprendizagens, aliando as aos princípios educacionais de desenvolvimento pleno, a partir do percurso realizado (a) pelo estudante entre o que se almeja e o que se concretiza. Esta perspectiva contrapõem a cultura de avaliação como medida e verificação, tornando-se um processo humanizador, que se compromete de modo ético na formação de crianças, adolescentes, jovens e adultos. Da mesma forma as ações pedagógicas no sentido da recomposição das aprendizagens e

de aprofundamento dos estudos devem ser considerados como momentos para ampliar e diversificar o tratamento das habilidades e a abordagem de conteúdos previstos.

Para concretizar essa dimensão do Currículo, é necessária a utilização de vários tipos de instrumentos de avaliação, de forma que as habilidades previstas no Currículo tornam-se indicadores no processo avaliativo de onde se quer chegar, sendo importante para a gestão pedagógica em sala de aula, como também para a gestão escolar e na elaboração de políticas públicas, concretizando o monitoramento e o acompanhamento do princípio de assegurar aprendizagens essenciais a todos os(as) estudantes.

Para o professor, a avaliação deve ser utilizada como um fundamento que permeia o processo do ensino e da aprendizagem, trazendo subsídios para rever seu plano pedagógico, reorientando a partir do contexto do (a) aluno (a), com tempo de assegurar os direitos de aprendizagem no período escolar no qual se encontra, assumindo um cunho qualitativo, voltado à compreender os resultados expressos a curto e longo prazo, explícitos e ocultos, garantindo a progressão das proficiências nas habilidades e a progressão das habilidades ao longo dos anos.

Assim, A avaliação não é algo externo ou separado do processo ensino aprendizagem ou um procedimento isolado, mas um conjunto de fases que se condicionam mutuamente e formam um sistema. O principal papel da avaliação é fornecer informações sobre o processo pedagógico, permitindo aos docentes realizarem intervenções e ajustes necessários, que garantam a aprendizagem de todos os alunos.

Dito isto, salientamos que a avaliação do desempenho do aluno seja contínua, como parte importante das intervenções pedagógicas, acompanhando o processo de desenvolvimento das aprendizagens sempre que necessário. É com este processo que será possível saber se os alunos alcançaram de fato as habilidades esperadas, no sentido de desenvolver as competências estabelecidas para o componente curricular, em cada área de conhecimento.

Trata-se de uma Avaliação Emancipatória, num processo contínuo, participativo, diagnóstico e investigativo, onde o currículo se apresenta de maneira provisória e singular, observados os processos de progressão das habilidades, na medida em que contribui com o tempo adequado de aprendizagem para cada um e para o todo.

A finalidade da Avaliação Emancipatória é diagnosticar avanços e obstáculos, para que assim haja ação, intervenção, problematização e redefinição dos rumos a serem percorridos. Trata - se de um conjunto de fases que se condicionam e formam um sistema avaliativo, fornecendo informações sobre o processo pedagógico, permitindo intervenções e ajustes que garantam a aprendizagem dos alunos, usando todas as informações

coletadas para reorientar e adequar o seu trabalho pedagógico.

A avaliação da aprendizagem pode ocorrer antes, durante ou depois das atividades de ensino. Para cada caso, ela receberá, respectivamente, o nome de diagnóstica, formativa ou somativa, de acordo com o uso que será feito de seus resultados relativos ao desempenho dos estudantes. No entanto, esses diferentes tipos de avaliação têm um objetivo em comum: verificar se os alunos adquiriram os aprendizados e a capacidade de mobilizá-los para enfrentar os problemas que enfrentarão ao longo de suas vidas. (GUIA DE AÇÃO AVALIATIVA/2021, p.10)

Considerando a importância do caráter contínuo do processo avaliativo para a formação do aluno, traremos a seguir um diálogo sobre alguns instrumentos que aplicados durante os processos didáticos, apoiam a captação de dados sobre a aprendizagem pelo professor para análise, interpretações e elaboração de planos de ação.

11.1. Observação, reflexão e registro

Outro ponto fundamental para que o portfólio se torne um instrumento a favor da avaliação é integrar a Observação, a Reflexão e o Registro no cotidiano do professor e do seu fazer pedagógico. Entendo assim que:

- **Observar** é diferente de olhar.

Não existe um único momento adequado para o professor observar os seus alunos, todos os momentos da rotina escolar são propícios para observação, podendo variar entre observações espontâneas e planejadas previamente pelo docente.

“observar uma situação pedagógica não é vigiá-la, mas sim fazer vigília por ela, isto é, estar e permanecer acordado por ela ... na cumplicidade pedagógica” (Madalena Freire, 2008).

A observação intencional, deve ser planejada, com a finalidade de direcionar o olhar para questões ou tópicos elencados anteriormente. Por exemplo, durante uma atividade de agrupamento produtivo podemos observar a interação entre os alunos e planejar intervenções significativas para que possam compartilhar saberes.

Durante este processo será possível também ter feedback de questões observadas e que poderão ser retomadas ou aprofundadas no planejamento de futuros Planos de Aula.

-
- **Registro**

O registro expressa observações, sentimentos e ideias, nos obriga a levantar hipóteses e elaborar respostas na organização do que pensamos.

O ato de escrever constitui ao professor um instrumento de grande valia, pois segundo Madalena Freire, ao registrar colocamos em jogo nossa capacidade reflexiva, permitindo refletir, organizar, rever, comunicar, documentar entre outros.

Durante esse processo o docente necessita relacionar TEORIA E PRÁTICA, tão necessárias na construção da competência do “olhar”. Possibilitando os apontamentos pontuais do processo de aprendizagem pelos alunos, tendo o professor base para uma REFLEXÃO entre o seu fazer pedagógico e seu pensar teórico.



✓ **Práticas de Observação e Registro:** devem ser realizadas de forma sistemática em sala de aula, tem por objetivo coletar evidências que indiquem o andamento do percurso escolar do aluno, devendo ser uma prática presente durante todo o processo de ensino, pois auxilia na construção de uma documentação pedagógica, e sua análise contribui para o avanço da aprendizagem.

✓

Haja vista que, o questionamento e a escuta autênticas dos alunos permitem aos professores construir uma linha de progressão da turma e de cada aluno ao longo do período letivo. (GUIA DE AÇÃO AVALIATIVA, 2021, p.60)

Desta forma, os professores dos Componentes Curriculares de Áreas Específicas (Línguas Estrangeiras (Espanhol e Inglês), Filosofia, Educação Física, Arte e Informática) irão produzir seus registros e observações de acompanhamento dos alunos, durante as atividades de ensino, fazendo seus apontamentos quanto ao desempenho no processo de desenvolvimento e aprendizagem por turma e quando estes forem solicitados e/ou indicarem o avanço significativo de alunos, acompanhados na Síntese de Acompanhamento Pedagógico (SINAPE) de forma pontual e específica, os registros deverão estar disponíveis para compor a documentação de acompanhamento pedagógico do aluno (Portfólio), a pedido do Coordenador Pedagógico da Unidade Escolar.

Sendo assim PLANEJAMENTO, OBSERVAÇÃO, REGISTRO E AVALIAÇÃO devem se constituir como ferramentas metodológicas que estão diretamente ligadas ao Portfólio.

11.2. Acompanhamento da aprendizagem na Educação Infantil

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, na seção II, referente à Educação Infantil, o artigo 31 preconiza que: “(...) a avaliação far-se-á mediante o acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.” Na Educação Infantil, portanto, não há promoção/retenção: a avaliação deve ser unicamente qualitativa. Para tanto, propõe-se a utilização de portfólios como referencial do desenvolvimento das crianças.

No documento “Ensino fundamental de 9 anos – orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade” do MEC encontra-se a definição de portfólio como um conjunto de documentos – anotações pessoais, experiências de aula, trabalhos pontuais, controles de aprendizagem, conexões com outros temas fora da escola e representações visuais - que ajudam os professores e os familiares a acompanhar o processo de desenvolvimento das crianças. Além de o portfólio ter como função o registro de como a criança apresenta suas construções em determinada fase da vida ele também pode ser um elo significativo entre uma professora e outra(s), a criança e sua família.

A avaliação nesta etapa deve ser processual e destinada a auxiliar o processo de aprendizagem, fortalecendo a autoestima das crianças. No que se refere às crianças, a avaliação deve permitir que elas acompanhem suas conquistas, suas dificuldades e suas possibilidades ao longo de seu processo de aprendizagem. (SANTARÉM, Maria Solange Portela; CRUZ, Maricélia Silva, 2008).

A partir da clareza da função da avaliação na Educação Infantil, apresenta-se a

necessidade de pensarmos na organização desse processo, que terá o portfólio como instrumento principal. Questões como a periodicidade de atividades avaliativas, a seleção das atividades que significativamente apontam para as construções que as crianças fizeram no período analisado e, ainda, se essas seleções nos permitem utilizar a avaliação como um caminho de mão dupla, no qual, tanto o trabalho do professor quanto os processos construídos pelas crianças são objetos de análise.

Enunciar que o aluno alcançou um conceito regular numa tarefa não é a mesma coisa que apontar a ele, através de anotações, os aspectos a melhorar em suas respostas ou registrar no diário de classe as noções a trabalhar com o aluno através de novas situações propostas. Na primeira situação não se estabelece, efetivamente, uma relação de saber. Essas e muitas outras questões precisam ser levadas em conta quando se discute instrumentos de avaliação. (HOFFMAN, 2001, p. 181)

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Resolução nº 5 do CNN, de 17 de dezembro de 2009):

As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo:

- A observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;
- Utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.);
- A continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental);
- Documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;
- A não retenção das crianças na Educação Infantil.

***Passos para um processo de avaliação a favor da criança:**

1. Saber o que a criança tem que aprender em cada ano/etapa e em cada linguagem (objetivos de aprendizagem e desenvolvimento);
2. Estabelecer a periodicidade do planejamento da rotina (semanal, mensal,

etc...);

3. Estabelecer pautas de observação para cada momento da rotina a ser observado (isto organiza os instrumentos observação e registro);
4. Quando se dará a observação? Durante as atividades? Após? Em rodas de conversa? Olhando as produções e registrando? Gravações? Fotografias? Entrevistas com as crianças?
5. Estabelecer uma periodicidade para aplicação das atividades a serem observadas: é preciso voltar à atividade proposta por várias vezes para poder comparar registros e produções das crianças a fim de entender se os objetivos foram atingidos;
6. Seguidas estas etapas, haverá material para compor o portfólio e os relatórios;
7. Por último, vem a comunicação: a quem interessam os dados coletados? O que de fato importa? O que deve ser comunicado aos pais? Aos alunos? Como? É preciso pensar em como se dá esta comunicação a fim de que seja assertiva.

***Como elaborar pautas de observação para que esse registro seja significativo e possível?**

As pautas devem ser elaboradas a partir dos objetivos das atividades propostas nos grandes ou nos pequenos grupos. Exemplo:

Ao propor um jogo de dominó (de quantidades) coletivo no grande grupo, a professora poderá escolher algumas crianças (não todas de uma vez) para observar especificamente alguns tópicos acerca de suas aprendizagens matemáticas e comportamentais, como:

- Foi capaz de ouvir as regras do jogo tranquilamente e entendê-las? É capaz de esperar sua vez de jogar com tranquilidade ou permanece agitado durante a espera?
- Demonstra interesse em participar do jogo? Demonstra insegurança ao chegar sua vez de jogar? Precisa da ajuda dos colegas ou da professora? Se precisa de ajuda, para o que, especificamente?
- Consegue identificar as quantidades das peças contando visualmente, contando com os dedos ou nem precisa contar porque já estabilizou as imagens correspondentes a cada quantidade?
- Se precisa contar para identificar a quantidade, o faz: contando termo a termo e recitando a sequência numérica corretamente? Se não o faz corretamente,

precisando de ajuda, presta atenção ao que lhe é ensinado?

- Está atento enquanto seus colegas jogam, procurando ajudá-los ou só se concentra na sua vez de jogar?

Para conseguir observar todos os alunos a partir da mesma pauta, a professora deverá repetir a mesma atividade, observando grupos diferentes a cada vez ou propor outras atividades com os mesmos objetivos;

Esse registro facilitará sua consulta posterior para: incluir dados significativos sobre o desenvolvimento do aluno em seus relatórios individuais (aqueles que devem constar no portfólio e, até mesmo, aqueles que os profissionais da saúde - médicos, psicólogos, fonoaudiólogos etc... - possam, eventualmente, pedir), pautar conversas com os pais ou responsáveis pelo aluno em reuniões e/ou possíveis convocações e, principalmente, para replanejar suas ações (para cada aluno individualmente ou para possibilitar agrupamentos), a fim de elaborar propostas significativas e coerentes com o desenvolvimento dos alunos, e suas reais necessidades.

11.3. O Portfólio de Aprendizagem na Rede de Ensino

Para que o acompanhamento do desenvolvimento e aprendizagem dos alunos ocorra por meio do Portfólio é necessário que a prática da observação e registro integrem o cotidiano do professor em todos os componentes curriculares e em seu fazer pedagógico. Para que os aspectos qualitativos da avaliação (em todas as áreas de conhecimento) possam ser utilizados como um direcionamento para o desenvolvimento do trabalho pedagógico do professor é fundamental que a equipe escolar tenha clareza de seus objetivos, ações e propostas de trabalho, bem como do avanço dos alunos em suas competências e habilidades (objetivos de aprendizagem).

O portfólio individual é um direito do aluno e utilizado pela rede municipal de ensino desde 2008, configura-se num valioso instrumento de avaliação, pois permite documentar os avanços e conquistas dos alunos (não as necessidades de avaliação do professor), ao longo do processo ensino aprendizagem, pautados em informações cronologicamente organizadas, ou seja, variados registros e amostras de trabalhos construídos pela criança, em manifestações pontuais de avanço subjetivo e significativo, de formas diversas e que se relacionam com as áreas do conhecimento do currículo e em diferentes linguagens.

O uso do portfólio intenciona “entrelaçar ensino, aprendizagem e avaliação de modo que cada um seja inseparável dos outros” (Wortham, Barbour; Desjean – Perrota, 1998). Deste modo, a seleção de amostras a serem coletadas, bem como a frequência e as condições em que estas ocorrerão devem estar de acordo com os objetivos e metas estabelecidos na legislação federal, na Proposta Curricular Municipal, e presentes no planejamento escolar: “A formação escolar é o alicerce indispensável e condição primeira para o exercício pleno da cidadania e o acesso aos direitos sociais, econômicos, civis e políticos. A educação deve proporcionar o desenvolvimento humano na sua plenitude, em condições de liberdade e dignidade, respeitando e valorizando as diferenças.” (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, 2013, p. 4).

Sendo assim, o portfólio na Rede de ensino de Várzea Paulista permite a documentação dos avanços e conquistas dos alunos, ao longo do processo de aprendizagem, pautada em uma análise sobre registros variados e amostra de trabalhos significativos (ao progresso do aluno) produzidos no dia a dia de sala de aula. Para a construção do Portfólio, a prática de registro e a observação devem integrar o fazer pedagógico do professor, sendo essencial no processo de avaliação.

Para a elaboração destes registros, o professor deverá seguir as orientações contidas neste Referencial (Capítulo sobre Avaliação – Portfólio – Volume 1), que contém os conceitos e as diretrizes sobre a composição do Portfólio.

É importante salientar que este documento deve permitir a visualização sobre o que o aluno sabe e é capaz de desenvolver, ou seja, seus avanços (aspectos qualitativos), expondo com clareza o que foi desenvolvido com o aluno e as estratégias utilizadas nas diferentes linguagens. Este movimento, também implica em um contexto de cooperação e participação entre professores nas diversas áreas do saber, aluno e gestores, de forma interdisciplinar para análise e seleção de material, de forma criativa e reflexiva.



11.3.1. O que deve conter no Portfólio na Rede de Ensino

REFERÊNCIA PARA ORGANIZAÇÃO DO PORTFÓLIO*								
ASSUNTO	Educação Infantil				Ensino Fundamental			
	Maternal II	Etapa I	Etapa II	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
O QUE DEVE CONTER NO PORTFÓLIO								
Folha de Rosto/Texto de abertura (UGME)	X	X	X	X	X	X	X	X
Fotos e/ou vídeos de atividades/projetos ¹	X	X	X	X	X	X	X	X
Desenhos	X	X	X	X				
Figura Humana	X	X						
Escrita do Nome	X	X	X	X				
Escrita Espontânea			X	X	X			
Produção de Textos (sem correção)				X	X	X	X	X
Interpretação de Textos					X	X	X	X
Registro Através de Jogos		X	X					
Situações-Problema				X	X	X	X	X
Técnicas Operatórias					X	X	X	X
Atividade Escolhida Pelo Aluno	X	X	X	X	X	X	X	X
Professores Específicos (uma amostra por semestre)	X	X	X	X	X	X	X	X
Apresentação do Portfólio para os Pais (SEMESTRAL)	X	X	X	X	X	X	X	X
Relatório do Professor ao Final do Semestre ²	X	X	X	X	X	X	X	X

Esta tabela é resultado da análise realizada pelo grupo de professores das unidades escolares em relação aos aspectos/produções importantes a serem observados e anexados ao Portfólio dos estudantes, nas diferentes etapas/ano da educação básica.

¹ Podem ser agregados ao portfólio, quando o professor julgar estes recursos adequados ao aluno avaliado, e/ou mais relevantes ao contexto em questão, considerando o uso da **TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO, A CULTURA DIGITAL** e as possibilidades digitais de construção do PORTFÓLIO, além da versão física tradicional (em papel).

¹ Vale ressaltar a importância do Registro em Fotos e/ou vídeos de atividades/projetos para as aulas nas Disciplinas Específicas em que cabem tais registros para identificação dos avanços individuais ou coletivos dos alunos, conforme for necessário.

² Os professores especialistas, ou específicos, reservadas as observações individuais, quando necessárias ou solicitadas pelo gestor/coordenador, devem elaborar os relatórios POR TURMA.

11.3.2. O portfólio na Educação Infantil

Segundo Ferreira (apud Villas Boas, 2004, p. 37) portfólio “é uma pasta de cartão usada para guardar papéis, desenhos, estampas etc.”. Na Educação Infantil, **o portfólio é uma coleção de produções da criança, que apresentam evidências de sua aprendizagem e desenvolvimento.**

Ao lermos essa definição, temos a impressão de que se trata de algo bem simples; mas basta iniciar a elaboração do portfólio para que várias dúvidas comecem a surgir: no contexto atual, pós-pandemia, como reunir elementos que “atestem” o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos, de forma adequada? Como compartilhar os processos, os avanços, com os próprios alunos, com as famílias, e demais envolvidos na trajetória educativa, de forma que se consiga promover uma reflexão construtiva sobre as propostas ofertadas pela escola? Para respondê-las, é necessário atentar-se a alguns pontos fundamentais:

- ✓ Todo o material coletado para o portfólio só fará sentido para seus interlocutores, (a concepção de portfólio aqui adotada é aquela em que sua principal finalidade é comunicar), se “narrados” e ressignificados à luz das

considerações do professor, por meio do registro reflexivo e relatório pedagógico. Um portfólio sem os relatórios do professor (do aluno e da turma), certamente não fará saber, a quem necessita saber, toda a riqueza dos materiais que reúne.

- ✓ Os registros são valiosos não apenas para informar sobre o desenvolvimento dos alunos, sobre as conquistas realizadas pela turma, mas para inclusive, auxiliarem o professor a aprender continuamente: a desenhar novas formas de ensino-aprendizagem, a implementar movimentos internos de melhoria e de transformação. Para Ostetto (2012, p.20) “registrar trata-se de fazer e trazer para a consciência a ‘coisa feita’”. A escrita reflexiva é um potente instrumento para esse exercício, e uma forma de comunicarmos à comunidade escolar as novas demandas educacionais. Para Weffort (1996, p.41) “mediados por nossos registros, reflexões, tecemos o processo de apropriação de nossa história, a nível individual e coletivo”.

***Como selecionar as atividades para o portfólio? Exemplos e Sugestões**

A. Atividade Diagnóstica:

São as primeiras atividades que devem ser coletadas para o portfólio. Devem constar no portfólio justamente para demonstrar como a criança chegou à escola naquele ano letivo;

Serão provavelmente:

- o primeiro desenho livre que ela realizou naquele ano;
- a primeira escrita do nome, ou tentativa, (com ou sem o apoio do crachá, dependendo de sua capacidade já adquirida);
- o primeiro desenho em que aparecer claramente a tentativa de desenhar a figura humana, ainda que apenas denominada assim, pela própria criança, no caso das garatujas;
- o primeiro registro de jogo ou contagem;
- no caso da Etapa II, a primeira proposta de escrita espontânea (ver definição de escrita espontânea em item específico deste documento), que apareça em uma atividade proposta ou em uma produção da criança.

IMPORTANTE: As crianças demonstram em suas produções, “tentativas de

escrever” antes de chegarem à Etapa II; o professor do Maternal II ou Etapa I, ao detectar essas tentativas, deve inseri-las, devidamente contextualizadas, no portfólio de aprendizagem.

B. Desenho:

- O ideal é que seja um desenho LIVRE (sem intervenção nenhuma: colagem ou parte de desenho xerocado e que também NÃO seja desenho sobre uma história ou qualquer outro tema);
- Se, porém, por qualquer motivo, não houver evolução demonstrada num desenho livre, pode-se coletar então um desenho sobre uma história ou qualquer outro tema, como, por exemplo, o desenho solicitado para registrar uma brincadeira, e deixar como última opção, a coleta do desenho com intervenção;
- Há ainda a possibilidade de fotografar e imprimir em cores, por exemplo: um desenho que a criança tenha feito numa proposta de atividade ao ar livre com giz de lousa no chão ou na parede do pátio, com pincel no papel Kraft ou com canetão/ giz na própria lousa da classe. Para que isso seja possível é preciso que o professor esteja atento e registre todas essas oportunidades quando oferecidas às crianças.
- Atente-se ao número de desenhos livres selecionados: se em excesso, pode-se adequar a quantidade garantindo que seja possível visualizar os avanços significativos da criança;

C. Figura Humana:

- Não é necessário coletar uma atividade específica em que apareça SÓ o desenho da figura humana;
- Nas atividades cotidianas, a figura humana aparecerá, geralmente, inserida, contextualizada num desenho qualquer da criança. Neste caso, basta identificar no verso da folha, que ali consta a amostra da evolução da figura humana, mas SEM interferir na produção da criança, circulando, por exemplo, onde a figura humana se encontra em meio ao desenho;
- Evitar a coleta de atividades nas quais a figura humana seja feita a partir de um desenho com intervenção;
- No caso do Maternal II, quando os desenhos ainda forem garatujas, pode-se

“legendá-los” a lápis, caso a criança demonstre interesse em nomear os elementos que desenhou, no rodapé ou no verso.

D. Escrita Do Nome:

- O nome deve ser escrito sempre em situações de uso social significativo como, por exemplo: para identificar as atividades; em tarjas que componham uma brincadeira; na lousanuma escrita do ajudante do dia; com letras móveis sobre a mesa numa brincadeira ou mesmo coladas numa folha ou tarja, evitando-se uma folha específica para o portfólio;
- O ideal é que a atividade onde a evolução na escrita do nome foi observada apareça integralmente no portfólio, da maneira como foi oferecida à criança;

E. Raciocínio Lógico (Jogos):

- Além do registro específico de um jogo, essa atividade pode ser entendida também como o registro de qualquer brincadeira ou atividade em que o professor consiga diagnosticar (no início do ano) e/ou observar a evolução (no decorrer do ano) dos alunos em alguns conceitos de MATEMÁTICA que devem ser desenvolvidos durante a Educação Infantil:
- A contagem termo a termo (lembrando que isso só ficará claro na atividade mediante a observação do professor, por escrito);
- A recitação da sequência numérica na ordem correta (com a observação do professor sobre até qual número a criança o faz e a partir de qual número a criança precisa de ajuda, caso ela precise);
- O reconhecimento dos números, ainda que para isso, a criança use um cartaz ou calendário expostos na classe como referência ou precise da ajuda do professor ou de um colega, desde que essa observação conste na atividade;
- A notação numérica (escrita do número), caso seja necessária e significativa para o registro do jogo/ brincadeira ou da atividade;
- A resolução de problemas: é importante observar de quais estratégias a criança se vale para solucionar os conflitos que surgem nos momentos dos jogos. Quando a criança apresenta avanços nessa área, é relevante que se registre no portfólio.

Observação importante: Se a criança precisar de ajuda, deve ser relatado como ocorreu a intervenção; a ajuda não deve ser negada no momento da atividade.

Sabe-se que desde muito pequenas as crianças tem contato com números, quantidades e variedades matemáticas, ouvem e reproduzem, agrupam, seriam, ordenam, resolvem problemas, comparam pesos e medidas, interagem com as formas e objetos, exploram espaços e percorrem distâncias. Desta forma, os conhecimentos variam de acordo com as culturas e meios sociais ao qual a criança está inserida.

Cabe a educação infantil articular o contexto da criança aos conhecimentos matemáticos, através de situações desafiadoras que ampliem e sistematizem seus conhecimentos. Ou seja, induzi-las a um modo próprio de produção de conhecimento através do pensar, questionar, solucionar problemas, experimentar, errar, analisar, corrigir, defender ponto de vista, considerar a produção dos outros e estabelecer acordos e comprovar. Levando em consideração seu modo particular de pensar, associado a uma didática, deve-se atribuir a atividade significado e sentido para criança, resultando em aprendizagens.

Para que as crianças solucionem problemas, é necessário que o professor abra espaços de exploração e buscas constantes, sem um procedimento uniforme, mas que tenha controle da ansiedade e valide as produções depois do processo de construção do conhecimento. Problema este que adquire sentido preciso, não sendo apenas aplicado, mas exercendo a possibilidade de produção de novos conhecimentos, integrando o que se sabe com novos desafios intelectuais às crianças. É importante que a situação seja resolvida por diferentes procedimentos, como analisar se o problema coloca em jogo os conhecimentos pretendidos e se promove aprendizagens efetivas. Sendo assim, as propostas precisam ser muito bem planejadas, levando em conta os conhecimentos prévios das crianças, possibilitando a ampliação de repertórios de estratégias na resolução de operações, notação numérica, formas de representação e comunicação e busca de novas informações.

Sendo assim, a Educação Infantil contribui para formação de crianças produtoras de conhecimentos, que tenham atitude analítica e a avaliativa frente as situações, que reflita e busque novas soluções, partilhe e compartilhe com o coletivo.

*Ações sugeridas:

- Espaço e forma: Conteúdos espaciais e exploração de diferentes espaços - orientar-se por meio de mapas, encontrar objetos por indicações orais ou

escritas, esconder e procurar objetos, construir com materiais diversos, avaliar que tipos de materiais podem ser usados, percursos e labirintos, conteúdos de geometria, Tangran, cópia de figuras em papel quadriculado, especificidade no vocábulo, etc.;

- Números e sistemas de numeração: Utilização dos números do cotidiano da criança – preços, idade, medidas, contar, quantificar e associar as quantidades, recitação convencional da sequência numérica, contagem de agrupamentos de objetos, registros de quantidades, produzir e interpretar números, incluir diferentes portadores numéricos em sala, bingos, resolver problemas com aritmética, agregar, tirar, reunir e aproximar-se;
- Grandezas e medidas: Conteúdo em que medidas resolvem efetivamente um problema – calendário, comprimentos, conceitos de medidas relativas, jogos de boliche e pontaria, culinária, horta e etc.

<https://observatorio.movimentopelabase.org.br/5-materiais-para-trabalhar-o-campo-de-espacos-tempos-quantidades-relacoes-e-transformacoes/> <https://mathema.com.br/artigos/matematica-na-educacao-infantil/> [experiencias-](#)

F. Escrita Espontânea:

Aqui é preciso fazer uma observação muito importante:

Escrita espontânea não é só aquela escrita que a criança faz por vontade própria, independente de uma proposta do professor, mas toda escrita autoral da criança, aquela que ela faz sozinha, de acordo com o que pensa e já sabe a respeito do sistema de escrita, mesmo que seja realizada a partir da proposta feita pelo professor. (INSTITUTO CEALE - GLOSSÁRIO)

Ainda assim, nessa coleta, NÃO cabem escritas propostas especificamente para o portfólio que lembrem avaliações, como a sondagem, por exemplo, com desenhos de figuras aleatórias ou do mesmo campo semântico e uma linha em branco na frente para a criança escrever o nome dessas figuras;

A atividade ideal para coleta da escrita espontânea é aquela que, bem como em todas as outras, acontece nas propostas cotidianas e que seja SIGNIFICATIVA, ou seja, com função social clara, como por exemplo:

- A escrita do(s) nome(s) de seu(s) brinquedo(s) e/ou brincadeira(s) preferida(s)

(desde que essa atividade esteja contextualizada, inserida, por exemplo, num projeto ou sequência sobre “Brinquedos e Brincadeiras”);

- A escrita de sua merenda ou colação preferida numa tarja para a montagem de um gráfico sobre os alimentos preferidos das crianças, dentre os oferecidos na escola (desde que essa atividade esteja contextualizada, inserida, por exemplo, num projeto ou sequência sobre “Alimentação Saudável”);
- A escrita do título de sua(s) história(s) preferida(s) (desde que essa atividade esteja contextualizada, inserida, por exemplo, num projeto ou sequência sobre “Literatura Infantil”);

IMPORTANTE: As sugestões acima descritas são apenas EXEMPLOS de escritas contextualizadas e significativas e não constituem modelos a serem seguidos obrigatoriamente, nem são as únicas opções.

Se, durante a escrita, a criança solicitar a ajuda do professor ou demonstrar necessidade desta ajuda para executar a proposta, por insegurança, por exemplo, o professor deverá intervir da melhor e menos invasiva forma possível:

- Pergunte à criança o que ela deseja escrever para depois selecionar a intervenção mais adequada.
- Quaisquer intervenções feitas oralmente pelo professor ou quaisquer outras observações importantes sobre o comportamento ou as falas da criança durante a execução dessa escrita, devem constar no verso da folha coletada para o portfólio, a fim de esclarecer exatamente como ela aconteceu.

G. Atividade Escolhida Pelo Aluno:

Escolher uma atividade segundo os próprios critérios, ajuda a criança a entender a importância de apreciar suas próprias criações e a pensar sobre o que já é capaz de realizar; daí a necessidade de mostrar o resultado dessa escolha no portfólio, seguindo algumas orientações para garantir que esse exercício de autonomia, expressão e auto apreciação, seja significativo:

- Se houver muitas atividades registradas, o que dificultaria o exercício da escolha pela criança, selecione previamente de 3 a 5 atividades em que a criança tenha demonstrado muito interesse durante a realização e que tenham o mínimo de intervenção do professor;
- Pode-se também, oferecer como opção de escolha para a criança, fotos que

registrem uma produção autoral dela em momentos de brincadeiras ou em outras propostas oferecidas (exemplos: a foto da criança ao lado do desenho que fez no chão do pátio com giz de lousa; a foto da criança ao lado da figura humana que construiu com massinha de modelar; a foto da criança com o brinquedo de sucata que ela produziu durante uma oficina livre ou dirigida etc.);

- Qualquer um dos registros escolhidos pela criança (atividade ou foto), ficará mais completo se acompanhado do relato dela sobre o(s) motivo(s) de sua escolha. Ao transcrever esse relato para o verso da atividade ou incluí-lo na legenda da foto, o professor oferece também aos pais e aos professores do ano seguinte, a oportunidade de conhecer um pouco mais sobre a capacidade dessa criança de expressar suas preferências.

***Como organizar os relatórios no portfólio:**

Relatórios da turma ao final de cada semestre: descreva a quantidade de alunos (meninos e meninas), conte um pouco da rotina diária ou semanal da classe, como se dá a socialização entre as crianças de maneira geral, quais suas brincadeiras preferidas na escola, seu interesse em participar das atividades propostas, se costumam alimentar-se bem nas refeições oferecidas pela escola, quais as tarefas que já executam autonomamente (higiene pessoal, guardar os pertences na mochila, comer a merenda com asseio etc.), os projetos e principais conteúdos já desenvolvidos em cada área do conhecimento de acordo com seu planejamento e outras informações que julgar necessárias e/ou interessantes para o conhecimento da rotina da turma e do trabalho desenvolvido, pelos pais e professores dos anos seguintes;

Relatórios individuais dos alunos ao final de cada semestre: no primeiro relatório é importante descrever como a criança chegou à escola e como se deu sua adaptação à rotina, aos novos amigos e ao novo professor. A partir daí, inclua seus avanços, dos menores aos mais significativos: o que já executa autonomamente, as atividades propostas que despertam seu maior interesse, como é sua socialização com as outras crianças, suas brincadeiras preferidas, se é uma criança falante, interessada em participar e opinar nas atividades propostas ou se tem o temperamento mais introvertido, se apresenta interesse e capacidade de concentrar-se durante as leituras e explicações das consignas das atividades, bem como de entender o que é proposto, se tem o costume de expressar seus

desejos e opiniões e de que maneiras se utiliza para se expressar, etc.

Caso a criança apresente alguma dificuldade de desenvolvimento específica por causa de uma deficiência já diagnosticada ou ainda hipotética/ suspeita (sob investigação), acrescente as observações necessárias sobre tais dificuldades somente depois de citar seus avanços e não se esqueça que, além do acompanhamento que a criança já faz (citar as devolutivas do atendimento no COE, CAED, APAE, AEE, fonoaudiólogo ou psicólogo particulares etc., caso já astenha recebido) é preciso descrever quais ações e intervenções pontuais estão sendo realizadas na escola para o avanço dessa criança.

IMPORTANTE: Evite ressaltar os aspectos comportamentais em detrimento das informações sobre o desenvolvimento e aprendizagem das crianças.

***CHECKLIST do portfólio: facilitando o processo**

Alguns pontos devem, imprescindivelmente, serem observados/analísados no processo de organização do portfólio:

- As folhas de abertura do portfólio (enviadas pela UGME) estão devidamente preenchidas? Todos os portfólios possuem as folhas de abertura?
- Os portfólios estão com os nomes completos dos alunos e da Unidade Escolar em lugar adequado e legíveis?
- As atividades selecionadas têm uma consigna clara de forma que outro professor compreenda exatamente o que foi proposto para a criança? (Se não, pode-se fazer anotações no verso ou no rodapé da folha; nunca “em cima” da produção da criança);
- As fotos selecionadas: todas têm legendas que explicam de forma clara o porquê estão ali?
- É importante atentar-se ao número de desenhos selecionados: se em excesso, pode-se adequar a quantidade garantindo que seja possível visualizar os avanços significativos da criança que se deseja demonstrar;
- Certificar-se de que não há atividades em branco no portfólio; se a criança faltou no dia em que determinada atividade foi aplicada, não faz sentido que esta atividade componha o portfólio;
- Revisar os relatórios elaborados para certificar-se de que não há termos ou palavras pejorativas em relação ao aluno. Expressões como “ele é” ou “ele só faz”, podem ser substituídas por: “a criança tem apresentado atitudes de...”; “o

aluno frequentemente age desta ou daquela forma” ... Afirmações inadequadas podem “rotular” o aluno de forma negativa;

- Alunos com necessidades especiais: o processo de evolução foi documentado com fotos, vídeos, relatos da família, outros? Houve diálogo entre os diversos serviços que atendem o aluno (A.E.E., APAE, outros...), a fim de “captar” os progressos (ou não), e informações pertinentes, ao longo do semestre/ano?
-

IMPORTANTE: Ao término da Educação Infantil, os Portfólios devem ser repassados para a Unidade de Ensino Fundamental em que o aluno for matriculado. A **entrega deste documento deverá ser devidamente registrada pelo gestor da Unidade.**

11.3.3. O portfólio no Ensino Fundamental

Como já mencionado o Portfólio possibilita o acompanhamento e registro do desenvolvimento e aprendizagem dos alunos. Portanto, é importante ressaltar que o Portfólio iniciado na Educação Infantil (Maternal II) deverá seguir com o aluno para o Ensino Fundamental, ou seja, será repassado para a Unidade Escolar em que for matriculado.

Alunos vindos de outros municípios deverão ter o Portfólio iniciado seguindo a mesma organização mencionada na Educação Infantil. Sendo necessário solicitar, preferencialmente, uma pasta catálogo preta aos responsáveis, identificando-a na capa com o nome completo do aluno de acordo com a Certidão de Nascimento.

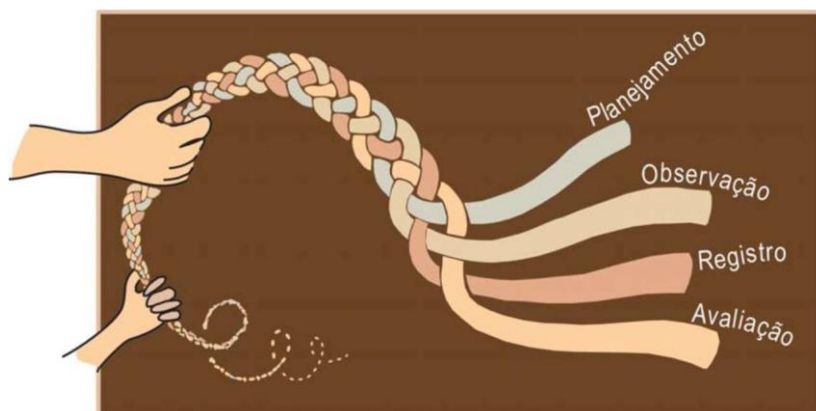
As folhas de abertura deverão ser solicitadas aos Gestores da Unidade Escolar, iniciando com seu preenchimento de acordo com as informações requeridas (Folha de rosto com foto, nome completo do aluno, registro da vida escolar - data de matrícula, Unidade Escolar anterior, etc, observações e campo para assinatura dos pais/responsáveis). Viabilizando assim o acompanhamento e registro do trajeto percorrido, seus avanços e planejamento de novos desafios.

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

1. A avaliação baseada em Portfólios deve concentrar a atenção nos envolvidos, nos trabalhos importantes que foram realizados e não em estratégias que incluem atitudes burocráticas ou padronizadas.
2. Não há uma quantidade exata de atividades que devem compor o Portfólio, pois a seleção deve ter como premissa os trabalhos que contenham o desenvolvimento do aluno no processo de aprendizagem.
3. As atividades não devem ser corrigidas, visto que a intenção é a de constatar avanços e não colocar em evidência o que se sabe ou não.
4. Os Portfólios devem ter continuidade na etapa/ano seguinte do estudante;
5. Quando o aluno é direcionado para outra unidade, os Portfólios não podem ser descartados ou entregues para os pais; devem seguir com o aluno para ter continuidade;
6. No caso de transferência (Ensino Fundamental) deverá ser realizado o registro de entrega do Portfólio que acompanhará o Histórico Escolar;
7. Deverá conter:

a) Relatório do professor ao final de cada semestre;

Um relatório envolve procedimentos anteriores a sua elaboração. Observe o quadro abaixo:



Verificamos neste quadro os movimentos que antecedem o ato de escrever um relatório: A OBSERVAÇÃO E O REGISTRO.

b) Atividades diversificadas das diversas Áreas do Conhecimento evidenciando as aprendizagens mais significativas dos alunos.

A. O Portfólio Como Um Instrumento Da Avaliação

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 em seu artigo 24, no inciso V, item a determina “a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios: avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.”

Neste processo de avaliação do desempenho do aluno, o portfólio se apresenta como um dos instrumentos que possibilita Avaliação Contínua, Cumulativa e Formativa estando a serviço do processo de Ensino-Aprendizagem. Pois registra o percurso percorrido pelo estudante, ou seja, seus avanços permitindo compreender o processo de aprendizagem.

A construção do portfólio permite a cooperação e a participação de Professores Polivalentes, Professores Específicos e alunos, que em conjunto podem analisar e selecionar atividades e documentos mais expressivos do educando, com criatividade e reflexão, sempre enfatizando os aspectos qualitativos.

Quanto aos pais, é de fundamental importância que estejam cientes e entendam todo o processo que envolve o portfólio e, para isso, será necessário que os profissionais dediquem momentos em reunião de pais ou outros para compartilharem a importância desse registro e esclarecerem possíveis dúvidas no envolvimento e acompanhamento da aprendizagem de seus filhos. É possível também inserir um texto de abertura, explicando o objetivo deste documento.

A seguir é possível visualizar algumas sugestões de registro no Portfólio durante o decorrer do Ensino Fundamental:

ANOS INICIAIS – CICLO 1

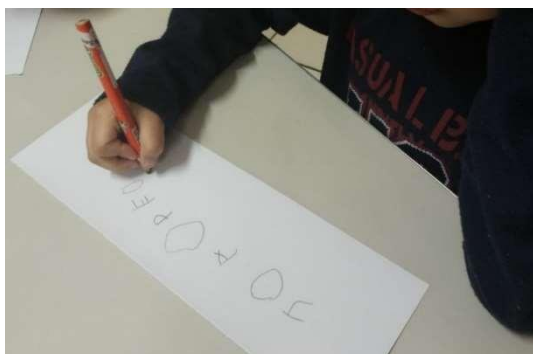
- **Escrita do nome**

Situações que evidenciam o uso social do nome também podem compor o portfólio

nos Anos Iniciais, visto a importância deste como referência de escrita convencional/estável e a possibilidade de propor situações significativas de aprendizagem.

“A escrita do nome próprio parece ser uma peça-chave para o início da compreensão da forma de funcionamento do sistema de escrita.” Ana Teberosky

Os registros selecionados para compor o portfólio individual podem ser fotográficos ou escritos.



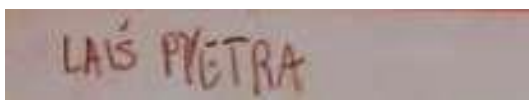
Quando o registro selecionado para o documento for fotográfico, será importante, escrever o contexto em que foi realizado. Sendo assim deixando claro a consigna, que poderá ser feita a mão ou em uma etiqueta anexada na página.



Atividade realizada em grupo com intervenções da professora.

Escrita do nome próprio utilizando alfabeto móvel.

Em situações de registro escrito deixar a consigna clara também auxilia o processo de apreciação do portfólio, pois evidencia a intencionalidade ao escolher, evidenciando os avanços dos alunos.



Escrita do nome próprio
com suporte do crachá.

Fevereiro



Escrita autônoma do
nome próprio.

Abril

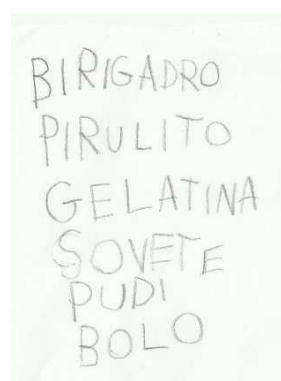
- **Sondagem Hipóteses de Escrita**

Fevereiro



Palavras ditadas: CANETINHA
– APONTADOR – CADERNO
– LÁPIS – GIZ

Abril



Palavras ditadas: BRIGADEIRO
– PIRULITO – GELATINA –
SORVETE – PUDIM – BOLO

Imagens extraídas do site <https://novaescola.org.br>

- **Registros matemáticos**

UM AQUÁRIO TEM 15 PEIXES DE COR AMARELA E VERDE. 6 PEIXES SÃO DA COR AMARELA. QUANTOS SÃO OS PEIXES DA COR VERDE?

$$\begin{array}{r} 15 \\ - 6 \\ \hline 9 \end{array}$$

RESPOSTA: 9 PEIXES

JOÃO TEM 7 CARRINHOS E JOSÉ TEM 4, QUANTOS CARRINHOS JOÃO TEM A MAIS DO QUE JOSÉ?

RESPOSTA: 3

Nos exemplos anteriores é possível observar as estratégias pessoais utilizadas na resolução de Situações Problema.

CICLO 2 – 4º E 5º ANO

- **Produção Escrita**

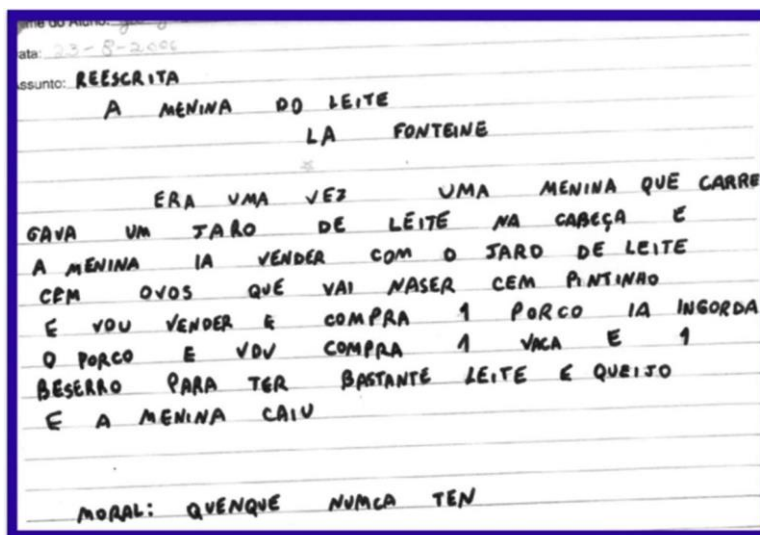
Era uma vez uma tartaruga que convidou a lebre para a partir um concurso de corrida a raposo para ser a guiza da competição.

No dia elas saíram e começaram a correr a lebre quis bem na frente e dormiu e a tartaruga passou a frente da lebre e quando a lebre acordou a tartaruga tinha ganhado.

Reescrita de memória – Fábula A
tartaruga e a Lebre.

Além de identificar a proposta da atividade o professor poderá adicionar a consigna compartilhada ou registrar como se deu a produção.

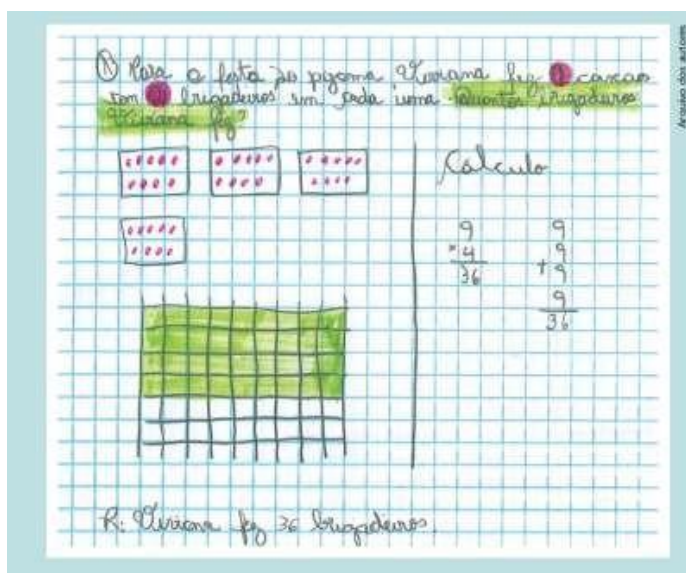
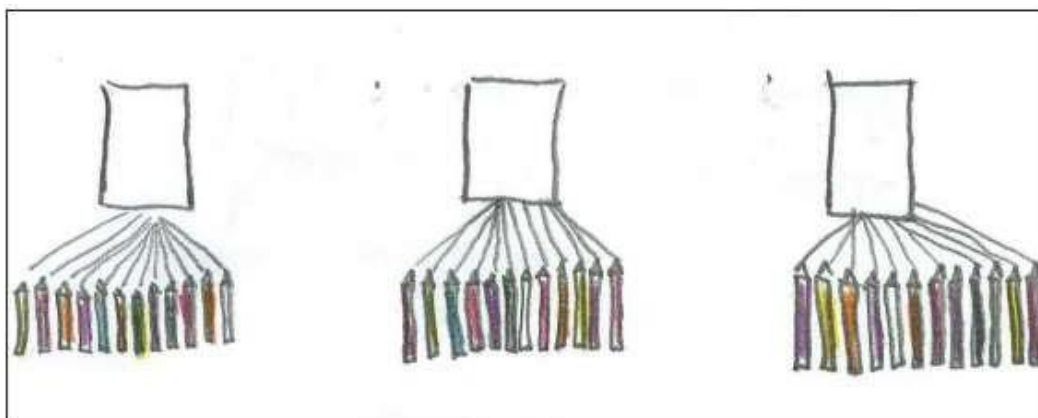
- **Produção selecionada pelo aluno para compor o portfólio**



Como já mencionado o portfólio possibilita compartilhar com os alunos a seleção das atividades, sendo assim, essas escolhas podem ser direcionadas por momentos significativos de aprendizagem. Podemos evidenciar isto quando apreciamos a reescrita apresentada anteriormente e compreendemos que o aluno a seleciona, pois no decorrer da proposta lhe foi solicitado uma autoavaliação.

Releia seu texto e verifique se a história está bem escrita:		
Auto-avaliação	Sim	Não
Coloquei o título?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Apresentei a personagem que iria aparecer na história?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Escrevi sobre os pensamentos da menina enquanto carregava o leite?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Escrevi sobre o que aconteceu com o jarro de leite e expliquei porque a menina o derrubou?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Escrevi a moral da fábula?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dividi o meu texto em três partes (começo, meio e fim) e mudei de linha em cada uma destas partes?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Escrevi até o final da linha e usei ponto final quando terminei uma frase?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Separei as palavras e separei as sílabas corretamente quando precisei mudar de linha.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

- **Registros matemáticos**



No exemplo anterior é possível observar as estratégias pessoais utilizadas por um alunona resolução de uma situação problema.

11.3.4. Como organizar os Relatórios para compor o Portfólio na Rede

Ao final de cada semestre **os professores deverão redigir os relatórios individuais dos alunos**, baseando-se em seus registros e observações.

No relatório do primeiro semestre é importante descrever de forma coletiva sobre o processo de adaptação, considerando a transição da casa para creche, da creche para a pré- escola, do infantil para o Ensino Fundamental Ciclo 1 e do Ensino Fundamental Ciclo

1 para o Ciclo 2. Possibilitando que o professor relate de forma geral como ocorreu, socializando sua intencionalidade e planejamento neste período.

Os apontamentos individuais feitos durante todo o semestre pelo professor, serão fundamentais para a elaboração dos relatórios semestrais do aluno, pois eles darão uma noção mais assertivas de como o aluno chegou à escola, sua adaptação a rotina, aos novos amigos e professores.

Estes apontamentos darão ao professor mais assertividade na socialização do trabalho desenvolvido durante o semestre, tanto em Sinape como em reunião de pais; podendo explanar com mais clareza sobre a rotina da classe, como se dá a socialização entre as crianças, quais as metas estabelecidas e alcançadas, bem como os novos caminhos e estratégias que serão estabelecidas.

A socialização com os responsáveis de cada aluno deverá ser individual, descrevendo os avanços, dos menores aos mais significativos, como as brincadeiras preferidas na escola, seu interesse em participar das atividades propostas, se costumam alimentar-se bem nas refeições oferecidas pela escola, quais as tarefas e atividades que já executa com autonomia, os projetos, e habilidades já desenvolvidos em cada área do conhecimento de acordo com seu planejamento, assim como outras informações que julgar necessárias e/ou interessantes para o conhecimento da rotina da turma e do trabalho desenvolvido.

Para os registros de desenvolvimento destes alunos, alguns tópicos deverão ser mencionados, como:

- O que já executa autonomamente;
- Atividades propostas que despertam maior interesse;
- Socialização com os outros alunos;
- Brincadeiras preferidas;
- Participação em atividades de comunicação e relacionamento com os colegas e professores, opinando sobre determinado tema ou compartilhando alguma experiência pessoal (é uma criança falante, interessada em participar e opinar nas atividades propostas ou se tem o temperamento mais introvertido);
- Capacidade de concentrar-se durante as leituras e explicações das consignas das atividades, bem como de entender o que é proposto;

Caso a criança apresente alguma dificuldade de desenvolvimento específica por causa de uma deficiência já diagnosticada ou sob investigação, acrescente as observações necessárias sobre tais dificuldades somente depois de citar seus avanços e não se esqueça

que, além do acompanhamento que a criança já faz (citar as devolutivas do atendimento no COE, CAED, APAE, AEE, fonoaudiólogo ou psicólogo particulares etc., caso já as tenha recebido) é preciso descrever quais ações e intervenções pontuais estão sendo realizadas na escola para o avanço dessa criança.

IMPORTANTE: Evite ressaltar os aspectos comportamentais em detrimento das informações sobre o desenvolvimento e aprendizagem das crianças.

Seguem sugestões que auxiliam na elaboração dos relatórios:

Você pensa...	Você escreve...
O aluno não sabe	O aluno não adquiriu os conceitos, está em fase de aprendizado.
Não tem limites	Apresenta dificuldades de autorregulação, pois...
É nervoso	Ainda não desenvolveu habilidades para convívio no ambiente escolar, pois...
Tem o costume de roubar	Apresenta dificuldade de autocontrole, pois...
É agressivo	Demonstra agressividade em situações de conflito; usa meios físicos para alcançar o que deseja.
É bagunceiro, relaxado, porco	Ainda não desenvolveu hábitos próprios de higiene e de cuidado com seus pertences.
Não sabe nada	Aprendeu algumas noções, mas necessita desenvolver...
É largado da família	Aparenta ser desassistido pela família, pois...
É desobediente	Costuma não aceitar e nem compreender as solicitações dos adultos; Tem dificuldades em cumprir regras.
É apático, distraído	Ainda não demonstra interesse em participar das atividades propostas; muitas vezes parece se desligar da realidade, envolvido em seus pensamentos.
É mentiroso	Costuma utilizar inverdades para justificar seus atos ou relatar as atitudes dos colegas.
É fofoqueiro	Costuma se preocupar com os hábitos e atitudes dos colegas.
É chiclete	É muito afetuoso; demonstra constantemente seu carinho...
É sonso e dissimulado	Em situações de conflito coloca-se como expectador, mesmo quando está clara a sua participação.



É preguiçoso	Não realiza as tarefas, aparentando desânimo e cansaço. Porém logo parte para as brincadeiras e outras atividades.
É mimado	Aparenta desejar atenções diferenciadas para si, solicitando que sejam feitas todas as suas vontades.
É deprimido, isolado, anti-social	Evita o contato e o diálogo com colegas e professores preferindo permanecer sozinho; Ainda não desenvolveu hábitos e atitudes próprias do convívio social.
É tagarela	Costuma falar mais que o necessário, não respeitando os momentos em que o grupo necessita de silêncio.
Tem a boca suja	Utiliza-se de palavras pouco cordiais para repelir ou afrontar.
Possui distúrbio de comportamento	Apresenta comportamento fora do comum para sua idade e para o convívio em grupo, tais como...
É egoísta	Ainda não sabe dividir o espaço e os materiais de forma coletiva.

11.4. Avaliações internas e externas – Análises

11.4.1. Educação Infantil

O SAEB direcionado para a Educação Infantil teve início em 2019 de forma amostral e em 2021 foi implementado e realizado por meio da aplicação de questionários eletrônicos destinados aos professores, gestores de creches e pré-escolas e gestores das redes.

Ação esta prevista desde 2010 nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e 2016 no Plano Nacional de Educação (PNE).

O SAEB permite que as escolas e as redes municipais/ estaduais de ensino avaliem a qualidade da educação oferecida aos estudantes. O resultado da avaliação é um indicativo da qualidade do ensino brasileiro e oferece subsídios para a elaboração, o monitoramento e o aprimoramento de políticas educacionais com base em evidências.

O direcionamento para a Educação Infantil teve início em 2019 de forma amostral e em 2021 foi implementado e realizado por meio da aplicação de questionários eletrônicos

destinados aos professores, gestores de creches e pré-escolas, e gestores das redes. As Unidades contempladas com os questionários no ano de 2023, foram:

- CEMEB Delminda Leda de Medeiros e Silva Vital, e
- CEMEB Florestan Fernandes.

Ação está prevista desde 2010 nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e 2016 no Plano Nacional de Educação (PNE).

11.4.2. Ensino Fundamental

Sabemos que a avaliação do professor frente o desenvolvimento de seus alunos é realizada através de estratégias variadas que possibilitem o acompanhamento do processo de Ensino Aprendizagem, ou seja, o desenvolvimento das habilidades e competências individuais.

Mas, além das avaliações que são propostas nas Unidades Escolares e Avaliações Internas (PIAP – Programa de Intervenção e Ação Pedagógica) elaboradas pela Rede Municipal de Ensino de Várzea Paulista, aderimos as Avaliações Externas propostas pelo Governo Federal e Estadual, direcionadas ao Ensino Fundamental. Sendo estas:

- Avaliações SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica.
- Criança Alfabetizada - Plataforma de Avaliações Periódica
- Avaliações SARESP - (Ano 2, e Ano 5);
- Avaliação de Fluência Leitora (Ano 2);
-

Tendo a finalidade de acompanhar o desempenho das Redes de Ensino e fornecer subsídios para que os gestores públicos possam articular políticas educacionais voltadas a Qualidade e Equidade na Educação.

Neste item será apresentado as Avaliações Internas e Externas realizadas no município, bem como, um breve histórico de como foram implementadas.

A. Avaliações Internas - **PIAP – Programa de Intervenção e Ação Pedagógica**

A Unidade Gestora Municipal de Educação para acompanhar de forma mais efetiva o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos instituiu o **PIAP – Programa de Intervenção e Ação Pedagógica** que prevê em suas ações a aplicação das avaliações para todos os alunos do Ensino Fundamental, visando acompanhar as aprendizagens e compartilhar os resultados com as Unidades Escolares. Buscamos também por meio do diálogo com a Equipe Escolar a garantia da aprendizagem identificando as situações pedagógicas que requerem atenção, ação e intervenção para que juntos possamos garantir o direito de aprender de nossos estudantes.

Da mesma forma boas práticas de Gestão e de ação docente devem ser reconhecidas e compartilhadas com o coletivo de professores.

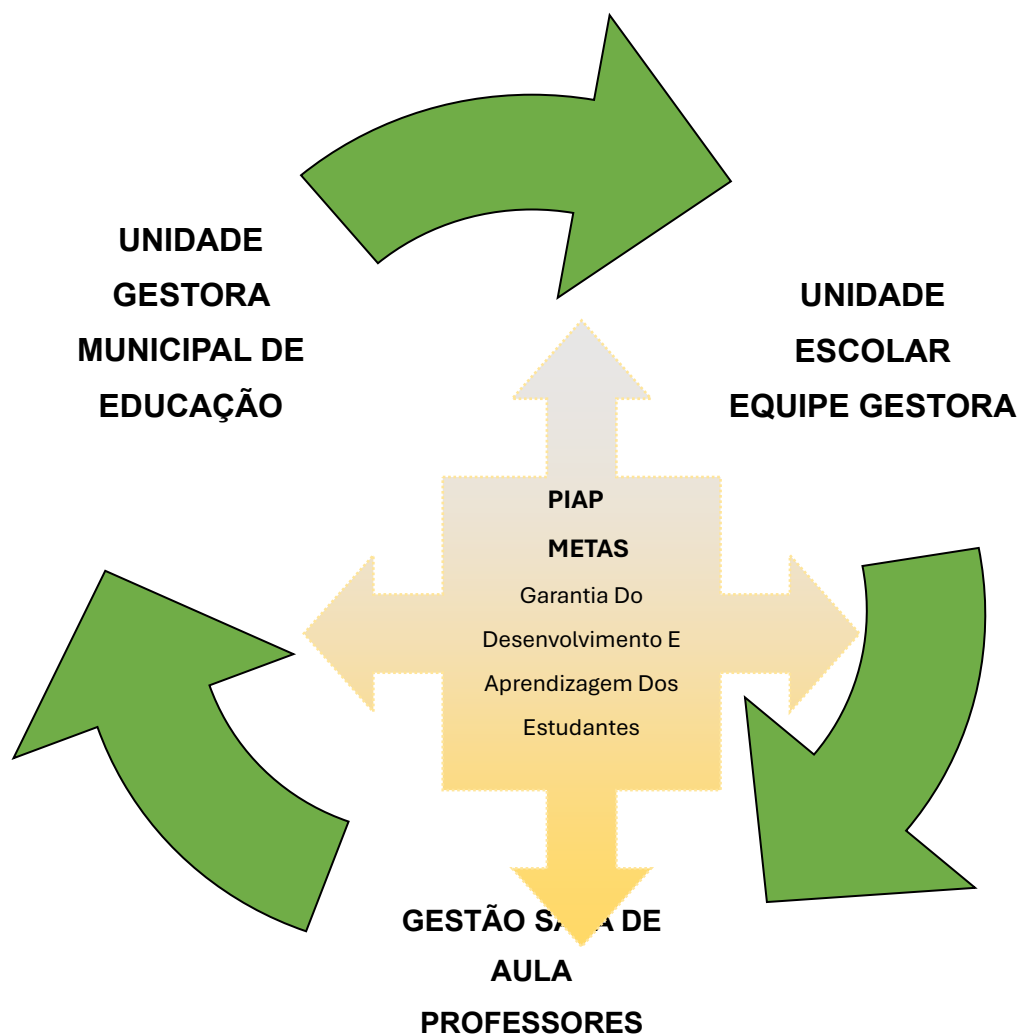
Com este Programa o Município almeja efetividade e resultados em prol da melhoria da qualidade de ensino e dos serviços prestados aos munícipes.

Como parte integrante das ações pedagógicas pautadas na melhoria da qualidade do atendimento educacional e dentre as principais atribuições da Unidade Gestora Municipal de Educação, sendo:

- atualizar, normatizar e propor diretrizes para a Educação;
- avaliar e definir procedimentos para o desenvolvimento do trabalho pedagógico, implementar e gerenciar as ações educacionais na Rede Municipal;
- acompanhar, analisar e avaliar os resultados do ensino seja por avaliações externas ou internas e propor as ações necessárias para direcionamento e melhoria das situações apresentadas.

Portanto o PIAP que tem como objetivo ações desencadeadas coletivamente envolvendo Equipe da UGME, Equipe Gestora das Unidades Escolares e Professores.

Fluxograma a seguir apresentamos o mapa do processo referente ao PIAP



Atuação das equipes envolvidas

1. Equipe da Unidade Gestora de Educação

- Planejar, organizar, elaborar avaliações internas e emitir relatórios;
- Analisar os resultados das avaliações externas e internas, os níveis de proficiência apresentados, para auxiliar as Unidades Escolares mediante as lacunas de aprendizagens;
- Organização de Ações pontuais e assertivas mediante aos resultados obtidos;
- Reuniões formativas quinzenais com a equipe gestora das Unidades Escolares para apresentação, análise dos resultados dos instrumentos avaliativos;

- Acompanhar o trabalho desenvolvido nas Unidades Escolares in loco;
- Organizar formação para Equipe Gestora e professores;
- Instituir matriz de avaliação e metas.

2. Equipe das Unidades Escolares:

- Executar as orientações vindas da Unidade Gestora Municipal de Educação;
- Analisar os relatórios encaminhados, identificar as situações que merecem atenção e direcionar as ações;
- Realizar formação continuada: apresentar, esclarecer e orientar as documentações elaboradas e encaminhadas pela UGME;
- Identificar e socializar as melhores práticas de ensino das Unidades Escolares visando troca de informações e ações e conseqüentemente a melhoria da aprendizagem;
- Participar das reuniões organizadas pela UGME;
- Acompanhar o processo de aprendizagem orientando, observando e registrando a atuação de cada professor.

3. Professores:

- Executar as orientações e ações determinadas pela Equipe Gestora das Unidades Escolares;
- Atuar diante dos direcionamentos, desenvolvendo ações pontuadas pela Unidade Gestora Municipal de Educação e Equipe Gestora.
- Participar das formações no âmbito da Unidade Escolar e Unidade Gestora Municipal de Educação;
- Planejar, elaborar e organizar ações e registros visando o desenvolvimento Integral dos alunos, de maneira pontual e efetiva, contemplando a sanar e minimizar as defasagens de aprendizagens;
- Aplicar avaliação interna;
- Analisar resultado de aprendizagem, proficiência de sua sala de aula e realizar adequações, intervenções para a garantia da aprendizagem de todos.
- Conhecer os descritores envolvidos nas avaliações.

Perfil das avaliações internas

As Avaliações Internas não são algo separado do processo Ensino Aprendizagem ou um procedimento isolado, mas um conjunto de fases que se condicionam mutuamente e formam um sistema. O principal papel da avaliação é fornecer informações sobre o processo pedagógico, permitindo aos docentes realizarem intervenções e ajustes necessários, que garantam a aprendizagem de todos os alunos.

Salientamos que a avaliação do desempenho do aluno é contínua, como parte importante das intervenções pedagógicas, acompanhando o processo de desenvolvimento das aprendizagens sempre que necessário. É com este processo que será possível saber se os alunos alcançaram de fato as habilidades esperadas, no sentido de desenvolver as competências estabelecidas para o componente curricular, em cada área de conhecimento.

A avaliação da aprendizagem pode ocorrer antes, durante ou depois das atividades de ensino. Para cada caso, ela receberá, respectivamente, o nome de diagnóstica ou formativa. De acordo com o uso que será feito de seus resultados relativos ao desempenho dos estudantes.

1. Avaliação Diagnóstica/Avaliação de Entrada:

A avaliação diagnóstica recebe, na Rede Municipal de Ensino, o nome de Avaliação de Entrada e tem o objetivo de identificar os níveis de aprendizagem dos estudantes e, a partir disso, permite estabelecer intervenções, como a (re)organização do Plano de Ensino e das práticas pedagógicas durante o processo de educativo. Assim, permite:

- Identificar os níveis de aprendizagem /Desempenho dos alunos;
- Detectar as possíveis lacunas nas aprendizagens, ou seja, áreas em que os alunos podem estar com dificuldades;
- Monitoramento do progresso através da Avaliação de Entrada, visto que ela fornece linha de base inicial para acompanharmos o desempenho dos alunos;
- Permite organizar intervenções precoces corrigindo a defasagem da Aprendizagem.

2. Avaliação formativa:

A avaliação formativa é um processo contínuo que ocorre junto ao trabalho de ensino e consiste na coleta e na interpretação de evidências sobre a conquista de objetivos de aprendizagem, colocando os alunos no centro do processo, assim exige além da perspectiva do professor sobre a aprendizagem, uma perspectiva do aluno, diante dos critérios utilizados sobre o desempenho alcançado (o que se espera dele) e uma autoavaliação.

3. Avaliação Somativa /Avaliação de Saída

A avaliação somativa na Rede Municipal é chamada de Avaliação de Saída, é utilizada no final de um processo educacional com objetivo de avaliar o resultado da aprendizagem. Nas avaliações internas, apresenta uma característica informativa e verificadora, indicando as competências e habilidades desenvolvidas ao final de determinada etapa de ensino, pelo aluno, turma e escola. Sendo utilizado no final do processo traz informações sobre a qualidade do processo educativo, considerando os objetivos de aprendizagens que foram alcançados. Assim permite:

- Identificar o grau de domínio do aluno em relação aos conteúdos, competências e habilidades desejáveis ao final do ano escolar;
- Fornecer visão abrangente do progresso do avanço escolar de cada aluno, escola e Rede de Ensino;
- Identificar lacunas ainda existentes que precisam de atenção dos profissionais para o pleno desenvolvimento dos alunos;
- Avaliar a eficiência do processo ensino/aprendizagem identificando áreas que obtiveram êxito e outras que por ventura não foram bem-sucedidas requerendo atenção para as estratégias de ensino;
- Subsidiar o planejamento dos anos subsequentes.

As Avaliações Internas foram reestruturadas de modo a contemplar os conhecimentos, habilidades e competências desenvolvidas em sala de aula com base na Proposta Curricular, dialogando com as Avaliações Externas. Considerando às Áreas de Conhecimento de Língua Portuguesa e Matemática.



Como forma de dialogar com as Avaliações externas, tendo uma análise mais ampla do Desenvolvimento de nossos alunos, os resultados obtidos nas Avaliações Internas, terão relação com os resultados das Avaliações do SAEB e SARESP, como mostra o quadro a seguir:

Classificação	Nível (Escala de desempenho)	Descrição	Encaminhamento Pedagógico
Avançado	Avançado Maior que 75%	Os alunos, neste nível, demonstram conhecimentos e domínios dos conteúdos, das competências e das habilidades acima do requerido para o ano escolar em que se encontram	Desafios
Suficiente	Adequado Maior 50% e menor ou igual a 75%	Os alunos, neste nível, demonstram domínio pleno dos conteúdos, das competências e das habilidades desejáveis para o ano escolar que se encontram.	Aprofundamento
	Básico Maior ou igual 30% e menor ou igual a 50%	Os alunos, neste nível, demonstram domínio parcial dos conteúdos, das competências e das habilidades, mas não possuem as estruturas necessárias para interagir com a proposta curricular no ano subsequente.	Recomposição Contínua
Insuficiente	Abaixo do básico Menor que 30%	Os alunos, neste nível, demonstram domínio insuficiente dos conteúdos, das competências e das habilidades desejáveis para o ano escolar que se encontram.	Recomposição das Aprendizagens com urgência



B. Avaliações externas

B1) Avaliações SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica.

O SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) é um conjunto de avaliações externas que possibilita ao INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) realizar um diagnóstico da Educação Básica brasileira, identificando os fatores que interferem no desempenho dos estudantes ao longo do trajeto escolar.

Realizado desde 1990, durante as suas edições passou por uma série de aprimoramentos teórico-metodológicos. Sendo que na edição de 2019 iniciou o período de transição gradativa entre a matriz de referência utilizada desde 2001 e as novas matrizes desenvolvidas em conformidade com a BNCC (Base Nacional Comum Curricular).

Este modelo de avaliação é aplicado a cada dois anos, através de testes e questionários, direcionados as Unidades Escolares da Rede Pública de Ensino (Municipais e Estaduais) e, de forma amostral, na Rede Privada. Permitindo que as escolas e as Redes envolvidas reflitam sobre os níveis de aprendizagem apresentados pelos estudantes avaliados, pois os dados são um indicativo da qualidade do ensino brasileiro e oferecem subsídios para a formulação, acompanhamento e aprimoramento das Políticas Educacionais.

Com os resultados das Avaliações do SAEB dos 2º e 5º Anos, mais o cálculo das taxas de aprovação de cada Unidade Escolar e Rede de Ensino, tem-se a nota do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino.

Para acompanhar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do município acesse: <https://qedu.org.br/municipio/3556503-varzea-paulista/ideb>

B2) Criança Alfabetizada - Plataforma de Avaliações Periódica

O Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, lançado pelo Governo Federal, tem como objetivo articular esforços da União, Estados, Distrito Federal e Municípios para garantir a alfabetização de todas as crianças ao final do 2º ano do Ensino Fundamental,

além de promover a recomposição das aprendizagens para aquelas que estão matriculadas até o 5º ano.

A UGME aderiu o uso da Plataforma de Avaliações Periódicas, que disponibiliza avaliações de leitura, escrita, matemática e fluência em leitura, direcionada aos estudantes do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental considerando diferentes dimensões da alfabetização, esta ação visa ampliar os recursos disponíveis aos Gestores, Coordenadores e Docentes no acompanhamento do Processo de Aprendizagem dos estudantes.

Seguindo as seguintes datas, para disponibilização dos Cadernos, no cronograma divulgado via Plataforma:

- Avaliação Contínua da Aprendizagem – Ciclo I/2024 – Cadernos disponíveis a partir de 18 de março;
- Avaliação Contínua da Aprendizagem – Ciclo II/2024 – Cadernos disponíveis a partir de 19 de junho;
- Avaliação Contínua da Aprendizagem – Ciclo III/2024 – Cadernos disponíveis a partir de 14 de outubro.

As orientações para a aplicação dos testes, bem como, o lançamento de respostas serão orientados pela UGME via Informes.

B3) Avaliações SARESP – Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Ano 2, e Ano 5)

O SARESP é caracterizada como uma avaliação em larga escala da Educação Básica. As provas são voltadas as áreas cognitivas, contando também com a aplicação de questionários socioeconômicos e de fatores associados.

Neste sistema, as Avaliações de Rendimento Escolar são direcionadas aos alunos da rede estadual dos 2º e 5º, e 9º anos do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio. Tendo a possibilidade de adesão das redes municipais, Centro Paula Souza e particulares.

A aplicação do SARESP tem como finalidades:

- Fornecer informações consistentes, periódicas e comparáveis sobre a situação da escolaridade básica na rede de ensino paulista;
- Apresentar os resultados de Língua Portuguesa e de Matemática, de cada

Unidade Escolar, das Redes Municipais e Estadual para a composição do Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (IDESP), como um dos critérios de acompanhamento das metas a serem atingidas pelas escolas;

- Aprimorar o planejamento pedagógico das escolas, mediante a análise dos resultados e a comparação entre os resultados obtidos pela escola e os seus objetivos;

No ano de 2023 a Unidade Gestora Municipal de Educação aderiu a avaliação do SARESP- 2022 (Sistema de Avaliação de Rendimento do Estado de São Paulo), com a finalidade de diagnosticar a situação da Escolaridade Básica Paulista, a fim de orientar os gestores do ensino possibilitando o monitoramento das políticas voltadas para a melhoria da qualidade educacional.

Os dados/resultados das avaliações aplicadas em novembro/2023 foram disponibilizados as Unidades Escolares possibilitando a Análise das equipes, eles são apresentados por Regiões Metropolitanas e Interior, possibilitando a análise e o apoio às ações em políticas públicas, a partir das informações resultantes da avaliação, por órgãos do Governo Estadual e instituições que atuam com desenvolvimento regional.

ICMS Educacional

Lei nº 17.575/2022 de 11 de novembro de 2022 -Altera a Lei nº 3.201, de 23 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a parcela, pertencente aos municípios, do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação. Versa sobre o ICMS Educacional , mecanismo que vincula a distribuição de parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), a indicadores de desempenho educacional dos municípios (na avaliação do SARESP). Esta medida visa incentivar os municípios a melhorarem a qualidade da educação básica, promovendo uma competição saudável e a busca por melhores resultados educacionais.

Pontos que explicam que explicam o funcionamento e a justificativa do ICMS Educacional:

FUNCIONAMENTO DO ICMS EDUCACIONAL

a) Distribuição de Recursos:

- Parte do valor arrecadado pelo ICMS é distribuída entre os municípios com base em critérios de desempenho educacional;
- A proporção do ICMS destinada à educação pode variar de acordo com a legislação de cada estado.

b) Indicadores de Desempenho:

- Os indicadores utilizados podem incluir taxas de aprovação, reprovação e abandono escolar, além de notas em avaliações externas de desempenho dos alunos, como provas padronizadas.
- Outros critérios podem incluir a infraestrutura escolar, a qualificação dos professores e a inclusão de alunos com necessidades especiais.

c) Incentivos:

- Municípios que apresentam melhorias nos indicadores educacionais recebem uma parcela maior dos recursos do ICMS;
- Esse mecanismo incentiva as administrações municipais a investirem na melhoria da qualidade da educação, pois resultados positivos refletem diretamente no aumento de recursos financeiros;
- Promove a transparência na gestão dos recursos públicos e incentiva a eficiência na aplicação desses recursos, já que os municípios precisam demonstrar resultados concretos para receber mais fundos.

A partir do exposto, é urgente que a Prefeitura Municipal por meio da Unidade Gestora de Educação empenhe esforços em implementar formas assertivas de acompanhamento e avaliação da aprendizagem dos estudantes e com rápida apuração/respostas de resultados, pois os mesmos estarão atrelados a repasses financeiros para o Município. A metodologia e estratégia para atingirmos ao proposto é a contratação de uma empresa com expertise nesse serviço com a oferta de:

- **Objetividade e Imparcialidade:** A presença de uma ação externa assegura uma avaliação objetiva e imparcial, evitando possíveis vieses internos que podem distorcer os resultados;
- **Tecnologia Avançada:** Essas empresas geralmente utilizam tecnologias avançadas e sistemas de gestão de dados que facilitam o acompanhamento detalhado do desempenho escolar e o fornecimento de feedback em tempo real;
- **Melhoria Contínua:** Avaliações regulares e acompanhamento especializado permitem identificar pontos fracos e fortes, promovendo a melhoria contínua do ensino e da aprendizagem;
- **Apoio à Tomada de Decisões:** Relatórios detalhados e análises fornecidas pela empresa ajudam na tomada de decisões informadas por parte da administração escolar, professores e pais;
- **Foco na Qualidade do Ensino:** Com o apoio de uma empresa especializada, a instituição pode focar mais em aspectos pedagógicos, enquanto a empresa cuida da avaliação e acompanhamento, contribuindo para uma educação de maior qualidade;
- **Personalização do Ensino:** Dados detalhados sobre o desempenho dos alunos permitem a personalização do ensino, adaptando metodologias e estratégias avançando na qualidade e na equidade da Educação de Várzea Paulista.

B4) Fluência Leitora (Ano 2)

A Avaliação de Fluência Leitora do Estado de São Paulo tem a finalidade de verificar o perfil leitor, verificando a capacidade dos estudantes de ler palavras, pseudopalavras e textos voltados a faixa etária aplicada, observando a fluidez o ritmo adequado. Possibilitando o acompanhamento do processo de alfabetização dos estudantes e utilizando dos dados obtidos para o planejamento de ações significativas que visem a alfabetização na idade certa, garantindo que as novas fases do desenvolvimento escolar ocorram sem prejuízos.

O público alvo desta avaliação são os Anos 2 do Ensino Fundamental e seguem o calendário de aplicação disponibilizado pelo Governo do Estado. A adesão ocorre anualmente e desde 2021 é aplicada na Rede de Ensino.

Os resultados da Avaliação de Fluência Leitora são disponibilizados via Plataforma PARC para os Docentes, para os Gestores das Unidades Escolares e para a Unidade Gestora Municipal de Educação, apoiando o acompanhamento dos Perfins de Leitor, considerando as seguintes definições:

DEFINIÇÃO		
ERFIL - PRÉ-LEITOR	<p>O estudante que se encontra nesse perfil ainda não dispõe de condições para realizar uma leitura oral e, quando o faz, isso exige muito esforço.</p> <p>Neste perfil, encontra-se, portanto, o estudante com dificuldades nas aprendizagens iniciais da alfabetização relacionadas ao processo de decodificação. Essas dificuldades revelam-se de diferentes tipos, mas, especialmente, na decodificação de palavras formadas por padrões silábicos não canônicos e menos familiares, encontrando-se, principalmente, em nível de reconhecimento de letras e apresentando, também, dificuldades relacionadas à associação de consoantes e/ou vogais aos seus valores sonoros, principalmente no caso de correspondências irregulares entre fonemas e grafemas. Essas dificuldades levam esse estudante a despender mais esforços em sua tentativa de decodificação, impedindo a compreensão do que foi lido. Tais dificuldades de leitura decorrem do fato desse estudante ainda não ter se apropriado dos princípios que organizam o sistema de escrita alfabética, significando que ainda não aprendeu a ler.</p> <p>O perfil Pré-leitor, considerando-se uma leitura realizada no tempo de 60 segundos, subdivide-se em 4 (quatro) diferentes níveis:</p>	<p>Nível 1: o estudante não realizou a leitura de palavras OU o estudante disse letras, sílabas ou palavras que não constavam no item, não conseguindo, ainda, relacionar a sonoridade da letra, sílaba ou palavra aos grafemas;</p>
		<p>Nível 2: o estudante nomeou letras isoladas ao tentar ler as palavras constantes no item, ou seja, identificou letras. Esse estudante já consegue relacionar a sonoridade das letras à sua representação gráfica, mas ainda realiza uma leitura individual de cada elemento do código alfabético dentro de cada palavra, realizando uma soletração;</p>
		<p>Nível 3: o estudante silabou ao realizar a leitura das palavras constantes no item. Esse estudante consegue ler algumas palavras isoladas, porém, como isso exige muito esforço, só o faz de modo muito lento e silabando, não fazendo, ao final, a leitura global da palavra lida;</p>
		<p>Nível 4: o estudante leu corretamente até 10 palavras e 5 pseudopalavras constantes no item.</p>
PERFIL -LEITOR INICIANTE	<p>O estudante cujo desempenho o posiciona nesse perfil conseguiu, no tempo de 60 segundos, ler corretamente 11 ou mais palavras e seis ou mais pseudopalavras constantes nos itens do teste.</p> <p>Isso significa que esse estudante demonstra já ter se apropriado das regras que organizam o sistema de escrita alfabética, mas ainda apresenta dificuldades com a base ortográfica, o que faz com que ainda leve mais tempo no processo de decodificação das palavras que apresentem padrões silábicos não canônicos ou cuja correspondência entre fonemas e grafemas não seja regular, ou ainda no caso de palavras que sejam pouco familiares e/ou pouco frequentes na Língua Portuguesa. Esse estudante pode mesmo</p>	



	<p>conseguir ler pequenos fragmentos textuais, mas ainda o faz cometendo muitos desvios na leitura, o que compromete a automaticidade esperada para que possa ser considerado um leitor fluente.</p>
PERFIL -LEITOR FLUENTE	<p>O estudante alocado nesse perfil leu corretamente, no tempo de 60 segundos, mais de 65 palavras com uma precisão igual ou superior a 90%, considerando-se o texto narrativo constante no teste.</p> <p>Esse estudante é aquele que já venceu os desafios relacionados à decodificação das palavras, revelando já ter automatizado processos relativos ao reconhecimento das palavras e dominado o princípio alfabético que organiza a escrita em Língua Portuguesa na variante brasileira, ou seja, as relações entre fonemas e grafemas. Além disso, esse estudante revela ser capaz de chegar ao final da leitura do texto e responder às questões de compreensão que lhe foram apresentadas, construindo, possivelmente, sentidos para o que lê.</p>

12. SINAPE – Síntese do Acompanhamento Pedagógico

As reuniões de SINAPE são momentos que propiciam reflexões, análise sobre a aprendizagem e o desenvolvimento dos(as) alunos(as) ao longo do ano letivo oferecendo subsídios para o (re) planejamento de ações, a fim de sanar as dificuldades apresentadas pelas crianças e, por conseguinte, pela equipe escolar. É o tempo oportuno para dialogar sobre o alunado, revisar e visitar metas, objetivos educacionais, expectativas de aprendizagem para as diferentes linguagens levantando hipóteses para situações individuais e/ou coletivas.

A SINAPE enquanto processo referencial, interativo e formativo, deve fornecer informações precisas que se traduzam em ações conjuntas para a melhoria da aprendizagem e do desenvolvimento das potencialidades do(a) aluno(a). Tem como objetivo:

analisar o processo de ensino aprendizagem, levantando hipóteses sobre a situação individual e coletiva do desempenho dos(as) alunos(as). Deve ser vista como um meio, uma ferramenta, um indicador de dificuldades e avanços dos(as) alunos(as), e da própria ação docente, bem como instrumento para avaliar a eficácia e eficiência do P.P.P. (Projeto Político Pedagógico).

Neste processo é de fundamental a elaboração de Planos de Ação no intuito de sanar os défitis de aprendizagem apresentados na Sinap por meio dos resultados das avaliações internas e externas e pelo professor em sua análise e observação diária.

O QUE DEVE TER EM UM PLANO DE AÇÃO

- **Público Alvo** – para quem este Plano de Ação será destinado
- **Metas** - Detalhamento do quantitativo que se quer atingir,

EXEMPLO: Elevar os níveis de aprendizagem dos alunos nos

- **Objetivos**

Onde se quer chegar, o que se deseja conquistar? Seja claro e direto.

EXEMPLO: Intervir de forma assertiva e significativa na Recomposição aprendizagem dos alunos...

- **Justificativas** - Levantamento do problema que justificará as ações contempladas no Plano de Ação, contemplando as observações realizadas nas aulas presenciais e/ou remotas. Porque será feito? Quais foram as necessidades levantadas que justifica o Plano de Ação.

EXEMPLO: Devido o distanciamento entre as Aprendizagens esperadas e reais, frente cenário pós pandemia, observamos o impacto destes causados no desenvolvimento na apropriação das habilidades e competência de nossos alunos, sendo evidenciado pelos resultados das avaliações internas (Prova Brasil, SARESP, Tempo de Aprender) ...

- **Metodologia**

Direcionar como serão desenvolvidas as ações estabelecidas no Plano de Ação.

OBS: As metodologias utilizadas serão fundamentais para o andamento e o cumprimento das Objetivos e Metas estabelecidos.

- **Planejamento de Ações Coletivas**

Destacar ações que serão planejadas coletivamente e definir a função desempenhada por cada membro participante do programa. EXEMPLO:

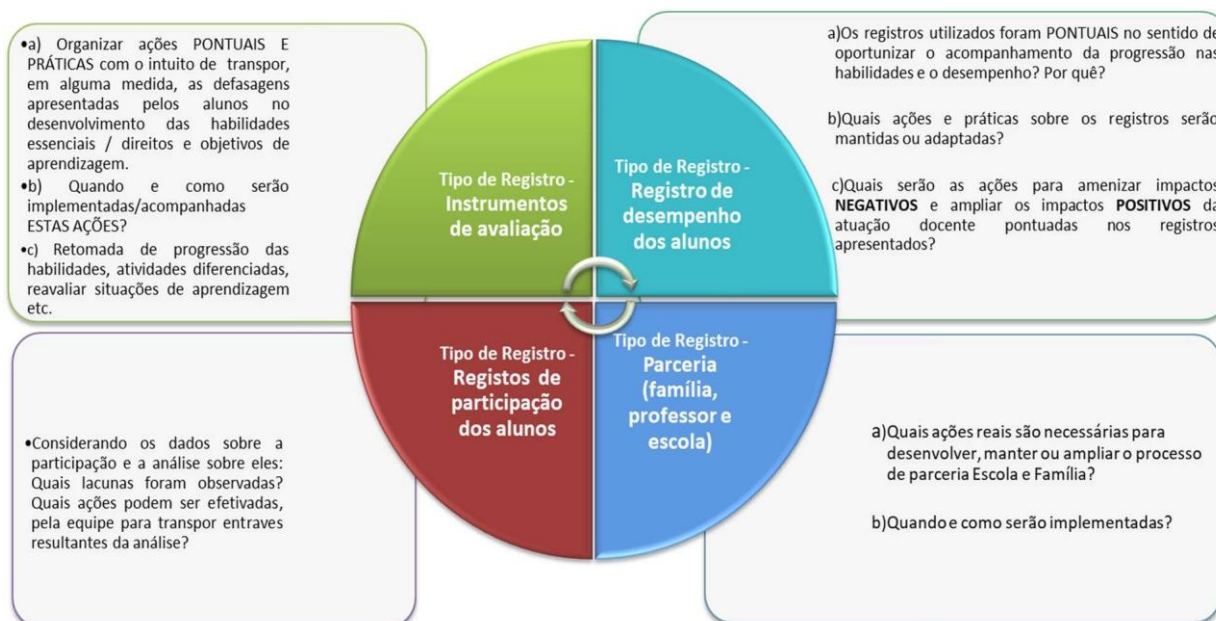
1. Socialização e análise junto aos professores, dos resultados obtidos nas Avaliações...
2. A elaboração das Sequências Didáticas com utilização dos materiais...

Como já mencionado, a observação, o registro, a análise e a reflexão são instrumentos que subsidiam o acompanhamento da aprendizagem e do desenvolvimento do aluno, em seus diferentes aspectos; permitem ao professor, elencar as possíveis interações que se fazem necessárias para o avanço significativo e progressivo da criança, bem como, identificar as prioridades nas propostas de trabalho.

A participação de todos os docentes é fundamental, considerando a importância dessa reunião para o aluno e para a Unidade Escolar.

12.1. Aspectos principais a serem abordados na reunião de Sinape.

O quadro a seguir sintetiza os ENVOLVIDOS no cenário educacional, considerando a comunidade escolar, e os TIPOS DE REGISTRO que conectam e problematizam as situações e processos, essenciais para a reunião de SINAPE.



12.2. Elaboração de relatórios para a Sinape (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Professores das Áreas Específicas e EJA)

Os registros e relatórios elaborados pelos professores sempre se constituíram em ferramenta de fundamental importância nos diálogos de SINAPE.

A prática do registro permite que o professor organize seus pensamentos, ideias, indagações sobre seus Planos de Aula, pois por meio dele é capaz de refletir e repensar suas práticas, pontuando as adequações que se fizerem necessárias.

Os relatórios para a SINAPE devem privilegiar:

- Os avanços do aluno no tocante ao desenvolvimento das habilidades/conhecimentos, na interação com os seus pares, com os professores e demais atores do cenário escolar.
- As intervenções feitas em todos os âmbitos.

- Etapas do Plano de ação considerando o que é necessário aperfeiçoar.
- Valorização do desenvolvimento sócio afetivo (participação / comportamento do aluno frente ao retorno).
- O resultado apresentado no Acompanhamento das Situações de Aprendizagem (Avaliação).

A SINAPE também oportuniza observar / refletir sobre a **postura do(a) professor(a) frente ao processo ensino aprendizagem:**

- A coerência entre a prática pedagógica e a proposta da Unidade Escolar;
- A coerência entre os critérios de avaliação adotados pelos(as) diferentes professores(as), frente ao Currículo Municipal;
- As intervenções realizadas enquanto reforço, atividades diversificadas e recuperação contínua ou paralela;

Esse processo de análise permite que a equipe escolar se auto avalie, elaborando propostas alternativas e priorizando ações, para que todos os alunos tenham garantido o direito à Educação de qualidade e o cumprimento das metas previstas no P.P.P., bem como no Currículo.

Na análise das situações apresentadas, é importante **priorizar os seguintes aspectos:**

- Quais foram os avanços da criança? (Pontuar e registrar o que o(a) aluno(a) sabe/apreendeu nas diferentes linguagens);
- Quais as dificuldades? Quais as intervenções realizadas pelo(a) professor(a) para saná-las? (Comprovar através de registros, fotos, gravações, materiais do aluno);
- Análise criteriosa do Portfólio dos alunos(as);
- Registro de participação nas aulas de reforço, quando necessário;
- Quais as ações a serem organizadas pela equipe escolar, a fim que o(a) aluno(a) possa avançar de forma a atingir os objetivos de aprendizagem / habilidades propostas para cada ano / etapa, nas diferentes linguagens, dentro do período letivo em questão? (Registrar e dar ciência a todos os envolvidos; esse registro deve ser retomado na SINAPE posterior, a fim de avaliar o êxito alcançado (ou não)).

12.2.1. Relatórios de turmas – Professor Específico

Dentro das orientações para a elaboração dos relatórios citados no **item 13.2 e item 13.3** (deste documento) os professores dos Componentes Curriculares de Áreas Específicas (Línguas Estrangeiras (Espanhol e Inglês), Filosofia, Educação Física, Arte e Informática) irão produzir seus registros e observações de acompanhamento dos alunos, durante as atividades de ensino, **fazendo seus apontamentos quanto ao desempenho no processo de desenvolvimento e aprendizagem por turma** e quando estes forem **solicitados e/ou indicarem avanço significativo de alunos**, acompanhados na Síntese de Acompanhamento Pedagógico (SINAPE) de forma pontual e específica, **os registros deverão estar disponíveis para compor a documentação de acompanhamento pedagógico do aluno (Portfólio), a pedido do Coordenador Pedagógico da Unidade Escolar.**

12.3. Elaboração da Síntese da Sinape pela Equipe Gestora da Unidade Escolar

Uma síntese é diferente de uma pauta; de igual modo objetiva, porém é necessário que seja esclarecedora, busque evidenciar informações que tenham como foco o aluno/turma, discorrendo sobre como se deu o processo. Considerar para a elaboração da Síntese:

- Identificação da escola;
- Especificar quem participou da SINAPE (prof. polivalentes, prof. Específicos, equipe de apoio, demais profissionais, etc...);
- Não citar os nomes dos alunos por se tratar de documento externo à Unidade Escolar (pode-se usar as iniciais);
- Os relatórios dos alunos devem ser apresentados (da turma - geral e de cada aluno);
- Individual, anotações diárias, pautas de observação, materiais que sirvam para auxiliar na análise do desempenho da sala); para tanto, o gestor deve solicitá-los com antecedência aos docentes;

Os tópicos abaixo relacionados dizem respeito aos alunos e à toda comunidade escolar, devendo ser **privilegiados nas discussões, em todas as SINAPE's**:

- a) **Frequência dos alunos** e seus desdobramentos;
- b) **Plano de ação** para os alunos com dificuldades e/ou com necessidades especiais, e/ou que estejam “além do nível de aprendizagem” da maioria dos alunos;
- c) **Inclusão** – diálogo / parceria com os respectivos profissionais; análise dos PDI's (Plano de Desenvolvimento Individual);
- d) A relação **família X escola**;

Após a elaboração da **Síntese de SINAPE**, encaminhar para o e-mail da coordenação pedagógica (coordenacaovarzeapaulista2013@gmail.com) no **prazo de dez dias da sua realização.**

12.4. Orientações para finalização do Ano Letivo

O ano letivo está se findando e com ele todos os processos que envolvem registros, decisões, fechamento de projetos e outras atividades e a SINAPE, momento em que a equipe docente e a gestão se reúnem para fazer uma análise e reflexão do trabalho realizado na escola e, claro, tomar decisões sobre os próximos passos de cada aluno.

É um dos muitos momentos da escola onde as decisões devem ocorrer de forma dialogada, com subsídios, argumentos e registros que fundamentem as posições e decisões dos profissionais. Neste processo contamos com a mediação do grupo gestor da unidade escolar.

Neste momento também são tomadas decisões sobre a vida escolar do aluno que geram dúvidas e vários questionamentos, a reprova, deve ocorrer ou não? Não é uma decisão fácil, pois uma escolha equivocada pode comprometer diversos aspectos a vida escolar do aluno.

Buscando contribuir nas decisões a serem tomadas a Unidade Gestora Municipal de Educação está encaminhando algumas questões para serem respondidas antes da opção pela reprova.

Acreditamos que os questionamentos apresentados devem permear todas as reuniões de SINAPE, de modo que as respostas permitam uma correção de rumo antes

que se chegue a uma situação-limite. Ressaltamos que esta ocasião é determinante para a vida escolar dos estudantes, pois cabe aos profissionais da educação e equipe pedagógica da unidade escolar identificar as dificuldades dos estudantes, bem como, estabelecer estratégias e intervenções a serem aplicadas no início do ano letivo de 2024 com a finalidade de saná-las. Desejamos que os diálogos sejam produtivos, promovam reflexão e permitam uma decisão assertiva frente à situação e histórica de cada estudante.

A) REPROVA POR DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM

1. Considerando que a reprovação de uma criança que apresenta dificuldade de aprendizagem requer análise, avaliação, acompanhamento e direcionamentos que envolvem vários aspectos, entre eles destacamos os qualitativos com ênfase nos avanços da aprendizagem e, neste contexto, é importante saber:

- 1.1. Quais critérios de avaliação/acompanhamento da aprendizagem foram estabelecidos pelo (a) Professor(a)/Unidade Escolar?
- 1.2. Em relação à aprendizagem proposta pelo (a) Professor(a)/Unidade Escolar, quais foram alcançadas pelo aluno?
- 1.3. Na análise realizada pelo (a) Professor (a) e equipe, quais os aspectos que culminaram na decisão da reprova?
- 1.4. O aluno possui Portfólio? Se sim, é possível verificar e constatar avanços?
- 1.5. No ano anterior o aluno apresentava dificuldades de aprendizagem? Se sim, quais encaminhamentos foram realizados?
- 1.6. Com os outros professores (específicos / reforço) como é o desempenho do aluno?

2. Considerando que as salas têm alunos de variadas realidades econômicas, culturais e sociais, e alguns alunos não aprendem da forma esperada ou em um tempo preestabelecido faz-se necessário saber:

- 2.1. Houve elaboração de atividades diferenciadas que consideraram a necessidade de aprendizagem do aluno? Se sim, anexar cópia, caso contrário justificar porque não;
- 2.2. Houve seleção de métodos diferenciados/estratégias que beneficiassem a

- aprendizagem do aluno? Quais?
- 2.3. Como o aluno desenvolver suas atividades quando propostas em grupo?
 - 2.4. Qual a linguagem que o aluno apresenta maior dificuldade?
 - 2.5. Foi elaborado plano de ação com a finalidade de recuperar / desenvolver e promover avanços na aprendizagem do aluno? Se sim, quando? Foi aplicado na íntegra? Houve registros? Percebeu-se avanços na aprendizagem dos alunos?

3. Acompanhamento por outros profissionais:

- 3.1. O aluno possui alguma dificuldade de aprendizagem diagnosticada por Laudo ou outro parecer médico? Se sim, qual?
- 3.2. Faz algum acompanhamento com profissionais (fonoaudióloga, psicóloga, psicopedagoga, outros)
- 3.3. O professor aplica atividades diferenciadas considerando a recuperação contínua/reforço? Se sim, como responde às atividades propostas em menores grupos?
- 3.4. Quantas vezes por semana frequenta os momentos de recuperação contínua/reforço?
- 3.5. Foi realizado encaminhamento para a equipe multidisciplinar do COE? Foi atendido? Qual profissional?
- 3.6. Frequentou a sala de AEE? Se sim, em qual polo e quantas vezes por semana
- 3.7. Caso tenha frequentado algum dos atendimentos acima, o profissional responsável por este atendimento participou da decisão da Unidade em reprovar o aluno? Em que momento? Se sim, qual a opinião dos mesmos? Há registro?

4. A socialização/interação

- a) O aluno interage com professores e demais alunos (as) da sala?
- b) Como é a interação do aluno com os (as) professores (as) especialistas?

5. Outras informações

- 5.1. Número total de alunos(as) da sala em que o aluno retido está matriculado;
- 5.2. Houve apoio (Diretor/Coordenador) para o (a) professor(a) em sala de aula

- considerando as dificuldades relatadas? Como ocorreu esse apoio?
- 5.3. Qual o número de ausências do aluno?
 - 5.4. Qual a data de matrícula do aluno nesta Unidade? Em caso de transferência buscou-se saber e se inteirar da vida escolar do aluno na outra Unidade?
 - 5.5. Nas reuniões de SINAPE/HTPC ocorridas no decorrer do ano há registros quanto ao desenvolvimento do aluno e apontamentos que indicassem sua reprova?(anexar cópia).
 - 5.6. O aluno faz algum acompanhamento (psicológico, fonoaudiológico, outros)? Se sim, qual (is)?
 - 5.7. A escola ao optar pela reprova do aluno estabeleceu expectativas de aprendizagens para ele no ano letivo de 2024? Quais?
 - 5.8. De que forma a escola considera que a reprova irá beneficiar o aluno?
 - 5.9. O professor pretende dar segmento ao trabalho iniciado/realizado com o aluno em 2023? Se não, o que proporá para o outro professor como continuidade considerando o conhecimento que detém sobre as dificuldades de aprendizagem do aluno?
 - 5.10. Os pais ou responsáveis legais foram ouvidos nesta decisão? Se sim, anexar os devidos registros.
 - 5.11. Qual a opinião da Equipe Gestora da Unidade Escolar frente a opção pela reprova do aluno?

B) REPROVA POR INFREQUÊNCIA

A justificação das faltas exige um pedido formal, por escrito apresentado pelos pais ou responsável legal direcionado ao Diretor da Unidade com indicação do dia ou período da ausência do estudante com a devida justificativa. Deve ser apresentada no caso de doença pelo menos até o segundo dia da falta, em caso de ausência programada pela família a justificação da falta deve ser apresentada previamente e o motivo deve ser coerente e analisado pelo Conselho de Escola para o devido deferimento.

Para o acompanhamento e ações frente a infrequência as Unidades Escolares devem considerar o disposto no Regimento Escolar. No documento de referência encaminhado pela Unidade Gestora Municipal de Educação visando subsidiar a elaboração das Normas Regimentais de cada escola consta o seguinte texto:



C) FREQUÊNCIA E COMPENSAÇÃO DE AUSÊNCIAS

Capítulo III –

Da Frequência e Compensação de Ausências

a) Educação Infantil

Art. 31. A Educação Infantil será organizada de acordo com as seguintes regras da Lei nº 12.796, de 2013.

- I. Avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental;
- II. Carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional;
- III. atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral;
- IV. Controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas;
- V. Expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem.

b) Ensino Fundamental

Art. 83. O controle de frequência será efetuado sobre o total de horas letivas, exigida a frequência mínima de 75% dentro do Ciclo, para a promoção.

§ 1º – Poderá ser aprovado pelo Colegiado da SINAPE o aluno que não atingiu a frequência mínima exigida, desde que considerado apto a prosseguir os estudos, desde que as ausências tenham sido compensadas proporcionalmente.

§ 2º - Os critérios e procedimentos para o controle da frequência e para a compensação de ausências serão disciplinados no regimento da escola.

§ 3º - o controle de frequência será feito em documento próprio definido pela Secretaria de Educação. (diário de classe).

D) AUSÊNCIA JUSTIFICADA

1. **Doença do aluno:** devendo esta ser informada por escrito pelo responsável legal por médico se determinar impedimento superior a três dias úteis,

podendo, quando se tratar de doença de caráter crônico ou recorrente, uma única declaração ser acatada para os demais dias letivos quando a justificativa for da mesma situação, mas de qualquer forma deverá ocorrer o comunicado formal do responsável legal e o devido registro;

2. **Isolamento profilático:** determinado por doença infectocontagiosa de pessoa ou familiar que conviva com o aluno, comprovada através de declaração por médico, e outros setores envolvidos.
3. **Falecimento de familiar:** durante o período legal de justificação de faltas por falecimento de familiar.
4. **Nascimento de irmão:** durante o dia do nascimento e o dia imediatamente posterior.
5. **Realização de tratamento ambulatorio:** em virtude de doença ou deficiência, que não possa efetuar -se fora do período das atividades letivas.
6. **Assistência na doença a membro da família,** estes casos deverão ser analisados pela escola, mediante a justificativa do responsável legal para o devido deferimento.
7. **Ato decorrente da religião professada pelo aluno:** justificadas de acordo com o que é permitido pela religião professada pelo aluno, devendo também ser justificada por escrito;
8. **Participação em atividades culturais:** associativas e desportivas reconhecidas, nos termos da lei, como de interesse público ou consideradas relevantes pelas respectivas autoridades escolares;
9. **Preparação e participação em atividades desportivas** de alta competição, nos termos legais aplicáveis.
10. **Outro fato impeditivo da presença na escola ou em qualquer atividade escolar** desde que seja justificado pelo responsável legal e devidamente deferido pelo Conselho de Escola;
11. Outros factos desde que esteja previsto no Regimento Escolar.

Enfatizamos que nas situações de ausência nas aulas, o que se espera é uma análise e ações voltadas para o aspecto legal desta situação. A partir do exposto para reprova de um estudante por ausência devemos considerar:

- a) Qual o número de ausências do aluno? Está de acordo ou ultrapassa o percentual estabelecido na legislação?

- b) As ausências foram justificadas? Se, Quantas?
- c) Quais providências foram tomadas? Foi realizado registro no diário de classe?
- d) Houve encaminhamento para o Programa Acesso e Permanência da UGME?
- e) Foi necessário realizar encaminhamento para o Conselho Tutelar? Se sim, quando foi realizado? Houve retorno?
- f) O estudante tem necessidades especiais? Quais motivos justificaram sua ausência?
- g) As determinações legais previstas no regimento da unidade estão sendo seguidas?
- h) As ausências justificadas foram compensadas? Se sim, como?
- i) Quantas ausências foram compensadas desta forma?
- j) Como é o desempenho do estudante nas atividades escolares?
- k) É possível considerar que mesmo mediante as ausências o estudante reúne condições e desempenho que permita acompanhar e frequentar o ano subsequente? Se sim, de que forma a Unidade Escolar irá se organizar para atender estas possibilidades junto ao Conselho de Escola?

OBS: Na decisão pela reprova solicitamos encaminhar a documentação/relatório para UGME considerando as orientações acima.

13. O Replanejamento escolar

O **REPLANEJAMENTO** é um momento que propicia reflexões e análise do trabalho realizado ao longo do primeiro semestre. Possibilita aos professores o diálogo sobre o desempenho dos alunos na esfera individual e coletiva, dando embasamento para uma (re)estruturação das Situações de Aprendizagem com o objetivo de reunir recursos / instrumentos / estratégias para garantir as Aprendizagens Essenciais a todos os estudantes.

13.1. Síntese do Replanejamento - Gestor

Este registro deve apoiar a compreensão de toda a Comunidade escolar sobre o

desenvolvimento das ações educativas no primeiro semestre, trazer o movimento de reflexão sobre estas ações explorando os avanços e o que ainda precisa ser feito para garantir aos alunos seus direitos de aprendizagem.

A Síntese do Replanejamento deve conter:

A. Uma Apresentação

- a) Identificação da CEMEB/Nº de alunos matriculados;
- b) Data em que ocorreu;
- c) Horário;
- d) Número de Participantes;
- e) Mediadores da Reunião;
- f) Pauta apresentada, materiais solicitados previamente aos professores e recursos utilizados para desenvolvimento da reunião.

B. Desenvolvimento

- a) Descrever as etapas previstas, bem como a devolutiva do grupo frente ao proposto;
- b) Relatar a ANÁLISE do Grupo Gestor frente às habilidades / objetivos de aprendizagem contemplados no 1º semestre, com base nos MAPAS DE FOCO (Ensino Fundamental), e no Organizador Curricular Volume 2, no caso da Educação Infantil, embasada nas observações/registros/análise dos professores;
- c) Descrever quais as ações planejadas para os contextos de transição vividos pelos alunos (CASA → ESCOLA → EDUCAÇÃO INFANTIL → ENSINO FUNDAMENTAL), considerando, inclusive, os alunos com necessidades educacionais;
- d) Citar os critérios UTILIZADOS para a estruturação dos Planos de Aula e organização da Rotina Semanal - 2º semestre, bem como a estrutura de registro utilizado pela Unidade Escolar.
- e) Descrever os Instrumentos de Acompanhamento e Avaliação dos estudantes – 2º semestre utilizados, bem como a organização dos portfólios de aprendizagem;
- f) Relacionar os critérios estabelecidos pela Unidade Escolar

para registro e socialização do desempenho, participação e desenvolvimento do estudante;

- g) Descrever as formas que foram estabelecidas para manter contato com alunos/famílias;
- h) Relatar como se deu a avaliação dos esforços pedagógicos da Equipe Escolar, na organização de **Recomposição de Aprendizagens**, através dos resultados obtidos na análise pedagógica. Quais os PROJETOS / NOVOS CAMINHOS / AÇÕES INOVADORAS foram utilizados, (ou serão), para avançar no processo de alcance das METAS, CONSIDERANDO O (re)ESTABELECIDO NO PPP DA UNIDADE.
- i) Como a Unidade Escolar tem trazido, nas práticas pedagógicas cotidianas, a CULTURA DIGITAL e o respeito à DIVERSIDADE, a fim de reduzir as desigualdades?

C. Documentação

- a) Como os registros de acompanhamento, adotados pela Unidade Escolar, contribuíram para a análise do desenvolvimento dos estudantes?

Cada Unidade deve incluir, ainda, as especificidades que lhes são características e as informações que porventura não tenham sido citadas aqui.

Após a elaboração da **Síntese de REPLANEJAMENTO**, encaminhar para o e-mail da coordenação pedagógica (coordenacaovarzeapaulista2013@gmail.com) no **prazo de dez dias da sua realização.**

14. Princípios Da Educação De Jovens E Adultos

14.1. Fundamentos Legais

A política de educação de jovens e adultos, diante do desafio de resgatar um compromisso histórico da sociedade brasileira e contribuir para a igualdade de oportunidades, inclusão e justiça social, fundamenta sua construção nas exigências legais definidas:

A Constituição Federal do Brasil/1988 incorporou como princípio que toda e qualquer educação visa o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (CF. Art. 205). Retomado pelo Artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96, este princípio abriga o conjunto das pessoas e dos educandos como um universo de referência sem limitações. Assim, a Educação de Jovens e Adultos e Idosos, modalidade estratégica do esforço da Nação em prol de uma igualdade de acesso à educação como bem social, participa deste princípio e sob esta luz deve ser considerada.

Estas considerações adquirem substância não só por representarem uma dialética entre dívida social, abertura e promessa, mas também por se tratarem de postulados gerais transformados em direito do cidadão e dever do Estado até mesmo no âmbito constitucional.

Sendo assim, o Artigo 208-CF alterado pela Emenda Constitucional Nº 59, de 11 de novembro de 2009, os Incisos I e VII passam a vigorar com as seguintes alterações:

- I – “educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;
- VII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde”.

Trata-se de um direito positivado, constitucionalizado e cercado de mecanismos financeiros e jurídicos de sustentação. Esclarecemos que, a Educação de Jovens e Adultos está baseada no que determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB 9.394.96, no Parecer CNE/CEB Nº11/2000, na Resolução CNE/CEB Nº01/2000, no Plano Nacional de Educação (Lei 10.172/01), no Plano de Desenvolvimento da Educação, nos Compromissos e acordos internacionais.

Esse público vem sendo atendido no âmbito da Educação Básica por meio da Diretoria de Políticas de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD/MEC, a qual tem priorizado um processo amplo democrático e participativo na construção de uma política pública de estado para a educação de jovens e adultos. Ressaltamos que, essas ações têm fortalecido e estreitado à parceria entre Estados e Governo Federal na busca pela ampliação e melhoria da qualidade da educação de jovens e adultos. **Constituição Federal de 1988**, que em seu artigo 208, assegura a educação de jovens e adultos como um direito de todos.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) que, trata da Educação de Jovens e Adultos no Título V, capítulo II como modalidade da educação básica, superando sua dimensão de ensino supletivo, regulamentando sua oferta a todos aqueles que não tiveram acesso ou não concluíram o ensino fundamental.

Artigo 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

Parágrafo 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

Parágrafo 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Artigo 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

Parágrafo 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

- I. No nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;
- II. No nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos. Parágrafo 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

14.2. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos

(Parecer CNE/CEB 11/2000 e Resolução CNE/CEB 1/2000) - devem ser observadas na oferta e estrutura dos componentes curriculares dessa modalidade de ensino, estabelece que:

Como modalidade destas etapas da Educação Básica, a identidade própria da Educação de Jovens e Adultos considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio...

Resolução SE-30, de 7-7-2017 Estabelece diretrizes para a organização curricular do Ensino Fundamental e do Ensino Médio da Educação de Jovens e Adultos - EJA, em classes multisseriadas, e dá providências correlatas.

Lei Municipal nº 1.588 de 2009, a EJA foi incluída no Sistema Municipal de Educação.

Referências

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96. Brasília: MEC, 1996. Decreto nº 2.208, de 17 abril de 1997.

Decreto-Lei nº 2494, de 10 de fevereiro de 1998. Brasília: MEC, 1998. Ministério da Educação. Parecer nº 011. Brasília: MEC, 2000.

Resolução SEDUC nº 119, de 11-11-2021

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Edições da Câmara, 2014.

Plano Estadual de Educação Meta 9

Alfabetização e Analfabetismo Funcional Elevar a taxa de alfabetização da população de 15 (quinze) anos ou mais para 97,5% até o 5º (quinto) ano de vigência do PEE e, até o final da vigência, superar o analfabetismo absoluto e reduzir em pelo menos 50% a taxa de analfabetismo funcional no Estado.

15. Modalidade de Ensino Presencial: Educação de Jovens e Adultos (EJA)

A organização do Trabalho Pedagógico para a Educação de Jovens e Adultos considera o educando um sujeito sócio histórico-cultural com diferentes experiências de vida, que deixou de frequentar a escola devido a fatores sociais, econômicos, políticos e/ou culturais, muitas vezes pelo ingresso no mundo do trabalho, ocasionando evasão ou repetência escolar.

O planejamento para esta modalidade deve considerar os fatores supracitados propiciando aos educandos diferentes possibilidades para que exerça sua autonomia e seja ativo em seu processo educacional considerando o contexto em que está inserido.

Neste contexto, orientamos que as ações pedagógicas desta modalidade considerem o perfil do educando, assegurando-lhes oportunidades apropriadas, consideradas suas características, interesses, condições de vida e de trabalho. Os conteúdos devem ser desenvolvidos ao longo da carga horária total estabelecida, com avaliação presencial ao longo do processo ensino-aprendizagem com organização de ações didático-pedagógicas de forma individual e coletiva.

Informamos que neste ano, entendendo as necessidades e o proposto no Plano

Municipal de Educação, estaremos nos reunindo para rever e estabelecer procedimentos e organização didático pedagógica desta modalidade de ensino.

A EJA (Educação de jovens e Adultos) do município de Várzea Paulista, conta com a modalidade da EJA I e EJA II, com idades mínima de 15 anos e sem limites de idade.

São ofertadas em três escolas:

- ✓ CEMEB Prof. João Aprillanti (EJA I e II) ;
- ✓ CEMEB Prof.^a Juvelita Pereira da Silva (EJA I).

Essa modalidade é específica da educação básica que se destina à inclusão escolar de um público que, por motivos diversos, foi excluído da educação durante sua infância ou adolescência e não se define pelo turno que é ofertada, mas pela sua configuração com vistas a atender as especificidades dos sujeitos que pretende abranger, caracterizando como: classes heterogêneas; ritmo próprio e flexibilidade.

A Educação de Jovens e Adultos vem passando por grandes transformações, pois vivemos num mundo cada vez mais tecnológico e globalizado e esses fatores contribuem também para um novo olhar em relação à educação e a prática pedagógica, diante das especificidades encontradas nesta modalidade.

Temos com principal compromisso oferecer um Programa de Formação para contribuir na promoção de mudanças na formação continuada dos professores da Educação de Jovens e Adultos-EJA, esta modalidade educacional que atende a educandos trabalhadores, tem por objetivo o compromisso com a formação humana e o acesso à cultura geral, de modo que os educandos venham a participar política e produtivamente das relações sociais, com comportamento ético e compromisso político, através do desenvolvimento da autonomia intelectual, social e moral. Segundo parecer do CNE/CEB, o EJA representa: “

[...] uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso a e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas.


Na Educação de Jovens e Adultos caracterizam – se:

1. Classes heterogêneas;
2. Ritmo próprio;
3. Flexibilidade;
4. Avaliação em processo (ideal).

Tomamos como referência alguns eixos temáticos como: Leitura e Escrita; Cultura. Cotidiano da EJA: seus sujeitos e suas práticas educativas, contendo no conteúdo programático os seguintes temas/assuntos:

- A dimensão histórica da EJA: âmbito legal e as práticas cotidianas;
- Os sujeitos da EJA: alunos e professores;
- Os sentidos da Alfabetização/letramento no imaginário dos sujeitos
- Modos de ensinar e aprender a ler e a escrever;
- Proposta curricular da EJA: parte integrante do Projeto político-pedagógico da Escola e os tipos de mudanças e/ou impactos a BNCC (Base Nacional Comum Curricular);
- EJA e o mundo do trabalho;
- Avaliação como parte integrante da aprendizagem, diante da especificidade da modalidade de Educação de Jovens e Adultos, sendo dialógica e processual de cada encontro da formação, buscando identificar os avanços e desafios para reorganização da prática.

A matriz curricular da EJA (presencial) é composta da seguinte maneira:


PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA PAULISTA
ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE GESTORA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
MATRIZ CURRICULAR PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA – 2º SEGMENTO

Vigência: 2024
 Regime: Período semestral
 Dias letivos: 100
 Carga horária semestral: 500 h/a

Turno: Noturno
 Entrada dos alunos: 18h 45m
 Saída: 22h 45 m

ÁREAS DO CONHECIMENTO	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL								CARGA HORÁRIA SEMESTRAL / ANUAL					
		9º TERMO		10º TERMO		11º TERMO		12º TERMO		9º TERMO	10º TERMO	CARGA HORÁRIA ANUAL	11º TERMO	12º TERMO	CARGA HORÁRIA ANUAL
		*P	*D	*P	*D	*P	*D	*P	*D						
LINGUAGENS E CÓDIGOS	LÍNGUA PORTUGUESA	4	0	4	0	4	0	4	0	80	80	160	80	80	160
	INGLÊS	2	0	2	0	2	0	2	0	40	40	80	40	40	80
	ARTE	2	0	2	0	2	0	2	0	40	40	80	40	40	80
	EDUCAÇÃO FÍSICA	2	0	2	0	2	0	2	0	40	40	80	40	40	80
	INFORMÁTICA	2	0	2	0	2	0	2	0	40	40	80	40	40	80
MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	4	0	4	0	4	0	4	0	80	80	160	80	80	160
CIÊNCIAS FÍSICAS E BIOLÓGICAS	CIÊNCIAS	3	0	3	0	3	0	3	0	60	60	120	60	60	120
CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	3	0	3	0	3	0	3	0	60	60	120	60	60	120
	GEOGRAFIA	3	0	3	0	3	0	3	0	60	60	120	60	60	120
TOTAL DE AULAS		25	0	25	0	25	0	25	0	500	500	1000	500	500	1000



PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA PAULISTA
ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE GESTORA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MATRIZ CURRICULAR PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA – 1º SEGMENTO

Vigência: 2024

Regime: Período semestral

Dias letivos: 100

Turno: Noturno

Carga horária semestral: 400 horas.

Início das atividades: 18h

Entrada dos alunos: 19h

Saída: 22h

ÁREAS DO CONHECIMENTO	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL								CARGA HORÁRIA SEMESTRAL / ANUAL					
		1º TERMO		2º TERMO		3º TERMO		4º TERMO		1º TERMO	2º TERMO	CARGA HORÁRIA ANUAL	3º TERMO	4º TERMO	CARGA HORÁRIA ANUAL
		*P	*D	*P	*D	*P	*D	*P	*D						
LINGUAGENS E CÓDIGOS	LÍNGUA PORTUGUESA	6	0	6	0	6	0	6	0	120	120	240	120	120	240
	ARTE	1	0	1	0	1	0	1	0	20	20	40	20	20	40
	INFORMÁTICA	2	0	2	0	2	0	2	0	40	40	80	40	40	80
MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	6	0	6	0	6	0	6	0	120	120	240	120	120	240
CIÊNCIAS FÍSICAS E BIOLÓGICAS	CIÊNCIAS	2	0	2	0	2	0	2	0	40	40	80	40	40	80
CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	2	0	1	0	2	0	2	0	40	20	60	40	40	80
	GEOGRAFIA	1	0	2	0	1	0	1	0	20	40	60	20	20	40
TOTAL DE AULAS		20	0	20	0	20	0	20	0	400	400	800	400	400	800

15.1. Horário - EJA II 2024

AULA	INÍCIO	TÉRMINO
1ª	18h 45 min	19h 30min
Intervalo	19h 30 min	19h 45 min
2ª	19h 45min	20h 30 min
3ª	20h 30 min	21h 15min
4ª	21h 15min	22h
5ª	22h	22h 45min



15.2. Horário - EJA I 2024

AULA	INÍCIO	TÉRMINO
Intervalo	19h	19h 15 min
1ª	19h 20 min	20h
2ª	20h	20h 40 min
3ª	20h 40 min	21h 20 min
4ª	21h 20m	22 h

15.3. Modelo de Documentos:

15.3.1. Modelo do Roteiro para Acompanhamento da Aprendizagem

 Prefeitura de VÁRZEA PAULISTA UNIDADE GESTORA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
EJA I (Educação de Jovens e Adultos)				
Roteiro para acompanhamento da aprendizagem				
CEMEB: _____		Período da atividade: _____		
Professor (a): _____		Termo: _____		
Itens de verificação	Língua Portuguesa	Matemática	História/ Geografia/ Ciências	Artes
Objeto do Conhecimento				
objetivo				
Habilidades desenvolvidas na atividade				
Número de aula equivalente ao objeto do conhecimento e atividades trabalhadas				
Ciente: _____				
Data: ____/____/____				



15.3.2. Modelo de Rotina Pedagógica.



Prefeitura de
VÁRZEA PAULISTA
UNIDADE GESTORA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ROTINAS DA EJA I – TERMO:


CEMEB: _____

PROFESSOR (A): _____ DISCIPLINA: _____ SEMANA DE ___/___/___ a ___/___/___

	Segunda - Feira	Terça - Feira	Quarta- Feira	Quinta - Feira	Sexta - Feira
Objeto de conhecimento					
Habilidades					

COORDENADORA PEDAGOGIA MERI ELEN GUIZE DA SILVA

Data: ___/___/___



Prefeitura de
VÁRZEA PAULISTA
UNIDADE GESTORA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ROTINAS DA EJA II

CEMEB: _____


PROFESSOR(A): _____ DISCIPLINA: _____ SEMANA DE ___/___/___ a ___/___/___

	9º TERMO	10º TERMO	11º TERMO	12º TERMO
SEGUNDA – FEIRA Objeto de conhecimento e habilidades.				
TERÇA - FEIRA Objeto de conhecimento e habilidades.				
QUARTA – FEIRA Objeto de conhecimento e habilidades.				
QUINTA – FEIRA Objeto de conhecimento e habilidades.				
SEXTA – FEIRA Objeto de conhecimento e habilidades.				


Coordenadora Pedagógica Meri Elen Guize da Silva data: ___/___/___



15.3.3. Modelo Plano de Ensino

 Prefeitura de
VARZEA PAULISTA
UNIDADE GESTORA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PLANEJAMENTO - EJA I		ANO: _____			
CEMEB:		DISCIPLINA:			
PROFESSOR (A):					
TERMO:					
PRÁTICAS DE LINGUAGENS	OBJETO DO CONHECIMENTO	HABILIDADES	METODOLOGIA	RECURSOS	AVALIAÇÃO

 Prefeitura de
VARZEA PAULISTA
UNIDADE GESTORA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PLANEJAMENTO - EJA II		ANO: _____			
CEMEB:		DISCIPLINA:			
PROFESSOR (A):					
TERMO:					
UNIDADE TEMÁTICA	OBJETO DO CONHECIMENTO	HABILIDADES	METODOLOGIA	RECURSOS	AVALIAÇÃO



15.3.5. Modelo de Plano de ação Recuperação Contínua


 Prefeitura de
VÁRZEA PAULISTA
UNIDADE GESTORA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PLANO DE AÇÃO PARA RECUPERAÇÃO EJA I ___ SEMESTRE.

CEMEB	
Professor (a)	
Disciplina	
Termo	
Período	

Habilidades:	
Objetivo:	
Objeto de conhecimento:	
Metodologia a ser trabalhada:	
Instrumento de avaliação e acompanhamento da aprendizagem:	
Estratégia de Comunicação engajamento com o estudante:	

Ciente: Coordenadora Meri Elen Guize da Silva
Data: ___/___/___

 Prefeitura de
VÁRZEA PAULISTA
UNIDADE GESTORA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PLANO DE AÇÃO PARA RECUPERAÇÃO EJA II ___ SEMESTRE

CEMEB	
Professor (a)	
Disciplina	
Termo	
Período	

Habilidades:	
Objetivo:	
Objeto de conhecimento:	
Metodologia a ser trabalhada:	
Instrumento de avaliação e acompanhamento da aprendizagem:	
Estratégia de Comunicação engajamento com o estudante:	

Ciente: Coordenadora Pedagógica Meri Elen Guizé da Silva
Data: ___/___/___

15.4. Readequação Curricular EJA I e II



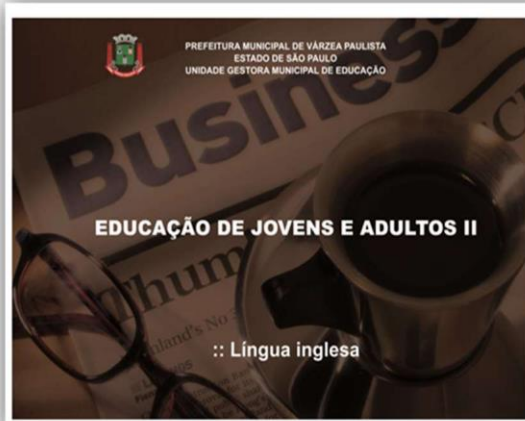
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA PAULISTA
ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE GESTORA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Ciências Naturais – EJA II – TERMO 9º
COMPETÊNCIAS GERAIS ESPECÍFICAS DE CIÊNCIAS NATURAIS

INTRODUÇÃO

Estabelecer competências e habilidades específicas de Ciências na formação de Jovens e Adultos na atual sociedade, onde o avanço tecnológico e científico está sempre em processo acelerado, se faz necessário para a integração do indivíduo com a realidade do mundo e sua relação com o próprio corpo com as culturas espaciais e o meio. Esse currículo na disciplina oferece diretrizes e a organização do aprendizado de acordo com os saberes históricos e os conhecimentos relacionados à experiência da vida do discente em diálogo com a realidade regional.

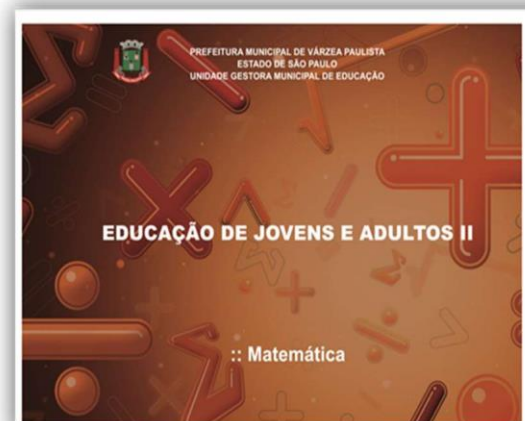
COMPETÊNCIAS GERAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL II	COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE CIÊNCIAS NATURAIS
1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.	1. Compreender conceitos fundamentais e estruturas organizativas das Ciências da Natureza, bem como domínios, processos, práticas e procedimentos de investigação científica, de modo a sentir segurança no debate de questões científicas, tecnológicas, socioambientais e do mundo do trabalho, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.	6. Construir argumentos com base em dados, evidências e informações confiáveis e negociar e defender ideias e pontos de vista que promovam a consciência ambiental e o respeito à si próprio e ao outro, autuando e valorizando a diversidade de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.	7. Conhecer, apreciar e cuidar de si, do seu corpo e bem-estar, compreendendo-se na diversidade humana, tomando as medidas de prevenção e saúde, ressaltando aos conhecimentos das Ciências da Natureza e às suas tecnologias.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA PAULISTA
ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE GESTORA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

LÍNGUA INGLESA – EJA II
COMPETÊNCIAS GERAIS ESPECÍFICAS DE INGLÊS

COMPETÊNCIAS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE INGLÊS – ENSINO FUNDAMENTAL
1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.	1. Identificar o lugar de si e do outro em um mundo plurilíngue e multicultural, refletindo, criticamente, sobre como o aprendizado da língua inglesa contribui para a integração dos sujeitos no mundo globalizado, inclusive no que concerne ao mundo do trabalho.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.	2. Comunicar-se na língua inglesa, por meio do uso variado de linguagens em mídias impressas ou digitais, reconhecendo-a como ferramenta de acesso ao conhecimento e de ampliação das perspectivas e de possibilidades para a compreensão dos valores e interesses de outras culturas para o exercício do protagonismo social.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.	3. Identificar similaridades e diferenças entre a língua inglesa e a língua matemática línguas, articulando-as a aspectos sociais, culturais e identitários, em uma relação intrínseca entre língua, cultura e identidade.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.	4. Elaborar repertórios linguísticos-discursivos da língua inglesa, usados em diferentes países e por grupos sociais distintos dentro de um mesmo país, de modo a reconhecer a diversidade linguística como direito e valorizar as vozes heterogêneas, híbridas e multilínguas emergentes nas sociedades contemporâneas.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.	5. Utilizar novas tecnologias, com novos linguagens e modos de interação, para investigar, selecionar, compreender, produzir e aplicar conhecimentos em português e em inglês, de forma ética, crítica e responsável.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA PAULISTA
ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE GESTORA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MATEMÁTICA – EJA II
COMPETÊNCIAS GERAIS ESPECÍFICAS DE MATEMÁTICA

INTRODUÇÃO

Quando se pensa no ensino de Matemática deve-se considerar o domínio das competências estipuladas pelo BNCC e Currículo Paulista. O cidadão, ao se formar, deverá ter com as competências gerais e específicas atingidas. Estas, por sua vez, de dia em dia pelo desenvolvimento de habilidades. O presente expõe três as habilidades consideradas essenciais para a EJA em Matemática, sabendo que nos períodos de semestre e, portanto, há de ser necessário o uso de adequações das habilidades e suas contextualizações.

COMPETÊNCIAS GERAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL II	COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE MATEMÁTICA
1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.	1. Reconhecer que a Matemática é uma ciência humana. Traz as necessidades e pressões de diferentes culturas, em diferentes momentos históricos, e é uma ciência viva, que contribui para solucionar problemas científicos e tecnológicos e para abarcar descobertas e construções, inclusive com impactos no mundo do trabalho.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.	2. Desenvolver a raciocínio lógico, o espírito de investigação e a capacidade de produzir argumentos convincentes, ressaltando aos conhecimentos matemáticos para compreender e atuar no mundo.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.	3. Compreender as relações entre conceitos e procedimentos das diferentes campos da Matemática (Álgebra, Geometria, Estatística e Probabilidade) e de outras áreas do conhecimento, sentindo segurança quanto à própria capacidade de construir e aplicar conhecimentos matemáticos, desenvolvendo a autoestima e a perseverança na busca de soluções.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das	4. Fazer observações sistemáticas de aspectos quantitativos e qualitativos presentes

16. Modalidade De Ensino Semi Presencial: Educação de Jovens e Adultos (EJA)

A Unidade Gestora Municipal de Educação, no exercício de suas atribuições, apresenta a Educação de Jovens e Adultos – EJA – no Ensino Fundamental da Rede Municipal de Várzea Paulista.

A Educação de Jovens e Adultos, tem como diretrizes:

1. Definição e implementação da política pedagógica própria para a Educação de Jovens e Adultos;
2. Erradicação do analfabetismo em Várzea Paulista, universalização da oferta do Ensino Fundamental para jovens e adultos acima de quinze anos;
3. Expansão, gradativa, de cursos de nível médio para jovens e adultos.

É necessário pensar a Educação de Jovens e Adultos como um modelo pedagógico próprio, a fim de se criar situações para satisfazer as necessidades de aprendizagem dos jovens e adultos.

Ao longo dos anos a procura por esta modalidade de ensino vem sofrendo com a baixa procura, que agravou com a pandemia COVID 19. Com a pandemia muitos se afastaram da escola, ou por medo de contrair a COVID ou foram em busca de emprego, sendo esses os principais motivos para evasão escolar, com isso, vimos a necessidade de ofertar mais uma oportunidade para aqueles que não concluíram seus estudos no tempo certo.

Diante desta análise, a UGME IMPLANTOU A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS SEMI

PRESENCIAL que na sua essência aponta soluções para a problemática apresentada, contendo a organização e funcionamento:

- Flexibilização do tempo do educando;
- Reorganização do tempo do educador;
- Flexibilização da carga horária anual;
- Organização curricular por áreas do conhecimento;
- Metodologia e ações que atendam às necessidades de aprendizagem;
- Processo avaliativo capaz de diagnosticar as dificuldades e possibilidades do educando e do educador, reorientando o processo educativo.



Diante disso, a UGME propõe A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS SEMI PRESENCIAL que na sua essência aponta soluções para a problemática apresentada, contendo na organização e funcionamento:

- Flexibilização do tempo do educando;
- Reorganização do tempo do educador;
- Flexibilização da carga horária anual;
- Organização curricular por áreas do conhecimento;
- Metodologia e ações que atendam às necessidades de aprendizagem;
- Processo avaliativo capaz de diagnosticar as dificuldades e possibilidades do educando e do educador, reorientando o processo educativo.

17. A EJA Semi Presencial -2024

Na rede municipal de Várzea Paulista, temos as duas (02) modalidades a presencial e a semi presencial de modo a atender todas especificidades de cada munícipe que busca a escolaridade nesta modalidade.

Semi – Presencial – será de 80% da grade curricular em local de livre escolha do aluno e 20% Presencial, ou seja, na EJA I, deverá ser cumprido 352h não presencial e 88h presencial, EJAII – 400h não presencial e 100 presencial.

A Educação de Jovens e Adultos na modalidade semi presencial, a carga horário presencial será utilizada pelo aluno (a) para sanar dúvidas e avaliações presenciais.

As atividades serão disponibilizadas na Plataforma Educacional e para aqueles que não tem acesso a tecnologias a Unidade Gestora Municipal de Educação fornecerá a impressão para que todos tenham acesso ao material pedagógico.

Será disponibilizado uma grade horária de plantão de professores para que os alunos possam ter mais um momento para sanar suas dificuldades, com objetivo principal criar oportunidades de alfabetização a todos jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso ou permanência na educação fundamental.



17.1. A matriz curricular da EJA (semi presencial)

A matriz curricular da EJA (semi-presencial) é composta da seguinte maneira.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA PAULISTA
ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE GESTORA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MATRIZ CURRICULAR PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA – 2º SEGMENTO
SEMI PRESENCIAL

Vigência: 2024
Regime: Período semestral
Dias letivos: 100
Carga horária semestral: 400 h/a
Distância: 320 h/a Presencial: 80 h/a

Turno: Plantões diurno e noturno.
* Distância / Presencial.

ÁREAS DO CONHECIMENTO	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL				CARGA HORÁRIA SEMESTRAL / ANUAL					
		9º TERMO	10º TERMO	11º TERMO	12º TERMO	9º TERMO	10º TERMO	CARGA HORÁRIA ANUAL	11º TERMO	12º TERMO	CARGA HORÁRIA ANUAL
		*D / P	*D / P	*D / P	*D / P						
LINGUAGENS E CÓDIGOS	LÍNGUA PORTUGUESA	5	5	5	5	100	100	200	100	100	200
	INGLÊS	2	2	2	2	40	40	80	40	40	80
MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	5	5	5	5	100	100	200	100	100	200
CIÊNCIAS FÍSICAS E BIOLÓGICAS	CIÊNCIAS	3	3	3	3	60	60	120	60	60	120
CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	3	3	3	3	60	60	120	60	60	120
	GEOGRAFIA	2	2	2	2	40	40	80	40	40	80
TOTAL DE AULAS		20	20	20	20	400	400	800	400	400	800

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA PAULISTA
ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE GESTORA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MATRIZ CURRICULAR PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA – 1º SEGMENTO
SEMI PRESENCIAL

Vigência: 2024
Regime: Período semestral
Dias letivos: 100
Carga horária semestral: 400 horas
Distância: 320 h/a – Presencial: 80h/a

Turno: Diurno e noturno

ÁREAS DO CONHECIMENTO*	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL				CARGA HORÁRIA SEMESTRAL / ANUAL					
		1º TERMO	2º TERMO	3º TERMO	4º TERMO	1º TERMO	2º TERMO	CARGA HORÁRIA ANUAL	3º TERMO	4º TERMO	CARGA HORÁRIA ANUAL
		*D / P	*D / P	*D / P	*D / P						
LINGUAGENS E CÓDIGOS	LÍNGUA PORTUGUESA	7	7	7	7	140	140	280	140	140	280
MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	7	7	7	7	140	140	280	140	140	280
CIÊNCIAS FÍSICAS E BIOLÓGICAS	CIÊNCIAS	2	2	2	2	40	40	80	40	40	80
CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	2	2	2	2	40	40	80	40	40	80
	GEOGRAFIA	2	2	2	2	40	40	80	40	40	80
TOTAL DE AULAS		20	20	20	20	400	400	800	400	400	800

* Distância/ Presencial

18. Atendimento Educacional Especializado (AEE)

“Assegurar que todos os estudantes têm acesso à educação de qualidade também é reconhecer o intrínseco valor da diversidade e o respeito pela dignidade da pessoa humana (UNESCO, 2015a)”.

A Unidade Gestora Municipal de Educação considera a implantação da política inclusiva como garantia a igualdade de oportunidades e acesso a um ambiente educativo que atenda a diversidade de necessidades dos alunos, voltada a cooperação, participação e envolvimento no âmbito escolar, comunidade e demais setores.

A inclusão se efetiva quando há o envolvimento de todos, profissionais da educação, familiares, alunos, comunidade e demais setores que realizam o acompanhamento. Consideramos que neste processo, a Educação é a porta de entrada e em nome da Prefeitura Municipal de Várzea Paulista e Unidade Gestora Municipal de Educação temos uma imensa confiança nestes profissionais, para a realização deste feito. Sabemos que é um desafio, mas com determinação e competência, avançaremos para uma Educação Inclusiva de qualidade e equidade.

Incluir todos os estudantes e promover a equidade com a garantia de que cada sujeito tenha uma oportunidade igual e adequada ao seu pleno desenvolvimento e evidencie o progresso da educação se apresenta como um desafio para a Rede Municipal de Educação. Destacamos empenho e esforços para expandir o acesso à educação básica e ações para minimizar barreiras físicas, relacionais e de aprendizagem para garantir que todos os estudantes possam usufruir de um ambiente acolhedor, seguro e inclusivo.

Nesta perspectiva é que a Unidade Gestora Municipal de Educação elaborou um Manual de Apoio Escolar para Educação Inclusiva que propõe apoiar os Centros Municipais de Educação e, dessa forma, organizar procedimentos, favorecer a organização das ações e estratégias de aprendizagem e resultados, e garantir que todos os profissionais, estudantes e famílias sejam valorizados e envolvidos igualmente no processo educacional contribuindo para uma educação efetivamente inclusiva. Este documento traz as orientações completas sobre os tópicos que seguem:

- Público alvo do AEE;
- Matrículas no AEE;
- Dos Professores Polivalentes atuantes nas salas de AEE;
- Organização Semanal;
- Sobre a Lei nº 2.508 de 16 de julho de 2021 – prioridade de vagas;

- Organização dos Polos de Atendimento;
- Organização das salas de Recursos Multifuncional;
- Atribuições do Professor;
- Procedimentos para encaminhamento ao AEE;
- Procedimentos posteriores ao encaminhamento.

Acessem o Manual: *Manual de Apoio Escolar para Educação Inclusiva* pelo Drive:
<https://drive.google.com/drive/folders/1j6aPCenoTybsTQAPPIId8nYVQp0BNjBzp?usp=sharing>

19. Centro de Orientação Educacional (C.O.E.)

COE – Centro de Orientação Educacional do Município de Várzea Paulista constitui-se em um projeto de caráter multidisciplinar, composto por profissionais com formação em Psicologia, Pedagogia, Psicopedagogia e Fonoaudiologia, com atuação voltada para o contexto educacional da Rede Municipal de Educação.

O atendimento oferecido tem por finalidade a promoção da melhoria da qualidade do processo de ensino e de aprendizagem e ocorre tanto de forma individual quanto em grupos para os alunos matriculados e frequentes nas salas regulares de ensino do município.

A interface com as Unidades Escolares do Município é feita por meio de agendamento para orientação aos profissionais de educação e objetiva promover o apoio necessário que favoreça a socialização, participação e aprendizagem dos alunos, bem com o estreitar as relações entre as Unidades Escolares da Rede e o COE.

Enfatizamos que será público alvo do COE alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem e que estejam inseridos em projetos de reforço na U.E. exceto nos casos que seguem:

- Para psicopedagogia

Crianças da Educação Infantil (Creches, Maternal I e II, Etapa I e II).

Alfabetizados com capacidade para produzir e compreender pequenos textos, de acordo com o esperado para cada série/ano escolar.

- Para fonoaudiologia

Crianças da Creche, Maternal I e II, e Etapa I.

Que apresentam alteração de voz, faciais e de gagueira.

Que possuam laudo de alteração do Processamento Auditivo.

- Para psicologia

Que apresentam questões comportamentais/emocionais relacionadas às questões familiares e sem comprometimento da aprendizagem.

- Para qualquer especialidade (psicologia/fonoaudiologia/psicopedagogia):
 - Que não estejam em Reforço Escolar e/ou Projetos de aceleração da Unidade Escolar;
 - Que não sejam frequentes na sala regular;
 - Que apresentam questões sociais e/ou econômicas associadas (CRAS). Que apresentam questões de violação de direitos associados (CREAS). Faltantes e com questões pertinentes ao Conselho Tutelar;
 - Que apresentam questões relacionadas à Saúde (UBS) ou que estejam em processo de avaliação (exemplo: em avaliação na APAE).

O encaminhamento para análise da Equipe do COE é uma das ações da Escola para melhoria do desempenho do aluno em sala de aula e se dá pela adesão espontânea do responsável pela criança que deve se comprometer a leva-la aos atendimentos semanais na UGME, no contra turno do horário de aula, por tempo determinado pelo profissional do COE.

Lembrando que a parceria entre a família, a professora de sala e o profissional que atende a criança no COE é imprescindível para o sucesso do trabalho que será proposto.

Procedimentos anteriores ao encaminhamento:

- Professores: Detectar casos de dificuldade de aprendizagem e ou de alterações na fala que já foram esgotadas todas as possibilidades de trabalho na Unidade Escolar, incluindo o Plano da Unidade e o Plano de Reforço específico com o (a) aluno (a) e que mesmo assim não houve avanço, compartilhar/analisar o caso com o Coordenador (a)/Diretor (a) e registrar as ações/intervenções realizadas no Encaminhamento para o COE (Doc. anexo);
- Gestores/Professores: Convocar os responsáveis/pais para levantamento de dados e descartar outros problemas que podem estar implicando na aprendizagem do (a) aluno (a) no momento, bem como descartar questões médicas, caso a criança já esteja em acompanhamento com algum profissional. Registrar no Encaminhamento para o COE;

- Gestores/Professores: Se detectada a necessidade de encaminhamento, orientar os responsáveis/pais sobre o trabalho desenvolvido na Unidade Escolar e que o encaminhamento para análise da Equipe do COE é uma das ações da Escola para melhoria do desempenho escolar do filho. Explicar o que é o projeto do COE;
- Registrar na Declaração de Autorização de Encaminhamento (Doc. anexo) se ele concorda ou não com este encaminhamento, caso concorde, orientar que um profissional do COE entrará em contato por telefone no número indicado por ele, portanto é importante manter o número de telefone atualizado na Escola e no COE.

Procedimentos para encaminhamento:

- A Equipe Gestora da Unidade Escolar deve fazer o levantamento dos casos e entregar os Encaminhamentos durante o primeiro semestre do ano letivo, sendo que a data limite para entrega de Encaminhamentos será sempre o último dia do mês de agosto do ano letivo, exceto alunos dos quintos anos que devem ser encaminhados até o último dia do mês de abril impreterivelmente;
- Orientar os professores sobre o preenchimento do Relatório de Encaminhamento conforme modelo anexo. Atentar-se para o preenchimento de todos os campos a fim de evitar devolução e atraso. Anexar Declaração de Autorização de Encaminhamento (assinado pelo responsável do aluno) e uma produção/atividade legível e recente do (a) aluno (a);
- Assim que concluir os procedimentos anteriores e com os Encaminhamentos em mãos, o (a) Gestor (a) deverá trazer para análise da Equipe do COE, A/C Pedagoga Sandra, na Unidade Gestora Municipal de Educação. Em caso de dúvidas: e-mail para contato: equipecoevp@gmail.com ou telefone: 4596-9027 exclusivo aos gestores das Unidades Escolares;
- A Equipe Gestora da Unidade Escolar poderá solicitar/agendar uma visita para discussão dos casos da sua Unidade com a Pedagoga do COE ou outro profissional se necessário;
- O contato com o COE se dá pelo (a) Coordenador (a) Pedagógico (a) quando houver, com o (a) Diretor (a) ou Vice-diretor (a) da Unidade e serão registrados em Ata da UGME/COE. De acordo com a necessidade, a observação do (a) aluno(a) e a conversa com o professor (a) também poderá ser solicitada.

Procedimentos posteriores ao encaminhamento:

- No COE os encaminhamentos são registrados por Unidade Escolar e passam por análise dos profissionais de acordo com a ordem de chegada em Reunião de Equipe semanal;
- De acordo com a agenda de cada profissional é agendado com o responsável pela criança uma triagem/anamnese e acordado compromisso de comparecimento nos dias e horários determinados. Os responsáveis são orientados da importância do acompanhamento e que se houver duas faltas consecutivas injustificadas ou cinco faltas injustificadas durante o semestre perderão a vaga;
- Caso ocorra por parte dos pais/responsáveis desistência ou negação em trazer a criança aos atendimentos no COE, encaminharemos para a Unidade Escolar a Planilha atualizada informando a perda da vaga. Neste caso, os responsáveis deverão assinar a Declaração de Desistência na Unidade Escolar. (Doc. Anexo) caso não o tenham feito no COE;
- Registrar/anexar relatórios do COE na ficha que acompanha o portfólio do (a) aluno (a) o atendimento quando houver, assim como a desistência se for o caso;
- A qualquer momento do processo de atendimento os professores/gestores dos alunos atendidos no COE poderão solicitar informações por telefone ou agendar horário com os profissionais para esclarecimentos sobre o trabalho desenvolvido e troca de informações;
- Será enviada, por Unidade Escolar, Planilha atualizada do COE para acompanhamento dos casos em atendimento da seguinte forma: nos meses de março (alunos que permaneceram do ano anterior) e outubro (alunos que foram encaminhados até último dia de agosto) ou a qualquer momento se solicitado pelo gestor da unidade;
- Relatórios Finais caso haja alta ou desistência do atendimento poderão ser solicitados pelos gestores a qualquer momento na UGME/COE para que todos os envolvidos na U.E. compartilhem dessas informações e em caso de dúvidas poderão ligar para o COE;
- Relatórios Anuais, referente aos alunos do ano V poderão ser retirados pelos gestores a partir da última semana de novembro do ano letivo.

Observações gerais:

- Relatórios em geral não devem ser entregues para pais ou responsáveis, é um documento entre serviços. Caso os responsáveis levem solicitação por escrito de médicos ou profissional particular, a Unidade Escolar poderá fornecer relatório do (a) professor (a) e guardar nos arquivos dos alunos a solicitação e a cópia do relatório entregue;
- Caso os responsáveis solicitem relatório do profissional do COE, este deve ser orientado a procurar o serviço do COE para tal;
- O professor/gestor não deve solicitar aos pais relatório do COE, pois este procedimento é interno e deve ser solicitado diretamente ao COE;
- Casos de solicitação médica de qualquer serviço do município ou mesmo particular devem ser analisados na Unidade Escolar se a criança atende os critérios de encaminhamento para o COE, caso atenda a professora deve fazer o encaminhamento como qualquer outra criança e a cópia do pedido deve ser anexado, caso não atenda os responsáveis devem ser orientados a buscar o atendimento novamente na saúde;
- Os gestores devem ficar sempre com cópias das solicitações médicas, nunca como original, pois esta documentação pertence aos pais e não a Unidade Escolar.

20. Reunião de Rede

No ano de 2013 a Unidade Gestora Municipal de Educação implantou a “Reunião de Rede”. Esta reunião envolve diferentes setores de atendimento da rede municipal de Várzea Paulista: Conselho Tutelar, CREAS (Centro Especializado de Assistência Social), CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), C.O.E. (Centro de Orientação Especializado), APAE, CAPSI (Centro de Atendimento Psicossocial Infantil) e Unidade Escolar (Gestor e professores(as)).

A Reunião de Rede surgiu como uma proposta de acompanhamento do desenvolvimento da criança na área educacional, social, física e familiar; tem como objetivo direcionar atendimento e suporte para o(a) aluno(a) da Rede Municipal, de acordo com a demanda apresentada no contexto escolar.

Essas reuniões são mediadas e viabilizadas pela Unidade Gestora Municipal de

Educação e Equipe da Coordenação Pedagógica que, em conjunto com os demais setores, organiza estratégias, visitas e outros encaminhamentos de acordo com a necessidade de cada caso apresentado pela Unidade Escolar, considerando as variáveis que incidem na situação conflituosa que a criança vivencia.

Os atendimentos são direcionados por meio da autorização dos pais ou responsáveis pelo aluno e são acompanhados pelos setores, considerando-se as especificidades e necessidades de cada caso.

21. Atividades Complementares e Programas

A Unidade Gestora Municipal de Educação diante de suas atribuições desenvolve/orienta e acompanha as Unidades Escolares na formulação de seus objetivos educacionais e no planejamento das atividades complementares tendo como objetivo a intencionalidade pedagógica.

De maneira a garantir a participação dos alunos diante de um acompanhamento efetivo alinhado a Proposta Curricular do Município e a BNCC, as atividades complementares são direcionadas/desenvolvidas no período regular de aula, possibilitando a participação de todos os alunos.

Vale ressaltar que os direcionamentos da UGME estão alinhados a diretriz e aos princípios educacionais, conforme segue:

- a. **Desenvolvimento Holístico:** A diretriz deve enfatizar a importância de abordar o desenvolvimento holístico dos alunos. Isso significa considerar não apenas seu desempenho acadêmico, mas também seu desenvolvimento social, emocional, físico e criativo;
- b. **Diversificação de Habilidades:** As atividades complementares devem ser escolhidas de forma a diversificar as habilidades dos alunos. Isso pode envolver a oferta de atividades esportivas, artísticas, culturais e intelectuais, de modo a atender a diferentes interesses e talentos;
- c. **Inclusão e Acessibilidade:** A diretriz deve enfatizar a inclusão de todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou interesses. Deve-se garantir que as atividades estejam acessíveis a todos e que sejam oferecidas opções que atendam às necessidades de diferentes alunos.;

- d. Desenvolvimento de Valores e Habilidades Sociais: As atividades complementares podem ser uma oportunidade para desenvolver valores como trabalho em equipe, respeito, liderança e cooperação. Elas também podem ajudar os alunos a desenvolver habilidades sociais importantes, como comunicação e resolução de conflitos;
- e. Enriquecimento Cultural e Criativo: A diretriz pode enfatizar o enriquecimento cultural e criativo dos alunos, promovendo atividades que os exponham a diferentes formas de arte, música, dança, teatro e outras expressões culturais;
- f. Vínculo com os Objetivos Curriculares: Embora as atividades complementares sejam distintas das aulas regulares, a diretriz pode destacar a importância de relacionar essas atividades com os objetivos curriculares, de modo a criar uma experiência educacional mais coesa e integrada;
- g. Avaliação e Feedback: A diretriz deve considerar a importância da avaliação das atividades complementares. Os educadores devem acompanhar o progresso dos alunos e coletar feedback para garantir que as atividades estejam atingindo os objetivos estabelecidos.

21.1. Programas

Os programas educacionais consistem em um conjunto de ferramentas que visam aperfeiçoar o processo de ensino aprendizagem nas escolas por meio de ações práticas aplicadas no dia a dia em sala de aula, ou seja, são inseridos no currículo, planejamento e rotinas.

Mais do que conduzir e comunicar conhecimento, a escola tem o papel de contribuir com o desenvolvimento humano e integral dos estudantes. A melhor maneira de fazer isso é através de programas educacionais, pois contribuem para a evolução emocional, social e cognitiva, estimula a continuidade dos estudos nas escolas, desenvolve a empatia, autocontrole, entre outras habilidades relacionadas ao emocional.

A dimensão do potencial de um programa educacional vai além de resultados, há benefícios a longo prazo, como aproveitamento significativo do ensino, redução do índice

de bullying, desenvolvimento de relações intrapessoais e interpessoais mais saudáveis, favorece criatividade e autoestima dos alunos, apoio a gestão de tempo, modera conflitos dentro e fora da escola, melhora comunicação, colabora para um ambiente escolar saudável e acolhedor.

21.2. O Plano Municipal Da Primeira Infância

O PMPI é um instrumento político e técnico que possibilita fazer investimentos na primeira infância de forma prática e concreta, com resultados possíveis de serem medidos.

Para elaborar o PMPI, é fundamental que o município lance um novo olhar para suas crianças, de modo a enxergar bem além do que parece óbvio. Essa análise mais profunda permitirá entender as necessidades reais da população – em especial, das crianças de 6 anos.

A criança não é um adulto em miniatura, nem um adulto em gestação, mas um ser em formação – cada um com seu jeitinho, personalidade e necessidades próprias. Todas as experiências pelas quais a criança passa desde seu nascimento contribuem para formar o que ela sabe e o que ela é.

Por trás da concepção de um PMPI, estão algumas questões que devem ser consideradas:

- A criança é um ser por inteiro, uma cidadã, com direitos individuais e coletivos; logo, ouvir as crianças, conhecer seus anseios, o que pensam e o que desejam para sua cidade, é fundamental;
- O Plano de seu município pode e deve estar relacionado com o Plano de seu estado, caso ele já tenha sido elaborado, mas sem deixar de focar nas questões específicas locais;
- O Plano deve contemplar todas as crianças e todas as infâncias, sem excluir nenhuma e respeitando suas diferenças – moradora da área urbana ou rural; indígena, quilombola ou ribeirinha; portadora de alguma doença ou deficiência, entre outros aspectos;
- O processo deve envolver e contar com a participação dos vários setores da administração pública que prestem serviço às crianças e suas famílias, como as Unidades Gestoras de Educação, Saúde, Desenvolvimento Social. Também é importante ter a participação da Unidade Gestora de Planejamento e/ ou de Finanças, para garantir a inclusão da primeira infância no orçamento público;

- De preferência, deve-se incluir, em um único Plano, todos os direitos da criança;
- É essencial contar com ampla participação social nos diversos momentos de elaboração, ou seja, deve-se convidar a comunidade para ajudar a construir o Plano do município.

O Comitê do SPPI de Várzea Paulista recebeu, no dia 18/10/2022 a Sra Graciela Moraes e a articuladora do Programa São Paulo Pela Primeiríssima Infância em Itupeva, Sra Rosângela Veronezze, para compartilharem a experiência desse município no processo de construção do Plano Municipal pela Primeira Infância. A iniciativa dos membros do Comitê de Várzea visa aprimorar e potencializar as ações já realizadas na direção da concretização do PMPI, em nosso município. Estiveram presentes os gestores das pastas da Saúde, Educação e Desenvolvimento Social a fim de se apropriarem do processo e da importância da construção do PMPI.

O próximo passo é instituir a Comissão de Elaboração do Plano, por meio de Decreto do Prefeito Municipal.

21.2.1. Programa Primeiríssima Infância

O que é o Programa?

O Programa São Paulo pela Primeiríssima Infância foi desenhado sob a premissa de que a promoção ao desenvolvimento da criança em todo o seu potencial (saúde, aprimoramento das ações de prevenção de agravos e apoio às gestantes) são objetivos que, além de reduzirem a mortalidade infantil, apontam para o compromisso de se prover qualidade de vida, a melhoria de todo o curso social do município.

A Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV) celebraram o Convênio nº 150/2012 em 13 de dezembro de 2012 (fls.140 a 144), com vigência de sessenta meses, com o objetivo, mediante a conjugação de esforços dos convenentes, de viabilizar a execução das ações contidas no Programa - São Paulo pela Primeiríssima Infância, em regiões pré-estabelecidas no Estado.

As intervenções pensadas pelo Programa viabilizam a integração das três áreas de atendimento à Primeira Infância: Saúde, Educação e Desenvolvimento Social. Para isso, é

necessário investir em um Modelo de Mudança que contemple uma estrutura de governança, através da criação de um Comitê Gestor Municipal com a participação de representantes das áreas de atendimento à criança pequena, de ONGs, Universidades, dentre outros. Dessa forma, o plano de ação, as estratégias, metas e demais ações do Programa são amplamente discutidos, compartilhados e definidos com base em uma participação democrática e transparente.

O programa tem 6 grandes objetivos:

- Apoiar a construção da linha de cuidado da criança para nortear as ações de articulação em rede para todo o Estado de São Paulo, incorporando os elementos constitutivos da integralidade na promoção do desenvolvimento infantil;
- Estimular e desenvolver governança local para construir políticas públicas integradas, que priorizem a promoção do desenvolvimento infantil garantindo a institucionalização de uma prática sustentável e de qualidade;
- Qualificar o atendimento das gestantes e crianças de zero a três anos nos serviços de Saúde, Educação Infantil e Desenvolvimento Social;
- Mobilizar e sensibilizar as comunidades locais para a importância da atenção à Primeira Infância;
- Criar e aplicar o Índice Paulista de Atenção à Primeira Infância (IPPI) para monitoramento da atenção à primeira infância no estado. Este índice será desenvolvido pela Fundação SEADE, em parceria SES e com a FMCSV. O objetivo é que o IPPI seja adotado como política pública pelo Governo do Estado de São Paulo;
- Avaliar, sistematizar e disseminar o conhecimento gerado durante a experiência para a aplicação, em escala, por outros municípios.

O Programa propõe um modelo de mudança no município para que todo o sistema (do gestor e profissionais às famílias e sociedade como um todo) construa outro olhar e assumam uma nova postura com relação à Primeira Infância.

Para isso, seus objetivos estão relacionados à 4 eixos de atuação:

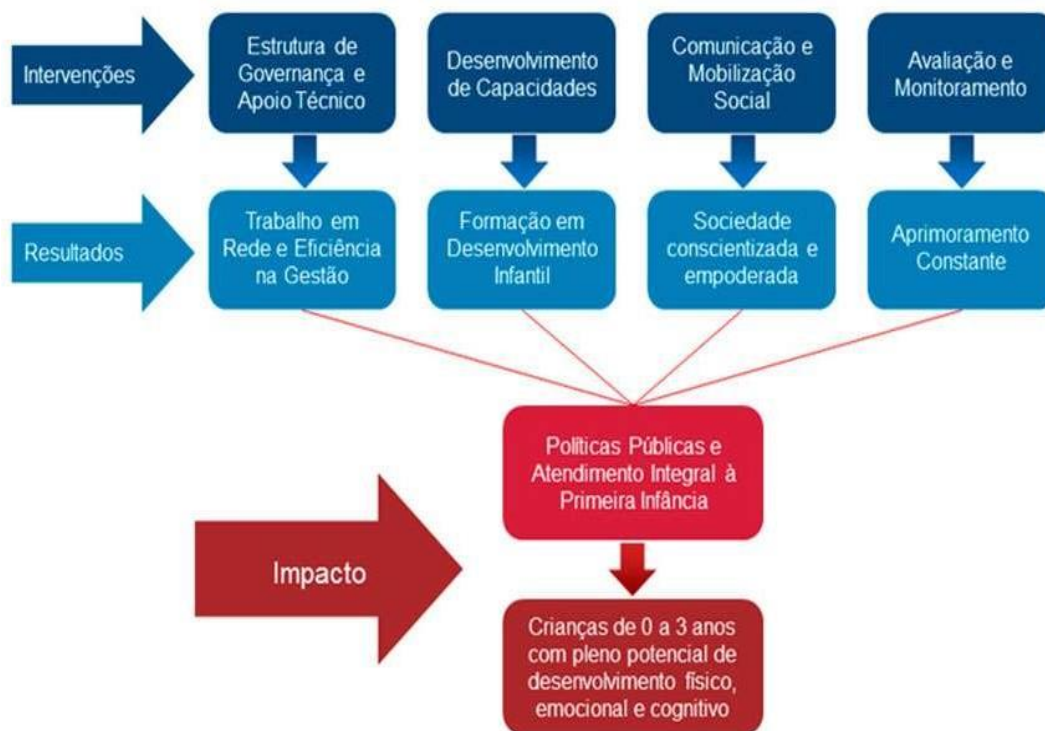
***Estrutura de governança** - criação de um Comitê Gestor Municipal para garantir a implementação e sustentabilidade do Programa. O grupo é formado por gestores e técnicos das secretarias da Saúde, Educação e Desenvolvimento Social e representantes da

sociedade civil para planejar e definir prioridades, articular as ações entre os diversos setores da sociedade, monitorar e avaliar o Programa. Para isso escolhe um articulador, responsável em coordenar o desenvolvimento do Programa Primeiríssima Infância no município e integrar o trabalho do Comitê. Para qualificar a atuação da Governança, o grupo participa de oficinas de apoio técnico, semestrais, com o objetivo de desenvolver habilidades relacionadas à gestão.

***Desenvolvimento de capacidades** - oficinas de formação destinadas aos profissionais da rede. Abordam temas como: pré-natal e puerpério ampliados; grupos de famílias grávidas e com crianças de até três anos; espaços lúdicos; educação infantil de zero a três anos; humanização do parto e nascimento; puericultura ampliada.

***Comunicação e mobilização social** - produção de materiais de comunicação, campanhas de mídia e nas redes sociais, eventos e seminários. Uma das ações adotadas pelos municípios parceiros, que favorece o trabalho intersetorial das áreas de atendimento, é a Semana do Bebê com atividades voltadas às gestantes, crianças pequenas e suas famílias, envolvendo toda a comunidade.

***Avaliação e monitoramento** - Antes do início das atividades, o Programa realiza uma avaliação da linha de base do município ou região para definir qual é o cenário atual de atenção às gestantes e crianças pequenas e orientar o processo de implantação, servindo de parâmetro a outras avaliações. A publicação 'Programa Primeiríssima Infância: Estratégias para qualificar a atenção à criança pequena' possui mais informações sobre este tema nos municípios parceiros.



MODELO DE MUDANÇA PROPOSTO

Fonte: <http://www.saude.sp.gov.br/ses/perfil/profissional-da-saude/areas-tecnicas-da-sessp/saude-da-crianca/sao-paulo-pela-primeirissima-infancia>

A. Ações Do Programa Em 2023

Fomentar ações promotoras do desenvolvimento infantil são as premissas do Programa São Paulo pela Primeiríssima Infância (SPPI) no Município de Várzea Paulista. No ano de 2023 como compromisso, o Comitê Municipal da Primeiríssima Infância, ativo e intersetorial (Educação, Saúde e Desenvolvimento Social), promoveu ações que propiciaram a sensibilização dos profissionais e da comunidade no acesso aos equipamentos, conhecimentos e orientações essenciais para a promoção do desenvolvimento integral das gestantes, puérperas e bebês.

Desde 2014, são realizadas no município formações com foco no desenvolvimento infantil. Na tabela abaixo, constam as principais ações realizadas durante o ano de 2023. Ações que evidenciam o envolvimento de crianças, servidores públicos municipais e comunidade visando o pleno desenvolvimento das crianças varzinas de 0 a 3 anos.

Ações realizadas no ano de
2023

22 a 26 de maio	<p><u>Semana Mundial do Brincar</u> - Com o tema: “A NATUREZA NO BRINCAR”. O brincar livre é uma maneira de se relacionar com a natureza e de construir uma relação de respeito com ela. Entendemos que a criança é natureza, que todos os seres humanos de todas as idades são natureza, e o brincar é, também como a criança convive e se relaciona com os outros. Ação se deu com a participação das Unidades CEMEB’s de Creches, UBS’s, CREAS E CRASS, voltadas as atividades lúdicas e brincadeiras diversificadas;</p>
31 de julho a 5 de agosto	<p><u>Semana do Bebê</u> - Com o tema central: “Apoie a Amamentação: faça a diferença para mães e pais que trabalham!”. Nossa frase de impacto foi: “Trabalhar e Amamentar: um investimento de amor”, com o intuito de divulgar, incentivar e informar as pessoas sobre a amamentação; A Semana também contou com a Abertura Municipal, reunindo os Gestores das Pastas envolvidas e Autoridades, bem como o Comitê Gestor pela Primeiríssima Infância, a Ação foi pautada na Palestra didática e técnica com destaque a importância do aleitamento materno e ações para as mães que trabalham amamentarem adequadamente; Durante a Semana foram realizadas atividades diversificadas nas CEMEB’s de Creches, UBS’s e CRAS, para as famílias assistidas; Finalizamos a Semana com a Caminhada do Bebê no Complexo Kim Nozaki, contando com atrações culturais, brinquedos infláveis, circuito de brincadeiras, exposição de trabalhos desenvolvidos nas Creches, pipoca e algodão doce. A população prestigiou o evento e também participaram de oficinas de pintura no rosto, leitura, desenhos e música, receberam orientações de nutrição, amamentação e Programas do Desenvolvimento Social.</p>
19 de	<p><u>Receituário do Brincar</u> - Projeto Implantado em Várzea Paulista é citado em Conferência no EUA – Dentre as ações do Programa, o Receituário do Brincar consiste na prescrição de brincadeiras e práticas de cuidados com as crianças, leituras, atividades físicas, lúdicas, e alimentação saudável.</p>

Dezembro 2023

Projeto Rede à Tempo: MONITORAMENTO INTERSETORIAL DE ALERTAS EM TEMPO REAL DAS ADVERSIDADES DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL.

Ferramenta intersetorial que aborda a atenção à primeira infância e ser prioridade nas políticas públicas brasileiras. Este período estabelece as bases para a saúde, bem-estar, aprendizagem e produtividade ao longo da vida e representa uma fase de grande suscetibilidade às influências ambientais que ameaçam o desenvolvimento na primeiríssima infância, cenários que envolvem a extrema pobreza, a falta de segurança pública, iniquidades de gênero, violência, toxinas ambientais e problemas de saúde mental, podem afetar tanto as crianças quanto os seus cuidadores, é crucial não apenas para o desenvolvimento individual das crianças, mas para o crescimento do país e a redução da desigualdade social. (AGUARDANDO TERMO DE ACORDO FORMALIZADO PELO INSTITUTO PRIMEIROS ANOS);

Oficina de Apoio Técnico Regional – Membros do comitê Gestor Municipal da Primeiríssima Infância de Várzea Paulista participou da oficina de apoio Técnico realizada pelo Comitê Regional da Primeiríssima Infância, no auditório do Parque da Cidade de Jundiaí, com o objetivo de alinhar as ações a serem desenvolvidas pelos Comitês Municipais para a Abertura da Semana do Bebê de 2024. Como eixo de mobilização social na Primeiríssima Infância, nosso Comitê, juntamente com o Comitê de Morungaba, apresentou os conceitos chave sobre a Semana do Bebê, bem como a dinâmica do laço; Participaram das oficinas: os integrantes dos Comitês Municipais do SPPI, articuladoras, integrantes e colaboradores do Comitê Regional. Os temas apresentados foram:

- Conceito da Semana do Bebê. O que é? Qual a sua proposta e objetivos? (Morungaba e Várzea Paulista);
- História da Abertura da Semana do Bebê Regional. (Itupeva e Itatiba);
- A Semana do Bebê como eixo de mobilização social do SPPI. (Cabreúva e Campo Limpo);
- Semana Mundial do Aleitamento Materno conexão e interação com a Semana do Bebê. (Louveira e Jarinu); Mobilização para além da Semana do Bebê. (Jundiaí e Comitê Regional).

21.3. Programa de reforço, recuperação e consolidação da aprendizagem

O Programa foi instituído no município de Várzea Paulista - SP através da Resolução nº 02 de 09 de setembro de 2021. A mesma traça diretrizes e orienta a aplicação, não sendo facultativo nas Unidades Escolares.

O objetivo do Programa de reforço, recuperação e consolidação da aprendizagem é ofertar atividades e ações complementares ao trabalho desenvolvido pelo professor nas situações de aprendizagem ocorridas de forma presencial e não presencial aos estudantes da rede pública municipal, para que tenham oportunidades de retomar seu engajamento com os estudos, reforçar e recuperar aprendizagens essenciais.

O público alvo do Programa são os alunos regularmente matriculados no Ensino Fundamental, que deverão ser definidos pelo grupo gestor das Unidades Escolares em parceria com os professores. Portanto, devem considerar as dificuldades de aprendizagem, bem como, o grupo que serão inseridos.

Esta ação será ofertada no período de aula, considerando que a participação deverá ocorrer no horário diverso das aulas das disciplinas específicas.

Sendo assim, o acompanhamento e o registro da participação nesta ação deverão ser documentados com a finalidade de avaliar a necessidade de continuidade ou direcionamento para outro grupo.

As turmas do Programa serão atribuídas para Professores Polivalentes contratados, para atuarem exclusivamente nesta ação. Os professores terão carga horária de 32 horas semanais, sendo 21 com alunos.

Terá prioridade no atendimento os alunos de Anos 3 e 5. Os Anos 1 e 2 contemplados no Programa Tempo de Aprender não serão incluídos no Programa de Reforço, até o seu encerramento.

As ações planejadas e registradas (Planos de aula, atividades realizadas, análise do desempenho e participação do aluno, avaliação e acompanhamento/com registro dos avanços e intervenções necessárias) deverão ser acompanhadas pelas Unidades Escolares.

As ações pedagógicas devem contemplar metodologias ativas, com foco no desenvolvimento de Projetos, com a utilização de jogos diversos, contemplando habilidades de Leitura, Escrita e Raciocínio Lógico. Visto que as áreas de Conhecimento contempladas nas aulas serão Língua Portuguesa (11 aulas) e Matemática (10 aulas).

Cada Unidade Escolar deverá elaborar um PLANO DE AÇÃO para o ano letivo de 2023, seguindo as orientações da resolução 02/2021 referente ao Programa de Reforço, Recuperação e Consolidação da aprendizagem e encaminhar para Coordenação UGME, para análise e acompanhamento. Considerando o seguinte roteiro para Elaboração do Plano:

✓ **Definir o Público Alvo considerando os três grupos contemplados dentro do programa:**

- **Grupo 1: Reforço**

O grupo deverá priorizar os alunos que durante sua trajetória escolar apresentam dificuldades de aprendizagem relacionadas as habilidades de Língua Portuguesa e Matemática e que necessitam de situações didáticas direcionadas a Alfabetização e Letramento.

Durante a seleção e organização dos grupos será importante considerar os agrupamentos produtivos, os saberes e faixa etária a ser contemplada.

- **Grupo 2: Recuperação**

Este grupo deverá ser composto por alunos que já estão alfabetizados e que apresentam dificuldade em acompanhar propostas que contemplem habilidades/objetos de conhecimento relacionados a progressão em anos anterior ou dentro do próprio ano.

- **Grupo 3: Consolidação de Aprendizagens**

Neste grupo os alunos a serem priorizados necessitam de intervenções pontuais a fim de consolidar determinadas habilidades/objetos de conhecimento. Podemos citar como exemplo, alunos que já estão alfabetizados e que necessitam adquirir fluência em leitura ou conquistar autonomia na interpretação de textos.

✓ **OBJETIVOS: Onde se quer chegar, o que se deseja conquistar? Seja claro e direto.**

EXEMPLO: Intervir de forma significativa na aprendizagem dos alunos em processo de alfabetização.

✓ **METAS: Detalhamento dos objetivos a fim de acompanhar o percurso que está sendo traçado.**

EXEMPLO:

1. Identificação dos conhecimentos prévios dos alunos com relação a determinadas habilidades/objetos de conhecimento relacionadas a aquisição do Sistema de Escrita Alfabética;
2. Identificar Metodologias Ativas/Jogos diversos como recurso didático para o desenvolvimento de Situações de Aprendizagem voltadas a aquisição do Sistema de Escrita Alfabética, a fim de potencializar a aprendizagem do estudante.
3. Elaboração de um Projeto com Foco na aquisição do Sistema de Escrita Alfabética por meio de Metodologias Ativas.

✓ **JUSTIFICATIVA: Levantamento do problema que justificará as ações contempladas no Plano de Ação, contemplando as observações realizadas nas aulas presenciais e/ou remotas. Porque será feito? Quais foram as necessidades levantadas que justifica o Plano de Ação.**

EXEMPLO: Devido o distanciamento entre as Aprendizagens esperadas e reais, frente cenário pandêmico, observamos um impacto causado na apropriação do Sistema de Escrita Alfabético, visto as dificuldades dos professores de intervir de forma pontual neste processo.

✓ **ESTABELECEER UMA METODOLOGIA ADEQUADA AO PLANO DE AÇÃO: Direcionar como serão desenvolvidas as ações estabelecidas no Plano de Ação.**

OBS: As metodologias utilizadas serão fundamentais para o andamento e o cumprimento das Objetivos e Metas estabelecidos.

EXEMPLO: Os Planos de Aula elaborados para o Programa terão como base aulas práticas, como Jogos diversificados, gamificação, sala de aula invertida, aprendizagens entre pares, favorecendo Situações de Aprendizagem que possibilitem intervir nas dificuldades apresentadas pelos alunos.

✓ **PLANEJAR AÇÕES COLETIVAS:** *Destacar ações que serão planejadas coletivamente e definir a função desempenhada por cada membro participante do programa.*

EXEMPLO:

1. A elaboração das Sequências Didáticas deste Programa ficará sobre a responsabilidade dos professores designados.
2. Acompanhamento do Processo de Aprendizagem dos alunos deverá ser compartilhado mutuamente pelos professores, a fim de verificar as conquistas e dificuldades apresentadas.

✓ **ESTABELECER PRAZOS:** *Com o estabelecimento de prazos para as ações propostas é possível acompanhar o planejamento realizado de forma organizada e pontual. Desta forma as ações apresentadas no Plano deverão ter datas estipuladas de início e conclusão.*

EXEMPLO:

1. Elaboração do Plano de Ação e Envio a UGME: (Aguardar orientações);
2. Seleção dos alunos para as turmas do Programa – primeira quinzena de outubro;

OBSERVAÇÕES:

- A comunicação é essencial durante todo o processo de elaboração e execução do Plano de ação. Sendo assim ela deve ser clara e transparente com todos os envolvidos na Comunidade Escolar (socializada em HTPC, SINAPE, replanejamento);
- O registro deve ser um aliado durante o acompanhamento/execução do Plano de Ação, pois possibilitará avaliar e identificar se as ações/atividades propostas estão alcançando o seu propósito ou não. Permitindo assim tomadas de decisões imediatas.

21.4. Programa de Leitura

O Programa de Leitura e Escrita tem como principal objetivo contribuir para a formação de cidadãos letrados, reconhecendo a leitura como um elemento indispensável para o desenvolvimento intelectual e cultural dos estudantes, contribuindo para a formação de um leitor ativo, capaz de observar, analisar, interpretar, avaliar e se posicionar de forma crítica diante da leitura do mundo que o cerca.

A literatura desempenha um papel crucial nesse processo, permitindo que os estudantes tenham acesso a obras de diversos gêneros e autores, aumentando seus horizontes culturais e intelectuais. Dessa forma, a inclusão é uma estratégia indispensável para assegurar que todos os estudantes tenham oportunidades iguais de aprendizado e participação.

Outro ponto relevante do programa é o reconhecimento e a valorização da cultura afro-brasileira e indígena, com sua riqueza e diversidade. Essa abordagem é essencial para a formação da identidade dos estudantes, promovendo o respeito e a compreensão da pluralidade cultural.

Vale ressaltar que o Programa de Leitura e Escrita está alinhado com a Meta 5 do Plano Nacional de Educação (PNE), que visa a alfabetização de todos os estudantes até os oito anos de idade. Essa iniciativa demonstra o compromisso em garantir o acesso à leitura e à escrita como ferramentas fundamentais para o desenvolvimento integral dos estudantes.

21.5. Programa Nacional Do Livro Didático - PNLD 2023

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) é destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de Educação Básica das Redes Federal, Estaduais, Municipais e Distrital e também às instituições de Educação Infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público. São atendidos em ciclos diferentes os quatro segmentos: Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Em 2023 as ações desenvolvidas foram:

- Remanejamento e reserva técnica, que tem como objetivo demandar livros faltantes e/ou ofertar livros que estão sobrando nas Unidades Escolares;
- Carregamento de dados dos estudantes de Educação Infantil e Ensino Fundamental, para acesso aos livros digitais do PNLD 2023 disponibilizado pelo FNDE aos estudantes e professores;
- Escolha do PNLD 2023 – Objeto 2 – Obras de Práticas e Acompanhamento da Aprendizagem – Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Essa foi a primeira vez que esse tipo de material foi distribuído pelo PNLD, buscando promover entre os estudantes a consolidação da aprendizagem por meio de práticas de revisão, fixação e verificação de aprendizagem;
- Para esta escolha, a Unidade Gestora Municipal de Educação realizou um levantamento junto as Unidades Escolares referente ao modelo de escolha. De acordo com o resultado obtido pelas escolas da Rede Municipal, a opção foi um Material Unificado para toda a rede;
- Escolha do PNLD 2022 – Objeto 2 – Obras Literárias destinadas à Educação Infantil. Essa escolha não houve a necessidade de ser de maneira unificada, tendo em vista que a escolha das obras foram aquelas que melhor se adequam ao projeto pedagógico, e a quantidade de acervos foram disponibilizados de acordo com a quantidade de estudantes por seguimento (creche e pré-escola) em cada Unidade Escolar registrado no Censo Escolar 2022.

21.6. Programa Jogos Escolares/2024



Trata-se de um Programa da UNIDADE GESTORA MUNICIPAL DE ESPORTE em que UNIDADE GESTORA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO foi convidada a participar dentro do ano letivo de 2022, no ano de 2023 teve sua continuidade com algumas alterações previstas e para o ano de 2024 o programa continuará com um novo formato onde o aluno será sempre a prioridade dentro da proposta educacional de Várzea Paulista.

21.6.1. Justificativa - Participação Da Unidade Gestora Municipal De Educação

O Esporte vem ampliando sua dimensão em vários conceitos, neste cenário a prática esportiva vem ganhando diversas formas, modalidades e também outras finalidades por ser uma atividade abrangente, que engloba diversas áreas importantes para a humanidade: saúde, educação, turismo, entre outros.

A Própria Base Nacional Comum Curricular – BNCC evidencia que os benefícios do Esporte ultrapassam o limite do bem estar físico. Assim, a nível educacional e formativo para crianças, adolescentes e jovens, o Esporte é colocado como uma Unidade Temática da Educação Física e classificada, pelo documento normativo, conforme alguns critérios como: Cooperação, Interação, Desempenho Motor e Objetivos Táticos da Ação.

Os Esportes são práticas sociais e, portanto, é passível de recriação e ressignificação por seus praticantes. Apesar de manter suas características básicas as derivações dos Esportes, incluem atividades que podem ser adaptadas aos interesses dos praticantes (no caso de todos os alunos), adaptadas aos espaços onde é praticado, ao número de praticantes no momento, aos recursos materiais disponíveis e a outras adaptações possíveis e necessárias.

Ao se firmar uma parceria de atuação da UGME no Programa Jogos Escolares – Várzea no Pódio da UGMEL, integrando as Unidades Escolares Municipais da Rede de Ensino, propõe - se o engajamento na prática esportiva, a promoção da integração e o do intercâmbio dos alunos do Ensino Fundamental nas Unidades Escolares, ampliando as oportunidades de socialização e aquisição de hábitos saudáveis. Deste modo, o aluno se encontra no centro de ações das políticas públicas, se beneficiando de uma proposta que excede a ideia de descobrir novos talentos no esporte, garantindo a participação de todos.

Neste sentido, as ações incluirão atividades interdisciplinares, em diversas Áreas do Conhecimento dentro do Currículo Escolar (perpassando os Componentes Curriculares), introduzindo pesquisa e criatividade, em que os alunos aproveitarão a Prática Esportiva e seus benefícios, como um meio de ampliação e construção de conhecimento, de

socialização e de formação integral, como orienta a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Para os alunos do Maternal II, Etapa I e II (Educação Infantil), serão propostos jogos e brincadeiras (Estafetas), que enquanto prática social, atividade simbólica e forma interação com o outro, transpassa a questão cognitiva, oportunizando a sociabilidade, a criatividade, bem como a formulação de conceitos e ideias sobre a realidade que a cerca. Tais elementos formativos relacionam-se e contribuem com os direitos de aprendizagem e de desenvolvimento da criança, como orienta a BNCC.

Portanto, o Referencial Curricular do Município, fundamentado na BNCC, norteia todas as orientações da Unidade Gestora Municipal de Educação e ações dos gestores nas Unidades Escolares (Diretores, Vice-diretores e Coordenadores Pedagógicos), professores de TODAS as áreas de conhecimento (Polivalentes e Especialistas) e demais atores da comunidade escolar, no desenvolvimento do Projeto Pedagógico, buscando através de suas ações o desenvolvimento de Competências e Habilidades previstas para todos os alunos, em todos os Anos/Etapas, em que o Projeto – Jogos Escolares for desenvolvido.

OBJETIVO(S) DO PROGRAMA:

OBJETIVO GERAL DO PROGRAMA – UNIDADE GESTORA MUNICIPAL DE ESPORTES:

Desenvolver a prática esportiva, nas unidades de rede municipal de ensino de Várzea Paulista, visando tornar o esporte na Cidade mais participativo, bem como buscar apoiar uma maior integração de alunos, dando maiores conhecimentos e vivência às crianças.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA UNIDADE GESTORA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO COM O PROJETO JOGOS ESCOLARES (ALINHADO AO PROGRAMA DA UGMEL):

- Oportunizar ações coletivas e interações entre os alunos das/nas Unidades Escolares Municipais;
- Oportunizar aos alunos o direito de acesso e de reflexão sobre as práticas esportivas;
- Estabelecer a relação dos alunos com técnicas, táticas e atitudes, por meio de regras já instituídas na prática de cada modalidade de esporte e nos jogos pré-desportivos, desenvolvida pelo programa para cada etapa/ano;
- Apoiar as relações de cooperação entre os alunos em todas as etapas/ano;

- Promover ações pedagógicas interdisciplinares, fundamentadas no Currículo Escolar, na convergência de saberes no desenvolvimento do programa, contribuindo para a formação integral dos alunos;
- Promover jogos e brincadeiras na Educação Infantil, adido dos demais direitos de aprendizagem e de desenvolvimento;
- Proporcionar aos alunos possibilidades de estabelecer relações entre conhecimentos de diversas áreas do saber, articuladas pelo próprio currículo, que transpassam as aprendizagens oportunizadas pelo Programa. (Polivalentes trabalhando com Professores Especialistas na organização de ações didáticas, sob a orientação da Gestão da Unidade Escolar – Diretor, Vice e Coordenação Pedagógica)

PÚBLICO ALVO:

Alunos matriculados no Ensino Fundamental e Educação Infantil do município.

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES: Formato da Realização

Todas as estratégias e orientações complementares estarão descritas no Programa Jogos Escolares 2024.

21.7. Projeto de Enfrentamento da Violência Infantil

Atualmente a violência sexual contra crianças e adolescentes tem sido um tema preocupante na sociedade em que vivemos.

Dados referentes aos anos de 2016 a 2020, apresentam grande número de registros de violência sexual. Nesses quatro anos, foram registrados 179.277 casos de estupro ou estupro de vulnerável com vítimas de até 19 anos – uma média de quase 45 mil casos por ano. Crianças de até 10 anos representam 62 mil das vítimas nesses quatro anos – ou seja, um terço do total.

A grande maioria das vítimas de violência sexual é menina, sendo quase 80% do total, um número muito alto dos casos envolve vítimas entre 10 e 14 anos de idade, sendo 13 anos a idade mais frequente. Para os meninos, os casos de violência sexual concentram-se especialmente entre 3 e 9 anos de idade.

Nos registros em que as vítimas são adolescentes de 15 anos ou mais, as meninas

representaram mais de 90%. A maioria dos casos de violência sexual ocorre na residência da vítima e, para os registros em que há informações sobre a autoria dos crimes, 86% dos autores eram conhecidos das vítimas.

Em 2020 – ano marcado pela pandemia de covid-19 – houve uma pequena queda no número de registros de violência sexual. No entanto, analisando mês a mês, observamos que, em relação aos padrões históricos, a queda se deve basicamente ao baixo número de registros entre março e maio de 2020 justamente o período em que as medidas de isolamento social estavam mais fortes no Brasil. Esta queda provavelmente representa um aumento da subnotificação, não de fato uma redução nas ocorrências.

O comunicado às autoridades de suspeitas ou ocorrências de violência contra crianças e adolescentes e o papel dos diversos órgãos do sistema de garantia de direitos:

A criança ou adolescente vítima de violência, no percurso de busca de atenção e proteção, deve ser atendida simultaneamente pelos órgãos da rede de serviços e de exigibilidade de direitos, compreendidos nos que chamamos de Sistema de Garantia de Direitos. Os órgãos que prestam serviços são: os de Saúde, Assistência Social e Educação. Aos órgãos de exigibilidade de direitos são: Conselho Tutelar, a Delegacia de Polícia, o Ministério Público, a Defensoria Pública e a Justiça da Infância e Juventude e a Justiça Criminal.

A notificação às autoridades das suspeitas ou ocorrências de violências ou maus-tratos contra crianças e adolescentes é uma obrigação de todos os cidadãos. Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.

A Lei nº 13.431/2017 reforça, contudo, que o dever de denunciar é de todos os cidadãos: Art. 13. Qualquer pessoa que tenha conhecimento ou presenciado ação ou omissão, praticada em local público ou privado, que constitua violência contra criança ou adolescente tem o dever de comunicar o fato imediatamente ao serviço de recebimento e monitoramento de denúncias, ao conselho tutelar ou à autoridade policial, os quais, por sua vez, cientificarão imediatamente o Ministério Público. No seu Artigo 15, insta o Poder Público a criar serviços de atendimento, de ouvidoria e resposta para receber denúncias de violações de direitos de crianças e, neste mesmo artigo, determina comunicação simultânea das denúncias para autoridade policial, Conselho Tutelar e Ministério Público.

O profissional que deixar de realizar a denúncia pode ser sancionado pelas autoridades competentes como o previsto no ECA: Art. 245. Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola

ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente: Pena – multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência. (BRASIL, 1990). Essa obrigação legal, contudo, encontra sua razão fundamental na necessidade de proteção das crianças e dos adolescentes vítimas de violência: o ato de notificar tais casos às autoridades responsáveis pode contribuir para interromper o ciclo da violência sexual que, reiteradas vezes, vem sendo transmitido de geração para geração. Em casos extremos, a decisão de não notificar pode acarretar sérias consequências para a vida de crianças e de adolescentes. A notificação torna-se assim em um direito da criança e do adolescente na medida em que constitui uma forma de prevenção secundária, nos casos em que crianças e adolescentes estão em situação de risco ou quando a violência sexual já ocorreu, pois pode proteger esses indivíduos da repetição da violência perpetrada.

O comunicado às autoridades de suspeitas ou ocorrências de violência contra crianças e adolescentes e o papel dos diversos órgãos do Sistema de Garantia de Direitos deverá contribuir para redução dos potenciais danos, de maneira que este não provoque maiores sequelas em crianças e em adolescentes sexualmente abusados. Além de ser um dever moral e humanitário do educador, outra razão de igual importância para fazer a notificação de casos suspeitos é a obrigação estabelecida no mesmo ECA: As razões para o exercício desse dever legal, moral e humanitário são, em resumo:

- Evitar que a mesma criança ou adolescente seja novamente vítima de abuso e de exploração sexual;
- Evitar que outras crianças e adolescentes sejam vítimas de abuso e exploração sexual;
- Prevenir que crianças e adolescentes sexualmente abusados repitam, na vida adulta, a violência sofrida;
- Levar o autor da violência sexual a ser responsabilizado por sua ação e, ao mesmo tempo, receber ajuda educacional e psicossocial para não reincidir no ato.

O município de Várzea Paulista em parceria com o Ministério Público está participando de um comitê de Enfrentamento a Violência contra Crianças e Adolescentes, que atualmente está construindo um fluxograma de atendimento a essas vítimas. Segue versão preliminar do fluxograma:



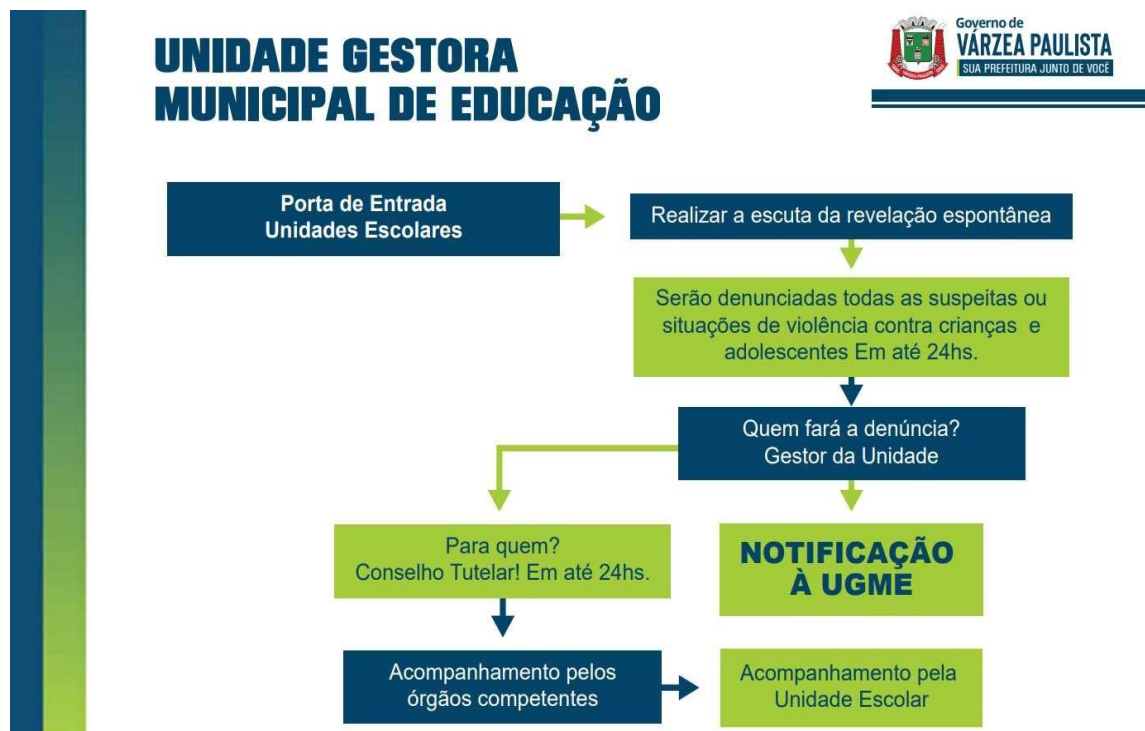
A. FLUXOGRAMA GERAL DO MUNICÍPIO



Fluxograma de atendimento a situações de violência contra crianças e adolescentes



B. FLUXOGRAMA DA EDUCAÇÃO



21.8. Programa Inovação Educação Conectada (PIEC)

Para dar encaminhamento ao programa de elaboração de políticas educacionais eficazes sobre o uso de tecnologias de modo a atender as orientações da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) implementadas no Currículo da Rede Municipal de ensino, nosso sistema de ensino aderiu ao Programa “INOVAÇÃO Educação Conectada” – PIEC do Ministério da Educação.

Esta adesão é parte da condição necessária para que o Sistema de Ensino do Município, participe das ações desta Política do MEC, que tem como objetivo apoiar a universalização do acesso à internet em alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologia digitais na educação básica, oferecendo apoio técnico ou financeiro. Todas as Unidades da Rede de Ensino, que cadastradas na Secretaria Escolar Digital (SED), desde 2017, estão sendo beneficiadas pelo Programa.

O Programa foi elaborado com quatro dimensões: visão, formação, recursos educacionais digitais e infraestrutura, que se complementam e devem estar em equilíbrio,

para que o uso de tecnologia digital tenha efeito positivo na educação.

Os Princípios do Programa são:

I



Equidade de condições entre as escolas públicas da educação básica para uso pedagógico da tecnologia

II



Promoção do acesso à inovação e tecnologia em escolas situadas em regiões de maior vulnerabilidade socioeconômica e baixo desempenho em indicadores educacionais

III



Colaboração entre entes federados

IV



Autonomia de professores na adoção da tecnologia para a educação

V



Estímulo ao protagonismo do aluno

VI



Acesso à internet com qualidade e velocidade compatíveis com as necessidades de uso pedagógico dos professores e alunos

VII



Amplo acesso a recursos educacionais digitais de qualidade

VIII



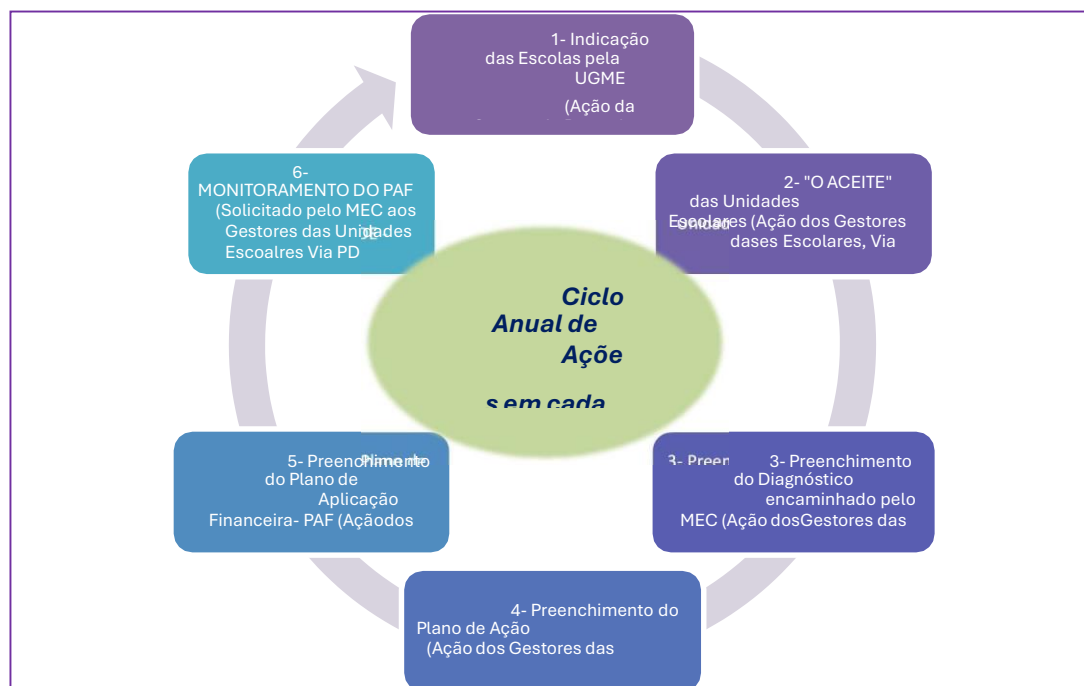
Incentivo à formação de professores e gestores em práticas pedagógicas com tecnologia e para uso de tecnologia

O Programa está sendo implementado em três fases:

1. **Fase de indução (2017 a 2018):** fase de construção e implantação do Programa com metas estabelecidas para alcançar o atendimento de 44,6% dos alunos da educação básica para conseguir resultado positivo a partir de elementos previamente estudados e aplicados;
2. **Fase de expansão (2019 a 2021):** fase de expansão do Programa e ampliação da meta para alcançar o atendimento de 85% dos alunos da educação básica. Será também a fase de avaliação dos resultados na qualidade da educação em conectividade, com base na formação, na utilização dos recursos educacionais digitais e capacidade de gestão dos recursos financeiros e dispositivos legais disponibilizados;
3. **Fase de sustentabilidade (2022 a 2024):** fase da integralização do Programa para o alcance da meta de atendimento de 100% dos alunos da educação básica, transformando o Programa em Política Pública de Inovação e Educação Conectada.

A partir da adesão, efetivada em 2018, as Unidades Escolares da Rede, devem incorporar o uso da tecnologia à sua prática de ensino em conformidade com seu Projeto Político Pedagógico (PPP), com o Referencial Curricular do Município - em todas as Áreas de Conhecimento) e com o Referencial para a Organização do Trabalho Administrativo-Pedagógico das Unidades Escolares.

Segue o Ciclo de Ações da Gestão das Unidades escolares, envolvidos no Processo desde o ano de 2017:



Os Recursos do FNDE só são liberados para as Unidades Escolares aptas a participarem do programa, por meio da participação e administração de todo este ciclo pelo Gestor.

21.8.1. Nível de adoção de tecnologias na rede de ensino

Desde 2019, em continuidade ao Programa de Inovação Educação Conectada (PIEC), o Ministério da Educação (MEC) disponibilizou uma ferramenta on-line que ajuda a escola a saber qual é o grau de adoção de tecnologia nos seus processos de aprendizagem e de gestão.

Disponível na Plataforma PDDE Interativo, a ferramenta utiliza a metodologia de planejamento do Guia Edutec, plataforma criada pelo Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB) para apoio a gestores públicos de educação. Com base nas informações captadas, a escola e a rede de ensino conseguem realizar um diagnóstico detalhado da adoção de tecnologia, possibilitando, através dos resultados, identificar lacunas, estabelecer prioridades e (re) planejar ações de forma mais efetiva.

Este Sistema de Monitoramento, tem como base conceitual do diagnóstico, que o uso de tecnologia na educação só atinge seu pleno potencial quando quatro elementos se integram, em equilíbrio¹⁸: a **VISÃO (1)** sobre o potencial da tecnologia para impactar a escola, as **COMPETÊNCIAS (2)** que os diferentes atores educacionais precisam ter, os **CONTEÚDOS e RECURSOS DIGITAIS (3)** disponíveis e **INFRAESTRUTURA (4)** que vai suportar os dispositivos e a conexão à internet.

¹⁸ Fonte: <https://plataforma.guiaedutec.com.br/ge-em-numeros/diagnostico-escolas> (nov/2022)

INFRAESTRUTURA

A utilização de tecnologias na escola implica uma infraestrutura adequada. Cada instituição deve implantar os recursos tecnológicos de acordo com suas necessidades e opções. Assim, o eixo infraestrutura contempla: a disponibilidade e qualidade de hardware, redes e conectividade dentro do sistema de educação e no âmbito da instituição, englobando a governança e a gestão das TIC; e a implantação, gestão e manutenção da infraestrutura tecnológica e de suporte às aplicações.



RECURSOS EDUCACIONAIS DIGITAIS



O ensino deve integrar tecnologias e mídias digitais no currículo, e esse uso deve estar alinhado com a visão educacional da escola. Assim, o eixo conteúdo e recursos digitais refere-se à materiais digitais de aprendizagem produzidos para fins educacionais e fontes gerais de informação; pacotes de software educativo e sistemas de TIC, tais como ambientes virtuais de aprendizagem, registros dos alunos e sistemas de gestão de informação de alunos; aplicativos e software de escritório em geral, software para controle de agendas e ferramentas de gestão de recursos humanos.

Gestores e professores devem ter competência tanto para obter informações sobre os softwares disponíveis e seus respectivos conteúdos como para saber fazer uma escolha responsável, de acordo com a visão educacional da escola.

VISÃO

Refere-se a como o sistema educativo e a instituição de ensino concebem uma educação de qualidade, sólida e eficiente, e qual o papel das TIC em alcançá-la; além de abordar quais são os objetivos básicos da instituição e as condições necessárias para atingir seus objetivos, incluindo as crenças sobre os papéis dos professores e dos alunos, a escolha de metas e materiais e a atuação dos gestores.

Desenvolver políticas públicas integradas entre diversos setores governamentais em articulação com diferentes esferas da administração pública e a escola é relevante para a construção do eixo visão. Portanto, este deve ser compartilhado por todos os envolvidos no processo educacional nas distintas esferas do sistema.



COMPETÊNCIA



Este eixo trata dos conhecimentos e das habilidades sobre o uso das TIC como ferramenta de ensino. Por vezes, os professores demonstram ter competência no uso pessoal das TIC, contudo, tanto os professores como os gestores e especialistas que proveem suporte ao uso das TIC na escola podem não ter consciência de seus potenciais educativos. Assim, o eixo prevê competência do professor, dos gestores escolares e do pessoal de apoio. É enfatizada a diferença entre as competências em TIC e as competências de uso didático das TIC, que envolvem saber quando, como e por que usá-las.

O Grau de maturidade no uso das TDICs da Rede de ensino, podem ser conhecidos no Site: <https://plataforma.guiaedutec.com.br/ge-em-numeros/diagnostico-escolas> conforme dados informados pelos Gestores de cada Unidade Escolare, conforme análise das ações em sua Comunidade Escolar.

Esta ferramenta apoia os Gestores para estruturar suas ações e estabelecerem prioridades na organização dos recursos tecnológicos e demandas de seu uso na Unidade Escolar.

22. Percurso Formativo

22.1. Nace – Escola do Futuro – Universidade de São Paulo

A Unidade Gestora Municipal de Educação ressalta a importância de formações que atuem como instrumento de reflexão sobre as práticas de ensino, contemplando os conceitos que perpassam a BNCC e o uso das tecnologias e linguagens digitais na Educação (competências adquiridas por diferentes tipos de pessoas em diversos contextos), dinamizando a aprendizagem de novas ações e/ou aperfeiçoando competências já adquiridas, além de garantir as prerrogativas legais. “Além do uso das tecnologias para apoio à prática do ensino, como apresentações digitais, mostras de vídeos etc., e para o desenvolvimento de pesquisas, alguns relatos propõem o uso das TDICs para promover a criação de conteúdos digitais. Uma possibilidade para isso é o uso de softwares para a elaboração de histórias em quadrinhos (HQs). Outra possibilidade está na criação de conteúdos midiáticos ou multimidiáticos. Com o uso de ferramentas simples e acessíveis, os alunos podem criar áudios e vídeos para compartilhar as aprendizagens de uma aula ou sequência didática”.

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/caderno-de-praticas/aprofundamentos/193-tecnologias-digitais-da-informacao-e-comunicacao-no-contexto-escolar-possibilidades>

As tecnologias emergentes e conteúdos multimídias estão ganhando força nas salas de aula em todo mundo, e consequentemente inovações no processo de ensino-aprendizagem, possibilitam a criação de novas formas de ensinar e aprender, para uma aprendizagem significativa e de qualidade para os alunos. As formações devem permitir o ressignificar das práticas, norteando novas ações educativas entre prática e teoria e o entendimento diante de um trabalho interdisciplinar. Tal ação implica no compromisso dos

professores participantes com a educação integral e inclusiva, buscando soluções e possibilidades de intervenções fundamentadas nas propostas dos documentos oficiais. Esses orientam o processo educacional, considerando o impacto das tecnologias e das linguagens digitais na atuação do desenvolvimento do trabalho dos Profissionais da Educação.

A Unidade Gestora Municipal de Educação busca com o intuito alinhar as políticas de formação do município, por meio da contratação de Formadores/Instituições, que reúnam a qualificação e que atenda a proposta apresentada. Para tanto, é necessário considerar as linguagens digitais e suas possibilidades no desenvolvimento dos trabalhos dos docentes, através de novas tecnologias, atendendo ao conhecimento sobre o desenvolvimento\aplicação dos conceitos da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), presentes no Organizador Curricular do Município, tendo como direcionamento as práticas da aplicação das Metodologias Ativas perpassando assim, didáticas mediadas pela tecnologia.

Desta forma, a Unidade Gestora Municipal de Educação firmou a contratação com a USP - Universidade de São Paulo, NACE (Núcleo de Apoio à Cultura e Extensão da Universidade de São Paulo) Escola do Futuro - USP (EF-USP) Escola do Futuro.

Profissionais da Educação da Rede Municipal

O NACE (Núcleo de Apoio à Cultura e Extensão da Universidade de São Paulo) Escola do Futuro - USP (EF-USP) tem como proposta a formação dos Profissionais da Educação, suporte a Equipe Gestora da UGME e a implementação de um Sistema Digital de Autoria e B.I. (Business Intelligence (Inteligência de Negócios) envolve a transformação de dados brutos em informações importantes e estratégicas para uma empresa/instituição) personalizado e estruturado para acomodar as produções multimídias educacionais para a comunidade escolar. Também prevê a concepção, desenvolvimento e implementação de um dispositivo inovador na educação nacional, dedicado a estimular a participação dos alunos da Rede Municipal de Educação, através atividades educacionais interativas.

A Formação Continuada para os Profissionais da Educação visa a ação para uma Organização Curricular inovadora que, ao ultrapassar a forma tradicional, estabelece novas relações entre a teoria e a prática. Oferecendo condições a garantir o trabalho coletivo e interdisciplinar, possibilitando a aquisição de uma competência técnica permitindo ao educador se situar e participar desse novo espaço tecnológico, por meio da apropriação desta nova linguagem.

22.2. Aprender a Estudar Textos

O Projeto Aprender a Estudar Textos é uma parceria iniciada no ano de 2022 entre a Unidade Gestora Municipal de Educação e o LABEDU (Laboratório de Educação). Sendo o Laboratório uma organização não governamental e sem fins lucrativos que elabora propostas direcionados em parceria com as redes públicas de ensino.

Tendo como público alvo inicialmente os Anos 4 do Ensino Fundamental o projeto foi implementado na rede municipal, contando com ações formativas voltadas aos docentes a fim de enriquecer as práticas de leitura, por meio de um olhar intencional para os textos de História.

Dando continuidade a esta proposta formativa, no ano de 2023, as formações serão ofertadas aos docentes dos Anos 5, possibilitando a continuidade com os alunos que iniciaram a proposta.

22.3. Associação da Saúde Emocional da Criança

Sobre a ASEC - Associação pela Saúde Emocional de Crianças: A ASEC é uma Organização da Sociedade Civil sem fins lucrativos, fundada em 2004 por voluntários do CVV (Centro de Valorização da Vida) com o propósito a promoção da saúde emocional de crianças, adolescentes e jovens, através do desenvolvimento das habilidades para a vida. Utiliza-se de metodologias universais, baseadas em pesquisa, amplamente avaliadas internacionalmente e no Brasil com indicadores de sucesso desde 2009. À essas metodologias, alia-se o processo de sensibilização e formação de professores, educadores, equipes e gestores escolares desenvolvido e aprimorado, ao longo dos últimos 15 anos pela Equipe da ASEC. Esse modelo de formação é uma tecnologia educacional, reconhecida pelo MEC, no Guia das Tecnologias Educacionais para Escolas Integrais e Tempo Integral em 2013. É representante exclusiva do "Programa Amigos do Zippy" e do programa "Passaporte: Habilidades para a Vida" no Brasil, soluções fundamentadas em bases conceituais, facilitando o diálogo, compreensão e evolução dos múltiplos públicos envolvidos no ambiente educacional.

De acordo com a experiência bem sucedida dos Programas da ASEC no ano de 2022 através dos resultados obtidos apresentados em relatório a Unidade Gestora

Municipal de Educação de Várzea Paulista, as ações e programas oferecidos aos educadores, gestores e alunos, forneceram condições de promover em seus participantes a capacidade de pensar sobre sua própria subjetividade e nos aspectos da saúde mental individual e coletiva bem como manifestação do interesse da maioria dos educadores, na permanência dos espaços de reflexão sobre a saúde mental e o relato dos efeitos observados no desenvolvimento socioemocional das crianças. Tais observações corroboram com o interesse da UGME em buscar meios de melhorar a saúde emocional no ambiente escolar e contribuir para que toda a comunidade escolar possa lidar com suas dificuldades emocionais e sociais e, conseqüentemente, serem cidadãos plenos e ativos e emocionalmente saudáveis.

Desta forma, se torna imprescindível a continuidade das Formações, considerando a ampliação da proposta de maneira a garantir uma amplitude diante do conhecimento e direcionamentos nos aspectos emocionais que envolvem tanto os profissionais da área educacional e principalmente os alunos que trazem consigo situações e experiências vivenciadas no âmbito escolar e familiar.

Para o ano de 2024 a Unidade Gestora Municipal de Educação está dialogando sobre a continuidade dos Programas da ASEC, considerando:

- Amigos do Zippy (Ensino Fundamental – Anos 2)
- Amigos do Maçã (Ensino Fundamental – Anos 3)
- Passaporte (Ensino Fundamental – Anos 5)
- Saúde Emocional – (Educadores, Professores e Gestores).
- Avançado (Aperfeiçoamento dos Professores Habilitados Amigos do Zippy e Passaporte)

22.4. Formação de Educação Inclusiva – APAE (Educação Infantil)

A Unidade Gestora Municipal de Educação de Várzea Paulista em parceria com a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, promoveu o Percurso Formativo no 2º semestre de 2023 com o tema “Da avaliação a intervenção para alunos com Deficiência Intelectual e/ou Múltipla e TEA (Transtorno do Espectro Autista), sendo público alvo os Coordenadores Pedagógicos, Professores Polivalentes/Específicos de Educação Infantil (Creches e Pré-escola), Professores do AEE (Atendimento Educacional Especializado), Agentes de Políticas Sociais na Especialidade de Cuidador e Estagiários.

Os encontros contemplaram os seguintes temas:

- Principais transtornos neurológicos na infância;
- Inclusão e diversidade/educação inclusiva na prática;
- Da avaliação a intervenção;
- Como lidar com o comportamento inadequado de meu aluno;
- Desenvolvimento de competências socioemocionais;
- Como a escola pode atuar contra a situação de Bullying e violência;
- Aprendendo juntos: alunos e professor;
- Oficina e materiais.

Ressaltamos a importância da formação aos Profissionais da Educação colocando a disposição acesso ao link com os materiais dos encontros:

https://drive.google.com/drive/folders/1WWcZexp3TJgg1d4g_CZZzazcb_XnCbLQ?usp=sharing

23. Projetos Especiais

23.1. Projeto Paladarzinho Verde – Ervas e Sabores na Escola

O Coentro (*Coriandrum sativum*) Raquel Coelho Sene,
Graziele Bertassi Portronieri Raquel Coelho Sene –
Nutricionista CRN 3698 SP



INTRODUÇÃO

Tendo em vista a LEI Nº 13.666, DE 16 DE MAIO DE 2018 que inclui a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) na Base Nacional Comum Curricular, a Nota Técnica 2810740/2022/2022/COSAN/CGPAE/DIRAE, que define as responsabilidades e papéis dos atores envolvidos na EAN, os cadernos de atividades propostos pelo Ministério da Saúde e UERJ em 2018, a fim de fomentar e apoiar as ações de EAN no dia a dia escolar, foram selecionadas atividades práticas com o tema para a Educação Infantil e Fundamental.



O material pode ser encontrado no link:

[https://drive.google.com/drive/folders/1ldssIF-jpUrv4KAbdYLUx1q9scU-KsDB?usp=share link](https://drive.google.com/drive/folders/1ldssIF-jpUrv4KAbdYLUx1q9scU-KsDB?usp=share_link) (acessado dez/2023)

O objetivo é fornecer material sobre Alimentação com atividades dinâmicas que possam ser utilizadas no ambiente escolar. Caberá aos diretores, coordenadores pedagógicos e professores a escolha da (s) proposta (s) que poderá ser desenvolvida na realidade da escola. Sugerimos a divulgação das atividades realizadas pelas escolas para documentar as ações realizadas.

Na Educação Infantil os cadernos se dividem em três eixos: A criança e o seu corpo; A criança e os alimentos e Vivendo e Comendo. Já no Ensino Fundamental os temas são distribuídos entre as disciplinas de Língua Portuguesa, História, Geografia, Artes e Ciências. A saúde e o bem-estar das crianças dependem da interação entre seu potencial genético e fatores externos como adequação nutricional, ambiente saudável, interação social e cuidados adequados. A nutrição tem um papel muito importante na promoção do crescimento físico, no desenvolvimento neuropsicológico e no combate às doenças infecciosas que afetam, principalmente, as crianças (Singh M. Role of micronutrients for physical growth and mental development. Indian J Pediatr 2004; 71(1): 59-62.)

A alimentação infantil é o início de uma vida saudável com inclusões de alimentos de acordo com a faixa etária no crescimento e desenvolvimento infantil. Neste contexto, o zinco, ferro e a vitamina A merecem atenção especial, pois são os nutrientes que mais limitam o crescimento e desenvolvimento infantil, representam os estados deficitários mais comuns e apresentam importantes interrelações metabólicas. (Ramakrishnan U, Nguyen P, Martorell R. Effects of micronutrients on growth of children under 5 y of age: meta-analyses of single and multiple nutrient interventions. (Am J Clin Nutr 2009; 89: 191-203.).

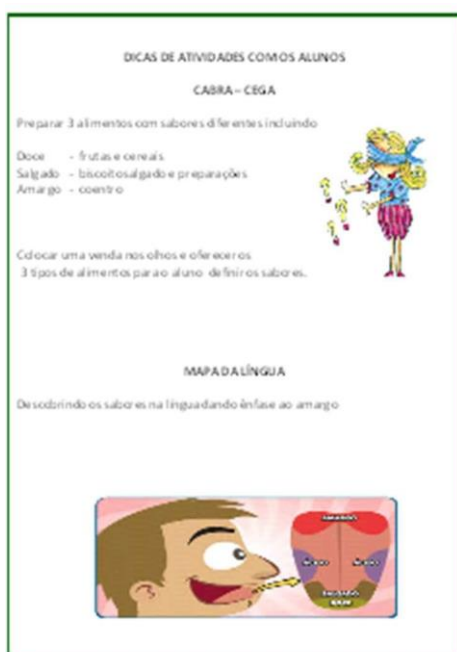
As funções cognitivas estão ligadas a nutrição celular pelos micronutrientes, que hoje é uma das exigências nutricionais do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) através de quantidades mínimas oferecidas diariamente na alimentação escola.

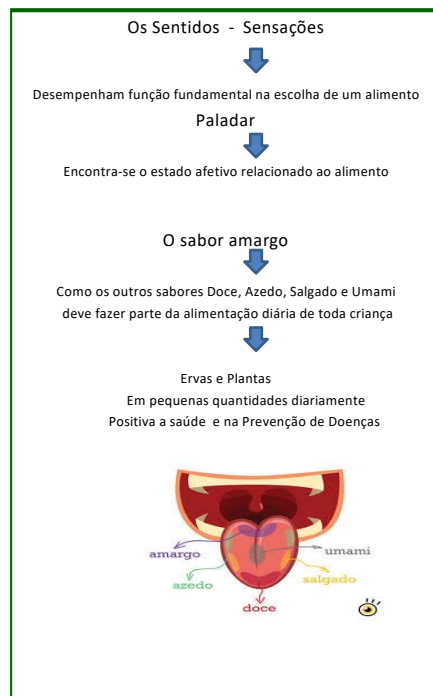
OBJETIVOS:

O PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período em que permanecem na escola.

O Plano Anual de Trabalho da Alimentação Escolar do município de Várzea Paulista de acordo com as RESOLUÇÕES Nº 06 de 08/05/2020 e Nº 20 de 02/12/2020 que Dispõem sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da Educação Básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE – FNDE, compõe as diretrizes estabelecidas:

- I. o emprego da **alimentação saudável e adequada**, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica; **Cardápios** – utilização de alimentos in natura sem industrializados de acordo com as recomendações nutricionais de macro e micronutrientes e atenção as porcentagens (%) de açúcares simples, gorduras em geral e sódio.
- II. a inclusão da **educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem**, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida na perspectiva da segurança alimentar e nutricional.
 - **Paladarzinho Verde (CEMEB Infantil) inclusão Coentro** – Sabor Amargo para alunos entre 3 e 5 anos no peixe e saladas com apresentação aos professores e folder abaixo com atividades para inclusão no currículo escolar o Sabor Amargo com sua fisiologia e utilizações.





O Coentro *Coriandrum sativum* é uma planta de flores róseas ou alvas, pequenas e aromáticas e cuja folha usada como tempero ou condimento.

O Coentro e suas propriedades:

- Detox
- Digestivo
- Antioxidante
- Antisséptico

O Coentro na culinária pode ser usado em vários pratos:

- Dia a dia - arroz, feijão, massas, sopas, molhos, legumes
- Sabor especial - peixes, camarões, mariscos
- Grãos inteiros - aromatização picles, frutas e compotas
- Pó - toque de sabor em pães e doces

- **Açúcares e Gorduras – tipos e indicações (Creches) –** a importância do conhecimento da composição nutricional dos alimentos com apresentação aos Educadores Infantis e folder explicativo. A composição de cada tipo de nutriente em comparação com produtos alimentícios utilizados na rotina do ambiente familiar dos alunos.

Pirâmide dos alimentos

2.000 KCAL

Óleos e Gorduras 1 porção

Açúcares e Doces 1 porção

Carnes e Ovos 2 porções

Leite, Queijo, Iogurte 3 porções

Legumes e Verduras 3 porções

Frutas 3 porções

Arroz, Pão, Massa, Batata, Mandioca 6 porções

Feijões e Oleaginosas 1 porção

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA PAULISTA
ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER.

CONHECENDO UM POUCO MAIS SOBRE

ÓLEOS, GORDURAS E AÇÚCAR

Trabalho realizado estagiárias nutrição 2º bimestre unianchieta

Supervisionado pela nutricionista Raquel Coelho Sene 2017

<h3>Óleos</h3> <p>Os óleos são provenientes principalmente de alimentos de origem vegetal, são extraídos de sementes, plantas e frutos. Como óleo de girassol, canola, milho e soja.</p> <p>Tipo de óleos : Como escolher ?</p> <p>O melhor óleo para se usar em preparações frias como saladas é o azeite e em preparações quentes é o óleo de soja.</p> <h3>Gorduras</h3> <p>Proveniente em geral de alimentos de origem animal.</p> <p>Quais são esses alimentos de origem animal ?</p> <p>Carnes, leites, ovos e manteiga</p> <h3>Recomendação</h3> <h4>Gorduras Saturada</h4> <p>Dieta de 2000 kcal: 22g /dia</p>  <p>Lingüiça: 5,4 g de gordura saturada em 1/2 unidade.</p>  <p>Almôndega congelada: 6,0 de gordura saturada em 1 unidade.</p>	<h3>Açúcares</h3> <p>É um carboidrato extraído da cana de açúcar e refinado pelas indústrias.</p> <p>Tipos de açúcar como escolher ?</p> <p>Quanto mais escuro for o açúcar menos refinado ele é e mais nutrientes ele possui (vitaminas e minerais). Por tanto, a melhor opção é o açúcar mascavo, depois o demerara e por ultimo o açúcar refinado (branco).</p> <h3>Recomendação</h3> <h4>Açúcares</h4> <p>Dieta de 2000 kcal: 30g/dia</p>  <p>Refrigerante: 21g de açúcar em 1 copo americano.</p>  <p>Achocolatado: 15g de açúcar em 2 colheres de sopa.</p>	<h3>Escolhas inteligentes</h3> <p>Prefira os alimentos in natura ao invés dos industrializados!</p> <p>Escolha os alimentos com menor teor de açúcares, gordura saturada e gordura trans!</p>  <h3>Curiosidades !!!</h3>  <p>Gordura maléfica para saúde.</p> <h3>Cuidado!!!</h3> <p>Açúcar em excesso se transforma em gordura no organismo.</p> 
---	--	---

- Escola Verde – Alimentação Saudável na Escola e Família (Geral) – inclusão de ervas e especiarias na alimentação escolar com a redução da utilização de SAL nas preparações de acordo com a Resolução nº 26 07/06/2013 – PNAE - FNDE.



Material elaborado pelas Estagiárias de Nutrição do UniAnhietá 2013:

Daniela Mariane Pereira

Elaine Cristina F. Matias

Giovana Marchi

Priscila Marchiori Dutra

Nutricionista: Raquel Coelho Sene

Prefeitura Municipal de Várzea Paulista











Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Material Explicativo de Condimentos

“Onde e porque usar”



Use o sal com sabedoria !!!

CONDIMENTOS	ONDE USAR	PROPRIEDADES	CONDIMENTOS	ONDE USAR	PROPRIEDADES
 ALECRIM	<ul style="list-style-type: none"> Sopas Legumes 	<ul style="list-style-type: none"> Anti-inflamatório Analgésico 	 TOMILHO	<ul style="list-style-type: none"> Carnes Aves Peixes 	<ul style="list-style-type: none"> Antisséptico Antibacteriano
 CEBOLINHA VERDE	<ul style="list-style-type: none"> Sopas Omeletes Molhos 	<ul style="list-style-type: none"> Fortalece sistema imunológico Antibiótico 	 ALHO	<ul style="list-style-type: none"> Todas as preparações salgadas 	<ul style="list-style-type: none"> Antibiótico Hipotensor
 HORTELÃ	<ul style="list-style-type: none"> Sucos 	<ul style="list-style-type: none"> Diurético Anestésico 	 CEBOLA	<ul style="list-style-type: none"> Todas as preparações salgadas 	<ul style="list-style-type: none"> Anti-reumático Anti-inflamatória
 LOURO	<ul style="list-style-type: none"> Feijão Carnes 	<ul style="list-style-type: none"> Carminativo Anti-reumático 	 CURRY	<ul style="list-style-type: none"> Arroz Frango Peixes 	<ul style="list-style-type: none"> Prevenção Alzheimer e Parkinson Prevenção câncer
 MANJERICÃO	<ul style="list-style-type: none"> Molhos 	<ul style="list-style-type: none"> Alivia náuseas Anti-espasmódico 	 SALSA	<ul style="list-style-type: none"> Pratos salgados cozidos 	<ul style="list-style-type: none"> Diurético Antidepressiva

Atendimento III – a universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de Educação Básica;

CAE IV – a participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações.

Realizadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para garantir a oferta de Alimentação Escolar saudável e adequada; com reuniões mensais é acompanhado financeiro com apresentação das notas fiscais; cardápios; check list entregue pelos conselheiros.

Agricultura Familiar V – o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela **agricultura familiar** e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos; planejamento anual encaminhado ao compras de frutas da região (maçã, tangerina e banana).

MBP VI – o direito à alimentação escolar, visando garantir a segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontrem em vulnerabilidade social. Execução do Manual de boas práticas diariamente e treinamentos mínimo 2 x ao ano com aplicações de técnicas corretas de segurança alimentar, Rh e manipulação de alimentos.

EQUIPE:

A equipe é composta por 01 Nutricionista do município e 04 nutricionistas da empresa fornecedora do serviço de alimentação escolar.

METAS:

- Aplicação dos 3 projetos: * Paladarzinho Verde * Açúcares e Gorduras e * Ervas e Especiarias.
- Avaliação da aceitação do cardápio Parcial das creches.
- Coleta de dados para cálculo da composição nutricional.
- Relatório com Check list e Rotina da cozinha diário.
- Inclusão Laranja na colação do cardápio pré-escola substituindo o Suco Concentrado.
- Adequação do cardápio com alimentos funcionais e atingindo o mínimo de micronutrientes.

23.2. Projeto: Água, Um Bem De Todos!



Sobre o Projeto: Desenvolvido no início do ano de 2015, o Projeto: Água, um bem de todos, tem como objetivo propiciar aos alunos momentos de reflexão sobre a importância da água para a vida, conscientizando-os quanto a sua manutenção, e preservação por meio de ações que permitam diminuir as perdas hídricas, evitar o desperdício e economizar esse recurso natural.

Com a parceria da Sabesp, continuaremos a realizar eventos em todas as escolas da rede de ensino, com palestras e atividades educativas.

Para o ano de 2024 continuaremos acompanhando não só o consumo de água, mas também o consumo de energia de todas as escolas da rede municipal de ensino.

Público – alvo: todas as escolas da rede municipal de ensino.

Tempo estimado: anual.

23.3. Projeto Óleo



Sobre o projeto: O projeto óleo tem como intuito conscientizar e sensibilizar os alunos e a comunidade escolar sobre a importância de reciclar o óleo e descartá-los de maneira correta. Com implantação deste projeto em parceria com a SABESP e a ONG ECO e VIDA, espera-se contribuir para a preservação ambiental.

Para o ano de 2024 continuaremos conscientizando sobre a responsabilidade social e ambiental do município.

Público – alvo: Escolas participantes CEMEB Erick Becker, CEMEB Manoel Caetano de Almeida, CEMEB Prof^a Palmyra Aurora D' Almeida Rinaldi.

Tempo estimado: anual.

23.4. Projeto Arte na Escola:



Sobre o projeto: O projeto “Arte nas escolas” prevê a viabilizar o ensino gratuito de música (piano, violão, canto/coral) tem por objetivo, além de introduzir os alunos no mundo artístico e cultural, tem o dever de abrir novos horizontes na vida de crianças e adolescentes desta geração.

Público alvo: 5º ano da CEMEB São Miguel Arcanjo

Tempo estimado: anual

23.5. Concurso: Natal Sustentável em Várzea Paulista

Sobre o concurso: Promover um Natal sustentável através da magia da decoração natalina ao destacar a confecção de enfeites natalino em Várzea Paulista, envolvendo as escolas do município na criação de decorações natalinas feitas com materiais sustentáveis.



O projeto é baseado na **LEI Nº 2.528, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2021** que visa conscientizar a comunidade sobre a importância da sustentabilidade, celebrando o espírito natalino de forma responsável e sustentável, criar um natal mais consciente e envolvente no município, promovendo os princípios econômicos, ambientais e social. A partir da sensibilização dos educadores, educandos nas escolas, comunidade e sociedade em razão do uso irracional dos recursos naturais e dos impactos ambientais gerados pela ação humana, o conceito de crescimento sustentável se coloca como uma alternativa, que promove a interdependência entre economia, meio ambiente e sociedade.

Promovendo a criatividade nas escolas, a conscientização ambiental e o espírito coletividade da comunidade. A participação da comunidade fortalece a mensagem de sustentabilidade e responsabilidade durante as festividades natalinas.

Público alvo: Professores e alunos

Tempo estimado: outubro a dezembro

23.6. Programa Corpo de Bombeiro na Escola

O objetivo principal do Programa Bombeiro na Escola é conscientizar os alunos sobre prevenção de acidentes, incêndios e situações de emergência visando evitar acidentes no futuro e mostrar de forma lúdica as situações cotidianas vivenciadas pelos bombeiros. Eles também conhecem os EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) e recebem um material didático que é produzido pelo Corpo de Bombeiros e padronizado para todo o Estado de São Paulo.

“Esse projeto visa evitar acidentes no futuro e mostrar de forma lúdica as ocorrências que os bombeiros atendem”.

Os temas abordados nos encontros são: acionando o Corpo de Bombeiros, acidentes com crianças, acidentes domésticos e primeiros socorros, bem como trote, emergência 193, viaturas do bombeiro, atendimentos realizados pelos bombeiros, segurança no lar, riscos potenciais, remédios, produtos de limpeza, equipamentos, fios elétricos, afogamento, acidente de trânsito, animais peçonhentos, incêndio, análise de vítimas, reanimação cardiopulmonar (RCP), engasgamento, queimaduras e fraturas.

Público alvo: 4º ano

Tempo estimado: anual

24. Ações Permanentes

24.1. Semana Mundial do Brincar (maio / 2023): “A NATUREZA NOBRINCAR”

Com o tema anual “Naturalizar” (Aliança pela Infância <http://aliancapelainfancia.org.br/a-natureza-no-brincar-saiba-mais-sobre-o-tema-da-semana-mundial-do-brincar-2023/#>), convidamos a todos a olharem para a natureza do brincar: sua substância e sua essência. Afinal, de onde vem o brincar? Como nasce o brincar?

Falamos, então, de um brincar que é espontaneidade e liberdade: o livre brincar, que parte dos interesses mais genuínos da criança e que aflora em sua maneira de se relacionar com o mundo à sua volta a todo o tempo e em toda a sua potência. Esse brincar que é linguagem da criança, que é jeito de investigar e criar, e que acontece muito além da brincadeira com começo, meio e fim.

Naturalizar é tornar a natureza menos estrangeira na vida das crianças. E continuar confiando que de uma semente plantada nascerá uma árvore. Uma árvore que abriga o que é essencial em todas as infâncias que têm seus direitos protegidos com respeito e muito encantamento.





[...] O brincar é uma importante ferramenta na construção de uma cultura de paz, “pois através dele reforça relações familiares e de amizade. O direito ao brincar fortalece os vínculos comunitários”.

(Bruna Leite, do projeto A Chance to Play).

Considerando as ações elencadas para o Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, os Projetos que já vêm sendo desenvolvidos dentro dos Planos de Ensino dos Professores, a Equipe Escolar deve refletir e organizar, à luz do tema em questão, possibilidades de trabalho, experiências e situações de aprendizagens significativas, que envolvam as famílias, as turmas das diferentes faixas etárias e toda a comunidade escolar.

Para **2024**, o **Movimento Aliança Pela Infância** apresenta o tema anual “**Vem pra Roda**”, destacando a Semana Mundial do Brincar, que **acontecerá de 25 de maio a 02 de junho**, com o lema “**No Ritmo do Brincar**”, marcando assim um chamado para a participação ativa e transformadora nos diferentes contextos, ativando as infâncias nos adultos, despertando a importância de viver o brincar livre e pleno, engajando ainda mais a promoção dos ambientes, valorizando as infâncias em seus quatro atos essenciais: aprender, brincar, comer e dormir, todos envolvidos pela cultura de paz. “Vem pra Roda” é um chamado a comunidade, às memórias da infância, desta forma, contribuir para a construção de ambientes diversificados e inclusos para brincarem livremente.





É na roda que se aprende a dar as mãos, nela a vida se organiza organicamente, e a humanidade exercita sua capacidade de compartilhar e, assim, preparar o futuro sustentável para as próximas gerações.

Ao propor **“No Ritmo do Brincar”** como tema da Semana Mundial do Brincar 2024, o movimento Aliança pela Infância enfatiza a importância de valorizar e fortalecer essa prática ancestral, promovendo a ideia de que o brincar é um elemento vital e essencial para o desenvolvimento das crianças e para a construção de uma sociedade mais humana, democrática e inclusiva.

“Vem pra Roda – No Ritmo do Brincar” é mais do que um tema, é um convite para que todas as pessoas participem ativamente na construção de um mundo mais acolhedor e amoroso para as crianças, reconhecendo o brincar como um direito fundamental e essencial para uma infância plena e digna em um mundo lúdico, equitativo e afetuoso.

Ressaltamos ainda que as brincadeiras e propostas que mais se adequam a Semana do Brincar nascem da escuta atenta aos anseios e desejos de brincar das crianças.

Para saber mais, materiais de apoio, acesse: (acessados jan/2024)

<http://aliancapelainfancia.org.br/vem-para-roda-conheca-o-tema-que-vai-nos-reger-em-2024/> <https://www.tempojunto.com/>

<https://www.ipabrasil.org/> <https://www.estefimachado.com.r/>

<http://aliancapelainfancia.org.br/wp-content/uploads/2020/05/Guia-de-Brincadeiras-SMB-2020-portugues.pdf>

[Guia de Brincadeiras para crianças de até 6 anos da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal](#) <https://www.fmcsv.org.br/pt-BR/guia-atividades-familias-criancas-0-6-anos/>

[Portal Lunetas https://lunetas.com.br/formatos/brincadeiras/](https://lunetas.com.br/formatos/brincadeiras/)

Para estimular a interação entre as crianças com paralisia cerebral e os familiares, o Guia de Brincadeiras reúne nove brincadeiras para idades entre 4 e 7 anos com explicações sobre as áreas desenvolvidas, materiais necessários e como brincar. Entre as atividades estão bolhas de sabão, descobrindo textura, bola ao cesto, fantoche, boliche, modelar massas, quente ou frio e colmeia. Disponível em:

<https://www.fmrp.usp.br/pb/arquivos/11495>

No material abaixo: brincadeiras que trabalham as habilidades e competências (BNCC), as competências socioemocionais e brincadeiras inclusivas. Na pág. 50, links de materiais que abordam brincadeiras para todos os públicos!

[ebook-importancia-do-brincar-v2.pdf \(fundacaotelefonicavivo.org.br\)](https://fundacaotelefonicavivo.org.br/ebook-importancia-do-brincar-v2.pdf)

<https://midiasstoragesec.blob.core.windows.net/001/2018/02/anexo-manual-tempo-de-brincar.pdf>

24.2. Semana Do Bebê



Comemoramos no mês de agosto a Semana do Bebê – LEI Nº 2.167, DE 09 DE SETEMBRO DE 2.013 – que institui a “SEMANA DO BEBÊ” no Município de Várzea Paulista – SP. A ser realizada na primeira semana do mês de agosto, conforme a referida Lei, as ações para a Semana do Bebê desse ano, período

de 01/08/2023 a 05/08/2023, devem levar em conta o tema central: “Apoie a Amamentação: faça a diferença para mães e pais que trabalham!”

Como um desdobramento do tema, o Comitê Municipal SPPI escolheu, como frase de impacto / divulgação (faixas, banners, convites, bilhetes nas agendas, etc...): “TRABALHAR E AMAMENTAR: um investimento de amor ”

São objetivos da Semana Mundial da Amamentação 2023:

- Informar as pessoas sobre as perspectivas das mães que trabalham sobre amamentação e parentalidade;
- Conquistar licença remunerada ideal e apoio no local de trabalho como ferramentas importantes para permitir a amamentação;
- Envolver-se com indivíduos e organizações para melhorar a colaboração e o apoio à amamentação no trabalho;
- Incentivar ações para melhorar as condições de trabalho e apoio relevante à amamentação.

*

A Caminhada do Bebê



da
a

Desde 2013, o Comitê Municipal Primeiríssima Infância realiza no município de Várzea Paulista a “Caminhada do Bebê” que tem por finalidade mobilizar a sociedade sobre importância dos cuidados com as gestantes e as crianças, desde o útero

materno, para propiciar o desenvolvimento integral de 0 a 3 anos de idade. Estudos comprovam que experiências da infância tem impactos positivos ou negativos na vida adulta, por isso as ações planejadas em conjunto pelos serviços da Saúde, Educação e Desenvolvimento Social, tendo como premissa “desenvolver a criança para desenvolver a sociedade”, são FUNDAMENTAIS!



24.3. Ato Cívico – 7 de Setembro / Hino Nacional Brasileiro

LEI Nº 12.031, DE 21 DE SETEMBRO DE 2009

Altera a Lei no 5.700, de 1o de setembro de 1971, para determinar a obrigatoriedade de execução semanal do Hino Nacional nos estabelecimentos de Ensino Fundamental.

O VICE – PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 39 da Lei no 5.700, de 1º de setembro de 1971, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

Parágrafo único: Nos estabelecimentos públicos e privados de Ensino Fundamental, é obrigatória a execução do Hino Nacional uma vez por semana.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 21 de setembro de 2009; 188º da Independência e 121º da República.

JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA

Fernando Haddad

Este texto não substitui o publicado no DOU de 22.9.2009

"Nossa tendência é achar que a beleza, a competência e a inteligência dos outros são sempre maiores do que as nossas" - Roseli Fischmann (educadora que participou da elaboração do capítulo sobre Pluralidade Cultural nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)).

É incumbência da escola abordar questões diversas sobre o nosso país. **Os povos e as culturas que nos formaram estão vivos do nosso lado, em nossas cidades, construções e costumes.** A Execução do Hino Nacional Brasileiro deve ser objeto de estudo em sala de aula, considerando que os grupos sociais compõem hinos que representam a sua ligação com determinados fatos. Os hinos são manifestações sociais que aproximam grupos por suas identidades, com o esporte, o bairro, a escola, o país e outros símbolos. É importante interpretar a letra do hino nacional e relacionar aspectos geográficos e históricos do Brasil, sempre de forma contextualizada à realidade e capacidade de compreensão dos alunos.

Em consonância com esta proposta, **desde 2014**, vem sendo realizado **nas escolas municipais de Várzea Paulista, o Ato Cívico na data de 7 de setembro.** Este, conta com a participação de toda a comunidade escolar: pais, alunos, professores, educadores e gestores, equipe de apoio, buscando **promover o resgate do civismo e do patriotismo enquanto constituintes da cidadania – entendida aqui como atitude que se aprende, comportamento que se desenvolve e parte do ato de educar. Ressaltamos ainda a importância de atrelar o ato cívico aos projetos e às ações que a Unidade já aborda em seu fazer cotidiano, expressos em seu Projeto Político Pedagógico.**

Fevereiro/2024

Equipe Gestora Municipal de Educação.

Anexo 1 – Exemplo da ficha encaminha por circular.



Ficha de Encaminhamento para o Serviço Social da UGME Programa Permanência

Unidade Escolar:

Responsável pelo preenchimento:

1) Identificação dos Pais e/ou Responsáveis

Nome:

Sexo: Feminino Masculino Prefiro não dizer

Data de Nascimento:

Endereço:

Telefones:

2) Identificação da Criança Matriculada

Nome:

Sexo: Feminino Masculino

Data de Nascimento:

Segmento: Creche Pré-escola Ensino fundamental I

Etapa/Ano:

Turno: Manhã Tarde Integral

Apresenta alguma deficiência ou necessidade educacional especial: Não Sim

Se SIM, qual? Auditiva Física Mental Visual Outra

Faz acompanhamento no Centro de Orientação Educacional - COE? Não Sim

Se SIM, qual: Psicopedagogia Fonoaudiologia Psicologia

Frequência escolar: Frequente Não frequente Evasão escolar

Desempenho escolar: Avanço mínimo Avanço Parcial Avanço Satisfatório



3) Informações sobre a Trajetória Escolar

Quantidade de ausências na trajetória escolar:

Etapa 1	Etapa 2	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Clique ou toque aqui para inserir o texto.	Clique ou toque aqui para inserir o texto.	Clique ou toque aqui para inserir o texto.	Clique ou toque aqui para inserir o texto.	Clique ou toque aqui para inserir o texto.	Clique ou toque aqui para inserir o texto.	Clique ou toque aqui para inserir o texto.

Já houve algum encaminhamento para o Conselho Tutelar? Não Sim

Se SIM, qual motivo:

Já houve solicitação de relatório do Ministério Público? Não Sim

Já houve encaminhamento para o Serviço Social da UGME? Não Sim

4) Relacionado as ausências atuais

Houve justificativa das ausências? Não Sim

Se SIM, quais? Atestado Médico Declaração Agenda Grupo WhatsApp

Se as justificativas foram na Agenda ou no Grupo de WhatsApp, especifique:

Situação foi resolvida pela Unidade Escolar? Não Sim

Se NÃO, quais as ações da Unidade Escolar antes de realizar o encaminhamento?